

Flavia de Sousa Moura

Políticas de Segurança e Saúde: A Unidade de Polícia Pacificadora na favela
Santa Marta, Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicossociologia.

Orientadora: Maria Cecília de Mello e Souza

Rio de Janeiro

2013

M929 Moura, Flavia de Sousa.

Políticas de segurança e saúde: a unidade de polícia pacificadora na favela Santa Marta, Rio de Janeiro / Flavia de Sousa Moura. Rio de Janeiro, 2013.
220f.

Orientadora: Maria Cecília de Mello e Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, 2013.

1. Favelas – Aspectos sociais – Rio de Janeiro, RJ. 2. Comunidade – Organização – Rio de Janeiro, RJ. 3. Rio de Janeiro (RJ) – Condições sociais. 4. Unidade de Polícia Pacificadora. I. Souza, Maria Cecília de Mello e. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 307.76098153

Flavia de Sousa Moura

**Políticas de Segurança e Saúde: A Unidade de Polícia Pacificadora na favela Santa
Marta, Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicossociologia.

Aprovada em 31 de Maio de 2013, por:

Prof.^a Dra Maria Cecília de Mello e Souza - Orientadora/ UFRJ

Prof. Dr. Luís Antonio Machado da Silva- Doutor em Sociologia/UFRJ- UERJ

Prof. Dr. Jaílson de Souza e Silva- Doutor em Sociologia/ UFF

Rio de Janeiro

2013

Resumo

Moura, Flavia de Sousa. Políticas de Segurança e Saúde: A Unidade de Polícia Pacificadora na favela Santa Marta, Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A dominação territorial exercida pelas facções criminosas nas favelas cariocas desde a década de 1970 gerou altos índices de violência. Isso se refletia diretamente na saúde e na qualidade de vida dos moradores, que lidavam com interrupções na rotina diária com grande potencial letal e traumático. No ano de 2008, a instalação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora [UPPs] na favela Santa Marta diminuiu os índices de criminalidade local. Após quatro anos, 33 favelas no Rio de Janeiro receberam UPPs, que se tornaram uma política de segurança pública com reconhecimento nacional.¹ Essa dissertação teve por objetivo analisar, a partir da perspectiva dos moradores, em que medida a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora [UPPs], na favela Santa Marta, na Zona Sul do Rio de Janeiro, trouxe melhorias na qualidade de vida e na saúde dos moradores. Como orientação teórica, buscou-se respaldo no conceito ampliado de saúde defendido pelo paradigma de Promoção da Saúde, com ênfase na influência dos Determinantes Sociais de Saúde na qualidade de vida dos moradores. Utilizamos a metodologia etnográfica, por esta permitir a investigação do conjunto de sentidos e símbolos do cotidiano para o grupo pesquisado e a conexão entre os Determinantes Sociais de Saúde. Concluiu-se que a política conseguiu alterar alguns Determinantes Sociais de Saúde do Santa Marta no que se refere aos níveis de criminalidade, de liberdade individual, e de estigma territorial. Entretanto, a pesquisa indica que como esta política não foi implementada de forma intersetorial, como proposta, com o componente UPP social, várias questões de infra-estrutura como saneamento básico, não foram atendidas. A diminuição nos índices de criminalidade melhorou os níveis de segurança psicológica dos moradores. Não reverteu, todavia, os danos à saúde psicológica gerados pelo quadro anterior, como traumas e TEPT, que necessitam de um tratamento especializado. Deve-se ressaltar que estes fatores não estão incluídos entre os objetivos do programa das UPPs. A

¹ Para mais informações: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/01/mais-uma-base-comunitaria-de-seguranca-e-inaugurada-em-salvador.html> e <http://g1.globo.com/parana/noticia/2012/03/londrina-vai-receber-primeira-unidade-parana-seguro-do-interior.html>. Acesso em 16 de maio de 2012.

atuação dos policiais da UPP reduz significativamente a corrupção e a violência policial; porém, vem preservando antigas características no que tange às relações com os moradores. Considerando a falta de uma abordagem intersetorial integrada à UPP, a violência estrutural, mais profundamente enraizada que a violência urbana, continua e é inclusive reforçada pela polícia, que permanece atuando com base nas relações pessoais.

Abstract

Moura, Flavia de Sousa. Políticas de Segurança e Saúde: A Unidade de Polícia Pacificadora na favela Santa Marta, Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The territorial domination exerted by criminal factions in the favelas of Rio de Janeiro since the 1970s has generated high levels of violence, impinging directly upon the health and quality of living of its residents, who had to deal with interruptions in their daily life with significant lethal and traumatic potential. In 2008, the implementation of the first UPP (Pacifying Police Unit) in the Santa Marta favela decreased local crime rates. Four years later, 33 favelas in Rio de Janeiro have received UPPs, which became a nationally acclaimed public security policy. This dissertation aimed to assess to what extent the establishment of the Pacifying Police Unit [UPP] in the Santa Marta favela, in the Zona Sul neighbourhood of Rio de Janeiro, brought improvements to the standards of living and health of its inhabitants from their perspective. The theoretical framework is grounded on the broader concept of health upheld by the Health Promotion paradigm, stressing the influence of Social Determinants of Health on the standards of living of favela residents. The ethnographic method was used so as to enable the analysis of the meanings and symbols of daily life for the favela residents, as well as the connection between the social determinants of health. The UPP policy impacted some Social Determinants of Health in Santa Marta with regard to crime rates, individual freedom and territorial stigma. However, our research indicates that, since this policy has not been implemented with an intersectorial approach, as planned, with the Social UPP as a component, several structural problems remain to be addressed, such as basic sanitation and household security. The decrease in crime rates has improved the level of psychological safety experienced by favela residents. Nevertheless, it has failed to redress the damage to psychological health inflicted by the preceding conditions of violence, such as traumas and PTSD, which require special treatment. These aspects are not included among the objectives of the UPP program. UPP policing has significantly reduced police corruption and violence; yet, it has preserved a number of old features in their relationship with the residents. Considering the lack of an intersectorial approach

integrated with the UPP policy, structural violence, which is rooted more deeply than urban violence, continues and is further compounded by the police, which still operates based on personal relations.

Lista de siglas

ADA- Amigo dos Amigos (facção do trafico de drogas carioca)

BCS – Base Comunitária de Segurança

Bope - Batalhão de Operações Especiais

CV- Comando Vermelho (facção do trafico de drogas carioca)

TC- Terceiro Comando (facção do trafico de drogas carioca)

TCP- Terceiro Comando Puro (facção do trafico de drogas carioca)

OMS- Organização Mundial da Saúde

OPAS- Organização Pan-americana de saúde

APS- Atenção Primária à Saúde

APS seletiva- Atenção Primária Seletiva.

UPPs- Unidades de Polícia Pacificadora

UPS - Unidade do Paraná Seguro

SUS- Sistema Único de Saúde

PNPS- Política Nacional de Promoção da Saúde

TEPT- Transtorno de Estresse Pós Traumático

Sumário

| | |
|--|-----|
| Capítulo 1 | 12 |
| Os efeitos da UPP na saúde e na qualidade de vida dos moradores da favela Santa Marta | 12 |
| Capítulo 2 | 20 |
| A violência urbana e a segurança pública nas favelas cariocas: a UPP no contexto da Promoção da Saúde..... | 20 |
| 2.1. Porque a favela não pode ser comunidade..... | 23 |
| 2.2. O surgimento e evolução das facções do tráfico de drogas no Rio de Janeiro | 28 |
| 2.3. Histórico das políticas de segurança pública nas favelas cariocas..... | 41 |
| 2.4. Um balanço das UPPs | 31 |
| 2.4.1. UPP Santa Marta | 41 |
| 2.5. O Movimento de Promoção da saúde, os Determinantes Sociais de Saúde e o contexto brasileiro..... | 50 |
| 2.6. O que a “Sociabilidade Violenta” representa..... | 57 |
| 2.7. Entraves à cidadania dos moradores de favelas | 61 |
| 2.8. O estigma como violência simbólica..... | 65 |
| 2.9. As vítimas ignoradas da violência, o desenvolvimento do trauma e do TEPT | 69 |
| 2.9.1. A relação entre o Transtorno de Estresse Pós-Traumático e a violência urbana | 73 |
| Capítulo 3 | 80 |
| O estudo etnográfico: O olhar dos moradores do Santa Marta sobre a sua vida..... | 80 |
| 3.1 Cuidados éticos | 82 |
| 3.2. A pesquisa de campo e os entrevistados..... | 82 |
| 3.2.1 As etapas da pesquisa | 82 |
| 3.2.2. Os entrevistados | 84 |
| 3.2.3. A comunidade | 88 |
| Capítulo 4 | 94 |
| Qualidade de vida na favela Santa Marta..... | 94 |
| 4.1. Sob domínio do tráfico | 97 |
| 4.1.1. O reflexo da proximidade com o tráfico na infância | 97 |
| 4.1.2. Segurança para os pais | 103 |
| 4.1.3. Vida entre guerras..... | 108 |
| 4.2. Determinantes Sociais da Saúde | 119 |
| 4.2.1. E a qualidade de vida dos traficantes?..... | 119 |
| 4.2.2. Efeitos da UPP nos históricos de saúde dos moradores | 126 |

| | |
|---|---------|
| 4.2.3. Efeitos do turismo na percepção do estigma territorial | 131 |
| 4.2.4. Os movimentos sociais e a participação social no Santa Marta..... | 134 |
| 4.2.5. Os dois lados da regularização dos serviços | 141 |
| 4.2.5.1. Saneamento básico e coleta de lixo | 146 |
| 4.2.6. Novas possibilidades | 149 |
| 4.2.7. As transformações nas opções de lazer..... | 152 |
| 4.3. Relação dos moradores com os policiais da UPP | 158 |
| 4.3.1. A segurança de conhecer e ser reconhecido por policiais da UPP | 166 |
| 4.3.2. Implicações da gestão da UPP | 173 |
| 4.3.3. A resistência à UPP e a confiança entre vizinhos..... | 178 |
| 4.3.4. Criminalidade na UPP do Santa Marta..... | 180 |
| 4.3.5. A Copa do Mundo e as Olimpíadas do Brasil como marco da continuidade das UPPs..... | 184 |
| Capítulo 5. | 187 |
| Sobre a qualidade de vida e saúde na favela Santa Marta..... | 187 |
| 6. Referências citadas..... | 201 |
| 7.1. Consentimento Informado de Entrevista para Dissertação de Mestrado..... | 214 |
| 7.2. Roteiro de entrevista..... | 215 |

Capítulo 1.

Os efeitos da UPP na saúde e na qualidade de vida dos moradores da favela Santa Marta

Em 2012, a cidade do Rio de Janeiro passou do sexto lugar no ranking nacional de homicídios para o vigésimo terceiro lugar. A queda pode ser associada à implantação, em dezembro de 2008, de uma política de policiamento permanente nas favelas, chamada de Unidades de Polícia Pacificadoras [UPPs] (CANO, 2011). Em decorrência da diminuição das taxas de criminalidade, do grande destaque que as UPPs têm na mídia e da propaganda governamental, inúmeras investigações acadêmicas foram realizadas sobre o tema. A maioria destas tem como objeto de pesquisa a ação policial, as transformações urbanísticas nas favelas pós-instalação das UPPs e as ações do programa UPP social. Entretanto, não enfatizam a violência, a segurança e a política das UPPs com o enfoque da saúde, abordagem conferida ao longo da presente pesquisa. Esta dissertação investigou, a partir do ponto de vista dos moradores, em que medida a implantação da UPP trouxe melhorias na qualidade de vida e na saúde dos habitantes de favelas. Fundamenta-se teoricamente nos campos da Promoção da Saúde e dos Determinantes Sociais de Saúde, conceitos utilizados como referência pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde Brasileiro em seus programas de saúde (BUSS, 2012). A pesquisa etnográfica de que se trata nesta dissertação foi realizada na favela Santa Marta, entre os meses de junho e de agosto de 2012.

O sucesso e a dimensão que as UPPs alcançaram se devem a resultados expressivos na diminuição dos índices de violência da cidade do Rio de Janeiro (CANO, 2012). O Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro divulgou, em seu relatório temático anual sobre a ocorrência de vítimas de bala perdida, que 88 pessoas foram vítimas de balas perdidas em 2011, contra 236 vítimas em 2008 (redução de 68,5% desde a implantação das UPPs). O relatório aponta, ademais, para uma redução na incidência de confrontos em favelas, o que possibilita menos vítimas letais e embargos à vida cotidiana. Apesar dessas evidências, as UPPs não têm sido abordadas nas pesquisas acadêmicas sob a ótica da saúde. Existe, assim, uma lacuna nos estudos sobre as UPPs, que não contemplam seus efeitos na saúde e na qualidade de vida dos moradores. As definições de saúde e qualidade de vida propostas pela OMS estabelecem

diversos determinantes sociais como condições para a saúde, o que representa uma afirmação do caráter multissetorial das questões de saúde.

Além de propor um novo enfoque sobre as UPPs, esta dissertação visa a apresentar o ponto de vista dos moradores sobre os efeitos da instalação da UPP em sua qualidade de vida. A mídia privilegia os gestores dessa política, e as pesquisas científicas realizadas por grandes instituições se concentram na aprovação ou não da mesma pela sociedade carioca². Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (2011) apontam uma aprovação a UPP superior a 70% entre moradores de favelas com UPP e sem UPP, e de cerca de 90% dos não moradores de favelas.

Nesta pesquisa, os dados qualitativos indicam a percepção, por parte dos moradores, de uma maior segurança psicológica, liberdade e diminuição do estigma, perspectiva que é possibilitada pelo fim do domínio territorial e das incursões policiais. Apesar desse efeito positivo, como a UPP não foi implementada de forma intersetorial, como proposta, com o componente UPP social visando a atingir vários determinantes sociais de saúde, e mesmo apresentando mudanças significativas na redução da corrupção e da violência policial, a atuação dos policiais da UPP ainda se baseia nas relações pessoais. Ou seja, permanece a exclusão social e a violência estrutural, que são fundamentais na produção da vulnerabilidade no campo da saúde.

Atualmente, o Brasil tem cerca de 6% de sua população – ou seja, 11,4 milhões - vivendo em "aglomerados subnormais", categoria utilizada desde 1991 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] para definir favelas e moradias pobres. O Rio de Janeiro é o quinto estado em proporção de habitantes morando em favelas. Cerca de 22% (1.393.314 mil) dos 6 milhões e 241 mil habitantes da cidade do Rio de Janeiro moram em favelas (IBGE, 2010), das quais cerca de 50% são dominadas por organizações criminosas que se dedicam ao tráfico de drogas (NUPEVI, 2010).

O surgimento das facções criminosas a partir da década de 1970 transformou a realidade das favelas cariocas, que se tornaram a sede das atividades dessas organizações, e por consequência da violência urbana. A primeira facção criminosa – o Comando Vermelho - surgiu nas penitenciárias, no período da ditadura militar, quando presos comuns,

² Para mais informações sobre pesquisas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas: (<http://diretorio.fgv.br/node/2507>) e pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social: (<http://www.ibpsnet.com.br/index.php/pesquisa/2009>).

inspirados pelo convívio com presos políticos, instauraram regras de ajuda mútua. Fora das cadeias, o Comando Vermelho foi gradativamente concentrando suas ações no tráfico de drogas. Esse tipo de crime precisava de pontos fixos, o que resultou no controle armado sobre o território das favelas. Dissidências dentro dessa facção originaram outras facções, que disputavam o domínio territorial das favelas cariocas, em episódios que ficaram conhecidos pelos moradores da cidade como “guerras”. Os moradores de favelas passaram a ter de lidar com a presença do tráfico de drogas, a disputa entre facções e os confrontos com a polícia (LEEDS, 1998; ALVES & EVANSON, 2011; FARIAS, 2008; VALLADARES, 2009; PERLMAN, 2010).

Nas favelas cariocas, a violência urbana deixou de ser o somatório de crimes comuns, se constituindo em um conjunto de práticas que caracterizam uma nova ordem social. Esse quadro gera uma contiguidade entre duas ordens sociais distintas. Estas são: a ordem social formal, representada pelo monopólio legítimo da força pelo Estado, e a ordem social da “sociabilidade violenta”, que se organiza pelo uso da força e tem os traficantes como “portadores”. Os moradores de favelas estão inseridos nas duas ordens sociais. Entretanto, na sociabilidade violenta, sua participação se dá através da submissão (SILVA, 2004; 2008).

Entre os principais práticas da “sociabilidade violenta” nas favelas estão: torturas e execuções públicas, consumo e venda de drogas na porta das residências, exibição de armas de fogo, criação e imposição de regras locais, limitação do direito de ir e vir e da liberdade de expressão, e disputas pelo controle do território (MEIRELLES & GOMES, 2008; ALVES & EVANSON, 2011). Fora das favelas, essas práticas foram retratadas pela mídia em episódios que se tornaram famosos, como a execução do Jornalista Tim Lopes por traficantes, na favela Vila Cruzeiro.

A violência urbana aprofundou o estigma territorial que recaía sobre a favela e seus moradores desde o surgimento, fazendo com todos fossem considerados suspeitos. O estigma territorial justifica uma “permissão para matar” concedida pela sociedade às forças policiais, se tornando uma peça fundamental para a produção de um tratamento desigual por parte da polícia (FRIDMAN, 2008). A atuação da força policial nas favelas cariocas se baseou historicamente em incursões pontuais e violentas, que não inviabilizavam o tráfico de drogas. A ineficiência desse modelo de política de segurança pública levou a sociedade a exigir medidas ainda mais rígidas e violentas por parte do

Estado. Os casos de corrupção e violência policial se multiplicaram diante da falta de limites à atuação policial (SOARES, 2012).

Somadas, a violência urbana oriunda da convivência com a sociabilidade violenta, a violência simbólica representada pelo estigma territorial e a violência policial se constituíam como obstáculos à efetivação dos direitos de cidadania dos moradores de favelas. Seja porque o tráfico de drogas restringia o direito de ir e vir, ou porque a polícia desrespeitava os direitos dos moradores ao invadir casas sem autorização, ou porque o estigma fazia com que os não favelados associassem todos os moradores de favelas a bandidos e apoiassem o direito de matar da polícia, o resultado era um comprometimento da qualidade de vida e das condições para o exercício da cidadania.

Esse contexto revela um quadro de violência estrutural, definido por Minayo (1994) como: “violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos”

No que se refere às favelas cariocas, as desigualdades sociais e os mecanismos de opressão foram incorporados ao cotidiano dos moradores, gerando vulnerabilidade e uma distribuição desigual do sofrimento em relação com o restante da cidade - seja este puramente médico, como uma bala perdida, ou social, como o resultante do estigma e da falta de serviços básicos. A violência estrutural afeta a saúde dos indivíduos, ao limitar as possibilidades de ação dos afetados e gerar sofrimento (FARMER, 1999). A vulnerabilidade e as limitações que a violência estrutural impõe aos moradores comprometem sua segurança física e psicológica, pois ainda que não sejam alvos diretos da violência urbana, experimentam piores condições de vida e a percepção subjetiva de estar em risco.

Apesar dos números crescentes de vítimas de balas perdidas e outros danos à saúde, a violência na favelas cariocas foi historicamente abordada por políticas de segurança pública, em detrimento de políticas que apresentassem alcance intersetorial. Por essa razão, essa dissertação buscou os estudos sobre segurança pública e violência urbana. Por outro lado, considerou as definições de saúde e qualidade de vida da OMS, que ultrapassam a simples ausência de doença e propõem como uma de suas condições a Paz.

A violência afeta a saúde e a qualidade de vida dos moradores em dois níveis. O primeiro refere-se ao impacto na qualidade de vida dos indivíduos: pelas lesões físicas, psíquicas e morais que a violência acarreta (conforme exemplificado pelos inúmeros casos de balas perdidas, de traumas e de Transtorno de Estresse Pós-Traumático [TEPT] associados ao aumento da criminalidade) e pelas exigências de atenção e de cuidados dos serviços médicos e hospitalares. O segundo consiste no fato de a violência atingir os temas tratados no conceito ampliado de saúde, como a qualidade de vida (MINAYO, 2000; MINAYO, 2005).

O conceito de qualidade de vida defendido pela Organização Mundial da Saúde (1986) é: “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Partindo dessa conceituação, a presente dissertação defende que a instalação da UPP pode gerar efeitos distintos na qualidade de vida dos moradores, em razão das diferentes inserções dos mesmos, sejam estes jovens ou idosos, mulheres ou homens, por exemplo, até orientações religiosas. Estes estariam, assim, expostos a diferentes Determinantes Sociais de Saúde, como acesso a educação, o que por sua vez influenciaria sua qualidade de vida e saúde (IRWIN & SOLAR, 2005; BUSS, 2000; 2012; BUSS & CARVALHO, 2009).

A influência de determinantes sociais na saúde foi prenunciada na Carta de Ottawa, que definiu oito condições para a saúde: paz, abrigo, educação, alimentação, renda, um ecossistema estável, recursos adequados, justiça social e equidade. A Carta se tornou referência para o Movimento de Promoção da Saúde, por anunciar que a saúde não é responsabilidade exclusiva do setor de saúde, e abrange diversos DSS ligados à vida da comunidade, como a segurança, a educação e o saneamento básico (IRWIN & SOLAR, 2005; BUSS, 2000). Essa conceituação traz outras problemáticas para o campo da saúde, que devem ser analisadas, contornadas e ou defendidas. Uma dessas questões é a difícil operacionalização dos conceitos de qualidade de vida e paz, analisados nesta dissertação a partir do conceito de segurança psicológica, que permite operacionalizar em nível subjetivo a tranquilidade oriunda dos estados de paz e segurança. A segurança psicológica é o cálculo subjetivo do risco envolvido nas ações cotidianas, o que inclui uma análise da segurança física do sujeito e se constitui em um importante indicador da percepção individual da segurança local. Assim, os níveis de segurança psicológica

possibilitam uma análise da saúde e da qualidade de vida (KARK & CARMELI, 2009; EGGERS, 2011).

Os conceitos de saúde e qualidade de vida defendidos pela OMS e pelo paradigma da promoção da saúde foram incorporados ao Sistema Único de Saúde [SUS] brasileiro. Atualmente, a Promoção da Saúde é o paradigma principal do campo da saúde no Brasil, situação que foi consolidada com a criação da Política Nacional de Promoção da Saúde [PNPS]. Essa política defende a intersetorialidade e tem entre seus objetivos: a prevenção à violência; o incentivo a uma cultura de Paz; e a diminuição dos determinantes das desigualdades em saúde (IRWIN & SOLAR, 2005; BUSS, 2000; 2012; BUSS & CARVALHO, 2009).

Esses conceitos de saúde e qualidade de vida incorporados a Política Nacional de Promoção da Saúde oferecem sustentação à análise proposta por esta dissertação: avaliar o alcance intersetorial das UPPs quanto a sua capacidade de atingir os Determinantes Sociais da Saúde

A primeira UPP foi instalada em 20 de novembro de 2008, na favela Santa Marta, na cidade do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, o que parecia mais uma ocupação policial na favela Santa Marta se transformou, um mês depois, na primeira Unidade de Polícia Pacificadora [UPP]. Os moradores foram surpreendidos pela mudança de estratégia da polícia, que decidiu implementar uma base fixa de policiamento. O êxito dessa iniciativa, no contexto da eleição da cidade como sede dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo, levou à formulação de um novo modelo de política de segurança pública, que, em uma primeira etapa, expulsasse o tráfico de drogas das favelas e, em seguida, instalasse uma unidade permanente de policiamento (MELLO & CUNHA, 2011). A implantação das UPPs, apesar de não ser a primeira iniciativa de policiamento permanente em favelas (COSTA, 2004), é sem dúvida a que alcançou maior apoio social. Os principais diferenciais dessa política são: emprego de policiais recém-formados, como forma de evitar a corrupção; ênfase no controle do território; comando descentralizado; e o envolvimento dos policiais com as comunidades (OST, 2012). Atualmente, a UPP engloba, ainda, proposta de implementação de um projeto chamado UPP social, que tem como objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento local ao integrar ações intersetoriais de diferentes esferas governamentais.

Após a instalação da UPP, alguns serviços públicos, como luz, água e coleta de lixo, foram regularizados na favela Santa Marta. Surgiram ainda diversos serviços sociais, como a Clínica da Família e cursos profissionalizantes. Somadas, essas transformações e as constantes notícias de que a favela estava segura atraíram turistas nacionais e internacionais, além de políticos e artistas (MELLO & CUNHA, 2011).

O sucesso da UPP do Santa Marta impulsionou a multiplicação do projeto. O site oficial da UPP, mantido pela prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, aponta que 1,5 milhão de cariocas vivem nos 221 territórios onde estão instaladas as 33 UPPs. A repercussão nacional fez com que a ideia das UPPs fosse rapidamente replicada em outros estados. Até junho de 2013, quatro estados têm políticas de segurança públicas inspiradas no modelo das UPPs. São estes: Maranhão, Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul.³ A rápida e abrangente difusão desse modelo de política de segurança reforça a necessidade de se compreender seus efeitos na qualidade de vida e na saúde dos moradores de áreas atendidas.

Espera-se, que esta pesquisa, contribua para a reflexão sobre como políticas públicas de segurança podem impactar a saúde e a qualidade de vida individual e coletiva. Tal olhar pode ajudar a enriquecer as teorias sobre violência urbana e Promoção da Saúde, ao salientar a necessária intersetorialidade que as políticas nessas áreas devem apresentar. A fim de compreender o contexto em que surgiu esse programa de policiamento, a revisão teórica contemplou também os estudos sobre favelas e violência urbana que abordavam as condições de vida dos moradores. Para entender a complexidade da relação entre a segurança e a saúde psicológica dos moradores de favelas com UPPs, a revisão teórica incluiu referências da psicologia sobre a violência, o estigma, o estresse e o trauma.

³Para mais informações sobre BCS: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/01/mais-uma-base-comunitaria-de-seguranca-e-inaugurada-em-salvador.html>; informações sobre Paraná seguro: <http://g1.globo.com/parana/noticia/2012/03/londrina-vai-receber-primeira-unidade-parana-seguro-do-interior.html>; Informações sobre a UPP Gaúcha: <http://imirante.globo.com/noticias/2013/02/24/pagina331851.shtml>; Informações sobre o Território de Paz: <http://www.canoas.rs.gov.br/site/home/pagina/idDep/30/id/86>

Antecedentes da pesquisa

Pode-se dizer que os antecedentes dessa dissertação se encontram em uma tentativa de analisar e expor a realidade em que cresci. Vivi em uma rua de acesso a uma favela por dezenove anos. Aos seis anos, já era capaz de reconhecer o que era um AR-15; sabia distinguir entre fogos e tiros e como proceder para me proteger. São dessa época as minhas primeiras memórias de assassinatos e corrupção policial na porta de casa. Redigi boa parte dessa dissertação de mestrado ao som de tiros de fuzil.

Diante disso, concentrei-me nos estudos sobre favela. Participei por três anos de um grupo de pesquisa - coordenado pela Professora Maria Cecília de Mello e Souza - sobre a atuação de lideranças comunitárias em favelas no Rio de Janeiro, o que me possibilitou conhecer a dinâmica social de favelas de várias regiões da cidade. Nos anos de 2008 e 2009, atuei como educadora popular nos projetos sociais vinculados ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania [Pronasci], projeto desenvolvido pelo Ministério da Justiça como estratégia de enfrentamento à criminalidade no país. No Estado do Rio de Janeiro, o Pronasci foi implementado em 28 favelas. Minhas experiências pessoais e profissionais em diferentes favelas do Rio de Janeiro sempre tiveram a violência como pano de fundo. A cada dia, aprofundava-se em mim a percepção de que a violência era não só uma barreira para cidadania efetiva dos moradores de favelas, mas também um prejuízo considerável para a saúde destes.

Capítulo 2.

A violência urbana e a segurança pública nas favelas cariocas: a UPP no contexto da Promoção da Saúde

Os efeitos da UPP na saúde dos moradores da favela Santa Marta consistem, especialmente, na percepção de segurança psicológica, de liberdade e de diminuição do estigma, possível graças ao fim do domínio territorial e das incursões policiais. A pesquisa indica, ainda, que a não implementação do componente UPP social comprometeu o alcance de vários determinantes sociais de saúde e o combate à violência estrutural. Esta última é mantida pela ausência de serviços públicos básicos e pela atuação policial, que, mesmo apresentando mudanças significativas na redução da corrupção e da violência, continua atuando com base nas relações pessoais.

A compreensão das UPPs requereu a análise do território onde a política é desenvolvida. Até junho de 2013, todas as UPPs foram instaladas em favelas. Esse dado levanta outras questões, como a própria definição do que seria uma favela - se algum espaço pode ou não deixar de ser favela, e se a favela é uma comunidade. O resultado dessas discussões contribuiu para a tese defendida nesta dissertação, ao definir que o uso do termo favela é o mais ético, e mais representativo da realidade observada. Inúmeros autores (LEEDS & LEEDS, 1978; VALLADARES, 2005; SILVA, 2008; ZALUAR & ALVITO, 2007; PERLMAN, 2010) apontam que o uso do termo “comunidade” para designar as favelas cariocas é inadequado, porque não contempla a história das favelas, suas especificidades enquanto forma de habitação e sua heterogeneidade interna. Além disso, as favelas apresentam um conjunto específico de determinantes sociais da saúde, como deficiência de saneamento básico, baixa escolaridade e menor taxa de emprego formal. Dessa maneira, o uso do termo favela é mais ético, por representar historicamente esse conjunto de DSS, uma arquitetura específica e os estigmas que estão associados a esse território. Assim, para analisar os efeitos da UPP na saúde e na qualidade de vida dos moradores atendidos, deve-se fundamentalmente reconhecer a favela e suas especificidades. Por tomar em consideração a multissetorialidade dos Determinantes Sociais da Saúde na favela Santa Marta, esta dissertação defende que ações inter-setoriais são indispensáveis para melhorar os DSS dos moradores.

A recusa da mídia e de outros setores da sociedade de empregar o termo “favela” se deve, em parte, ao estigma territorial que foi associado a essa forma de habitação desde o seu surgimento. Nas últimas décadas, a dominação territorial exercida pelos traficantes nas favelas se configurou como seu fator discriminatório principal (SOUZA & SILVA, 2010). Silva (2008) propõe que, no caso das favelas cariocas, a violência seria resultante do surgimento de uma nova ordem social. Essa interpretação da violência urbana contribui para a compreensão dos efeitos da convivência com os traficantes sobre a vida dos moradores de favela, pois, segundo essa teoria, haveria uma relação de dominação constante pela força. Essa definição de violência altera, conseqüentemente, os objetivos de uma política de segurança pública eficiente, que seriam não só o combate ao crime, mas também a desarticulação dos princípios que sustentam a dominação imposta por essa nova ordem social.

Para entender a complexidade dos efeitos da instalação de uma política de policiamento permanente sobre a saúde dos moradores, é importante conhecer o histórico das políticas de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro em favelas. Este demonstra que as poucas iniciativas baseadas em estratégias preventivas de policiamento comunitário obtiveram êxito. Foram, porém, descontinuadas por questões políticas. Paralelamente, diversos autores (BEATO FILHO, 1999; CANO, 2006; COSTA, 2004; SOARES, 2012) apontam a ineficácia das políticas de segurança pública repressivas, baseadas em incursões pontuais e agressivas nas favelas. Destacam, ainda, elevados níveis de corrupção e violência na atuação policial.

Nesse contexto, as UPPs se constituem como a política de segurança pública de caráter preventivo com maior duração, sucesso e extensão já implementada na história do Estado do Rio de Janeiro. Considerando a expectativa de que a política das UPPs seja mantida e o histórico de ações violentas e corruptas por parte da força policial, é fundamental avaliar os efeitos da convivência constante com os policiais na rotina dos moradores, assim como nos seus níveis de segurança. Observamos, para isso, diversos aspectos das UPPs: como seus fundamentos; seus objetivos e suas especificidades; seu histórico; a formalização da política; a estrutura das unidades e o perfil dos policiais em serviço; seu modelo de instalação; parcerias com a iniciativa privada; resultados e críticas associados a ela; e, especialmente, ações intersetoriais do estado associadas à UPP - como ações do projeto UPP social.

As UPPs serão avaliadas sob a ótica da promoção da saúde. Nesse sentido, cabe examinar em que medida as UPPs promovem a segurança e a sensação de segurança psicológica, que é vital para a saúde. Na Política Nacional de Promoção da Saúde, a intersetorialidade e o combate à violência são priorizados. Tendo em vista que a violência gera problemas de saúde tais como traumas e TEPT, cabe avaliar se tais problemas desapareceram com a UPP. Nesse contexto, faz-se necessário compreender em que medida a violência afetava a saúde e a qualidade de vida dos moradores. No campo psicológico, diversos autores (BALLENGER ET AL. 2004, DAVIDSON ET AL. 2004, FOA 2006, NEMEROFF ET AL. 2006) se dedicaram à investigação dos quadros de trauma psicológico derivados de experiências de violência interpessoal. Dentre estes, os casos de Transtorno de Estresse Pós-Traumático se destacam como principal efeito psicológico da violência, por sua alta incidência na população mundial. As pesquisas sobre TEPT apontam que os indivíduos expostos à violência interpessoal recorrente têm maior risco de desenvolver o transtorno (KING ET AL, 1995). O fim da exposição a esse tipo de violência tem, igualmente, papel fundamental para a diminuição dos sintomas recorrentes do TEPT. Esse transtorno, quando não tratado, pode trazer consequências à saúde física, psicológica e social, como aumento da violência doméstica e a depressão. Esses dados contribuem para a discussão proposta por esta dissertação, ao salientar a importância da promoção de um ambiente menos violento como forma de prevenção de quadros de TEPT, mas também como forma de tratamento dos indivíduos que já desenvolveram o transtorno.

Consideramos, ainda, os debates sobre a integração das favelas à cidade, tanto sobre o aspecto do estigma territorial quanto da cidadania dos moradores. O estigma territorial faz com que a convivência com criminosos transforme todos os moradores de favelas em suspeitos (GOFFMAN, 1988). Um dos efeitos da estigmatização dos moradores de favelas é o apoio por parte de diversos setores da sociedade às ações abusivas e violentas das forças policiais (LEITE, 2008). O estigma afeta, igualmente, a saúde dos moradores ao gerar situações discriminatórias, como a não contratação para uma vaga de trabalho, e ao causar sofrimento, oriundo da própria percepção de que se é vítima de um estigma (CARRETEIRO, 2003). Dessa forma, além da violência urbana, os moradores estão expostos à violência estrutural oriunda das desigualdades sociais que o estigma e a atuação policial geram e justificam.

2.1. Porque a favela não pode ser comunidade

As UPPs, objeto de estudo desta dissertação, estão instaladas em 33 localidades do município do Rio de Janeiro que, historicamente, são reconhecidas como favelas por seus moradores e pelo restante da cidade. O governo do estado do Rio de Janeiro, em sua comunicação oficial, afirma que a política atende a “comunidades”: o termo favela não é utilizado.

As favelas do município que receberam Unidades de Polícia Pacificadora entre 2008 e 2013 são: Morro Santa Marta (Zona Sul); Cidade de Deus (Zona Oeste); Jardim Batam (Zona Oeste); Babilônia e Chapéu Mangueira (Zona Sul); Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (Zona Sul); Ladeira dos Tabajaras e Morro dos Cabritos (Zona Sul); Morro da Providência (Centro da Cidade); Morro do Borel (Zona Norte); Morro do Andaraí (Zona Norte); Morro da Formiga (Zona Norte); Morro do Salgueiro (Zona Norte); Turano (Zona Norte); Macacos (Zona Norte); São João, Matriz e Quietos (Zona Norte); Coroa, Fallet e Fogueteiro (Centro da Cidade); Escondidinho e Morro dos Prazeres (Centro da Cidade); Complexo de São Carlos e Mineira (Centro da Cidade); Rocinha (Zona Sul); Vidigal e Chácara do céu (Zona Sul); Mangueira e Morro do Tuiuti (Zona norte); Alemão – Pedra do Sapo (Zona Norte); Fazendinha (Zona Norte); Nova Brasília (Zona Norte); Adeus e Baiana (Zona norte); Chatuba (Zona Norte); Fé – Sereno (Zona Norte); Parque Proletário (Zona Norte); Vila Cruzeiro (Zona Norte); Jacarezinho (Zona Norte); Manguinhos (Zona Norte) / Caju (Zona Norte)/ Barreira e Tuiuti (Zona Norte) ; Cerro- Corá (Zona Sul)⁴.

A favela é reconhecidamente um espaço social heterogêneo, o que torna inadequado o termo “comunidade” (LEEDS & LEEDS, 1978; VALLADARES, 2005; SILVA, 2008; PERLMAN, 2010). Leeds & Leeds (1978) criticam o uso da palavra “comunidade” e sugerem a utilização do termo “localidade”, uma vez que a primeira pressupõe uma unidade de organização, enquanto o termo “localidade” se refere simplesmente ao local de residência dos indivíduos. Não haveria, nesse caso, a certeza da existência de um sentimento de pertencimento a uma comunidade: apenas a possibilidade de sua formação. Nesse contexto, o uso recorrente do termo “comunidade” pelo estado e pela sociedade pode mascarar questões sobre a organização interna das favelas e suas relações com o restante da cidade, ademais de ocultar os conflitos internos que fazem desta “uma estrutura frequentemente mais atomizada do que comunitária” (VALLADARES, 2005).

⁴ Para mais informações: http://upprj.com/wp/?page_id=20

Um exemplo disso seria a existência de uma “burguesia favelada”, que controlaria os recursos dentro da favela (SILVA, 1967).

Deve se considerar também que pesquisas acadêmicas de diferentes áreas frequentemente utilizam o termo comunidades para se referir ao local em que realizaram o estudo. As favelas, pela heterogeneidade de atores e problemas sociais que concentram, têm sido alvo de pesquisas de vários campos ao longo das últimas décadas. A conceituação do termo comunidades em estudos acadêmicos, na maior parte das vezes, não contempla uma análise crítica sobre esse termo ou sobre a história do lugar. Agrupam-se, sob o termo comunidades, desde aldeias de pescadores à favelas. Esse uso do termo comunidade tem suas raízes em uma ideia de comunidade naturais, baseadas em laços sanguíneos e/ou em uma delimitação geográfica. Tal concepção não representa o caráter político que a participação comunitária alcançou, exemplificado em seu uso como estratégia de saúde (SILVIA & SIMON, 2005).

Em seu surgimento, a psicologia comunitária definia o termo comunidade, de forma genérica, como um local fora do consultório, onde psicólogos poderiam desenvolver seus projetos. Motivados pela reflexão sobre o papel do psicólogo nas comunidades, inúmeros autores (NILSEN 1996; PETERSEN E LUPTON; 1996; SAWAIA; 1996; CRONICK, 2002) questionaram as expectativas de participação comunitária que se constroem a partir dessa definição geográfica de comunidade, e ressaltaram o caráter contextual e processual das relações que constituem uma comunidade. Atualmente, a psicologia comunitária compreende que o termo comunidades se refere a espaços simbólicos em que o sujeito tem possibilidade de participar e pertencer, onde interesses individuais são compartilhados e se tornam interesses coletivos. A construção de comunidades é compreendida como um processo relacional, que ocorre socialmente e subjetivamente, e culmina em um compartilhamento de valores e interesses, na busca por melhores condições de vida (SILVIA & SIMON, 2005).

Luiz Antonio Machado (2008) afirma que, apesar dos esforços da mídia - que insiste em usar a palavra “comunidades” -, o termo favela ainda é o termo nativo, no caso do Rio de Janeiro. O autor ressalta que a referência ao local de moradia como uma “comunidade” por moradores de favelas pode ser compreendida como parte de uma limpeza simbólica, em uma tentativa de proclamar a existência de uma rede de sociabilidades e valores positivos na favela. A grande contradição é que a utilização do termo, ao passar a ideia de

comunhão, pode criar a confusão de que a convivência forçada dos moradores com os bandidos é uma relação normal de vizinhança, em que laços de afeto e de solidariedade estariam presentes.

O termo comunidade também é comumente utilizado no sentido eufemístico, nas relações dos “de fora” com os moradores. Com intenção de não agredir, o interlocutor escolhe não usar expressões estigmatizadas como “favela” e “favelado”. É comum que políticos e jornalistas se utilizem do termo comunidade. Outro marco na utilização do termo “comunidade” advém da presença da igreja católica nas favelas: o sentido de comunidade de base se difundiu como instância de comunhão dos diferentes através dos valores morais (BIRMAN, 2008; VALLADARES, 2005).

Atualmente, a lei complementar nº 111 de 01/02/2011 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro) estabelece no artigo 234 as seguintes definições de favela e comunidades urbanizadas:

Favela – área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes. **Comunidade Urbanizada** - aquela que tenha sido objeto de programas de urbanização integrada, tais como Favela-Bairro (PROAP), Bairrinho, Programa de Aceleração do Crescimento-PAC e outros similares, cujo projeto tenha garantido a implantação de infraestrutura básica, equipamentos públicos e níveis de acessibilidade satisfatórios; ou que, por esforço próprio de seus moradores e ações públicas diversas, ao longo do tempo, conseguiu alcançar uma situação bastante satisfatória de urbanização (Sistema de Assentamentos de Baixa Renda [SABREN] - Instituto Pereira Passos, disponível na internet em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.html>).

Segundo o conceito de favela utilizado pelo Sistema de Assentamentos de Baixa Renda [SABREN] da Prefeitura, o Morro da Formiga, o Morro do Andaraí, o Morro do Cantagalo e o Morro Santa Marta já não seriam favelas, mas “comunidades urbanizadas”, por terem recebido obras do Programa de Aceleração do Crescimento [PAC] e do Programa Favela-Bairro. Similar é o caso do Morro do Salgueiro, favela carioca famosa, presente inclusive nos recenseamentos oficiais de 1920 (VALLADARES, 2005), época em que as favelas ainda não haviam sido reconhecidas oficialmente. Por ocasião da consulta do dia 29 de janeiro de 2013, o Morro do Salgueiro não aparece no SABREN em nenhuma das suas categorias (favelas, comunidades urbanizadas e loteamentos).

O Jornal O Globo RIO⁵, em matéria publicada no dia 29 de maio de 2011 sob o título: “Cidade do Rio ganha 44 ex-favelas”, relata a consequência dessa nova definição de favela:

Dois órgãos da prefeitura - a Secretaria municipal de Habitação (SMH) e o Instituto Pereira Passos (IPP) - fizeram estudos e chegaram à conclusão de que 44 delas deixaram de ser favelas, porque já contam com serviços básicos idênticos aos desfrutados por moradores do asfalto. Na lista da prefeitura, estão nove comunidades da Zona Sul, como Dona Marta (Botafogo), Cerro-Corá (Cosme Velho) e Vidigal. Para o presidente do IPP, Ricardo Henriques, a nova classificação é da maior importância: “- O que nós queremos é promover uma reflexão sobre o conceito de favela. O caso da Providência (no Centro) é bem ilustrativo. Ela será reurbanizada e daqui a pouco não haverá sentido de classificá-la assim. E isso sem prejuízo da história, da tradição e da identidade da Providência (considerada a primeira favela do Brasil) (Globo, 2011).

Desde seu surgimento, a favela tem sido definida não por suas especificidades, mas por suas carências em relação a um ideal urbanístico europeu, oriundo de classes sociais hegemônicas (SOUZA E SILVA, 2011). São evidentes, nas novas definições de “comunidade urbanizada” e de “ex-favela”, resquícios de uma visão da favela como problema social. Alba Zaluar (2007) elucida esse ponto: “A favela passou a chamar-se comunidade, sem sê-lo por sua grande diversidade interna: socioeconômica, religiosa, cultural”. Ou seja, afirmar que a favela deixa de existir a partir do momento em que a infraestrutura urbana é instalada implica retirar da categoria “favela” todo o arcabouço cultural e histórico construído ao longo de mais de 100 anos, e reduzi-la à carência de serviços e de infraestrutura. Significava ignorar, ademais, o papel da favela na construção sócio-identitária do país.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], responsável pela realização do recenseamento nacional, aponta no Censo de 2010 a existência de 763 aglomerados subnormais na cidade do Rio de Janeiro, totalizando 1.393. 314 milhões de habitantes, ou 22,03% dos moradores da cidade. Tais resultados apontam que o Rio de Janeiro seria a cidade brasileira com maior população vivendo em aglomerados subnormais. O IBGE utiliza o conceito de “aglomerado subnormal” para se referir a “conjuntos de no mínimo 51 domicílios carentes de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade de terceiros e estando dispostos, em geral, de forma desordenada e densa”. Essa definição de “aglomerados subnormais” é vaga.

⁵ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/cidade-do-rio-ganha-44-ex-favelas-2764079>

Apesar de o termo ser interpretado como sinônimo contextual de “favela”, a categoria não engloba favelas de menor porte ou conjuntos habitacionais urbanizados que são socialmente considerados como favelas (GONDIM, apud SOUZA E SILVA, 2010).

O IBGE justifica o uso do termo “aglomerados subnormais” apontando que a denominação utilizada em seus licenciamentos precisa ser ampla, do contrário não contemplaria as diversidades culturais e geográficas do país (GUEDES, 2011). Enquanto pesquisa acadêmica, este trabalho tem, além de um propósito científico, um compromisso ético para com os indivíduos e o local estudado. O uso do termo favela para designar uma forma de habitação específica aponta a existência de uma história e de traços culturais específicos das favelas cariocas. Algumas dessas características - como a heterogeneidade presente no perfil dos moradores; a diversidade religiosa, social e cultural; a ausência de unidade organizacional e a falta de objetivos em comum - afastam a favela do conceito de comunidade utilizado na psicologia comunitária.

Como parte singular do processo de ocupação e urbanização da cidade do Rio de Janeiro, a favela é, ainda, um importante referencial identitário. Residir em uma favela representa, para os moradores, uma experiência de pertencimento, que pode se tornar parte de suas identidades. Por isso, o uso do termo “favela” nesta dissertação atende a critérios éticos, como o respeito aos traços culturais e históricos do grupo pesquisado, através dos quais visa-se ao reconhecimento do papel das favelas e de seus habitantes na sociedade brasileira, bem como à sua preservação.

Este estudo utilizará a seguintes características para conceituar favelas:

Insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços; Forte estigmatização sócio espacial, especialmente inferida por moradores; Apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia; Ocupação marcada pela alta densidade de habitações; conjunto da cidade; Níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; Ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental; Alta concentração de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região brasileira; e cidade; Alta incidência de situações de violência, sobretudo a letal, acima da média da cidade; Relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de convivência (Souza e Silva, 2011, p.13).

Assim, consideramos que a definição de favelas transcende a ausência de programas de infraestrutura. Trata-se de um modelo cultural e historicamente rico de habitação. Por conseguinte, sustentamos que ainda há sentido em chamar as favelas como tal, pois, a despeito das melhorias em infraestrutura e da presença de programas do Estado, esta ainda constitui uma forma específica de habitação. Adotamos, por isso, essa denominação na presente pesquisa.

2.2. O surgimento e evolução das facções do tráfico de drogas no Rio de Janeiro

Ao longo da década de 1970, o aparecimento da primeira facção criminosa no estado do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho, iniciou um processo que culminaria posteriormente na transformação da favela em um ponto do comércio de varejo de drogas. A ditadura militar entrava em seu período mais repressivo, com a instauração da Lei de Segurança Nacional [LSN] através do Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969. Esta classificava presos políticos e comuns na mesma categoria de ameaça à segurança nacional. Entre 1969 e 1975, o governo militar colocou presos políticos, em sua maioria estudantes e intelectuais, na penitenciária Cândido Mendes, junto com prisioneiros comuns oriundos majoritariamente de classes sociais mais pobres e de favelas. Esse contato viabilizou a transmissão, para os presos comuns, de conhecimento sobre a ideologia, a estrutura organizacional e as práticas dos presos políticos. Entre outras coisas, os presos comuns aprenderam a fazer greves de fome para mobilizar a opinião pública e a pensar coletivamente, como ao reunir recursos através de “vaquinhas” para financiar fugas e comprar bens de higiene. Nomeados de “O coletivo”, os presos comuns foram novamente inseridos em outras penitenciárias, onde ficaram conhecidos como “Leis de segurança” e começaram a implantar códigos de conduta, com punições e contribuições para a “vaquinha”. Diante disto, as autoridades carcerárias decidiram dispersar o grupo, enviando seus membros para diferentes penitenciárias. A decisão surtiu o efeito contrário, e disseminou as ideias do “Coletivo”, fazendo com que estes recebessem o nome de “Falange Vermelha”, que deu origem ao “Comando Vermelho” (PERLMAN, 2010; LEEDS, 1998; FARIAS, 2008).

Com o início da abertura política, Leonel Brizola foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro em 1982. Brizola propôs uma agenda social baseada na defesa dos direitos humanos, com a busca de solução para os problemas de infraestrutura das favelas. Em

1985, frente às denúncias de atuação violenta da polícia, as incursões policiais nas favelas foram proibidas (PERLMAN, 2010; COSTA, 2004).

No quinquênio 1985- 1990, ocorreu o início das ações do narcotráfico organizado nas favelas do Rio (LEITE, 2008; ZALUAR, 1998; ALVES & EVANSON, 2011; VALLADARES, 2009; PERLMAN, 2010). A favela passa, então, de apenas um problema urbanístico a um espaço marcado pela violência. Essa transformação alterou a representação que a sociedade tem sobre a favela e, por consequência, as políticas dirigidas a esse espaço.

Com a entrada do Rio de Janeiro na rota de narcotráfico internacional de cocaína, as favelas tornaram-se ponto de distribuição e comércio de drogas. Após alguns anos, brigas internas por pontos de vendas de drogas levaram à criação de uma nova facção criminosa: o Terceiro Comando [TC]. Os “comandos” de traficantes inimigos passaram a disputar violentamente territórios, chegando a proibir os moradores de áreas dominadas pelos seus inimigos de cruzar os limites do seu perímetro, mesmo para visitar amigos ou parentes (ZALUAR, 2007; PERLMAN, 2010). A partir desse momento, as favelas ficaram conhecidas no Brasil e no mundo pelos inúmeros casos de violência, o que trouxe significativas dificuldades à vida já estigmatizada dos moradores de favelas.

As facções criminosas funcionavam com uma estrutura básica. Existia um chefe local, conhecido como “dono do morro”; “o frente do morro”; “dono da boca”, que realizava a administração do tráfico local, e estabelecia e aplicava regras locais. Costumava existir ainda um núcleo de chefes mais experientes da facção criminosa (em sua maioria presidiários), que eram consultados para decisões mais importantes. Dessa forma, as facções criminosas se apoiavam nas disputas por novos territórios, através da aliança entre “donos” de diferentes favelas, em “guerras” que entraram para a história da cidade, como as disputas do Comando Vermelho com outras facções pelo controle do tráfico de drogas no morro Santa Marta na década de 1990.

A violência oriunda dos conflitos entre facções e destas contra a polícia chegou a níveis alarmantes nos anos de 1990. Disputas internas geraram a criação de outros grupos criminosos: Do “Comando Vermelho” [CV] originou-se o “Comando Vermelho Jovem” (CV- jovem); do “Terceiro Comando” [TC] nasceram o “Terceiro Comando Jovem” (TC-

Jovem), o “Terceiro Comando Puro” [TCP] e a “Amigos dos Amigos” [ADA] (FARIAS, 2008).

Uma das consequências dessa pulverização da estrutura do tráfico de drogas foram as disputas entre facções pelo domínio dos pontos de vendas - ou, em outras palavras, pelo domínio do território da favela, que passa agora a ter um “Dono”. O controle das facções sobre algumas favelas pode ser constatado em 1996, durante a gravação do clipe do cantor Michael Jackson na favela Santa Marta. A produção do cantor precisou pedir autorização ao então “Dono” do morro, o traficante Marcinho VP, para entrar na favela e realizar o trabalho (BARCELLOS, 2003).

A década de 1990 ficaria marcada, ainda, na história das favelas cariocas pelos arrastões nas praias. Notícia do dia 18 de outubro do ano de 1992, no Jornal Nacional, retrata as imagens que ficariam marcadas na memória dos brasileiros:

Rapidamente as gangues tomam conta da areia... Uma parede humana avança sobre os banhistas... Pavor e insegurança... Sem que se saiba de onde, começa uma grande confusão... O pânico toma conta da praia... As pessoas correm em todas as direções: são mulheres, crianças, pessoas desesperadas à procura de um lugar seguro... A violência aumenta quando gangues rivais se encontram... Este grupo cerca um rapaz que cai na areia e é espancado... A pouco metros dali, outro bando avança sobre a quadra de vôlei... Os jogadores se afastam da quadra e correm para proteger as barracas, mulheres e crianças... Dois policiais, apenas dois chegam até a praia... (...) (Jornal Nacional, 1992).

Os arrastões mudaram a percepção da violência na cidade do Rio de Janeiro. Quando a violência atinge as praias, reduto dos turistas antes protegidos do perigo, o medo se propaga, e inaugura-se a discussão sobre a necessidade de controlar o acesso de grupos específicos às praias (CUNHA, 1991). Ao longo dessa década, as favelas ficaram tematizadas pela violência, e seus moradores passaram a ser vistos como uma ameaça aos demais bairros (VALLADARES, 2005). Exemplo dessa conjuntura foi o fato de, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992 (CNUMAD, conhecida como Eco-92), ter-se convocado o exército a ocupar ruas e várias favelas da cidade, a fim de garantir a segurança dos Chefes de Estado.

Nas décadas seguintes, reproduzem-se estórias sobre chefões e guerras contra facções rivais, fundam-se atividades profissionais como a do “vapor”, a do “avião” e a do “gerente da boca”. O tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro passa a ter um dos maiores e mais caros arsenais de armas do país, o que faz dele um dos maiores responsáveis pelas lesões provocadas por ferimentos à bala (ZALUAR, 2002).

Em dezembro de 2008, por ocasião da candidatura da cidade a sede dos jogos Olímpicos de 2016 e de parte da Copa do Mundo de 2014, a primeira Unidade de Polícia Pacificadora foi instalada no morro Santa Marta, no município do Rio de Janeiro. Até junho de 2013, 33 favelas na cidade do Rio de Janeiro receberam UPPs, em sua maioria localizadas ao redor de áreas turísticas e dos locais de realização dos referidos eventos internacionais. Outras centenas de favelas continuam sob o domínio de facções criminosas e de grupos milicianos, sofrendo operações esporádicas da polícia.

Esta dissertação buscou respaldo no histórico de surgimento e consolidação do modelo de tráfico de drogas presente nas favelas cariocas, bem como em seus desdobramentos na vida cotidiana dos moradores das favelas e de toda a cidade. Objetiva-se, com isso, compreender como a violência, enquanto fenômeno social, impactava a qualidade de vida e a saúde dos moradores, e como a violência mudou ou não com as UPPs.

2.4. Um balanço das UPPs

As Unidades de Polícia Pacificadora começaram a ser instaladas em 2008, como parte de um plano de reforma urbana orientado para a candidatura do Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas de 2016 e da Copa do Mundo de 2014 (MELLO & CUNHA, 2011). O projeto foi inspirado em experiências internacionais de ocupação territorial como o caso de Medellín (FLEURY, 2012). Segundo o afirmado pelo Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, as unidades de polícia seguem o modelo de policiamento comunitário e visam a “levar a paz às comunidades” (MELLO & CUNHA, 2011).

Recentemente, houve uma troca de terminologia no material de divulgação oficial das UPPs, no lugar de “policiamento comunitário”, encontra-se o termo “polícia de proximidade”. As UPPs não devem ser consideradas um tipo de polícia comunitária, pois não contam com uma estrutura de interlocução com os moradores, não priorizam aspectos da segurança definidos pela comunidade, e não têm estrutura descentralizada - aspectos presentes nesse tipo de policiamento. Ao contrário, as UPPs são centralizadas e baseadas em uma estrutura hierárquica rígida; a interlocução com a comunidade acontece através de encontros esporádicos entre o Comandante das unidade e os moradores; e não existe perspectiva de que os moradores participem das decisões sobre as prioridades em segurança pública. Isso se reflete na atuação dos policiais e na exclusão dos moradores das decisões sobre a comunidade (CANO, 2012).

Entre as especificidades dessa política, estão: o emprego de policiais recém-formados, sem histórico de corrupção; reuniões episódicas entre os comandantes das UPPs e a população; a proposta de uma ocupação social por meio de um grupo de projetos denominados “UPP Social”; a definição de um Comandante para cada UPP, substituindo o controle por parte do Batalhão da área; e o foco no fim do domínio territorial, e não no fim do tráfico de drogas (RAMOS, 2011; CANO 2012).

Os objetivos do projeto foram formalmente definidos no Decreto-lei no. 42.787 de 6 de janeiro de 2011, promulgado pelo governador dois anos após a instalação da primeira unidade: “a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”. O artigo 1 do decreto-lei define ainda os critérios de seleção dos locais de implantação das UPPs: “comunidades pobres; de baixa institucionalidade e alto grau de informalidade; em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito”.

A formalização do projeto das UPPs se baseia em decretos publicados posteriormente à instalação da primeira unidade na favela Santa Marta. O decreto-lei 41.650 de 21 de janeiro de 2009 cria a UPP. Outro decreto, lançado no dia seguinte, define uma gratificação de R\$ 500,00 aos policiais lotados em UPPs. Apenas dois anos depois, em decreto de 6 de janeiro de 2011, foi delimitada a estrutura básica do projeto. Isso significa que as UPPs foram implementadas sem que o projeto contasse com uma estrutura normativa (CANO, 2012; FLEURY, 2012).

O Artigo 1º do decreto vincula as UPPs a uma “polícia de proximidade”, enquanto o artigo 6º do mesmo decreto define que os policiais lotados em UPPs devem ter formação em “Direitos Humanos e na doutrina de Polícia Comunitária”. Esses dois artigos refletem a baixa institucionalização do projeto, que além de ter sido formalizado após a implementação, apresenta divergências graves, como a associação ao modelo de policiamento comunitário (CANO, 2012). O mesmo decreto define quatro etapas para a instalação da UPP:

I - INTERVENÇÃO TÁTICA - Primeira etapa, em que são deflagradas ações táticas, preferencialmente pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), pelo Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) e por efetivos deslocados dos CPA, com o objetivo de recuperarem o controle estatal sobre

áreas ilegalmente subjogadas por grupos criminosos ostensivamente armados. II - ESTABILIZAÇÃO - Momento em que são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área delimitada, antecedendo o momento de implementação da futura UPP. III - IMPLANTAÇÃO DA UPP - Ocorre quando policiais militares especialmente capacitados para o exercício da polícia de proximidade chegam definitivamente à comunidade contemplada pelo programa de pacificação, preparando-a para a chegada de outros serviços públicos e privados que possibilitem sua reintegração à sociedade democrática. Para tanto, a UPP contará com efetivo e condições de trabalho necessários ao adequado cumprimento de sua missão. IV - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - Nesse momento, tanto as ações de polícia pacificadora, quanto as de outros atores prestadores de serviços públicos e privados nas comunidades contempladas com UPP passam a ser avaliados sistematicamente com foco nos objetivos, sempre no intuito do aprimoramento do programa (Decreto-lei no. 42.787 de 6 de janeiro de 2011, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ANO XXXVII- N 5- Parte I, Sexta feira, 7 de Janeiro de 2011).

Entretanto, na prática, a instalação das UPPs se divide em três momentos. Em um primeiro estágio, o governo anuncia as favelas que irão receber a UPP, a fim de que não existam confrontos com os traficantes locais. Posteriormente, o BOPE (Batalhão de Operações Especiais) ou as Forças Armadas entram nas favelas para reestabelecer o domínio territorial, processo que pode durar meses, antes do estágio final, em que a sede da UPP é inaugurada e a polícia militar passa a se ocupar do policiamento. A fase de avaliação e monitoramento não foi totalmente implementada (CANO, 2012). Até junho de 2013 o Governo do Estado do Rio de Janeiro não divulgou o modelo ou o resultado de avaliações feitas nas UPPs.

Outro ponto relevante da estrutura formal do projeto é abordado no artigo 6º do mesmo decreto, em que se define que os policiais lotados em UPPs devem ser recém formados. Essa medida objetiva reduzir os níveis de corrupção, ao selecionar policiais que ainda não estão habituados a práticas de corrupção (CANO, 2012). Silva & Leite (2008) apontam que os casos recorrentes de corrupção policial geravam desconfiança nos moradores de favelas. O Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS) divulgou, em dezembro de 2010, pesquisa que sugere que esse quadro pode estar mudando. Os resultados indicam que a confiança na PM em sete favelas com UPP (60%) é mais do que o dobro da registrada em favelas que não contam com as UPPs (28%)⁶. A Fundação Getúlio Vargas (2011)⁷ divulgou resultados semelhantes em pesquisa realizada no complexo de favelas do alemão, onde o índice de aprovação a atuação policial foi de 66 %.

⁶ Para mais informações: <http://upprj.com/wp/>

⁷ Para mais informações:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/02/110223_pesquisa_alemao_jc.shtml

A instalação da UPP rompe com a dinâmica do confronto entre a polícia e os grupos criminosos. Conseqüentemente, a presença de armamento ostensivo e a incidência de casos de bala perdida são reduzidas, o que resulta em um sentimento de segurança (SILVA, 2010; CANO 2012; CUNHA, 2010). O Instituto de Segurança Pública (ISP) divulgou o Relatório Temático Bala Perdida, referente ao ano de 2012, em que aponta uma redução de 68,5% no número de vítimas de balas perdidas de 2007 para 2011 na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Ignácio Cano (2011), essa redução pode ser atribuída ao fim dos tiroteios nas favelas com UPPs.

No site oficial das UPPs, mantido pelo Governo do Estado, estão listados 15 parceiros da iniciativa privada, desde empresas nacionais de grande porte (Natura) a entidades internacionais (Consulado Geral dos Estados Unidos) (Governo do Estado, 2012)⁸. Dentre os principais investimentos do setor privado nas favelas com UPPs, estão as iniciativas da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que, em parceria com a Prefeitura, desenvolve cursos e treinamentos voltados à formalização dos negócios e ao empreendedorismo (FLEURY, 2012). Além disso, o sistema FIRJAN desenvolve projeto de educação e saúde que atenderam, até dezembro de 2011, 54 mil moradores de 15 favelas com UPP. Outro importante investimento é realizado pela holding brasileira EBX, que investirá R\$ 80 milhões (R\$ 20 milhões por ano) no projeto das UPPs.⁹ Esses recursos são destinados à gestão do programa e à criação e conservação da infraestrutura das unidades (Governo do Rio de Janeiro, 2012).

As empresas responsáveis pelo fornecimento de água e luz na cidade do Rio de Janeiro criaram programas de regularização do fornecimento para as favelas com UPPs e implementaram tarifas sociais. No caso da CEDAE, não há previsão para que a tarifa seja extinta. No caso da Light, o desconto é reduzido em 2% a cada mês, até sua eventual extinção (FGV, 2012). A Light criou ainda o programa Comunidade Eficiente, em que os moradores de favelas com UPP recebem geladeiras, novas instalações elétricas e lâmpadas fluorescentes, como forma de diminuir o consumo. A contrapartida dessas iniciativas está na aquisição de milhares de novos clientes e na interrupção do roubo de energia, que certamente gerava um prejuízo significativo.

⁸ Lista de parceiros do projeto das UPPs: <http://www.upprj.com/index.php/parceiro>

⁹ Para mais informações sobre os recursos investidos na gestão do projeto das UPPs: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_u_pp

O Estado também criou um projeto com medidas sociais para as favelas com UPPs, nomeado de “UPP Social” foi lançado em agosto de 2010, ou seja, quase dois anos após a primeira UPP ter sido instalada. A UPP Social coordena ações intersetoriais da prefeitura em favelas com UPP, assim como, ações integradas com o governo estadual e o federal. O programa tem como objetivos: “contribuir para a consolidação do processo de pacificação e a promoção da cidadania local nos territórios pacificados; promover o desenvolvimento urbano, social e econômico nos territórios; efetivar a integração plena dessas áreas ao conjunto da cidade” (UPP SOCIAL, 2012).

A UPP Social foi coordenada pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), então sob o comando do Secretário Ricardo Henriques. Um acordo entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro fez com que o Secretário e o programa fossem transferidos para a prefeitura. Em 4 de janeiro de 2011, o programa passou a ser coordenado pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos [IPP], órgão de planejamento estratégico e produtor de informações e estudos sobre o município (MELLO & CUNHA, 2011).

Entre as principais críticas feitas pela comunidade científica brasileira ao projeto das UPPs, estão aquelas que apontam as seguintes características negativas: 1) a militarização da vida cotidiana, que se reflete no controle policial sobre diversos aspectos da vida na favela, como exemplificado pela proibição de festas; 2) o esvaziamento do papel político das associações de moradores, pois, com a necessidade de autorização do comando das UPPs para a realização de atividades nas favelas, estas entidades seriam privadas de sua função como mediadores entre os moradores e o Estado; 3) a especulação imobiliária pós-UPP e a regularização das cobranças de luz e água, que estariam elevando o custo de vida e impedindo os moradores antigos de continuar na favela; 4) o possível branqueamento das favelas, em consequência da elevação dos custos de vida e da especulação imobiliária; 5) a permanência de traficantes e a continuidade do tráfico de drogas nas favelas; 6) o uso dos termos “pacificação” e “comunidade pacificada” na propaganda oficial do governo (SILVA, 2011; MELLO & CUNHA, 2011; SOUZA E SILVA, 2011).

Entretanto, devem-se observar os índices de criminalidade e as pesquisas sobre as UPPs¹⁰ feitas desde a instalação das mesmas até junho de 2013. Estas apontam para a redução do território controlado pelos traficantes e do número de homicídios, conflitos armados e demais crimes (CANO, 2012; RAMOS, 2011). Soares (2012) faz um balanço do programa comparativamente à realidade anterior à instalação do mesmo:

As UPPs são extremamente positivas, por mais que haja problemas. Os problemas são e serão naturais, porque a realidade é complexa, as ações sociais tardam e os policiais, mesmo diferentes de seus colegas, acabam contagiados pela corporação. De todo modo, enquanto houver acompanhamento de movimentos sociais e da mídia, e enquanto a presença policial for tão permanente e numerosa quanto é nas áreas nobres da cidade, uma UPP será infinitamente melhor para a democracia e os direitos humanos do que o poder arbitrário armado de um grupo qualquer (Soares, 2012).

Em relação a uma das condições citadas por Soares (2012) para o sucesso das UPPs - o número do efetivo policial empregado nas UPPs e sua permanência no local – deve-se observar pesquisa feita em treze UPPs (CANO, 2012). De acordo com esta, a razão de policiais para cada 1.000 habitantes é de 18,2 PMs, um número sete vezes maior que a média do Estado, que é de 2,3 PMs por 1.000 habitantes. Além disso, o efetivo policial das UPPs respeita o número mínimo de cem PMs por unidade, e a razão de PMs por 1.000 habitantes é maior em favelas pequenas, ou seja, o número de PMs não aumenta em proporção direta com o número de moradores. Esses dados apontam que se as UPPs instaladas em favelas de grande porte obtiverem êxito em reduzir a criminalidade com efetivo policial proporcionalmente menor, o programa seria assim, mais eficiente em favelas maiores (CANO, 2012).

O Governo do Estado afirma que existem 8.592 policiais trabalhando nas 33 UPPs instaladas até junho de 2013.¹¹ O Instituto de Segurança Pública [ISP] divulgou que, no ano de 2012, cinco policiais foram mortos enquanto trabalhavam em UPPs, enquanto no restante da cidade apenas dois policiais morreram em serviço no mesmo período. De forma geral, as mortes de policiais nas UPPs foram causadas por disparos feitos por traficantes durante rondas policiais. Esse dado indica a continuidade da presença de traficantes nas favelas com UPPs.

No entanto, parece estar em curso uma mudança na estrutura e na forma de atuação do tráfico de drogas nas favelas com UPPs. Ainda que mantenha a venda de droga no varejo,

¹⁰ O Instituto de Segurança Pública (ISP) - Relatório Temático Bala Perdida, referente ao ano de 2012. Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), 2010. FGV

¹¹ Disponível no site oficial do Governo do Rio de Janeiro: <http://www.upprj.com/>

o tráfico de drogas não realiza mais o domínio territorial armado. Essa mudança gerou “órfãos do tráfico”, alguns adolescentes que trabalhavam em funções menos importantes dentro da estrutura do tráfico, e que se encontram vagando pelas favelas com UPPs (SOARES, 2012; RAMOS, 2011).

A atuação dos movimentos sociais nas favelas com UPP tem igualmente sofrido alterações. A principal delas está associada ao papel das associações de moradores, que, antes da instalação da UPPs, centralizavam a mediação entre os interesses dos moradores e os diferentes órgãos estatais. Atualmente, as obras e os serviços realizados não partem de uma demanda local, e não passam pela a intermediação das associações. Os líderes comunitários permaneceram os mesmos, e ainda são alvo de desconfiança por parte dos policiais, que os associam com o tráfico de drogas (CANO, 2012). Um exemplo da atuação dos movimentos sociais são campanhas e cartilhas sobre direitos humanos e abordagem policial¹² criadas e divulgadas por diferentes organizações em favelas com UPP.

Apesar de contar com grande apoio social e midiático, o programa das UPPs corre o risco de se desgastar frente às tensões cotidianas entre policiais e moradores. Especial atenção deve ser conferida aos jovens, principal alvo de revistas e das restrições de lazer impostas pela UPP. Se não forem criadas bases para um diálogo entre os policiais das UPPs e os moradores, como fóruns e reuniões frequentes, existe o risco de que se reproduzam relações similares às estabelecidas anteriormente com o tráfico e as milícias, no que se refere ao autoritarismo (RAMOS, 2011).

Os policiais da UPP têm assumido um papel disciplinador sobre a vida cotidiana dos moradores que ultrapassa a defesa do território. Essas intervenções se baseiam em uma ideia de ordem, o que manifesta o pressuposto de que os favelados são avessos à ordem. Essa postura sustenta a proibição de festas e bailes funks. Ainda que estes ocorram em eventos promovidos pelo Estado em outras localidades, nas favelas com UPP qualquer festa precisa de autorização (FLEURY, 2012). Luiz Antônio Machado (2010) afirma que o fato de a polícia poder definir unilateralmente o que seria “ordem pública” e a

¹² Para informações sobre a Cartilha Popular do Santa Marta, criada em parceria do Coletivo visão da Favela e a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ : <http://global.org.br/programas/cartilha-popular-do-santa-marta-abordagem-policial/>; Informações sobre a campanha Somos da Maré e Temos Direitos, criada em parceria do Observatório de Favelas, da Anistia Internacional e da organização Redes da Maré: <http://observatoriodefavelas.org.br/>

interferência desta definição na vida cotidiana produzem resistência por parte de uma parcela dos moradores. O autor aponta a existência de uma outra tendência, onde moradores procuram os policiais como autoridade local para que estes resolvam situações que não são relacionadas à função policial. Existe assim, o risco de que as UPPs concentrem um poder político administrativo, antes exercido pelas associações de moradores.

Até junho de 2013, trinta e três favelas haviam recebido UPPs. O quadro a seguir mostra a localização e a data de instalação de cada unidade.

Tabela 1: Datas de Instalação das Unidades de Polícia Pacificadora até Junho de 2013

| <u>Unidade de Polícia Pacificadora</u> | <u>Região da cidade</u> | <u>Data de instalação</u> |
|--|-------------------------|---------------------------|
| Santa Marta | Zona Sul | 19/12/08 |
| Cidade de Deus | Zona Oeste | 16/02/09 |
| Jardim Batam | Zona Oeste | 18/02/09 |
| Babilônia/Chapéu Mangueira | Zona Sul | 10/06/09 |
| Cantagalo/Pavão-Pavãozinho | Zona Sul | 23/12/09 |
| Tabajaras/Cabritos | Zona Sul | 14/01/10 |
| Providência | Centro da cidade | 26/04/10 |
| Borel | Zona Norte | 07/06/10 |
| Formiga | Zona Norte | 01/07/10 |
| Andaraí | Zona Norte | 28/07/10 |

| | | |
|-------------------------|------------------|----------|
| Salgueiro | Zona Norte | 17/09/10 |
| Turano | Zona Norte | 30/09/10 |
| Macacos | Zona Norte | 30/11/10 |
| São João/Matriz/Quieto | Zona Norte | 31/01/11 |
| Coroa/Fallet/Fogueteiro | Centro da cidade | 25/02/11 |
| Escondidinho/Prazeres | Centro da cidade | 25/02/11 |
| São Carlos | Centro da cidade | 17/05/11 |
| Mangueira/Tuiuti | Zona Norte | 03/11/11 |
| Vidigal/Chácara do Céu | Zona Sul | 11/01/12 |
| Nova Brasília | Zona Norte | 18/04/12 |
| Adeus – Baiana | Zona Norte | 11/05/12 |
| Alemão- Pedra do Sapo | Zona Norte | 30/05/12 |
| Chatuba | Zona Norte | 27/06/12 |
| Fé – Sereno | Zona Norte | 27/06/12 |
| Fazendinha | Zona Norte | 09/07/12 |
| Parque Proletário | Zona Norte | 28/08/12 |

| | | |
|---------------------------|------------|----------|
| Vila Cruzeiro | Zona Norte | 28/08/12 |
| Rocinha | Zona Sul | 20/09/12 |
| Jacarezinho | Zona Norte | 16/01/13 |
| Manguinhos | Zona Norte | 16/01/13 |
| Barreira do Vasco- Tuiuti | Zona Norte | 12/04/13 |
| Caju | Zona Norte | 12/04/13 |
| Cerro-corá | Zona Sul | 03/06/13 |

Fonte: Coordenadoria de Polícia Pacificadora – CPP/PMERJ

Nesse quadro, é possível observar que a instalação das UPPs se concentra nas zonas sul e norte da cidade, regiões que vão receber os eventos da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016. Apenas duas UPPs foram instaladas na zona oeste da cidade. Desse conjunto de 33 unidades, 32 UPPs foram instaladas em favelas sob domínio do tráfico de drogas, e uma UPP foi instituída em área sob domínio de milícias (CANO, 2012). Para Luiz Eduardo Soares (2012), é fundamental que o programa não se limite às áreas nobres da cidade e seja expandido às favelas dominadas por milícias.

Apesar do sucesso e da rápida difusão das UPPs, os moradores associam a motivação para o programa aos eventos esportivos que a cidade sediará (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). Existe um temor de que, após os eventos, as UPPs serão retiradas, o que mina a confiança entre os moradores de favelas e o Estado, condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania (FLEURY, 2012; OST, 2012).

Luiz Eduardo Soares (2012) defende, ainda, que o futuro das UPPs depende de sua institucionalização e do fim da gestão especial que o programa recebe do Governo, onde policiais são contratados, treinados rapidamente e recebem uma gratificação. Esse sistema especial inviabiliza que as UPPs se universalizem e tenham sustentabilidade,

duas qualidades fundamentais para que o programa se torne uma política pública de fato. Para tal, as UPPs precisam se institucionalizar como parte integrante da PM; entretanto, isso significaria expor um programa bem sucedido aos problemas estruturais das polícias. Enquanto uma favela tem UPP, as demais continuam sofrendo com incursões violentas, corrupção policial e milícias. Os interesses contrários dentro da instituição da Polícia dificultam a universalização das UPPs para incluir as favelas sob domínio das milícias. Assim, a única solução seria refundar as polícias (SOARES, 2012).

A grande repercussão das UPPs e de seus resultados fez com que esse modelo de segurança pública fosse reproduzido em outros estados. Em 2009, o Governo Gaúcho inaugurou os Territórios da Paz [TP]¹³. Em 2011, foi implantado no Estado da Bahia, com o nome de Base Comunitária de Segurança [BCSs]. Em junho de 2013, o estado contava com doze bases. Em 2012, o Governo do Estado do Paraná também adotou o modelo, sob o nome de Unidade do Paraná Seguro [UPSs]. Até junho de 2013, doze unidades haviam sido instaladas.¹⁴ Em 2013, o Governo do Estado do Maranhão inaugurou-o sob o nome de Unidade de Segurança Comunitária do Maranhão (USC-MA)¹⁵. Essa rápida difusão do modelo das UPPs aumenta substancialmente o número de indivíduos contemplados pela política e acentua a necessidade de compreender sua influência sobre questões intersetoriais, como a qualidade de vida dos moradores.

2.3. Histórico das políticas de segurança pública nas favelas cariocas

Na metade da década de 1990, o Estado do Rio de Janeiro era o estado brasileiro com maior índice de homicídios, e registrou 60,9 homicídios por 100 mil habitantes. A região metropolitana do Estado alcançou a taxa de 70,6 homicídios por cem mil habitantes, que ultrapassava em muito a média nacional da época, de 23,8 homicídios por 100 mil habitantes (SANGARI, 2012).

Além das elevadas taxa de homicídios, algumas especificidades da violência no estado do Rio de Janeiro fizeram com que ele se destacasse no cenário da segurança pública nacional e internacional como estado com maiores problemas para controlar a violência.

¹³ Para mais informações sobre a instalação dos TP:

<http://www.canoas.rs.gov.br/site/home/pagina/idDep/30/id/86>

¹⁴ Para mais informações sobre a instalação das BCSs://atarde.uol.com.br/bahia/materias/1481165-porto-seguro-recebe-base-comunitaria-de-seguranca. Informações sobre a instalação das UPSs:

<http://globo.com/rpc/bom-dia-parana/v/lodrina-recebe-unidade-parana-seguro/2285621/>

¹⁵ Para mais informações sobre a instalação das USC- MA:

<http://imirante.globo.com/noticias/2013/02/24/pagina331851.shtml>

Dentre essas características, podemos citar: controle de territórios por grupos criminosos; uso de armamento utilizado em guerras por parte dos traficantes; a existência de diversas facções criminosas (HENRIQUES & RAMOS, 2010). Historicamente, a proposição de políticas públicas de segurança no Brasil é um movimento pendular, oscilando entre a reforma social e a dissuasão individual. Sabemos que as reformas na estrutura social são postergadas, e, por conseguinte, as políticas públicas pendem para a criminalização individual (BEATO FILHO, 1999).

As políticas de segurança do estado do Rio de Janeiro no último século são basicamente reativas e baseadas na repressão, mais do que na prevenção. Com frequência, os governos reagem diante dos casos com repercussão pública adotando uma resposta de curto prazo, sem obter redução significativa nos índices de criminalidade. Além da falta de planejamento, o modelo tradicional sofre com uma formação de profissionais deficiente, com a herança autoritária, com os abusos dos direitos humanos, e com a corrupção institucional. Não obstante, muitos defensores desse paradigma repressivo continuam defendendo não só a continuação, mas a intensificação das velhas políticas (CANO, 2006; COSTA, 2004).

No Estado do Rio de Janeiro, a maior mudança no quadro da segurança pública se deu após o processo de redemocratização. O então governador Leonel Brizola estabeleceu o controle civil das polícias e criou o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos, que reuniu diversas instituições governamentais e civis visando à reestruturação das políticas de segurança. Leonel Brizola instituiu, ademais, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro, que, dentre suas diretrizes, apresentava o respeito aos direitos humanos, o fim da tolerância à violência policial e a proibição de operações sem mandado judicial em favelas (COSTA, 2004).

Apesar de inovadora, a política de segurança do governo Brizola não gerou uma diminuição da criminalidade. Sua política de defesa dos direitos humanos e de combate à arbitrariedade policial coincidiu com a entrada da cocaína no estado e o início da organização do tráfico de drogas na cidade, o que, apesar de ser resultante de inúmeros fatores, continua sendo associado à proibição das antigas práticas repressivas que a polícia realizava nas favelas (PERLMAN, 2010). O fracasso da política de segurança é evidenciada pela fala do então comandante da polícia militar:

É certo que falhamos. Não conseguimos implantar o modelo democrático que defendíamos. Não soubemos prender traficantes sem invadir barracos, sem colocar em risco a vida de terceiros; não soubemos fazer a polícia investigar para prender; não soubemos fazer a polícia entender que a sua principal tarefa era aprender a não matar (Cerqueira, como citado em Costa, 2004, p.134).

O segundo mandato de Leonel Brizola (1991- 94) foi marcado por uma grande elevação nos índices de violência, que alcançaram a taxa de 60 homicídios por 100 mil habitantes. O crescente sentimento de insegurança da população gerou uma pressão social pela intervenção do governo federal no estado, o que viria a se concretizar em 1992, na emblemática operação do exército ao longo da Conferencia ECO-92 (COSTA, 2004).

Em 1995, foi implementada no Rio de Janeiro uma política de segurança pública baseada no enfrentamento, que incentivava através de uma gratificação o policial que se engajasse em ações violentas. Essa gratificação ficou conhecida como “gratificação faroeste”, e elevou consideravelmente os níveis de violência empregados pela polícia. Nesse ano, a polícia carioca matou, em confrontos, 358 civis, enquanto a polícia estadunidense registrou ao longo do ano de 1990, no país inteiro, 385 civis mortos em confrontos. A taxa de mortes por habitante em confrontos com a polícia carioca foi aproximadamente 50 vezes superior (CANO, 1999; COSTA, 2004).

Sob influência do sucesso da ECO-92, o exército seria novamente chamado, em 1994 e em 1995, a participar de uma ação conjunta com a polícia: a Operação Rio, com o objetivo de coibir o tráfico de drogas e armas. Trinta e cinco favelas foram cercadas e/ou ocupadas. Em junho de 1999, houve nova estratégia semelhante de ocupação, durante a “Cimeira do Rio”, que trouxe à cidade autoridades de países europeus e latino-americanos (COSTA, 2004).

A ideia de que existe uma “guerra contra o crime” se difundiu pela sociedade, que, saudosa da sensação de segurança alcançada ao longo da ECO-92, apoiava a máxima de que “botar o exército na rua” seria a única forma de resolver o problema da violência na cidade (COSTA, 2004; ZALUAR & ALVITO, 1998). Em 2002, o exército foi convocado para garantir a segurança das eleições. Em 2006, fuzis foram furtados de um quartel, gerando uma operação conhecida como “asfixia”, que envolveu a ocupação de 13 favelas durante oito dias, até que as armas reaparecessem. Em 2007, militares ocuparam o morro da Providencia para garantir a segurança do Programa Cimento Social. No ano seguinte, militares que trabalhavam na operação sequestraram três jovens moradores e os entregaram aos bandidos de uma favela dominada pela quadrilha rival à que dominava a

Providência. Os três garotos foram torturados por horas e, em seguida, executados (FARIAS, 2008; COSTA, 2004).

Em maio de 2007, com a aproximação dos Jogos Pan-Americanos, uma operação policial no complexo de favelas do Alemão deixou mais de 76 pessoas feridas gravemente e 46 mortos – dos quais 19 eram crianças de menos de 12 anos. Durante cerca de dois meses, os moradores ficaram sem fornecimento regular de água ou de luz, e as escolas permaneceram fechadas (ALVES & EVANSON, 2011). O fracasso da operação e a mobilização social diante dos inúmeros casos de violação dos direitos dos moradores atestam a ineficiência do modelo de enfrentamento adotado pela polícia até então.

Ao longo das três últimas décadas, diversas estratégias foram utilizadas pela Secretaria de Segurança do Estado no combate à violência oriunda do tráfico de drogas. Exemplos são: o aumento do número de incursões policiais e da violência empregada, o uso do exército para ocupar favelas e vias de acesso, o aumento da verba destinada à compra de armamento e de materiais usados nessas incursões, como caveirões, helicópteros blindados e dispositivos de voo não tripulado. Essas estratégias não alcançaram êxito na diminuição da criminalidade no Estado do Rio de Janeiro. Ao contrário, aumentaram os índices de homicídio e se multiplicaram os episódios em que traficantes demonstravam força bélica (ALVES & EVANSON, 2011).

Diante do fracasso das políticas tradicionais no controle da criminalidade e da violência, surgiu espaço para reformas e propostas inovadoras (COSTA, 2004). Emerge a ideia de que um novo paradigma democrático de segurança pública pode ser estabelecido no Brasil, com maior atenção à prevenção, o surgimento de novos atores e a noção de polícia comunitária, que compatibiliza eficiência com respeito aos direitos humanos (CANO, 2006; COSTA, 2004). O policiamento comunitário foi originalmente aplicado no estado no início dos anos de 1990, no governo Moreira Franco, como uma proposta de aproximação da polícia com a comunidade. Foi criado um centro integrado de policiamento comunitário que objetivava mediar a relação da população das favelas com a polícia - o Posto de Policiamento Comunitário [PPC]. O PPC contava com cinco policiais em postos localizados em favelas (COSTA, 2004).

Outro programa inovador aconteceu durante o governo de Anthony Garotinho, sob comando da subsecretária de pesquisa e cidadania, coordenada por Luiz Eduardo Soares,

e com apoio da Vice-Governadora Benedita da Silva. O programa, denominado Mutirão da Paz, incluía a ação do Bope para recuperar territórios, informação sobre a entrada da polícia para evitar confrontos, policiamento comunitário voltado para resolução de problemas, policiamento 24 horas por dia, a instalação de uma unidade da PM, e ações sociais envolvendo diversas áreas do governo. Luiz Eduardo Soares (2012) aponta que as concepções presentes no projeto Mutirão da Paz são idênticas às implementadas nas UPPs dez anos depois.

O Mutirão da Paz foi implementado por dez meses na favela Pereirão, em Laranjeiras, no ano de 1999 (SOARES, 2012). No mesmo ano, a favela Santa Marta recebeu o projeto, a ocupação permanente da polícia durou cerca de quatrocentos dias, diminuiu o volume de venda de drogas e os tiroteios. Após o fim do projeto, em março de 2000, os pontos de venda de droga voltaram a ser disputados em uma guerra entre as facções Comando Vermelho e Terceiro Comando (BARCELOS, 2003). Os morros da Formiga e do Jacarezinho, seriam os próximos a receber o programa Mutirão da Paz, fato que não ocorreu. O aumento da visibilidade política que o projeto trazia para Vice-Governadora começou a ameaçar os interesses do então Governador na sucessão do cargo. Como forma de reduzir a importância política dos Mutirões, não houve liberação de recursos para contratação e treinamento de policiais, o que comprometeu a continuidade do programa (SOARES, 2012).

Após a exoneração do Subsecretário no ano 2000, o projeto foi remodelado, e relançado com o nome de Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), deixando de contemplar políticas públicas intersetoriais. O GPAE foi instalado nas favelas do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, e obteve apoio dos moradores devido ao afastamento de cerca de 70% dos policiais por desvios de conduta (COSTA, 2004; SOARES, 2012). Nos anos seguintes, os GPAEs foram instalados no morro da Babilônia e Chapéu Mangueira, Providência, Gardênia Azul, Rio das Pedras e Cavalão e Estado, em Niterói. Os PPCs e os GPAEs continuam a existir em várias favelas cariocas. Entretanto, não alcançaram resultados significativos na redução da corrupção e dos casos de violência policial. Por isso, não alteraram a percepção negativa da polícia (MELLO & CUNHA, 2011).

Após a saída do então governador, Anthony Garotinho, para concorrer às eleições presidenciais de 2002, Benedita da Silva assumiu o Governo do Estado por 9 meses, e manteve, sob o nome Ocupação Social, um programa, semelhante ao Mutirão da Paz, que

aliava as ocupações policiais à oferta de serviços públicos (OST, 2012). Com a eleição em 2003 da Governadora Rosinha Garotinho, o projeto foi encerrado. Em 2 de junho de 2002, a morte do jornalista Tim Lopes, durante uma reportagem na favela Vila Cruzeiro, gerou grande comoção social. A resposta do governo foi uma caça aos responsáveis através das velhas incursões pontuais da polícia na favela.

Com exceção dos programas citados, a atuação da polícia nas favelas cariocas tem sido historicamente caracterizada pelo uso da violência, por abusos e pelo desrespeito aos moradores. Soares (2012) esclarece como o apoio político a ações de enfrentamento pode, em última instância, aumentar os casos de corrupção policial:

As Políticas de segurança adotadas no estado do Rio de Janeiro estimularam a brutalidade policial e não atuaram sobre os mecanismos de controle interno e externo, e de gestão efetiva na ponta. Refiro-me aos governos Moreira Franco (87-90), Marcelo Alencar (95-98), Garotinho (pós março de 2000, até 2002), Rosinha (2003/2006) e Cabral (2007 até hoje, salvo nas UPPs). Crimes policiais ou foram tolerados ou tratados como casos individuais, mesmo quando envolveu chefes de polícia - um dos quais, hoje condenado, dirigiu a polícia civil fluminense durante 7 anos. A ligação entre violência policial e corrupção dá-se do seguinte modo: quando se confere ao policial na ponta licença para matar (o que difere do exercício da legítima defesa ou da defesa da vida de terceiro com recurso extremo à força letal), confere-se a ele, ao mesmo tempo, licença para não matar, negociando a vida e a liberdade do suspeito. Cria-se, assim, uma moeda, que rapidamente se inflaciona, atraindo mais e mais operadores e investimentos (Soares, 2012).

A existência de um padrão violento e corrupto na atuação da polícia militar no Estado do Rio de Janeiro se tornou um obstáculo ao combate às facções criminosas. Exemplo disso é a prática das prisões não registradas nas delegacias, que funcionavam como um sequestro: os traficantes ficavam presos dentro do carro da polícia até que o pagamento exigido fosse feito pelas facções. Se os policiais e os demais membros do tráfico local chegassem a um acordo, os traficantes eram soltos novamente nas favelas; do contrário, a prisão era efetuada. Essa prática se tornou comum nas favelas cariocas, a ponto de fazer parte da previsão de gastos na contabilidade do tráfico (ATHAÍDE ET AL, 2007).

A prática de entrar nas residências sem mandado judicial é parte desse padrão de atuação, e ficou conhecida como “pé na porta”. Há, ainda, casos recorrentes de corrupção policial, onde moradores observavam extorsões e venda de proteção e de armamento ao tráfico. Foi acirrada, assim, a desconfiança dos moradores contra a polícia, que já existia em razão das ações de segurança pública que não respeitavam sua condição de cidadão, tratando-os como bandidos em potencial. A presença da polícia é temida na favela

(MELLO & CUNHA, 2011; ALVES & EVANSON, 2011; PERLMAN, 2010; OLIVEIRA & CARVALHO, 1993; MISSE, 1997; SOARES, 2012).

A atuação policial estava pautada em um padrão militarizado, com incursões bélicas que geravam altas taxas de letalidade, sem que isso significasse uma desestruturação real do tráfico, que voltava à cena assim que a incursão da polícia terminava (CANO, 2012; SOARES, 2012). Diante dos inúmeros casos de ações violentas e arbitrárias por parte da polícia, a relação da mesma com a sociedade passou a se basear na desconfiança, traço que, na maior parte das ocorrências, desencoraja a população a realizar o registro da ocorrência ou pedir auxílio (COSTA, 2004).

O descrédito das antigas práticas de segurança pública ajuda a entender a receptividade com que a sociedade carioca vem acolhendo a instalação de Unidades de Polícia Pacificadoras [UPPs] nas favelas, mas certamente não explica inteiramente o comportamento. Outro fator premente para entender a popularidade do programa é que os índices de criminalidade nos bairros com UPPs apresentaram quedas significativas desde a sua instalação (CANO, 2012). Esse efeito pode ser visto no “Mapa da Violência”¹⁶, com o ranking de homicídios entre as capitais do país, realizado pelo Instituto Sangari. Os últimos levantamentos apontam que o Rio de Janeiro caiu do segundo lugar, em 2000, para o décimo sétimo, em 2010. A taxa de assassinatos por 100 mil habitantes encolheu de 51,0 para 26,2 homicídios por 100 mil habitantes, sendo o período entre os anos de 2008 e 2010, coincidente com a instalação das UPPs, responsável pela queda de mais de 20% no número de homicídios na cidade do Rio de Janeiro.

Para Luiz Eduardo Soares (2012), as UPPs representam, assim como os programas “Mutirão da Paz” e o “GPAAE”, uma substituição do modelo de incursões bélicas nas favelas, que custavam muitas vidas e não representavam grandes prejuízos ao tráfico. As UPPs se enquadrariam em um modelo em que se tem segurança pública durante 24 horas, sem que a polícia se retire. Essa similaridade também expõe o programa das UPPs às mesmas tensões que levaram à extinção dos programas anteriores: a degradação da PM.

Para o referido autor, é preciso esclarecer que as UPPs, assim como qualquer outro programa de segurança pública, só alcançarão um avanço significativo na segurança pública do estado do Rio de Janeiro se houver a compreensão de que o problema não se

¹⁶ Disponível em: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/>

restringe ao tráfico de drogas, uma vez que este se sustentou sobre uma rede de corrupção policial. Para que ocorra uma grande mudança na segurança pública no estado, as UPPs deveriam ser complementadas pela refundação da instituição policial (SOARES, 2012).

2.4.1. UPP Santa Marta

A favela Santa Marta fica localizada no morro Dona Marta, no bairro de Botafogo, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Sua ocupação foi iniciada na década de 1920, por trabalhadores contratados para as obras de ampliação do Colégio Santo Inácio. Nas décadas seguintes, o morro recebeu fluxo migratório das regiões Norte e Nordeste do país, bem como trabalhadores vindos do Vale do Paraíba (MELLO & CUNHA, 2011; FLEURY, 2012).

Há uma disputa simbólica em relação ao nome da favela, o nome Santa Marta teria origem na imagem de uma santa, levada até o pico do Morro por uma moradora. Posteriormente, foi criada uma capela no local. Algumas décadas depois, a imprensa começou a chamar a favela de Dona Marta, nome do morro onde se situa. O nome foi reproduzido pelos moradores de religião evangélica, numa tentativa de desassociar a favela do nome da santa católica. Essa troca pode ser vista em documentos oficiais da prefeitura (MELLO & CUNHA, 2011). A presente dissertação utilizará o nome Santa Marta, por ser este o nome original da favela.

Considerada como projeto piloto, a UPP do Santa Marta teve origem em uma ocupação policial iniciada no dia 20 de novembro de 2008. Essa ocupação ocorreu sem que os moradores soubessem de sua finalidade. Um mês depois, a primeira UPP foi instalada no dia 19 de dezembro de 2008, com um efetivo de mais de 100 policiais. A UPP tem como princípio a ocupação permanente do território, que ocorre através de rondas e da presença de uma unidade fixa de policiamento, conhecida como sede da UPP. Além da sede, outros pequenos postos de policiamento são estabelecidos ao longo da favela. A repercussão do programa atraiu autoridades, artistas internacionais e turistas, que visitam o Santa Marta desde o lançamento do programa (CANO, 2012; FLEURY, 2012; MELLO & CUNHA, 2011).

A UPP Santa Marta, como o projeto é nomeado pelo Governo do Estado, teve três comandantes até junho de 2013. A primeira Comandante da UPP Santa Marta foi a Capitã Priscila Azevedo, conhecida por estabelecer uma relação de proximidade com os

moradores (FLEURY, 2012). A Capitã Priscila deixou o comando da UPP em março de 2011 para assumir um cargo na coordenadoria das UPPs (MELLO & CUNHA, 2011). O Capitão Rodrigo Andrada assumiu o comando da UPP até o final de 2011. Até Junho de 2013, a UPP Santa Marta estava sob o comando do Tenente Gabriel Cavalcanti.

As primeiras mudanças na estrutura da favela Santa Marta foram a regularização dos serviços de luz, água e TV a cabo, além da disponibilização de uma rede de internet sem fio gratuita. Como parte do processo de regularização do fornecimento de luz, a Light nomeou os bicos e vielas e numerou as residências, a fim de que fosse possível entregar as contas em cada casa. Como estratégia de marketing, 810 das 1,287 residências tiveram seus refrigeradores trocados por novos, e 695 passaram por reformas nas redes elétricas. Além disso, oito mil duzentas e trinta e quatro lâmpadas foram distribuídas (FGV, 2012).

Em razão da ausência de CEPs (Código de Endereçamento Postal), até junho de 2013, apenas as contas de luz eram entregues nas casas. O restante das correspondências continuava a ser entregue na associação de moradores (MELLO & CUNHA, 2011). Dentre as críticas ao programa, lideranças locais reclamam da disparidade entre as responsabilidades financeiras que os moradores tiveram que assumir e a qualidade de alguns serviços prestados. Como exemplo, deve-se mencionar a inexistência de rede esgoto e coleta de lixo completa, que gera uma infestação de ratos (FLEURY, 2012).

Após a regularização de alguns serviços, houve mudanças no comércio local, como a implantação de uma filial da rede Casa & Vídeo na Praça do Cantão. Outra grande mudança é a instalação de um posto de atendimento avançado do Banco Bradesco, que faz concessão de crédito e conta com um caixa eletrônico. Os demais serviços bancários, como a abertura de contas e o recebimento de pagamentos, são realizados em comércios locais intitulados “Bradesco Expresso”. Até 2012, três comerciantes locais adotaram o Bradesco Expresso. Nas favelas com UPPs, as taxas bancárias oferecidas aos moradores são menores, assim como as exigências para que um comerciante possa ser tornar um agente Bradesco Expresso (CNPJ e faturamento de 3 mil reais mensais) (OST, 2012).

Por se tratar da primeira UPP, a UPP Santa Marta foi instalada antes que houvesse uma formulação de sua contrapartida social, nomeada de UPP Social. Esse projeto tem como objetivo complementar a instalação da UPP e promover a integração da favela à cidade, ao centralizar os serviços e programas da prefeitura nas favelas com UPP. A UPP social

só foi implantada no Santa Marta três anos após a instalação da UPP¹⁷. Antes disso, entretanto, diversas ações sociais foram implementadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro no Polo Social Padre Velloso. Esse prédio abriga três secretarias diferentes: Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (CF Santa Marta), Secretaria de assistência Social (CRAS Pd. Velloso) e a Secretaria de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida (Casa de Convivência Pd. Velloso). O Polo abriga ainda a Clínica da Família Santa Marta, que se identifica como um Posto de Saúde da Família [PSF].¹⁸ Em outro prédio, localizado no acesso do morro, está instalada a FAETEC, que oferece cursos técnicos aos moradores. A sede da UPP, localizada no alto do morro, também oferece cursos e atividades de lazer a crianças e adolescentes (FLEURY, 2012).

Para a compreensão da complexidade do objeto de pesquisa deste projeto, é importante considerar que cada UPP está instalada em uma favela diferente, com história e infraestrutura distintas das demais. Há, em cada uma, relação diferente com os traficantes (distintos níveis de domínio territorial e violência) e com a polícia (casos de violência policial e corrupção), o que afeta diretamente a qualidade de vida que os moradores tinham antes e depois da instalação das UPPs.

Para os propósitos desse trabalho, em relação à instalação da UPP no Santa Marta, escolhemos delimitar como objeto de pesquisa a perspectiva dos moradores em relação a sua qualidade de vida e saúde. Essa escolha foi baseada no histórico de violência que a favela apresentava nas duas décadas anteriores, com várias guerras entre facções rivais (BARCELOS, 2003); nos estudos sobre o impacto da violência na saúde; e na importância conferida as ações intersetoriais na Promoção da Saúde (BUSS, 2012).

2.5. O Movimento de Promoção da saúde, os Determinantes Sociais de Saúde e o contexto brasileiro

Como orientação teórica, este trabalho se embasará no paradigma dos Determinantes Sociais da Saúde, que redefiniu o conceito de saúde, ressaltando a importância das condições socioambientais. Atualmente, este paradigma embasa o movimento de promoção da saúde, que é a estratégia central do Ministério da Saúde brasileiro para promover melhorias na qualidade de vida da população. A intersetorialidade da questão

¹⁷ Para mais informações: <http://uppsocial.org/>

¹⁸ Para mais informação sobre o PSF Santa Marta: <http://www.psfsantamarta.com/>

da saúde é um dos pilares dessa proposta, que compreende a interdependência entre condições sociais e condições de saúde.

Atualmente, a Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde conceitua os DSS como “desigualdades na situação de saúde decorrentes das condições sociais em que as pessoas vivem.” Exemplo dessa desigualdade é o fato de as favelas apresentarem uma taxa de mortalidade infantil 3,27 vezes maior do que a da 6ª Região Administrativa da cidade, onde estão bairros como Ipanema e São Conrado. O índice de homicídios entre homens de 15 a 24 anos é 4,6 vezes superior na Rocinha do que na Gávea. Entre as mães moradoras das favelas, 22% têm até 20 anos; nos bairros vizinhos, a taxa é de 5,42 %¹⁹. A expectativa de vida de um morador da Rocinha, observado através do Índice de Desenvolvimento Humano [IDH], é de 67,33 anos, enquanto a de seus vizinhos da Gávea podem ultrapassar os 80 anos. Esses exemplos demonstram que a falta de investimentos nos DSS, como saneamento básico e condições de moradia, têm como efeito uma menor expectativa de vida para os moradores de favelas. Nesse cenário, é possível perceber que a favela sofre com uma violência estrutural, que atinge variados DSS e compromete a expectativa de vida local. Outro exemplo da influência dos DSS na qualidade de vida e na saúde da população é apontado pela UNICEF (2006), como a possibilidade quase 2,5 vezes maior de mortalidade infantil entre filhos de mães com até 3 anos de estudo, comparativamente àquela entre os filhos de mães com oito anos ou mais de estudo (UNICEF, 2006).

Um marco da implementação do aspecto social dos DSS foi a definição de saúde presente na Constituição da Organização Mundial de Saúde [OMS] (1946), que define “saúde” como “um estado de bem-estar físico, mental e social, não consistindo somente na ausência de enfermidades ou de doença”. Apesar do avanço, esse aspecto social não foi aprofundado no período pós-guerra, onde países colonizadores difundiram o modelo médico focado em alta tecnologia e ações verticais de combate a epidemias. A OMS implementou, em 1950, uma campanha de erradicação da malária, que consistia na pulverização de DDT como forma de matar o vetor do mosquito, o que se mostrou ineficiente.

A ineficácia de campanhas baseadas em ações verticais em colônias africanas, e a necessidade de atendimento fora dos centros urbanos, levou comunidades e profissionais

¹⁹Pesquisa realizada pelo Movimento Rio Como Vamos

de saúde a buscar um modelo de saúde alternativo. Um dos trabalhos comunitários exitosos surgiu na China, na década de 1950, e ficou conhecido como “médicos dos pés descalços”, focado na prevenção, no âmbito do qual os profissionais viviam nas comunidades em que trabalhavam. Outras iniciativas de saúde baseadas na comunidade surgiram ao redor do mundo, com foco na educação e na prevenção em saúde. Algumas dessas políticas iam além dos DSS e enfrentavam questões como estrutura política e relações de poder, como problemas de saúde associados a relações de gênero. As estratégias de saúde baseadas na comunidade ganharam reconhecimento internacional pelos resultados alcançados em regiões pobres (IRWIN & SOLAR, 2005).

Na década de 1970, os Determinantes Sociais da Saúde ganharam destaque no Movimento de Promoção da Saúde que surgia no Canadá, a partir da divulgação do documento conhecido como informe Lahore (A New Perspective on the Health of Canadians). Através deste, identificaram-se o meio ambiente e o estilo de vida como duas das principais causas de mortalidade no Canadá. O informe favoreceu ainda a realização da I Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde (1978), conhecida como conferência de Alma-Ata, que foi fundamental para resgatar o paradigma social da saúde e para o estabelecimento do conceito de Determinantes Sociais da Saúde. Sua declaração defendia a proposta de “Saúde para Todos no ano 2000”. O idealizador do programa, Halfdan Mahler, Diretor-Geral da OMS em 1973, dizia que: “o programa Saúde para Todos tem como premissa tanto a remoção de obstáculos para a saúde – ou seja, o fim da desnutrição, da ignorância, da contaminação de água doce e de habitações não higiênicas – quanto a solução de problemas puramente médicos” e que a forma de se alcançar esses objetivos era adoção da atenção primária à saúde (BUSS, 2003).

A atenção primária à saúde [APS] representava uma recomendação da OMS para que os países em desenvolvimento fizessem uma reconfiguração do sistema de saúde, inspirada nas experiências baseadas na comunidade, como os “médicos dos pés descalços”²⁰, modelo implementado na china. A APS era considerada parte do desenvolvimento social comunitário, o que inclui a transferência de recursos para as comunidades pobres e rurais, abandono da dependência de médicos e enfermeiros, e a inclusão de membros da comunidade no sistema de saúde. Assim, este seria o primeiro contato dos indivíduos com o sistema de saúde nacional. O desenvolvimento da APS fez com que as ações

²⁰ Para mais informações: Horn, J S. Medicina para Milhões: A experiência Chinesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

intersectoriais em saúde fossem difundidas, ganhando uma unidade na OMS (VEGA & SOLAR, 2005).

Esse contexto impulsionou a realização da I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (1986) organizada pela OMS, que originou a Carta de Ottawa (BUSS, 2003), documento que se tornaria referência para o Movimento de Promoção da Saúde, ao definir Promoção da Saúde como “o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo”. O texto aponta para a intersectorialidade do campo da saúde ao anunciar oito condições para a saúde: paz, abrigo, educação, alimentação, renda, um ecossistema estável, recursos adequados, justiça social e equidade (IRWIN & SOLAR, 2005; BUSS, 2000).

A Carta de Ottawa (1986, p.1) define ainda que “a saúde é o maior recurso para o desenvolvimento social, econômico e pessoal, assim como uma importante dimensão da qualidade de vida.” Posteriormente, a Organização Mundial da Saúde (1986) definiria a qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Desta forma, o conceito de saúde está inter-relacionado ao de qualidade de vida: a condição geral de saúde do indivíduo contribuirá para que ele tenha uma boa qualidade de vida, o que, por sua vez, é crucial para se ter saúde (BUSS, 2000; 2006).

Entre os seus postulados, a Carta de Ottawa defende que os serviços de saúde não se limitem a cuidados de prevenção, curativos e de reabilitação, e se orientem para a Promoção da Saúde. Afasta-se, assim, do paradigma saúde-doença e compreende a saúde como recurso para a vida. Reconhece o papel do indivíduo e da comunidade na melhoria da própria saúde, e prevê o acesso a recursos como a informação para capacitá-los sobre opções saudáveis (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, CARTA DE OTTAWA, 1986; BRASIL, 2002; MEIRELHES, 2008).

A Carta de Ottawa institucionalizou internacionalmente o modelo canadense de Promoção da Saúde, propondo cinco campos centrais de ação: 1) elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; 2) criação de ambientes favoráveis à

saúde; 3) reforço da ação comunitária; 4) Desenvolvimento de habilidades pessoais; 5) reorientação do sistema de saúde. De acordo com esse documento:

Promoção da saúde é o nome dado ao processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social (...). Assim, a promoção da saúde não é responsabilidade exclusiva do setor saúde, e vai para além de um estilo de vida saudável, na direção de um bem estar global (Carta de Ottawa, 1986, p.1).

Nos últimos 20 anos, ocorreu um rápido e abrangente desenvolvimento do conceito de Promoção da Saúde no Brasil. Paralelamente à I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, teve lugar, no Brasil, a VII Conferência Nacional de Saúde (Brasília, 1980), que incorporou os conceitos elencados na Carta de Ottawa. O processo transcorreu a tempo de que tais concepções fossem incluídas na Constituição Federal de 1988, ainda hoje vigente. Isso possibilitou que os princípios defendidos pela OMS fossem incorporados no Sistema Único de Saúde [SUS]. Quatro anos depois, surgiu o Programa de Saúde da Família [PSF], primeiro programa no país inspirado nos conceitos de Promoção da Saúde (BUSS & CARVALHO, 2009).

O PSF representa uma reorientação do sistema de saúde brasileiro para a implementação da atenção primária à saúde [APS]. A unidade do PSF é a “porta de entrada” do sistema de saúde, baseado na comunidade, com a contratação e treinamento de moradores como agentes de saúde, tal como os princípios da APS. A estratégia prioriza a prevenção e Promoção da Saúde, com atendimento nas unidades e nas residências, e está presente em diversos municípios brasileiros (BUSS & CARVALHO, 2009).

A implementação da APS sofreu uma retração nas décadas de 80 e 90 nos países em desenvolvimento, devido à redução dos gastos estatais, ocasionados pela adoção de um paradigma neoliberal. Conseqüentemente, foi amplamente aplicada a atenção primária seletiva [APS Seletiva], uma versão limitada e de menor custo da atenção primária abrangente defendida pela OMS. A APS seletiva visava à concentração de recursos em poucas ações com alto custo-benefício. Na prática, isso representava um abandono do ideal de sistema de saúde defendido pela OMS, que incluía uma transformação das relações de poder (IRWIN & SCALI, 2005; IRWIN & SOLAR, 2005).

No contexto brasileiro, o neoliberalismo levou a medidas como ajuste fiscal e a diminuição do aparato do Estado, o que afetou a implementação do Sistema Único de

Saúde [SUS]. O SUS tinha, entre seus princípios, as recomendações da OMS, como o emprego da ATP abrangente. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, no entanto, o modelo reduzido de ATP a saúde prevaleceu. No Brasil, a ATP seletiva foi empregada por ONGs, como a Pastoral da Criança, em campanhas de combate à mortalidade infantil, através dos quatro pilares: monitoramento do crescimento, hidratação oral, aleitamento e imunização (Estratégia GOBI- Growth Monitoring, Oral Rehydration, Breastfeeding e Immunization) (IRWIN & SOLAR, 2005; BUSS 2000). Essa estratégia gerava resultados positivos, mas não alcançava todos os DSS.

Atualmente, a Promoção da Saúde é o paradigma de política pública hegemônica no campo da saúde no Brasil (FURTADO, 2010). Em março de 2006, foi publicada no Diário Oficial a Política Nacional de Promoção da Saúde [PNPS]. A referida política representa um resgate as referências preconizadas pela Carta de Ottawa (BRASIL, 2002) e promove a ampliação e qualificação das ações de promoção da saúde, propondo iniciativas caracterizadas pelos seguintes atributos: integralidade, equidade, responsabilidade sanitária, mobilização e participação social, intersetorialidade, informação, educação e comunicação, sustentabilidade (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, CARTA DE OTTAWA, 1986; BRASIL, 2002).

O Ministério da Saúde, através da Política Nacional de Promoção da Saúde, especifica três objetivos relevantes para a discussão proposta por esta dissertação: Prevenir fatores determinantes e/ou condicionantes de doenças e agravos à saúde; Estimular a adoção de modos de viver não violentos e o desenvolvimento de uma cultura de paz no país; Valorizar e ampliar a cooperação do setor da saúde com outras áreas de governos, setores e atores sociais para a gestão de políticas públicas e a criação e/ou o fortalecimento de iniciativas que signifiquem redução das situações de desigualdade (PNPS, 2006, p. 15). Fica evidente, nesses objetivos, a necessidade de aprofundar os conhecimentos acerca da intersetorialidade de políticas de segurança pública, como as UPPs. Esse é o caso, principalmente, nas discussões referentes ao alcance dessa política no âmbito dos DSSs, ou seja, no que tange à diminuição das desigualdades e à promoção da saúde e da qualidade de vida.

O Documento propõe, ainda, uma concentração de ações sob sete temáticas: Alimentação saudável; Prática corporal/atividade física; Prevenção e controle do tabagismo; Redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas; Redução

da morbimortalidade por acidentes de trânsito; a Promoção do desenvolvimento sustentável; e a Prevenção da violência e estímulo à cultura de paz. A inclusão da prevenção à violência e estímulo à paz como uma das temáticas privilegiadas pela PNPS faz com que as UPPs, cujo objetivo é a promoção da paz, sejam também avaliadas nesta dissertação, segundo seu potencial para se tornar uma ação de Promoção da Saúde.

Na Assembléia Mundial da Saúde de 2004, o Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde, Lee Jong-Wook, propôs a criação de uma comissão para recomendar políticas públicas de saúde e de outros setores que promovam intervenções visando à melhoria das condições de saúde e à diminuição das iniquidades.

Uma dos aspectos mais essenciais da justiça nas relações humanas é a promoção do acesso igualitário às condições que facilitam a saúde [...] O objetivo de Alma-Ata de fornecer Saúde para Todos estava certo, assim como os princípios básicos da atenção primária à saúde: acesso igual, participação da comunidade e abordagens intersetoriais para a melhoria das condições de saúde. Esses princípios precisam ser adaptados ao contexto atual (Lee Jong-Wook, 2004- Diretor Geral da OMS).

A recomendação foi seguida pelo governo brasileiro, que, em março de 2005, decidiu pela criação da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais em Saúde [CNDSS]. Transcorridos mais de vinte anos da divulgação da Carta de Ottawa, o conceito de saúde foi ampliado. O termo 'Promoção da Saúde' passou a se referir, por um lado, a um conjunto de valores relacionados à vida, à paz, à saúde, à equidade, à participação, à democracia, à cidadania e ao desenvolvimento; por outro lado, hoje concerne uma combinação de estratégias visando a atingir os determinantes sociais da saúde - ações do Estado (políticas públicas saudáveis), da comunidade (reforço da ação comunitária), dos indivíduos (desenvolvimento de habilidades pessoais), do sistema de saúde (reorientação do sistema) (BUSS, 2006).

Atualmente, o conceito de qualidade de vida incorporou os preceitos do movimento de promoção da saúde e os determinantes sociais de saúde. Maria Cecília Minayo (2000) conceitua qualidade de vida como:

(...) uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto uma construção social com a marca da relatividade cultural (Minayo, 2000, p. 8).

Por ser cultural e historicamente determinado, o conceito de qualidade de vida tem variáveis subjetivas incalculáveis (MINAYO, 2000). O campo psicológico trabalha com o pressuposto de que o bem-estar é subjetivo, o que leva cada indivíduo a valorizar aspectos diferentes em sua avaliação sobre a própria qualidade de vida. Assim, a percepção sobre a própria qualidade de vida engloba a análise de critérios externos ao sujeito, como a virtude; assim como, a análise subjetiva sobre a satisfação pessoal, e a predominância de emoções positivas sobre as negativas (DIENER, 1996, 2003).

A dificuldade de operacionalização desse conceito é a principal crítica a sua adoção. Nenhum instrumento seria capaz de captar todas as variações mundiais dos conceitos de qualidade de vida. Outra questão chave é o uso desses instrumentos para decidir acerca da alocação de recursos governamentais; nesse caso, surge uma das principais críticas ao conceito: qual será o conceito de qualidade de vida utilizado como base na elaboração de instrumentos de pesquisa ou de políticas públicas? (ALMEIDA, 2000; MINAYO, 2000).

A integração dos conceitos de DSS e de qualidade de vida na construção de políticas públicas intersetoriais no Brasil avançou pouco nos últimos anos. Houve avanços pontuais no reconhecimento da importância das ações intersetoriais na promoção de saúde. A Política Nacional de Promoção da Saúde (2006) definiu a violência enquanto DSS. Outro exemplo, a Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde [CNDSS] declarou que melhorar as condições de moradia em favelas seria fundamental para que o país alcance progressos na saúde (CNDSS, 2005). Todavia, esses avanços não levaram à criação de políticas públicas intersetoriais sobre violência e saúde.

Apesar disso, deve-se considerar que decisões em qualquer setor das políticas públicas podem ter consequências sobre os determinantes sociais da saúde da população, independentemente de haverem sido criadas sob uma ótica propositalmente intersetorial (ALMEIDA, 2000; MINAYO, 2000, 2003, 2005).

2.6. O que a “Sociabilidade Violenta” representa

Desde a modernidade, a violência é um tema abordado prioritariamente nos estudos de direito, segurança pública e movimentos sociais. No setor de saúde, a violência constava na Classificação Internacional de Doenças [CID] da Organização Mundial de Saúde [OMS] sob a denominação “Causas Externas”, que incluía acidentes, suicídios e homicídios. Esse quadro vem se transformando desde a década de 1960, quando diversos

estudos do setor de saúde apontaram a relevância dos casos de agressão no quadro da mortalidade infantil. Em seguida, o movimento feminista chamou a atenção para os casos de violência de gênero. A entrada da temática da violência na pauta do setor de saúde foi concluída na década de 1980, após a adoção de uma definição ampliada do conceito de saúde (MINAYO, 1999). A partir da década de 1990, a OMS e a OPAS passaram a tratar diretamente a violência como um problema de saúde mundial. Em uma conferência sobre o tema violência e saúde, a OPAS apontou que: “A violência, pelo número de vítimas e pela magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em muitos países [...]” (OPAS, 1994).

Nas últimas décadas, a violência urbana tornou-se um dos mais complexos fenômenos sociais relacionados à saúde pública no Brasil. O Banco Interamericano de Desenvolvimento estima que 3,3% do Produto Interno Bruto brasileiro são gastos com custos diretos da violência. Quando se incluem os gastos indiretos, esse valor pode chegar a 10% do PIB brasileiro (MINAYO, 2000).

Em 2001, o Ministério da Saúde criou a Política Nacional de Redução de Acidentes e Violência, que situava as violências no Brasil como um grande problema de saúde pública. Essa conceituação era justificada pelos agravos à saúde que são atendidos no sistema SUS e pelos demais que, mesmo não passando pelo sistema de saúde, são de conhecimento da sociedade e de suas instituições.

A violência urbana não é aleatoriamente difusa pelo espaço urbano, concentrando-se em alguns poucos locais e agrupamentos (SILVA, 2008). No caso brasileiro, é no interior das favelas que ela pode ser sentida na sua forma mais brutal, uma vez que as características das favelas – facilidade para encontrar esconderijo, fácil controle das vias de acesso e ausência do Estado - proporcionam condições favoráveis para o comércio de drogas (COSTA, 2004; PERLMAN, 2010). Os moradores de favelas, enquanto grupo social, encontram-se mais expostos à violência urbana.

Para Luiz Antonio Machado da Silva (2004), a violência urbana não é apenas o somatório de ações criminosas. Deve ser analisada através de suas práticas específicas, e não como um desvio da norma legal. A violência urbana no Rio de Janeiro evidenciaria a coexistência nas favelas de duas ordens sociais distintas. A primeira é a ordem social da

sociabilidade violenta - da qual os traficantes seriam “portadores” -, que teria a força como princípio de organização. A segunda, a ordem social convencional, relacionada ao emprego legítimo da violência por parte do Estado com fins de manutenção da ordem. A ordem social convencional indica que o controle da força é de monopólio do Estado para fins de controle e proteção social; por outro lado, a sociabilidade violenta faz igualmente uso da força para estruturar suas práticas (SILVA, 2004; 2008).

A existência da sociabilidade violenta não implica a deslegitimação da ordem social convencional, o que obriga os moradores de favelas a participar de duas ordens sociais distintas. Ao obedecerem uma norma do Estado, podem infringir uma lei imposta pelo tráfico, expondo-se a retaliações. O contrário também é verdade. Além disso, os moradores ficam no meio do confronto dos representantes ou “portadores” dessas duas ordens (policiais e criminosos) (SILVA, 2004; 2008).

A forma de participação dos moradores na sociabilidade violenta é a submissão, imposta pelo tráfico através de inúmeras demonstrações de força (SILVA, 2004; 2008), especialmente torturas e crimes cruéis. É frequente que se decapitem bandidos de outras facções²¹; surras de pernas de três²² são em geral usadas para repreender viciados em dívida com a “boca” e moradores que, por algum motivo, contrariaram regras do tráfico; jacarés²³ são utilizados para torturar e dar fim a corpos. O “micro-ondas” é provavelmente a técnica de tortura mais utilizada pelo tráfico (ALVES & AVANSON, 2011): consiste em colocar uma pessoa dentro de vários pneus e atear fogo. Outros “castigos” são identificados como práticas comuns do tráfico: raspar a cabeça de mulheres que infringiram alguma regra; obrigar quem esteja vestindo roupas de cores

²¹ Notícia do dia 04-11-2010, mostra foto da cabeça do traficante conhecido como “Parazão” que havia sido jogada na avenida Edgar Romero no bairro de Madureira, nas proximidades do morro do Cajueiro, como forma de intimidar a facção rival que havia invadido o morro da serrinha. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/traficante-e-decapitado-e-cabeca-e-jogada-na-avenida-mais-movimentada-de-madureira-20101104.html>

²² Tipo de madeira resistente, vendida com 3 metros, normalmente usada na construção de casa, para sustentar as lajes.

²³ Notícias do dia 03-09-2008, e 07- 04 de 2011 mostram a apreensão de dois jacarés na favela da Coréia e dois na favela de Manguinhos, os animais eram supostamente alimentados com corpos de bandidos rivais. Disponível em: (<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL746761-5606,00.html>; e <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5049891-EI5030,00 Rio+PM+apreende+jacares+em+operacao+na+favela+de+Manguinhos.html>)

proibidas a descer o morro nu ou em roupas íntimas; expulsar da favela sem deixar que a pessoa retire seus pertences (MEIRELLES & GOMES, 2008).

Essas práticas tiveram início após a transição de uma “velha guarda” do tráfico para uma segunda geração de traficantes. A primeira seria “cria” de uma favela, e por isso teria ligações afetivas com o lugar. Sua imagem aproximava-se da ideia de um malandro protetor da favela. A segunda geração de traficantes seriam os portadores da ordem social fundamentada no uso da força, e não estariam comprometidos com os moradores (SILVA, 2000, 2008).

Luiz Antônio Machado da Silva (2008) enumera as circunstâncias em que vivem os moradores das favelas dominadas por facções criminosas na cidade do Rio de Janeiro:

(...) os moradores das favelas do Rio de Janeiro tentam lidar com a contiguidade territorial inescapável com os bandos armados ligados ao comércio de drogas ilegais, com o assédio violento da polícia e das milícias e com a profunda desconfiança que essa proximidade provoca, principalmente entre as populações que não moram nessas localidades. Sem esquecer que também entre os próprios moradores a confiança mútua fica abalada. Viver em tais circunstâncias deriva em uma experiência de confinamento territorial, produzido por eventos fora de controle, em graus e intensidade muito maiores do que aquela que atinge o conjunto da população da cidade, igualmente assoberbada por episódios violentos que se repetem sem cessar (Silva, 2008, p.13).

Para sobreviver a essa situação, os moradores tiveram de aprender os códigos da nova ordem social: uso de fogos de artifício para sinalizar entrada da polícia, siglas das facções, fronteiras entre duas facções rivais, nomes dos chefes e gerentes do morro (SILVA, 2000). Quase todos os temas de conversa dos moradores sofrem interferências dessa ordem social, sejam os que envolvem a submissão direta imposta pelos traficantes ou assuntos da vida cotidiana que aparentemente não dizem respeito a estas esferas de atividade (DACACH, 2008).

O prejuízo à liberdade de expressão é uma das piores consequências da implantação da sociabilidade violenta enquanto ordem social. Em especial, porque esse dano não se limita à ausência de contato com não moradores de favelas. Afeta, igualmente, a confiança entre vizinhos, se constituindo em uma “lei do silêncio” (SILVA, 2004; 2008).

Outra singularidade da sociabilidade violenta é sua organização hierárquica. As facções têm vários líderes, formando uma hierarquia horizontal, o que gera atuações personalistas por parte dos chefões do tráfico, inclusive com ataques de uns contra outros (PERLMAN,

2010). As diversas facções disputam o território das favelas, o que aumenta a vulnerabilidade dos moradores, dado que, a cada novo “chefe do morro”, estes precisam aprender um novo código de conduta, “determinada pela personalidade, o estilo da liderança e a filosofia pessoal do chefe do tráfico” (LEEDS, 1998).

Diante do conceito de sociabilidade violenta e da conformação que ela toma nas favelas cariocas, é possível realizar uma análise sobre as políticas de segurança pública que não se limite à diminuição dos índices de violência. Soares (2012) aponta que as políticas de segurança geralmente se baseavam em incursões pontuais nas favelas. Logo que estas acabavam, o tráfico se reestabelecia. Ao combater o crime, e não a dominação territorial, as forças policiais não conseguiam desarticular as condições para demonstrações de força, as disputas internas e a dominação que a sociabilidade violenta exercia sobre os moradores. Sem essa desarticulação, a inserção subalterna dos moradores na sociabilidade violenta continuava a representar um prejuízo à cidadania dos mesmos.

2.7. Entraves à cidadania dos moradores de favelas

A contiguidade territorial com organizações criminosas por si só representa uma grande barreira à efetivação dos direitos de cidadania, uma vez que as liberdades individuais estão sujeitas ao juízo do tráfico, e os sistemas e processos democráticos não são garantidos. Além deste, outros fatores configuram um entrave à qualidade de vida dos moradores de favelas. Exemplos são a violência policial, os estigmas que recaem sobre os moradores e a ausência de serviços públicos. Somado à fragilidade das ações estatais de proteção aos direitos, o conjunto desses obstáculos relega os moradores de favelas a uma condição de vulnerabilidade social com acesso parcial aos direitos de cidadania (LEITE, 2008; SOARES, 2012).

Essa condição reflete um quadro de violência estrutural, onde desigualdade sociais foram historicamente construídas (FARMER, 1999). São exemplos dessa situação a precariedade de transporte público dentro das favelas, ou o impedimento por parte do tráfico do controle das ligações de energia e água nas favelas. Os conflitos armados fazem com que os poucos serviços públicos presentes nas favelas, como escolas e postos de saúde sejam fechados por questões de segurança, situação que se repete a cada nova guerra entre facções (ALVES & EVANSON, 2011; COSTA, 2004).

O controle exercido pelos traficantes sobre os moradores constitui uma ameaça ao futuro da cidadania, na medida em que, sobretudo em cidades como o Rio de Janeiro, esse controle interfere na possibilidade de crítica ou de denúncia. Como o tráfico fica permanentemente na favela, o potencial de controle sobre a vida dos moradores é maior, o que restringe a possibilidade de manifestação contrária. Os direitos individuais, como a liberdade de expressão, ficam absolutamente tamponados pela “lei do silêncio”, que se traduz na máxima “Se falar, morre!” e representa uma grande restrição à dinâmica social da favela, minando os laços de confiança entre os vizinhos (SILVA, 2004; 2008; LEITE, 2008; PERLMAN, 2010).

Além disso, a presença do tráfico de drogas limita substancialmente o direito de ir e vir dos moradores de favelas, que em muitos casos não podem visitar amigos e familiares em favelas com facções rivais, aceitar ofertas de emprego ou pegar ônibus que cruzam regiões dominadas por outras facções. O inverso acontece com as pessoas que não moram nas favelas, que são impedidas de entrar na favela sem que algum morador as acompanhe, com risco de serem interceptadas por traficantes e até morrer. Logo, a dominação desse território restringe a efetividade do direito de ir e vir do conjunto dos cariocas. A situação dos moradores é mais dramática, pois sua rotina diária é afetada.

O controle exercido pelas facções criminosas não compromete só os direitos de cidadania dos moradores de favelas, alcança também todos os habitantes da cidade, especialmente quando prejudica os sistemas e processos democráticos. Em diferentes momentos, as campanhas eleitorais foram mediadas pela negociação de candidatos com traficantes, que permitiam o acesso de alguns políticos à favela e proibiam o dos demais (LEEDS, 1998; STROZEMBERG, 2010). A atuação do tráfico ao longo das eleições é de difícil mensuração, pois não existia uma associação clara entre as facções e os candidatos.²⁴ A intervenção das facções sobre a cidadania pode inclusive estar oculta, sob a forma de um impedimento da aplicação da lei, como questiona Pedro Strozemberg (2010):

(...) Será que a lei eleitoral tem significado semelhante nos espaços da cidade? A campanha da lei seca, realizada em todo território nacional, é também praticada no interior das favelas? Alguém tem receio de ser multado na favela por dirigir falando no telefone ou andar sem cinto de segurança? Isso sem falar nos serviços e garantias da entrega de cartas, transporte legal, recolhimento de lixo, etc.(...) A perversa combinação entre baixa institucionalidade social,

²⁴ Para mais informações sobre a interferência das milícias e do tráfico de drogas nas eleições no Estado do Rio de Janeiro: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/forcas-de-seguranca-irao-as-ruas-para-evitar-voto-de-cabresto-no-rio>

pouco reconhecimento de direitos (pelos moradores e pelo Estado) e ausência de espaços de diálogo marcam um processo ainda limitado da democracia em espaços de favela (Strozemberg, 2010, p.69).

Um exemplo significativo da limitação da democracia nas favelas é o controle do tráfico de drogas sobre as associações de moradores. Estas, que no passado agiam como mediadores entre o Estado e os moradores, hoje sofrem, quase todas, interferências das facções criminosas (SILVA & LEITE, 2008).

Leeds (1998) afirma que os traficantes também ocupam outras funções, como demonstra o trecho a seguir:

A troca de “proteção” e do anonimato que a comunidade venha a oferecer aos traficantes, ela pode esperar receber uma série de serviços, como segurança interna, dinheiro para ambulância ou taxi até o hospital, dinheiro para remédios, sopa dos pobres, creches, festas infantis em ocasiões especiais e outras verbas de emergência em casos de extrema privação. Apenas uma parcela menor da comunidade pode receber benefícios financeiros diretos desse sistema previdenciário alternativo criado pelo tráfico de drogas, mas a comunidade em geral se beneficia do sistema de segurança interno propiciado pelo grupo de traficantes. Na maioria das favelas e conjuntos populares, delitos como roubo, estupro e outros tipos de violência interpessoal costumam ser combatidos com ações igualmente violentas por parte do “dono”, que pode impor sua própria forma de justiça (Leeds, 1998, p. 243).

Tal conjuntura fez com que se propagasse o mito da existência de um “poder paralelo”, protagonizado pelos traficantes. Essa concepção foi amplamente divulgada pela mídia e se incorporou à representação da favela, que passou a ser entendida como um espaço dominado por outro poder (VALLADARES, 2005). Entretanto, o domínio territorial das facções criminosas não atribui aos moradores a proteção social e a representação política características do Estado de Direito. Os moradores não participam de uma nova forma de governo. Porém, encontram-se sem acesso a inúmeros direitos de cidadania garantidos pela Constituição, como a segurança. A realização de pequenos serviços e favores aos moradores, como a compra de remédios e botijões de gás, não passa de uma barganha para conseguir o mínimo de “apoio” local. Em nada se aproxima da garantia de serviços sociais e de proteção que são de responsabilidade do Estado. Tampouco existe por parte dos traficantes ressalvas quanto a agredir, torturar ou matar moradores frente à mais remota menção de traição ou de desobediência a uma de suas regras (LEEDS, 1998; PERLMAN, 2010).

Os moradores de favelas estão sujeitos, ainda, a inúmeros abusos cometidos pela autoridade policial. Em 2006, diversas instituições que atuam em favelas, como a Anistia

Internacional, a Justiça Global e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, lançaram a “Campanha contra o Caveirão”, que denunciava a forma indiscriminada com que o carro blindado da polícia militar era utilizado nas favelas e exigia o fim dessas incursões. A campanha não surtiu efeitos, e o Caveirão continuou a ser amplamente usado. O Batalhão de Operações Especiais [BOPE] também é acusado por associações locais de entrar em favelas com os auto-falantes do ‘Caveirão’ transmitindo ameaças, como: “O ‘Caveirão’ veio buscar a sua alma”, “O que Deus constrói o Caveirão destrói”, “Não adianta correr, o ‘Caveirão’ vai te pegar.” (ROCHA, 2008).

Outro grave exemplo da falta de proteção aos direitos dos moradores de favelas é denunciado por Alves & Evanson (2011), em entrevista com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os autores declararam que o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar [BOPE] estaria usando, em suas operações, um tipo de faca chamada “O Corvo” - usada para torturas durante a ditadura militar chilena -, que permite rasgar o abdômen das vítimas de um extremo ao outro, de forma que todos os órgãos sejam expostos. O próprio Presidente da República respondeu: “Está tudo no filme Tropa de Elite” (ALVES & EVANSON, 2011).

Embora seja verdade que as forças policiais cometem inúmeros abusos contra a população favelada, a punição desse tipo de violência é mais viável do que a dos crimes cometidos pelos traficantes. A entrada da polícia nas favelas é pontual, o que permite que, em sua ausência, exista uma reação por parte dos moradores. Policiais criminosos são mais facilmente identificados, e dezenas de processos contra policiais já foram levados a julgamento. Há ainda a possibilidade de os casos de abusos policiais gerarem grande repercussão pública, o que favorece as chances de que as autoridades os averiguem adequadamente. Não se quer dizer, com isso, que inexistam riscos ao denunciar ações cometidas por policiais, mas que, nestas circunstâncias, há uma possibilidade maior de identificação, denúncia, e punição (Farias, 2008).

O Estado é uma instituição na qual os cidadãos têm representatividade. A polícia tem um estatuto e é obrigada a manter uma ouvidoria; o Ministério Público confere suporte às ações de investigação. Apesar de serem frequentes os crimes cometidos por agentes estatais contra os moradores de favelas, estes constituem desvios de norma, e os moradores podem manifestar seu desagrado (COSTA, 2004). Não se pode alegar o mesmo em relação ao tráfico de drogas. Nessas organizações, os moradores não têm

representatividade real, apenas residem no mesmo território em que a instituição opera. Ações que desrespeitem os direitos constitucionais e os humanos são a forma normal de atuação, e os moradores não têm como materializar sua insatisfação.

Nesse cenário, a instalação das UPPs tem como um dos seus objetivos “devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”. O termo “devolver”, utilizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, não contempla o trabalho dos movimentos sociais e a participação comunitária na luta por melhores condições de vida nas favelas. Os movimentos sociais e os moradores do Santa Marta foram responsáveis pela conquista de todos os bens e serviços públicos existentes no interior da favela Santa Marta até a implantação da UPP, como creches, espaço cultural, rádio comunitária, associação, ambulatório e jornal (FLEURY, 2012).

A questão do domínio territorial exercido pelos traficantes não se restringe à ausência das condições para o exercício pleno da cidadania por parte dos moradores. A privação de direitos, para além de seus efeitos na limitação da autonomia pessoal, tem reflexos na auto-imagem dos moradores diante do restante da sociedade. A qualidade de cidadão está intimamente ligada à forma como os sujeitos vão se colocar e se sentir diante da sociedade (HONNETH, 2003). Assim, não se trata apenas de garantir o exercício da cidadania, mas também da maneira pela qual esse processo se desenvolverá, com ou sem o reconhecimento da participação dos moradores na construção de sua cidadania, e dos efeitos deste na auto-imagem dos moradores (HONNETH, 2003).

A instalação da UPPs, assim como outros programas voltados para as favelas, tem como objetivo propiciar uma maior integração da favela no tecido urbano da cidade e, conseqüentemente, gerar condições para o exercício da cidadania pelos moradores. Se bem sucedidos, esses esforços podem gerar efeitos na auto-imagem dos moradores, através da diminuição dos estigmas territoriais, o que poderia alterar a forma com que esses sujeitos se relacionam com o restante da sociedade (CANO, 2012).

2.8. O estigma como violência simbólica

Muitos fatores se somaram para que a favela fosse concebida socialmente como a conhecemos, dentre estes, a ideia de que a favela é lugar de precariedade, de não pagamento de taxas e impostos, de ocupação ilegal da terra, de informalidade. No

entanto, o que parece ter sido definitivo para a formação da atual concepção hegemônica da favela foi a sua visibilidade como local controlado por bandidos (SOUZA E SILVA, 2011). A contiguidade territorial com os criminosos transforma todos os moradores em potenciais criminosos aos olhos da sociedade (ROCHA, 2008).

O estigma de moradia que acompanha a favela e seus moradores faz com que estes não tenham acesso às mesmas condições de vida que os demais habitantes. Diariamente é negado a eles o direito à segurança (LEITE, 2005). Esse estigma é alimentado pela abordagem midiática dada à violência no estado do Rio, que é constantemente representada como uma “guerra” entre os bandidos e a polícia, entre morro e asfalto, entre o “mal” e o “bem”. A cada novo episódio de violências, as manchetes dos jornais utilizam a metáfora de uma guerra para descrever a situação da cidade (LEITE, 2005). Com isso, o estigma territorial sobrepõe-se aos estigmas universais da pobreza e da raça (WACQUANT, 2001).

Ao definir estigma, Goffman (1988) destaca que o termo denotava, inicialmente, uma marca física que revelasse aos demais algum atributo muito importante de seu portador, para que todos se afastassem. O sujeito estigmatizado carrega alguma característica que inibe o contato dos demais. Em oposição, os “indivíduos normais” seriam os que não apresentam nenhuma característica que contrarie as expectativas sociais prevalentes.

A partir dessa conceituação de estigma, é importante ressaltar a existência de duas condições de pessoas estigmatizadas: os desacreditados e os desacreditáveis. O primeiro grupo diz respeito às pessoas cujo estigma pode ser facilmente percebido. O segundo grupo, por sua vez, teria estigmas que não são imediatamente percebidos, dependendo de algum nível de informação (GOFFMAN, 1988). Situação similar ocorre com os moradores de favelas, cujo estigma ligado ao território pode ser ocultado em outros locais. Assim, ao informar seu endereço, o morador de favelas pode informar o bairro e não especificar o local para evitar que seja identificado como favelado.

Goffman (1988) afirma, ainda, a existência de uma categoria de indivíduos chamados “informados”. Estes seriam pessoas “normais”, que, por razão especial, compartilham parte da vida do estigmatizado e nutrem por ele certa aceitação. O informado mantém alguma relação social com o estigmatizado, o que leva a sociedade a percebê-los como uma unidade. O resultado dessa percepção, no caso da favela, seria a extensão do estigma

dos criminosos para seus familiares ou núcleo social próximo (vizinhos - moradores da mesma favela). Assim, a convivência com traficantes é interpretada como conivência, e torna todos os moradores criminosos de uma cumplicidade que só existe enquanto mito e que se soma aos demais estigmas que estes possam carregar, como o estigma de pobreza e o racial.

O estigma pode ser observado também na forma de apoio a ações abusivas, do ponto de vista humanitário e legal, por parte do braço estatal. O exemplo mais sintomático é a adoção de uma metáfora da “guerra”, que coloca a favela como inimigo e justifica a adoção de medidas extremas. Qualquer menção à política de direitos humanos e de respeito aos direitos civis dos moradores dessas localidades é interpretada como irrelevante. A sociedade concede diariamente a “permissão para matar” a determinados grupos, considerando tal atitude a mais adequada, senão tardia, já que o estigma da favela vem de longa data (FRIDMAN, 2008). É comum que as manifestações de moradores de favelas sejam interpretadas pela mídia e pela população não favelada como apoio à criminalidade.

Outro exemplo da existência de um estigma territorial está na aceitação social da ideia de Zuenir Ventura (1994) do Rio de Janeiro como uma cidade partida. Apesar da enorme distância entre a realidade social das favelas e dos bairros nobres, a cidade se encontra social, econômica e politicamente integrada com a favela (SILVA, 2008; SOUZA E SILVA, 2011; VALLADARES, 2005; ALVES & EVANSON, 2011; PERLMAN, 1977). A maior parte dos moradores de favelas trabalha e consome fora da favela, o que denota uma integração na divisão social do trabalho (GOMES, 1999; PERLMAN, 1977).

O mesmo se pode dizer sobre a descrição das favelas como guetos, tantas vezes cantada em letras de funk e rap. Loic Waquant (2001) descreve o gueto como uma cidade dentro de outra, um território que carrega um estigma e ao mesmo tempo permite a criação de uma identidade forte. Para o autor, ainda que a favela apresente essas duas características, não constitui um gueto, pois as favelas, mesmo estando social e simbolicamente segregadas, não surgiram da hostilidade externa e não se configuram como um instrumento institucional, tal qual as cadeias e os campos de concentração.

Embora distantes, “o mundo do asfalto” e “o mundo da favela” afetam-se mutuamente. Uma produção cultural da favela, como o funk, faz sucesso em toda a cidade, da mesma

forma que eventos em outras partes da cidade repercutem nas favelas (SOUZA E SILVA, 2003). Perlman (1977) acrescenta que a pobreza e a riqueza são interdependentes, assim como a cidade e a favela – esta última é crucial para que as outras regiões da cidade funcionem tal como a conhecemos. Os shoppings da zona sul (Shopping Rio Sul, Shopping da Gávea, Fashion Mall, Shopping Leblon) são um exemplo. Para que possam funcionar, certamente a proximidade de uma favela com enorme quantidade de mão de obra barata deve ser levada em consideração.

Os efeitos do estigma territorial sobre os direitos dos moradores de favelas não foram reduzidos pela integração econômica e cultural. Diante da impossibilidade de enfrentar o crime organizado e da desqualificação social das reivindicações dirigidas ao Estado, só resta a cada morador de favelas se dedicar a uma “limpeza simbólica” cotidiana. Trata-se de um esforço de tentar se desvincular do estigma lançando mão de sua própria história de vida, comprovando fazer parte do ideal de “pessoa de bem”, “trabalhador” e “cristão”, a fim de conquistar frente à sociedade o direito de ser respeitado e de ter direitos (SILVA, 2008). Dessa forma, para assegurar sua cidadania, os moradores de favelas precisam provar que, apesar de viver em um território estigmatizado e de conviver com grupos criminosos, merecem o mesmo acesso à cidadania que os demais moradores da cidade.

O exercício dessa “limpeza simbólica” não garante que o sujeito vai estar livre de sofrer ações discriminatórias baseadas na existência de um estigma territorial. Essas ações geram um sentimento de desvalorização e humilhação, que equivale a uma violência simbólica, uma vez que desqualifica o sujeito e seus códigos sociais e culturais. Apesar do caráter público da maior parte das ações discriminatórias, que em geral ocorrem em instituições como a escola, os indivíduos afetados raramente expõem seus sentimentos. Dessa forma, a percepção do próprio estigma torna-se uma experiência de sofrimento solitário (CARRETEIRO, 2003).

Os efeitos do estigma sobre a saúde e a qualidade de vida dos moradores de favelas são incalculáveis, não apenas pelo silêncio das vítimas, mas também por ser difícil comprovar as ações discriminatórias. Estas vão desde vagas de trabalho negadas, até a ausência de médicos nos postos localizados dentro de favelas (CARRETEIRO, 2003). O estigma se constitui, assim, como mediador da produção e conservação das desigualdades sociais, uma vez que este tem como um de seus efeitos o apoio a ações discriminatórias aos moradores de favelas, como o uso de caveirões apenas nessas regiões. Ao mesmo

tempo, o estigma desqualifica as demandas e críticas dos moradores de favelas. Esse quadro, em que a cidadania dos moradores é mediada pelo estigma territorial, integra a violência estrutural, onde questões sociais, políticas e econômicas fazem com que exista uma distribuição desigual de recursos e de sofrimento social (FARMER, 1999; MINAYO, 1994).

A violência estrutural pode ser exemplificada pela falta de interesse de profissionais como médicos e professores em atuar nesses locais e pela ausência de serviços públicos e privados prestados no restante da cidade (coleta de lixo, rede de esgoto, fornecimento de luz e água, entrega de produtos, internet, fornecimento de canais de televisão a cabo, etc.), entre outros.

Há indícios de uma transformação em curso no campo das representações sobre favelas. Segundo Ignácio Cano (2012), após a instalação das UPPs, um movimento de entrada de turistas e de cariocas não moradores de favelas começou a ser notado nas favelas com UPP. Esse fenômeno pode ser nomeado como “entrada da cidade na favela”, e seria revelador de uma nova dualidade, baseada não na dualidade favela – asfalto, mas em uma diferenciação entre “favelas pacificadas” e favelas que ainda não têm UPPs, isso é, entre as favelas seguras para se visitar e aquelas que ainda continuam como “territórios proibidos”. Essa nova dualidade representa uma diminuição no estigma territorial associado às “favelas pacificadas”. Para o morador dessas favelas, é uma possibilidade de ter uma identidade territorial positiva, o que pode influenciar sua saúde e qualidade de vida.

2.9. As vítimas ignoradas da violência, o desenvolvimento do trauma e do TEPT

Apesar do reconhecimento da violência enquanto problema de saúde pública, os aspectos sociocultural e simbólico da violência urbana dificultam o entendimento e a mensuração de seu efeito subjetivo a nível individual e coletivo. Logo, os danos físicos à saúde são mais facilmente notados pela sociedade e pelo estado do que seu efeito psicológico. O dano psíquico causado pela violência não é agrupado nas estatísticas criminais da mesma forma que os casos de bala perdida. Nunca saberemos quantas pessoas foram traumatizadas ou passaram a sofrer de depressão e de outros transtornos psicológicos em decorrência da violência. Assim, resta-nos supor que, para cada homicídio registrado, existem centenas de vítimas silenciosas que sofreram com altos níveis de estresse por ter

ouvido tiros, ou por ter de lidar com a dor da perda de familiares e vizinhos assassinados de forma violenta. Essas são manifestações do terror psicológico a que estão expostos os moradores de favelas (TAYLOR & REPPETTI, 1997).

A comunidade em que se vive é um dos quatro ambientes sociais fundamentais para a saúde psicológica. Isso implica dizer que, juntamente com as relações familiares, de trabalho e de amizade, as relações de vizinhança e de ambiente social mais extenso têm implicações diretas e constantes na saúde. Os indivíduos não são afetados da mesma forma pelas condições ambientais; ainda assim, não se pode reduzir os efeitos do ambiente na saúde a características individuais (TAYLOR & REPPETTI, 1997).

Viver em vizinhanças com altos níveis de estresse tem sido associado a maior incidências de casos de hipertensão (HARBURG ET AL, 1973). Essa correlação entre características de uma vizinhança e a saúde de seus moradores levou à operacionalização do conceito de vizinhanças com altos níveis de estresse. Estas são caracterizadas como locais com baixo desenvolvimento socioeconômico, alta densidade populacional e níveis elevados de criminalidade e estresse (HARBURG ET AL, 1973). Taylor & Reppetti (1997) definem ambiente saudável como aquele que fornece segurança e oportunidade para a integração social. Dessa forma, o ambiente que não é saudável não oferece segurança e impede as relações sociais em diferentes níveis.

Segurança psicológica é a percepção subjetiva do risco interpessoal envolvido em uma decisão e/ou situação. Um indivíduo que se sente seguro psicologicamente é capaz de agir em seu grupo social sem que isso gere níveis elevados de estresse. Teoricamente, o ato de tomar uma decisão cotidiana não deveria infringir medo ou estresse ao sujeito, pois este conheceria seu grupo social e seria capaz de prever os resultados de seus atos. Diversos estudos apontam uma correlação entre a existência de segurança psicológica e a criatividade (KARK & CARMELI, 2009; EGGERS, 2011).

O conceito de segurança psicológica é predominantemente usado no campo da psicologia organizacional e em terapias de grupos, visando a maximizar o potencial interacional do grupo. Entretanto, esse conceito pode ser aplicado na leitura de processos sociais em diferentes tipos de comunidade (EGGERS, 2011). Rogers (1961) defende ainda a ideia de que a segurança psicológica é uma condição necessária para o desenvolvimento do sujeito que se encontra em terapia.

Um ambiente que ofereça condições para que o sujeito se sinta seguro irá gerar condições de saúde psicológica e física, uma vez que o sujeito será capaz de se expressar sem que isso envolva estresse contínuo. A segurança psicológica aumenta a capacidade de concentração e favorece a busca por ajuda em situação de risco. Em um grupo social, é importante que os líderes sejam capazes de agir de forma transparente, para que os demais membros do grupo possam se sentir seguros para expor suas vulnerabilidades ainda que não saibam o que irá acontecer. Dessa maneira, existirá confiança para que ocorra uma troca saudável de informação entre os membros do grupo, o que pode levar à resolução de conflitos e ao desenvolvimento do grupo (EGGER, 2011; EDMONDSON, 2004; VOGELGESANG, 2007).

O que se observa em favelas sob domínio de grupos criminosos é que o risco de vida associado a diversas atividades cotidianas faz com que praticamente todos os aspectos da vida fujam do controle dos moradores. O simples ato de sair para trabalhar pode ser impossibilitado por um tiroteio. Mesmo o ato de falar determinada gíria pode expor o morador a um castigo, o que afeta a confiança mútua entre vizinhos (DACACH, 2009). Tal ambiente oferece poucas condições para o estabelecimento de um sentimento de segurança psicológica. A redução do sentimento de segurança psicológica significa que o sujeito questiona sua capacidade de agir no mundo, o que o deixa ainda mais vulnerável ao trauma (EGGER, 2011).

Freud (1987) definiu a experiência traumática como uma carga de energia não simbolizada, que invade o aparelho psíquico sem que o sujeito esteja preparado para elaborar tal vivência, colocando assim em risco o próprio funcionamento da psiquê. A repetição das memórias traumáticas seria uma reação àquilo que, mesmo estando presente no aparelho psíquico, não foi elaborado e, por isso, não faz parte das cadeias associativas.

Em outras palavras, o trauma pode ser compreendido como a impossibilidade de interpretar, categorizar e integrar à memória uma experiência devastadora. Cada indivíduo vai ter uma resposta - um limiar traumático específico que depende da capacidade subjetiva de elaborar determinados eventos (PERES, 2005). O trauma psicológico advém de um sentimento de extrema impotência, quando todos os sistemas de valores e cuidados que fazem parte da identidade do indivíduo são subjugados por uma força maior. A origem do evento traumático pode ser uma catástrofe natural, ou mesmo uma ação humana (HERMAN, 1997).

Assim, o evento traumático pode ser conceituado por duas características principais: sua imprevisibilidade e incontrollabilidade (SHALEV, 1996). “A incontrollabilidade do fenômeno traumático além de propiciar elemento adicional de pânico é aspecto central na caracterização do trauma porquanto implica numa inexistência de recursos externos e internos para a resolução saudável da situação geradora” (CÂMARA, 1999).

Entretanto, a ocorrência de um evento que contenha essas duas dimensões não é suficiente para definir um estado traumático. A percepção da vítima é fundamental. Mesmo diante de um evento com grande potencial traumático, é possível que o indivíduo não o perceba como tal, de forma a não se gerar o trauma (CÂMARA, 1999; CHARUVASTRA & CLOITRE, 2008). Frente a um acontecimento com características traumáticas, o indivíduo por lançar mão de ferramentas de significação que anulem essas características. Por exemplo, o morador que volta do trabalho e se encontra diante de um intenso tiroteio pode se ater a sua fé, compensando a falta de uma proteção física e a sua impotência frente ao evento, por meio da crença de que Deus o está guardando. Essa certeza diminuiria a possibilidade de um trauma.

O trauma pode ser conceituado também no referente à sua frequência e duração, de acordo com as seguintes categorias: episódico, com um único evento imprevisível; cumulativo, com eventos que se repetem de forma previsível; e contínuo, com exposição continuada ao trauma (exemplo: campos de concentração). Green (1990) estabelece oito tipos de eventos que carregam consigo os maiores potenciais traumáticos:

(...) 1- Ameaça à vida ou à integridade corporal; 2- injúria ou lesão física severa; 3- injúria ou lesão física intencional, considerada subcategoria da anterior com a diferença de que parece possuir maior potencial patogênico quando o dano é deliberado; 4- exposição ao degradante, aí se incluindo o testemunhar situações de morte, a manipulação de cadáveres, entre outras; 5- perda súbita e violenta de pessoa querida; 6- testemunhar ou ser confrontado com a violência a pessoas queridas; 7- ser informado da exposição a substâncias nocivas; 8- causar a morte ou lesão severa a outrem, considerando situações relacionadas ao trabalho como o policial por exemplo (Green, citado em Câmara, 1999, p.7).

Os moradores de favelas dominadas por organizações criminosas estariam expostos à possibilidade de trauma contínuo, pois estão ininterruptamente em contato com os seis primeiros eventos com potencial traumáticos descritos por Green (1990). A exposição prolongada a eventos com potencial traumático ao longo da vida aumenta a probabilidade de transtornos psiquiátricos como a depressão (KESSLER ET AL, 1999, 2005;

CÂMARA, 1999). Além disso, estudos recentes apontam que cerca de 15% das pessoas que experimentam eventos traumáticos relacionados à violência extrema desenvolvem transtorno de estresse pós-traumático [TEPT].

2.9.1. A relação entre o Transtorno de Estresse Pós-Traumático e a violência urbana

O desenvolvimento de Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT) é uma das possíveis consequências psíquicas da experiência de um evento traumático. Esse transtorno é classificado como um distúrbio de ansiedade, onde o indivíduo se recorda da memória traumática e revive a experiência com a mesma intensidade de sofrimento e de angústia que o episódio traumático provocou (VARELLA, 2011). Sua definição está relacionada às sequelas emocionais observadas nos ex-combatentes da primeira guerra mundial. A partir da Segunda Guerra Mundial, ficou definido que se tratava de uma nova categoria de adoecimento psíquico. O TEPT foi retratado nos diversos manuais de doenças mentais sob diferentes títulos, inserido na categoria de transtornos de ansiedade (DSM- 1952). Após a guerra do Vietnã, cunhou-se o termo TEPT (DSM- III; CID- 9).

Inúmeros pesquisadores se dedicaram à conceituação do Transtorno de Estresse Pós Traumático (BALLENGER ET AL. 2004, DAVIDSON ET AL. 2004, FOA 2006, NEMEROFF ET AL. 2006). Esses estudos demonstram que existe um componente emocional no TEPT, uma incapacidade de lidar adequadamente com memórias emotivas intensas. Ou seja, o indivíduo não consegue conviver com uma memória sem que está lhe cause sintomas psicológicos e físicos. Esses sintomas podem incluir: revivência, hipervigilância, esquiva e perda de sensibilidade (CAHILL, 1997; CAHILL, ET AL. 2003; FREWEN & LANIUS, 2006; KAZUI, ET AL. 2000; PITMAN & DELAHANTY, 2005; PITMAN ET AL, 2006; QUIRK, ET AL. 2006; RAUCH, ET AL. 2006; ROTHBAUM & DAVIS 2003; SHIN, ET AL. 1984).

Inicialmente, vinculava-se o TEPT apenas aos casos de guerra e violência extrema (DSM- III, 1980). A evolução das pesquisas no campo dos transtornos de ansiedade levou a descoberta de evidências de que o TEPT é um doença mental com alta incidência na população. Verificou-se também que o evento traumático desencadeador do transtorno pode ser algo comum como um acidente de carro ou uma doença grave. Apesar dos altos índices de exposição a esse tipo de eventos, a prevalência de TEPT é rara em comparação ao número de eventos traumáticos (TERENCE ET AL, 2006).

Os indicadores de incidências de doenças mentais apontam que o TEPT está entre os cinco transtornos mais comuns na população mundial. Em ordem de incidência estão: em primeiro lugar, os casos de depressão; em segundo lugar, as desordens de déficit de atenção e hiperatividade; em terceiro lugar, as fobias específicas; em quarto lugar, a fobia social; e em quinto lugar, o TEPT (KESSLER ET AL. 2005). Entretanto, é possível supor que a incidência de TEPT seja ainda maior, uma vez que os estudos e a produção da indústria farmacológica são significativamente maiores em relação às doenças que estão no topo da lista, o que pode facilitar a busca por assistência médica e conseqüentemente exacerbar a participação nos indicadores (TERENCE ET AL, 2006).

O grande número de pesquisas feitas em diferentes continentes sugere que, apesar da influência da cultura e da estrutura social sobre o curso de desenvolvimento do TEPT, este não é um fenômeno apenas ocidental. Altos níveis de prevalência de TEPT foram observados em estudos realizados em países não ocidentais, como Argélia, Camboja, Gana, Etiópia e Albânia. Não houve diferença entre os fatores de risco encontrados nos países ocidentais e nos demais (DE JONG ET AL; 2001). As taxas de prevalência de TEPT são maiores em países subdesenvolvidos; entretanto, os fatores de risco permanecem os mesmos (DE GIROLAMO & MCFARLANE, 1996). No Brasil, não existem indicadores sobre prevalência de TEPT na população. Em razão dos elevados índices de violência urbana, se supõe que a prevalência na população seja alta (FREITAS, 2008).

O TEPT tem consideráveis conseqüências na saúde física, psicológica e social. As pessoas com TEPT são mais suscetíveis a divórcios, violência doméstica, dificuldades na criação dos filhos, depressão, mudanças frequentes de trabalho, problemas com a justiça, pouca satisfação com a vida, e outros problemas psicológicos ou de saúde (JORDAN ET AL. 1992; KOSS ET AL 1991; SCHNURR & GREEN 2004, WALKER ET AL. 2003). Por conseguinte, esse transtorno constitui um importante problema de saúde pública.

Para que se possa identificar o TEPT, é necessário que o evento traumático, a reação do sujeito e os sintomas preencham determinados requisitos. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM- IV, 1994), referência no estudo da saúde mental, define que o evento traumático deve ter as seguintes características:

Os sintomas podem manifestar-se em qualquer faixa de idade e levar meses ou anos para aparecer. Eles costumam ser agrupados em três categorias: a) Reexperiência traumática: pensamentos recorrentes e intrusivos que remetem à lembrança do trauma, flashbacks, pesadelos; b) Esquiva e isolamento social: a pessoa foge de situações, contatos e atividades que possam reavivar as lembranças dolorosas do trauma; c) Hiperexcitabilidade psíquica e psicomotora: taquicardia, sudorese, tonturas, dor de cabeça, distúrbios do sono, dificuldade de concentração. (DSM- IV, Am. Psychiatr. Assoc. 1994)

Além da presença desses sintomas, o diagnóstico de TEPT deve considerar a reação do indivíduo no momento do evento traumático. Essa reação deve conter sentimentos de medo, horror, sensação de estar indefesa, acompanhados ou não de outros sentimentos (VARELLA, 2011).

Deve-se observar, ainda, que diferentes tipos de eventos traumáticos representam níveis diferentes de risco para o desenvolvimento do transtorno. Eventos traumáticos causados por outros seres humanos apresentam maior potencial para o desencadeamento do TEPT. O DSM-IV aponta que, em casos de TEPT gerados por eventos causados por ação humana, o transtorno pode apresentar característica duradoura e sintomas especialmente severos. Além disso, estudos realizados com vítimas de catástrofes naturais e acidentes apontam que a remissão dos sintomas ocorre em um tempo significativamente menor do que nos casos de TEPT desencadeados por violência interpessoal (CHARUVASTRA & CLOITRE, 2008). Pesquisa realizada por Shalev & Freedman (2005) em uma comunidade israelita com vítimas de acidentes de carro e de atos terroristas revelou que a prevalência de TEPT nas vítimas de atos terroristas era o dobro do encontrado em vítimas de acidentes automobilísticos. Diversos estudos apontam que menos de 10 % dos casos de TEPT são decorrentes de traumas de natureza não humana, dos quais 5% teriam alguma associação com uma intenção humana (KILPATRICK & RESNICK, 1992, MARCH, 1992; KESSLER ET AL. 1999).

Diversos estudos sugerem a existência de uma categoria de eventos que fere o senso de humanidade e por isso provocaria uma mobilização psicológica maior do que um ataque à vida do sujeito. King et al (1995) verificou em sua pesquisa com ex-combatentes que presenciar outros seres humanos sendo cruelmente feridos ou mortos gera um conflito psicológico maior do que ser ferido ou ser ameaçado de morte. A exposição a atrocidades e à violência extrema é um fator de risco para o desenvolvimento do TEPT, que difere em

intensidade das situações em que a própria vida do sujeito é posta em risco. Essa diferença se deve ao significado evolutivo que o pertencimento social tem para os seres humanos, o que faz com que presenciar atos de crueldade represente não só um perigo como um risco de rompimento das regras de convivência social e a quebra do senso de segurança que se obtém do pertencimento a uma sociedade (KING ET AL, 1995).

Existem ainda outros fatores de risco relacionados ao desenvolvimento do TEPT. Crianças e adolescentes apresentam maior vulnerabilidade do que a população adulta no que tange à exposição a eventos traumáticos. Isso se deve à imaturidade dos processos cognitivos. Em razão da maior facilidade de acesso, as pesquisas têm privilegiado os adultos, o que gera uma lacuna sobre as diferenças entre o TEPT infantil e adulto (ZIEGLER ET AL, 2005; BAL & JENSEN, 2007). Sabe-se que o vínculo entre o adulto cuidador e a criança influencia a resposta da criança a eventos traumáticos, em especial na modulação dos sentimentos de medo e de segurança (CHARUVASTRA & CLOITRE, 2008).

Na população adulta, apesar dos homens estarem mais expostos a eventos traumáticos, as mulheres são aparentemente mais suscetíveis ao desenvolvimento do TEPT. Essa maior suscetibilidade pode ser oriunda de uma diferença de gênero observada no caráter dos eventos traumáticos a que estão expostos homens e mulheres. As mulheres são mais vulneráveis à violência interpessoal, e esta, como citado anteriormente, é o tipo de evento traumático com maior chance de provocar o TEPT (BRESLAU ET AL. 1999).

O evento traumático, por seu caráter incontrolável e imprevisível, gera, em uma perspectiva cognitiva, um questionamento sobre a capacidade individual de prever os acontecimentos e de se manter em segurança no mundo. A resultante dessa insegurança é o medo que mantém o ciclo de sintomas do TEPT. Nos casos de evento traumático provocado por uma violência interpessoal, ocorre uma transformação nos níveis de segurança que o indivíduo tem em relação à continuidade da sua vida. A reincidência de eventos traumáticos é um fator de risco para o desenvolvimento de TEPT. Ou seja, indivíduos que foram expostos a eventos traumáticos seguidos têm maior predisposição a desenvolver o transtorno, especialmente se o evento traumático for um tipo de violência interpessoal (LLOYD & TURNER. 2003)

Alguns avanços foram feitos no sentido de determinar porque a exposição a um evento traumático determina o desenvolvimento do TEPT em alguns indivíduos e não em outros. É consenso que, assim como a maior parte das psicopatologias, a probabilidade de desenvolver ou se recuperar do TEPT depende do contexto social em que o sujeito está inserido. A existência ou não de apoio social antes e depois do evento traumático é um dos fatores que definem o nível de vulnerabilidade para desenvolver e se recuperar do TEPT (CHARUVASTRA & CLOITRE, 2008).

Ao longo do processo natural de recuperação, a intensidade do medo diminui e o indivíduo experimenta um maior equilíbrio emocional. O apoio social pode acelerar o processo de recuperação, ao enviar uma mensagem de que existem membros do grupo social que se importam com o bem dos demais. Dessa forma, o indivíduo percebe que é possível confiar em outras pessoas, e sua percepção do mundo ganha uma representação positiva que propaga um senso de segurança. O contrário também é verdadeiro: se não encontrar apoio social, o indivíduo que desenvolveu TEPT pode reafirmar sua crença na hostilidade do mundo e aumentar seu nível de medo (CHARUVASTRA & CLOITRE, 2008).

Os resultados de diversas pesquisas indicam haver uma relação entre existência de apoio social e a presença ou ausência de sintomas de esquiva e isolamento social em indivíduos com TEPT. Essa informação é relevante porque os sintomas de esquiva social estão presentes nos casos de TEPT crônico, ou seja, os indivíduos que contam com apoio social teriam menos chance de desenvolver a forma crônica do transtorno (NORTH ET AL. 2001, SILVER ET AL. 2002). Uma pesquisa que acompanhou durante 14 anos ex-combatentes com TEPT revelou que os indivíduos que mantiveram um bom relacionamento com a comunidade apresentaram maiores índices de remissão dos sintomas ao longo do estudo. Por outro lado, os indivíduos que não mantinham laços de vizinhança apresentaram maior prevalência de TEPT crônico (KOENEN ET AL. 2003). Esses dados evidenciam a importância do diálogo e da confiança mútua entre vizinhos, como forma de lidar com a angústia e o medo presentes no TEPT e diminuir o efeito dos sintomas. No caso das favelas dominadas por facções criminosas, a confiança mútua entre vizinhos é afetada pela “lei do silêncio” imposta pelos traficantes e pelo temor de ser conhecido como “x-9”, gíria usado para designar os delatores. A experiência

traumática é, em muitos casos, o testemunho de um crime: revelar sentimentos e contar como esse episódio ocorreu pode significar um risco de vida.

Wirtz & Harrell (1987) observaram que os indivíduos com TEPT que foram expostos ao ambiente ou a situações próximas ao evento traumático original sem sofrer outro trauma apresentaram diminuição dos sintomas após seis meses. Em comparação, os indivíduos que não foram expostos novamente a estímulos relacionados ao trauma apresentaram altos níveis de estresse e a manutenção dos sintomas ao longo do estudo. Os resultados desse estudo evidenciam a importância, para a recuperação dos indivíduos que desenvolveram TEPT, de políticas públicas que atuem na diminuição dos níveis de violência.

Os casos de TEPT são um problema de saúde pública, cujo tratamento não se restringe ao setor de saúde. Sabe-se que esse transtorno está ligado especialmente aos casos de violência interpessoal. Assim, políticas intersetoriais que contribuam para a diminuição dos casos de violência no país estariam atuando no principal fator desencadeador do TEPT. Além de prevenir novos casos, a diminuição nas taxas de criminalidade e de demais eventos violentos (como os números de acidentes de trânsito) auxilia na recuperação dos indivíduos que já apresentam o transtorno. Os sujeitos que desenvolvem TEPT necessitam de atendimento especializado, que pode se dar por diversas correntes psicoterapêuticas. No entanto, existe um consenso na comunidade científica mundial de que o sucesso do tratamento está relacionado às condições ambientais em que os indivíduos estão inseridos. Deve-se, prioritariamente, evitar a reincidência de eventos traumáticos que tenham correlação com o evento original e oferecer apoio social (CHARUVASTRA & CLOITRE, 2008).

As quedas nos índices de violência observados nas favelas com UPP - em especial, na favela Santa Marta (CANO, 2012) - devem ser consideradas, também, em termos de saúde psicológica e física, por diminuir a exposição a eventos de violência interpessoal. A redução da violência associada às UPPs estaria alcançando, dessa forma, um dos objetivos da Política Nacional de Promoção da Saúde, a prevenção de fatores determinantes e/ou condicionantes de doenças e agravos à saúde.

Capítulo 3.

O estudo etnográfico: O olhar dos moradores do Santa Marta sobre a sua vida

O trabalho de campo da pesquisa etnográfica foi realizado no Rio de Janeiro no período de junho a agosto de 2012. A escolha do método etnográfico empregado nesta dissertação se deve à tentativa de abordar a cultura na sua pluralidade de dimensões, analisando também o aspecto simbólico, elemento organizador das redes de significados que informam a vida dos indivíduos, o que permitiria alcançar a visão dos moradores sobre a própria qualidade de vida (GEERTZ, 1989). Essa escolha se deve também ao caráter subjetivo e à difícil operacionalização dos conceitos de qualidade de vida e violência. O conceito de qualidade de vida é uma construção sócio histórica, subjetiva (MINAYO, 2000). A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1986) conceituou a qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (MINAYO, 2000; ALMEIDA, 1999). A violência, enquanto Determinante Social da Saúde, também é definida socialmente através da percepção subjetiva e simbólica de cada indivíduo, que avalia um determinado ato como violento ou não (SOARES ET AL., 1993, COMO CITADO EM MINAYO, 2000). Deve-se considerar, ainda, que os DDS são interligados. Uma perspectiva etnográfica permite contemplar essa interrelação entre determinantes e dimensões distintas do cotidiano, das práticas e da visão de mundo dos entrevistados.

Assim, realizando o estudo etnográfico da qualidade de vida em uma favela (Santa Marta) com Unidade de Polícia Pacificadora, buscou-se compreender o ponto de vista dos moradores sobre sua qualidade de vida após a instalação da UPP. Tentou-se entender, igualmente, as pequenas mudanças no cotidiano dos moradores, que guardam o significado real das alterações em sua vida social e privada. O método etnográfico permite a utilização de técnicas variadas (MORSE, 1995). Nessa pesquisa, foram utilizadas as seguintes técnicas: observação participante, entrevista semiestruturada em profundidade e pesquisa em fontes primárias. Segundo Vasconcelos (2002, p.218): “(...) a observação participante possibilita o acesso a dados de domínio mais privado e a captação de sutilezas e aspectos subjetivos dos indivíduos e grupos.” A iniciativa de fazer a observação participante explica-se pela necessidade de mapear o campo estudado a fim de obter subsídios para as entrevistas que foram realizadas.

Ao longo das três primeiras visitas a favela, uma delas acompanhada por um morador e outras duas sozinha, observei, diversos aspectos da vida cotidiana, como: o perfil dos moradores; a relação dos moradores com os policiais da UPP; o acesso de não moradores à favela; a atuação do tráfico de drogas; as obras de urbanização; as novas instalações de água e luz; o turismo; os meios de transporte disponíveis e as vias de acesso; e o tipo comércio e demais instituições presentes. Essa observação participante contribuiu para o mapeamento das especificidades da favela Santa Marta e do modus operandi dos policiais da UPP, assim como das interações dos moradores com os policiais e com as demais instituições e comércios locais. Os dados colhidos ao longo das observações participantes serviram, também, de base para a formulação das entrevistas.

Posteriormente, a entrevista foi utilizada para descobrir, retomar e aprofundar dados sobre a experiência dos moradores com a UPP. Seu emprego está em permitir ao morador discorrer livremente sobre sua vida em uma favela com UPP. Assim, a entrevista semiestruturada foi usada de forma a permitir a coleta de informações sobre a vida na favela e os significados da presença dessa política pública. Foram realizadas 6 entrevistas abertas, semiestruturadas e em profundidade com moradores da favela Santa Marta. Para tal, foi utilizado o roteiro de entrevista que se encontra anexo a esta dissertação. As entrevistas foram gravadas, transcritas, codificadas e analisadas com o auxílio do programa ATLAS. TI.

Devido ao caráter atual das UPPs foi usada, como técnica de pesquisa, a consulta ao que Vasconcelos (2002) define como recursos e fontes primárias: “todo material que não recebeu um tratamento analítico e que geralmente é constituído pelos registros cotidianos e regulares nas organizações e vida pessoal, grupal e social dos indivíduos.” Assim, foi empregado material oriundo de diferentes mídias: jornais, blogs de moradores de favelas, sites oficiais do Governo do Estado do Rio de Janeiro e sites de organizações não governamentais para tomar conhecimento de fatos ligados à instalação das UPPs nas favelas. A análise das fontes primárias foi fundamental para a compreensão dos objetivos da UPP, das atividades promovidas pelas UPP, das ocorrências envolvendo os policiais e moradores de favelas com UPPs, e da repercussão e reprodução do projeto das UPPs.

3.1 Cuidados éticos

Os dados coletados na pesquisa são informações que podem comprometer a segurança dos participantes, uma vez que estes relatam testemunhos de crimes e abuso policial, além de sua opinião em relação ao tráfico de drogas e à UPP. Por esse motivo, foram tomados os seguintes cuidados éticos: ao longo do trabalho de campo, os entrevistados foram informados sobre os riscos e os cuidados éticos envolvidos na pesquisa e consultados, através do Termo de Consentimento Informado, sobre sua disposição para participar da mesma; as gravações das entrevistas e as anotações feitas no diário de campo foram destruídas após a transcrição; todos os dados levantados ao longo da pesquisa foram mantidos em um único computador, que não é compartilhado e que tem o acesso mediado por senha; os nomes dos participantes foram ocultados nesta dissertação, nomes fictícios foram criados para preservar o anonimato e a segurança dos entrevistados.

Outro cuidado diz respeito à escolha do local para a realização das entrevistas. Os moradores entrevistados escolheram o local em que se sentiam mais seguros para falar sobre o tráfico de drogas e sobre a atuação da polícia. Dois entrevistados escolheram realizar as entrevistas fora da favela, não querendo que seus vizinhos soubessem que estão participando de uma entrevista sobre este tema. Apontam que “paredes têm ouvido” e que ainda existem traficantes na favela.

3.2. A pesquisa de campo e os entrevistados

3.2.1 As etapas da pesquisa

A seleção dos moradores entrevistados começou com um contato da pesquisadora com um conhecido que atuou em um projeto social local. Esse contato divulgou a pesquisa entre os participantes do projeto, questionou se alguém teria interesse em participar. Diante da afirmativa de um dos moradores, seu contato telefônico foi entregue à pesquisadora. Esse morador foi anfitrião da pesquisadora no Santa Marta, foi o primeiro entrevistado, e indicou o segundo entrevistado. Sucessivamente, cada entrevistado apresentou outros moradores para participar das entrevistas. Foram empregados intermediadores porque, ao longo do trabalho de campo, os moradores se recusavam a falar sobre a UPP com uma pesquisadora desconhecida.

A seleção dos entrevistados respeitou os seguintes critérios: O primeiro foi a definição de três faixas etárias: jovens (18- 24 anos), adultos (24- 60 anos), e idosos (a partir de 60 anos). Foram entrevistados um homem e uma mulher de cada faixa etária, a fim de contemplar as perspectivas de ambos os gêneros e diversas gerações sobre a qualidade de vida local. O terceiro critério estabelecido foi entrevistar moradores que são “crias” da favela, ou seja, que morem nessa comunidade desde que nasceram. Essa escolha se deve ao vínculo identitário desenvolvido com a comunidade e ao fato dessa categoria de moradores ter passado todo o tempo de suas vidas naquele território; assim, sua percepção sobre a própria qualidade de vida estaria ligada às mudanças que aquele território sofreu ao longo do tempo. O quarto critério utilizado foi à ausência de vínculos políticos e/ou partidários. Esse critério se faz necessário por serem as UPPs uma das principais políticas públicas do governo do estado atualmente.

Dentre os seis entrevistados, foram selecionados dois jovens, dois adultos e dois idosos, em uma composição que contemplou um entrevistado de cada sexo por faixa etária. A distribuição dos entrevistados se deve ao interesse em captar diversas perspectivas sobre o fenômeno estudado: é notório que diferentes faixas etárias têm rotinas e interesses distintos, bem como uma percepção diferenciada do que seria qualidade de vida. Essa diferença também é observada em relação ao risco de desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós Traumático, maior entre crianças e jovens (ZIEGLER ET AL, 2005; BAL & JENSEN, 2007). Assim, essa distribuição propiciou um mapeamento mais amplo das percepções da qualidade de vida do grupo pesquisado.

Em termos de idade, o conceito de juventude será considerado como uma categoria fundamentalmente sociológica, como um momento de transição da infância para a vida adulta que se refere ao processo de preparação para que os indivíduos assumam o papel social do adulto (ABRAMO, 1997; OPAS, 1984). A seleção dos jovens pesquisados, para além da faixa etária dos 18 aos 24 anos, surge a partir da constatação da existência de necessidades e demandas específicas dessa etapa da vida (ABRAMO & BRANCO, 2005). Os jovens, por exemplo, têm memórias recentes de como foi crescer naquele ambiente e representam as esperanças e possibilidades que aquele espaço oferece para o desenvolvimento social de cada indivíduo.

Os adultos participam, em geral, do mercado de trabalho, o que leva à saída da comunidade e ao confronto com outras condições de vida. Além disso, encontram-se na

fase da formação de uma nova família, o que faz deles em parte responsáveis pela qualidade de vida de terceiros. A faixa etária entre jovens e idosos, de 24 aos 60 anos, foi adotada como referência para a seleção dos adultos que serão entrevistados.

Em relação aos idosos selecionados, foi considerada a faixa etária delimitada pelo Ministério da Saúde: a partir de 60 anos. Os idosos têm memórias de diferentes momentos da história da comunidade, assim como de sua própria qualidade de vida nesses contextos, o que lhes proporciona uma perspectiva histórica sobre a qualidade de vida naquela favela.

3.2.2. Os entrevistados

A proposta da pesquisa foi explicada aos entrevistados, que logo indicavam outros vizinhos. Ao longo do trabalho de campo, contei com a ajuda de um morador, posteriormente entrevistado, que me guiou pela favela em duas ocasiões, apresentando os principais pontos. O contato com esse morador foi feito através de um colega psicólogo, que o conhecia por ter participado de projetos sociais locais.

Alessandro foi meu anfitrião no trabalho de campo. A entrevista com Alessandro aconteceu em bar próximo ao seu local de trabalho, porque este afirmou ficar mais à vontade para falar fora da favela. Ao longo da pesquisa, foram realizados outros quatro encontros com Alessandro (dois encontros em sua casa; um no seu trabalho; o último na igreja). Alessandro (34 anos) apresentou Vinícius (24 anos). A entrevista com Vinícius (24 anos) aconteceu em um restaurante, e ao longo da pesquisa foram realizados três encontros com Vinícius (na Praça Corumbá, na rua e no local onde trabalha). Com Vivian (23 anos), a entrevista foi feita em sua residência, ao longo da pesquisa foram realizados dois encontros (na igreja e na rua) com Vivian (23 anos). Jurema (65 anos) foi indicada por Alessandro (34 anos), que a conhece desde criança. A entrevista foi realizada na igreja onde frequenta aulas do telecurso. Ao longo da pesquisa, foram realizados dois encontros com Jurema (na igreja e na casa dela). O pastor Evanir (67 anos) se ofereceu para ser entrevistado quando soube por um membro da igreja da realização da pesquisa. A entrevista foi realizada na igreja onde trabalha como pastor, e ao longo da pesquisa foram realizados 4 encontros (três encontros na igreja, e um na rua) com o pastor Evanir (67 anos).

Tabela 2: Perfil dos entrevistados.

| | Faixa etária | Ocupação | Estado Civil | Escolaridade |
|------------|------------------|--------------|--------------|-----------------------------|
| Vivian | Jovem (23 anos) | Dona de casa | Casada | Nível médio completo |
| Vinícius | Jovem (24 anos) | Desempregado | Solteiro | Ensino médio completo |
| Fabiane | Adulta (33 anos) | Dona de casa | Casada | Ensino fundamental completo |
| Alessandro | Adulto (34 anos) | Ambulante | Separado | Ensino fundamental completo |
| Jurema | Idosa (65 anos) | Dona de casa | Solteira | Ensino fundamental completo |
| Evanir | Idoso (67 anos) | Pastor | Casado | Ensino médio completo |

Apesar de quatro das entrevistas terem sido realizadas em locais públicos, a pedido dos entrevistados, duas providências foram tomadas para garantir a privacidade dos mesmos. No bar e no restaurante, sentamos em mesas afastadas dos demais frequentadores, e na igreja foi solicitada autorização do Pastor para realizar as duas entrevistas em um horário em que não houvesse atividades.

O primeiro entrevistado foi Alessandro, 34 anos, evangélico, nascido e criado no Santa Marta. Atualmente, encontra-se separado da esposa, com quem tem três filhos. Vive na região conhecida como pico, em uma casa própria de dois andares, que divide com a ex-esposa e os filhos. Não concluiu o ensino médio, porque precisava trabalhar para sustentar a família. Até hoje, é o único responsável pela renda doméstica. Trabalha como ambulante em uma esquina da zona sul há mais de dez anos, por isso, sua renda é variável. Antes, exerceu diversas ocupações: ajudante de pedreiro, açougueiro. Desempenhou, ainda, a função de tesoureiro do tráfico local. Alessandro revelou que sua entrada para o tráfico foi muito natural, pois seus pais sempre foram usuários de drogas, e o pai teria inclusive utilizado a própria casa para venda de drogas durante alguns períodos da sua infância. Alessandro decidiu entrar para o tráfico para vingar a morte de um dos seus primos, durante uma tentativa de invasão do morro por outra facção do tráfico de drogas. Afirma que esteve envolvido com o tráfico dos 12 aos 18 anos, período em que exerceu diferentes funções, como olheiro, segurança da boca e tesoureiro. Conta com orgulho que teria conseguido seu último cargo quando um gerente da boca percebeu que ele era bom em contas e aprendia rápido. Alessandro afirma que só conseguiu sair do tráfico porque sua esposa o levou para a igreja evangélica.

Vinícius, 24 anos, foi o segundo morador a ser entrevistado. É católico, tem um filho de dois anos e vive com a mãe da criança em uma casa alugada, na altura da estação 3 do bonde. Concluiu o ensino médio, e afirma que não consegue trabalhar de carteira assinada por não enxergar de um dos olhos. Por conta disso, trabalha fazendo bicos como servente de obras.

A terceira entrevistada, Vivian, 23 anos, é casada e tem um filho (dois anos). Mora em uma casa alugada no lado esquerdo do morro, na altura da estação 4. O marido de Vivian trabalha na construção civil. Vivian completou o segundo grau e trabalhou como babá até ficar grávida. Atualmente, se dedica à criação do filho. Vivian cresceu no Santa Marta. Na infância, temia retaliações do tráfico a sua família, por ter familiares envolvidos com uma facção rival à que dominava o morro. Em razão da violência, mudou de residência após casar e morou um ano fora do morro. Voltou ao Santa Marta depois da UPP, e teme que o tráfico retorne.

Fabiane, 34 anos, foi a quarta moradora entrevistada. É casada, tem três filhos e mora com a família em casa própria. Diz que é evangélica afastada da igreja. Nasceu e cresceu

no Santa Marta. Engravidou aos 15 anos, e foi forçada a casar pelo pai. Desde então, cuida da casa e da criação dos filhos. Foi vítima de violência doméstica ao longo de toda a vida, o que gerou inúmeras complicações médicas e psicológicas. Começou a apresentar pressão arterial alta e sintomas de TEPT após um período em que duas facções estavam em guerra pelo domínio do morro. Seus filhos apresentam sintomas similares. Fabiane afirmou que vários membros da sua família têm envolvimento com o tráfico e, por esse motivo, não tinha medo “dos meninos” que sempre a respeitaram. Apesar disso, sofria com os confrontos e as mortes. Afirma que seu primo e o pai de seu cunhado, que trabalhavam no tráfico de drogas, teriam começado a trabalhar em obras depois da instalação da UPP.

A quinta entrevista foi feita com Jurema, 65 anos, católica, criada no Santa Marta até a idade de 7 anos, quando relatou ter sido raptada e forçada a trabalhar como doméstica em um casa. Na idade de 14 anos, a mãe a reencontrou e ela voltou a morar no Santa Marta. Foi, ainda na adolescência, atingida por uma bala perdida na entrada da favela. Depois desse episódio, começou a apresentar sintomas de TEPT que se agravaram ao longo do tempo. Teve dois filhos com pais diferentes, os quais nunca auxiliaram financeiramente. Trabalhou como doméstica boa parte da vida, e exerceu ainda a função de esteticista, sempre sem carteira assinada. Por esse motivo, não recebe aposentadoria e depende dos filhos. Seu filho mais novo se envolveu com o tráfico de drogas e se tornou dependente químico. Esse período foi relatado como de extremo sofrimento. Atualmente, o filho é evangélico e sustenta a mãe. Somente após a terceira idade conseguiu concluir o ensino fundamental e cursar o ensino médio. Mora sozinha em casa própria na parte baixa do morro e participa de inúmeros cursos de formação e atividades culturais oferecidos por ONGs.

O último morador entrevistado foi Evanir, 67 anos. Evanir é casado e tem uma filha. Vive em casa própria com a família, na parte baixa do morro, e se dedica exclusivamente a igreja. Revelou que temia por sua segurança quando era chamado pelos traficantes para mediar julgamentos. O mesmo acontecia em relação à segurança da filha, que era assediada por traficantes. Em uma ocasião, foi ameaçado de morte pelo gerente do tráfico, o que o forçou a deixar o morro por um período.

3.2.3. A comunidade

A metodologia etnográfica busca o significado singular, o que gera resultados muito específicos ao grupo estudado, sendo restrito o alcance dos dados. As favelas têm histórias, espaços físicos e culturais diferentes, o que, por sua vez, implica uma relação diferente com a polícia e com a própria UPP. A escolha da favela a ser pesquisada foi efetuada com base na presença de diferentes fatores. Dentre estes, em termos de acessibilidade, foi considerada a presença de projetos sociais, que pudessem mediar o contato da pesquisadora com os moradores, e de infraestrutura que facilitasse o acesso da pesquisadora e a segurança do local. Como critério teórico, buscou-se uma favela em que a UPP estivesse instalada a mais tempo. Essa escolha se baseia na existência de um consenso nos estudos sobre estresse e trauma a respeito dos efeitos positivos da exposição a ambientes não violentos como parte do processo de recuperação dos pacientes. Considerando esses critérios, a favela Santa Marta foi escolhida.

Em comparação com as demais favelas cariocas, a favela Santa Marta é considerada de pequeno porte, com 3.913 habitantes (Censo, 2010). Localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, foi a primeira favela a receber uma UPP. Em comparação com a favela da Rocinha, reconhecida no Censo de 2010 como a favela mais populosa do país, com 69.161 habitantes, a favela Santa Marta é cerca de vinte vezes menos populosa. Apesar da enorme diferença nas dimensões, a favela Santa Marta e a Rocinha enfrentam problemas similares. Como fatores comuns às duas favelas, devem-se ressaltar a ausência de fornecimento regular de água e luz (anterior a instalação das UPPs); a ausência de códigos de endereçamento postal (CEP); a ausência de saneamento básico parcial ou completa; a existência de valas de esgoto a céu aberto e a precária coleta de lixo; a divisão do território por vielas e becos estreitos, em razão da ocupação desordenada; a impossibilidade de acesso de veículos em grande parte do território; o domínio territorial por facções criminosas (anterior à instalação das UPPs); as poucas opções de lazer; e as moradias em situação de risco de deslizamentos. Essa comparação esclarece que, apesar das diferentes dimensões, o Santa Marta tem inúmeros aspectos estruturais e funcionais que o fazem representativo das demais favelas cariocas.

Para realizar uma análise dos determinantes sociais que influenciam a qualidade de vida e a saúde dos moradores da favela Santa Marta, é necessário compreender as disposições

específica do ambiente, como as estruturas e serviços presentes e os atores envolvidos na regulação do espaço. Por isso, segue uma descrição da favela²⁵:

A favela Santa Marta localiza-se no morro Dona Marta, no bairro de Botafogo, na Zona Sul²⁶ da cidade do Rio de Janeiro. O principal acesso à favela é feito pela Rua São Clemente, através da Praça Corumbá, que fica à direita da rua de acesso à favela (Rua Marechal Francisco de Moura). Todos os moradores passam por ali, porque o sinal de trânsito da rua principal (Rua São Clemente) fica na altura da praça. Essa praça é pequena, mas muito bem conservada: não há lixo no chão, existem equipamentos novos de ginástica que fazem parte de um projeto da prefeitura para idosos, há um parquinho com terra para as crianças com balanço e algumas gangorras, e a iluminação é boa. A praça conta, ainda, com um quiosque de informações turísticas da prefeitura do estado. É comum que pequenas barracas de comida sejam montadas na praça ou ao seu redor: dentre as mais comuns, estão a de cachorro-quente e de açaí. Durante o dia, ambulantes vendem bebidas, doces e salgadinhos. Normalmente, a esquina em que a praça se encontra com a Rua Marechal Francisco de Moura é o primeiro ponto em que se avistam policiais da UPP do Santa Marta, com ou sem um carro estacionado. De dois a quatro policiais ficam nesse ponto.

A Rua Marechal Francisco de Moura sobe o pé do morro em curvas, cercada por prédios de três a cinco andares, com muros baixos e cercas de alumínio. O espaço das calçadas é mínimo, suficiente apenas para que uma pessoa passe de cada vez. É comum que os dois lados da rua estejam repletos de carros estacionados, porque não há como estacionar na favela, restando assim à rua de acesso. Os pedestres costumam andar pelo meio da rua. Diversas barracas de comida de rua surgem a partir da metade da rua, conforme a favela se aproxima. De comércio maior, a rua conta com uma casa lotérica e alguns bares. A rua vai se estreitando até ser cortada pela Rua Jupira: a essa altura, se forma um largo. À direita, a Rua Jupira dá acesso à praça do cantão e à quadra da escola de samba local. À esquerda, fica a estação do plano inclinado (conhecido pelos moradores como bonde ou bondinho). Seguindo adiante pelo largo, fica a escadaria, que é um dos principais acessos à favela. A escadaria que dá acesso à favela é cercada lateralmente por pequenos bares e

²⁵ Mapa virtual da favela Santa Marta realizado pelo projeto Rede Jovem- Wikimapa- pode ser acessado no endereço: http://wikimapa.org.br/mapeados?community_id=5

²⁶ A favela Santa Marta localiza-se no morro conhecido como Dona Marta, em uma área nobre da cidade do Rio de Janeiro, próximo aos famosos bairros de Copacabana e Ipanema.

lanchonetes, e leva à praça Santa Marta. De lá, é possível acessar três vielas que sobem a favela em direções diferentes. É comum que policiais da UPP fiquem ao longo da escadaria, onde existe um posto da UPP.

No largo de acesso ao bonde e à escadaria, é possível avistar a favela, que é limitada, lateralmente, à direita pelo plano inclinado e à esquerda por um muro construído em 2009 pelo governo do Estado para impedir a expansão da favela. Nesse largo, existem faixas penduradas anunciando desde cursos e eventos em igrejas evangélicas a shows de bandas de forró. Há também várias lixeiras cor de laranja da empresa de limpeza urbana (Comlurb), paradas embaixo da estação 1 do bonde. São de um tipo comum, que pode ser puxado pelos lixeiros e têm rodinhas.

Para acessar a estação do bondinho, é preciso subir uma rampa cercada de grades, que se parece muito com o acesso às estações de trem do estado. Embaixo da rampa, alguns moradores criaram um minúsculo bar, fechando o vão que fica embaixo da rampa e montando uma espécie de barraco de madeira. Ao longo da rampa, forma-se a fila à espera do bonde. Como o trajeto é pequeno, a espera não costuma demorar mais do que dez minutos.

O plano inclinado é chamado pelos moradores de bonde ou bondinho. Conta com 5 estações, que são conhecidas por sua numeração. Seu trajeto de uma extremidade à outra dura cerca de 10 minutos. A estrutura do bonde é dividida em dois compartimentos: um deles para transportar pessoas, e o outro para transportar cargas. O uso do bonde é gratuito, e não há a necessidade de nenhum tipo de identificação ou contabilidade de passageiros. Um funcionário fica dentro do bonde e controla o número de pessoas e a abertura das portas.

O bonde se parece com um elevador panorâmico, e tem bancos de um lado e barras para segurar presas aos teto, como as dos trens. Comporta cerca de 20 pessoas por viagem. Um funcionário de uma empresa terceirizada fica em cada elevador, abrindo e fechando a porta e perguntando se alguém vai descer naquela estação. A relação dos moradores com esses funcionários costuma ser respeitosa. Alguns os conhecem por nome, e é comum que agradeçam ao sair, alguns dizendo valeu, outros dando boa noite seguido do nome do funcionário. Todos os funcionários são moradores do Santa Marta.

O bonde funciona em dois trechos, da estação 1 até a 3, onde é necessário fazer uma transferência para outro bonde que segue até as estações 4 e 5. Esses trechos ficam parados para manutenção de forma alternada, nas segundas e terças feiras; assim, sempre há um dos trechos em funcionamento. Os moradores reclamam que o bonde tem ficado cada vez mais tempo sem funcionar. Outro relato dá conta de que às vezes o bonde para entre as estações, e os moradores precisam sair e fazer o percurso pela escada de emergência que fica à esquerda do bonde.

As estações do bonde se constituíram em importantes pontos de referência para os moradores, e é comum ouvir que tal morador mora perto de determinada estação. À medida que se sobe, tem-se uma vista excepcional de diversos pontos da cidade, como o Cristo Redentor. Quando se anda de bonde durante o dia, é possível perceber melhor as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Uma delas são os prédios que ficam logo ao lado do bonde, construídos para abrigar moradores em situação de risco. Eles são pintados externamente de salmão, e parecem bem novos. Internamente, os apartamentos são pintados e têm pisos de cerâmica. As portas dos apartamentos ficam de frente para o bonde e costumam ficar abertas. Devido à proximidade e à velocidade reduzida com que o bonde trafega, é possível ver com clareza o interior dos apartamentos. Conforme se sobe, a estrutura das residências da favela piora. No pico do morro, existem barracos de madeira apoiados no morro e suspensos por tábuas.

A estação 4 do bonde fica na altura de um dos mais famosos pontos da favela, a laje em que o cantor Michael Jackson filmou um vídeo clipe em 1996. A filmagem aconteceu na laje do então posto de saúde Dedé, que era, então, mantido por um ONG e, hoje, se transformou na Casa de Cultura Dedé. Após a morte do cantor, uma estátua e um mural foram colocados em sua homenagem no local, que ficou conhecido pelos moradores como “laje do Michael Jackson”. Esse ponto recebe muitos turistas, principalmente nos finais de semana e feriados. A presença de turistas é mais comum durante o dia. A maior parte deles contrata guias locais e sobe a favela de bonde junto com um grupo, mas é possível avistar turistas nacionais subindo a favela sem a companhia de guias. Há muitas informações na internet sobre o local, e o acesso através do bonde é fácil.

A estação 5 do bonde leva à região conhecida como pico, onde se encontram as residências mais precárias em termos estruturais. É também onde, segundo os entrevistados, se localizam as famílias em situação de pobreza extrema. Atrás da estação

5, fica a sede da UPP do Santa Marta, que foi construída originalmente para ser uma creche, mas, nunca tendo sido usado para esse fim, transformou-se em sede da UPP. Nesse prédio, são oferecidos cursos aos moradores. Perto da estação e da sede da UPP, fica o campinho, um campo reformado pela prefeitura que conta com grama sintética, iluminação e grades de proteção. Esse local era conhecido anteriormente por ser muito perigoso: diversas mortes e torturas são narradas pelos entrevistados como tendo acontecido nesse local. É possível acessar esse trecho do morro pelo bairro de laranjeiras, o que torna possível subir materiais para a construção das casas. É por ali também que costumavam acontecer confrontos entre a polícia e os traficantes.

Outros pontos que se destacam na favela são: a associação de moradores; a quadra da escola de samba G.R.E.S Mocidade Unida do Santa Marta; três quadras para práticas de esporte; as diversas igrejas evangélicas; as creches (a Creche da Pequena Obra Nossa Senhora Auxiliadora; a Creche Comunitária Santa Marta; a Creche Comunitária Mundo Infantil, a Creche Comunitária Vinde Menino); duas minas de água (uma na parte baixa a esquerda e outra na parte alta) e um poço (à direita) utilizados pelos moradores quando não existia fornecimento regular de água. A casa de uma moradora, que foi reformada por um programa de televisão (Caldeirão do Huck), também é uma referência citada aos turistas e visitantes.

Conforme se sobe a favela a pé, é possível perceber que o comércio diminui até ser inexistente, na área do pico. No restante do morro, as lojas comerciais costumam ter dimensões pequenas, e ficam espremidas entre as casas com a porta em direção às vielas e ruas. Existem lan houses, padarias, lanchonetes, pizzarias, salões de beleza e lojas de material de construção. Os comércios que exigem um nível maior de formalização, como farmácias, ainda não são encontrados no Dona Marta.

Os becos e as vielas do Dona Marta são estreitos, formados em grande parte por escadarias e, em muitos pontos, só é possível passar uma ou duas pessoas de cada vez. A proximidade entre as casas e entre as pessoas na rua é uma importante marca local. É comum que moradores deixem as portas das casas abertas e que usem o degrau que fica na porta das casas para sentar. Como o espaço interno da favela é limitado, na maior parte do tempo as crianças brincam no meio do caminho na proximidade de suas casas. Em razão da limitação de espaço, a escola (Escola Municipal México) e a clínica (Clínica da Família Santa Marta) que atendem os moradores se encontram fora da favela.

Em termos de estrutura, a favela Santa Marta conta com um sistema de iluminação pública composto por luzes instaladas nas paredes das casas, em direção às vielas e becos. O sistema ainda tem alcance insuficiente, e é comum encontrar pontos de iluminação com lâmpadas queimadas e regiões sem nenhum ponto instalado. As obras de urbanização realizadas na favela alargaram e pavimentaram algumas vielas; entretanto, faltam, ainda, corrimões em trechos íngremes e em alguns desníveis. Uma grande escadaria que fica na lateral do morro, a muitos metros de altura, está sem grade de proteção em diversos trechos.

A rede de esgoto é incompleta, encontra-se aberta em vários pontos, que são chamadas pelos moradores de “valas”, fazendo com que a água da chuva se misture com o esgoto, gerando mau cheiro e vazamentos. Existe ainda um problema com o lixo: os funcionários da empresa de limpeza urbana (Comlurb) fazem a limpeza das ruas, mas não recolhem o lixo doméstico diretamente nas casas. Os moradores precisam caminhar com o lixo até lixeiras instaladas ao longo da favela. Dependendo do local, esse percurso pode ser longo, e é possível perceber que parte das sacolas de lixo doméstico é jogada nas valas de esgoto, o que gera um problema de infestação de ratos e baratas.

Essa descrição visava a respaldar a análise dos resultados da pesquisa de campo, ao expor diferentes aspectos ambientais da vida na favela Santa Marta. Destacam-se, entre as informações reunidas: a infraestrutura local; a diferença entre o comércio disponível na parte alta e baixa do morro; a atividade do turismo; questões ligadas à acessibilidade e ao transporte, como as ausências de vans e moto taxis comuns a outras favelas e a existência do bonde; e a disposição das casas. Essas informações são relevantes por oferecer dados sobre a rotina dos moradores, e sobre os principais DSS da saúde a que estão expostos.

Capítulo 4.

Qualidade de vida na favela Santa Marta

Neste capítulo, serão apresentados os resultados sobre a percepção dos entrevistados de sua qualidade de vida ao longo do tempo. Será conferida especial atenção aos efeitos da instalação da UPP sobre as oito condições para a saúde definidas pela Carta de Ottawa: paz, abrigo, educação, alimentação, renda, um ecossistema estável, recursos adequados, justiça social e equidade (IRWIN & SOLAR, 2005; BUSS, 2000).

A OMS (1986) definiu a qualidade de vida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Considerando esta definição, foi conferido foco aos Determinantes Sociais de Saúde, como acesso à educação, saneamento básico, opções de lazer, condição das habitações, entre outros. Para tal, foram analisados: histórico de saúde, perfil familiar, histórico da relação com o tráfico de drogas e com a polícia, valores pessoais, fontes de medo e preocupação, fontes de segurança e planos para o futuro.

Dentre esses fatores, os efeitos do domínio do tráfico de drogas sobre o território das favelas e seus moradores foram analisados prioritariamente, por constituírem um obstáculo à melhoria de diversos determinantes sociais da saúde dos moradores. Além disso, a dominação exercida pelo tráfico funcionava como eixo central da violência estrutural, ao reforçar o estigma territorial e servir de justificativa para ações policiais violentas por parte das forças policiais.

Os efeitos da proximidade com o tráfico foram considerados pelos moradores como sendo especialmente graves na infância e na adolescência, em razão da maior vulnerabilidade dessas faixas etárias à imagem do tráfico como meio de se obter status social e dinheiro, situação que pode culminar com a morte precoce. Esse cenário revela que a dominação do tráfico tinha um nível maior de complexidade, que atingia os valores compartilhados pelos moradores, ao ponto da participação neste, chegar a ser objeto de desejo. O envolvimento com o tráfico foi narrado como um dos piores efeitos da dominação, pois é compreendida pelos moradores como um aliciamento covarde, que levaria os jovens a morrer na linha de frente do tráfico, por falta de experiência. Esse

contexto influenciava as experiências de maternagem e paternagem dos moradores, que temiam pela segurança dos filhos, por terem vivenciado a morte de amigos e familiares. Essa análise é relevante para esta dissertação, pois mapeia os prejuízos à saúde ocasionados pelo contato com o tráfico sobre diferentes etapas da vida dos moradores, começando pela ameaça à vida das crianças locais, passando pelo comprometimento dos laços de vizinhança e parentesco, e gerando, ainda, uma experiência de sofrimento relacionada ao papel dos pais.

O fim da dominação territorial exercida pelo tráfico foi narrado pelos entrevistados como principal razão para o aumento dos níveis de segurança psicológica. Estes afirmam, ainda, que a melhoria na qualidade de vida e a diminuição no risco de morte atingiu a todos os moradores da favela, inclusive os traficantes. No entanto, a percepção da diminuição da violência não eliminou o medo de que a relação de dominação territorial do tráfico se reestabeleça. Tampouco desarticulou os quadros psíquicos estabelecidos. Foi examinado o histórico de saúde dos entrevistados e seu acesso ao SUS, o que revelou uma grave desatenção do sistema de saúde local aos danos em saúde associados à violência e à proposta da Política Nacional de Promoção da Saúde.

Foram observadas, ainda, desigualdades sociais sintomáticas do quadro histórico de violência estrutural, como a ausência de serviços públicos básicos. As intervenções intersetoriais relacionadas à UPP pela prefeitura e demais esferas de governo consistem na instalação de uma rede de fornecimento de água e luz, na construção de uma rede de escoamento de esgoto e na implantação da coleta de lixo. Esta dissertação analisou-as no tocante a seu potencial de promoção da saúde. Deve-se ressaltar que os moradores não demonstraram conhecer a UPP social, projeto que seria responsável pela integração desse tipo de ações. Além disso, houve discrepâncias entre as informações sobre a rede de saneamento básico do Santa Marta. O governo do Estado afirma ter realizado tal obra, enquanto os entrevistados reclamam que o esgoto segue a céu aberto, versão esta que foi constatada ao longo das observações participantes. Esse cenário demonstra que, sem a implantação da UPP social, alguns dos mais importantes DSS não foram alcançados pela UPP, ou seja, as desigualdades produzidas pela violência estrutural permanecem. Por outro lado, a importância de ações intersetoriais para a melhoria da saúde, ainda que espontâneas, pode ser observada através do turismo, que, segundo os entrevistados, tem

um papel fundamental n sua percepção da segurança local, pois representaria a diminuição do estigma.

O conceito de Promoção da Saúde, além de prever a responsabilidade de outros setores da sociedade sobre a promoção da saúde, especifica a importância da participação do indivíduo e da comunidade na melhoria da própria saúde e prevê o acesso a recursos como a informação, para promover a capacitação acerca das opções saudáveis (MEIRELHES, 2008) Por essa razão, a participação social, as atividades realizadas pelos movimentos sociais locais e as ações do programa UPP Social foram analisadas, em relação aos possíveis efeitos nos Determinantes Sociais da Saúde e no aumento da participação social.

Por último, foi conferido foco especial à relação entre os moradores entrevistados e os policiais da UPP, bem como a aspectos gerais da gestão dessa política. Esse recorte foi feito em razão do histórico de violência e corrupção policial nas favelas observado na revisão teórica. Esse histórico foi considerado como parte de um cenário de violência estrutural, onde a atuação policial construía desigualdades sociais, que, por sua vez, geravam medo e sofrimento nos moradores. Os moradores entrevistados reconhecem grandes transformações na atuação policial, como a diminuição da violência e da corrupção. Reclamam, entretanto, da invasão da ação policial em questões que excedem os limites da sua competência. Ademais, a ação policial é reconhecida por sua heterogeneidade, discriminando determinados grupos com perfil próximo aos dos traficantes. Essa característica é uma continuidade da forma de atuação que as forças policiais empregavam no Santa Marta antes da UPP, com ênfase em relações pessoais e no desrespeito aos direitos dos moradores de favelas identificados como criminosos. Conclui-se, assim, que a atuação dos policiais da UPP reforça a violência estrutural, ao tratar determinados grupos de maneira discriminatória e mais violenta.

Assim, o presente capítulo pretende ilustrar em que medida a instalação da UPP afetou os DSS e a percepção dos moradores sobre a própria saúde e qualidade de vida, assim como a maneira como esta se relaciona com a instalação da UPP.

4.1. Sob domínio do tráfico

4.1.1. O reflexo da proximidade com o tráfico na infância

A exposição à violência e às atividades do tráfico de drogas foram relatadas como fator de risco principalmente para crianças e adolescentes. Os moradores entrevistados acreditam que a atuação do tráfico de drogas no período anterior à UPP comprometeu a sua infância, bem como a de seus filhos, pois restringia a liberdade para brincar; representava risco maior de vida; gerava medo e práticas de defesa ainda na primeira infância; e culminava na morte prematura de amigos e vizinhos. Por outro lado, afirmam que a presença do tráfico inaugurava, para crianças e adolescentes locais, uma possibilidade de obter status social e dinheiro. A valorização social do pertencimento ao tráfico e de suas atividades era assimilada por crianças e adolescentes locais, que desejavam ingressar na organização ainda que reconhecessem o elevado risco de vida.

Ao longo das entrevistas, os depoimentos revelam memórias de infância mediadas pelos códigos da violência local, que aproximavam crianças de experiências extremamente violentas. Alessandro (34 anos) assistiu quando criança, pessoas sendo torturadas e assassinadas no mesmo espaço que dispunha para brincar com os amigos. Essa situação de proximidade com a violência tornava uma brincadeira de criança em uma memória com grande potencial traumático.

Põe em cima um monte de madeira, uns pneu, é micro-ondas, triste demais, triste de ver, e eu cresci com isso. A maioria dos moleques cresce com isso. Ou então tá lá o cadáver lá em cima. A gente ia vê. Ficava dando paulada no cadáver. Essa era a nossa brincadeira. Ah, foi pegar a pipa, olhou pra baixo pra pegar a pipa, o cara morto. Primeiro, aquele choque, Ah, aí ficava olhando, olhava, aí ia lá, via que o cara tava com um tênis no pé, opa, rolou um tênis. Rolava um tênis, aí a bermuda, mãe lava pra mim que eu ganhei. A minha mãe lavou; nem sabia. Eu já fiz muito isso. É a realidade, meus pais era viciado não comprava pra mim. Quando os cara não tirava os tênis eu pegava, brincava de ficar dando paulada, brincava de ficar achando ossada, ficar jogando bola com ossada. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

A gente cresceu assim, aí quando começa a dar um tiroteio eu já fico com medo, porque desde pequeno que a gente fica vendo isso, troca de tiro com polícia, ali por cima era muito escuro, aí via assim, era porco comendo, ia

matando e deixando, os porco comia os corpos por ai. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

As guerras entre facções são lembradas como períodos em que as crianças ficavam trancadas dentro de casa, sem poder brincar na rua. Vivian (23 anos) aponta que a temática da violência era apropriada pelas crianças de sua geração, que imitavam os confrontos que assistiam.

Olha, dentre muitas brincadeiras a mais comum entre as crianças era polícia e ladrão. Era arminha de pedaço de cano. Era arminha de madeira, que as próprias crianças fabricavam. Eles viam na mão dos traficantes, e faziam uma replica praticamente igual, a coisa mais comum de acontecer era isso. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1filho.

Uma das resultantes dessa proximidade das crianças com as operações do tráfico de drogas era a possibilidade de envolvimento com o tráfico de drogas ainda durante a infância e a pré-adolescência. Vale ressaltar que, a partir da segunda metade da década de 1990, houve uma alteração nas práticas do tráfico de drogas, que até esse ponto não permitiam o envolvimento de crianças e adolescentes em suas atividades. Algumas razões, como o baixo custo de uma criança em casos de extorsões policiais, e sua capacidade de obedecer sem questionamentos levaram a contratação de crianças pelo tráfico (SOUZA E SILVA, 2005). Um dos entrevistados (Alessandro, 34 anos) vivenciou essa transformação nas regras do tráfico. Em 1992, ele foi recrutado como “avião”, denominação utilizada pelo tráfico para designar funcionários que buscam e levam drogas para clientes.

Que antigamente eles não aceitavam traficante novo. Eu me lembro que quando eu quis me meter no meio, eu tinha onze anos. Eu queria ser avião, eles não deixava entrar. Onze anos eles não deixava entrar. Não, menor, tu quer dinheiro? Toma dinheiro, menor, mas aqui tu entra não. Eles não deixava. Mas, de um tempo pra cá, eles começaram a incentivaram os garoto, porque eles descobriram que os garotos morrem por eles. Essa é a diferença. Antes eles não permitia. Até noventa e dois, eles não permitia, depois disso aí. Eu, no tráfico, me envolvi com treze anos, doze, passei a ser avião, com catorze anos eu fui efetivado. Fui efetivado. Trabalhei como tesoureiro, e eu tirava plantão 24 horas. No tráfico, é assim, né, 24 horas. Tirava plantão 24 horas. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Os moradores entrevistados narram que a mudança de atitude dos traficantes, “da velha guarda” para os “mais novos”, vai além da permissão para que crianças e adolescentes entrassem para o tráfico. Inclui a diminuição da ajuda financeira aos moradores, uso de armas de longo alcance como fuzis e metralhadoras, a ostentação de armas e drogas, a ostentação de roupas e objetos de marcas, e o início das torturas e de práticas mais violentas, como vemos abaixo:

Eu lembro uma vez. Um dia que meu irmão quebrou a perna, eles deram o dinheiro do taxi pro meu irmão ir e voltar do Miguel Couto, mais o dinheiro do remédio. Ajudavam bem mais antigamente. Não sei, de uns tempo pra cá, eles deixaram de ajudar. Ficaram mais egoísta. Eu acho que com o tempo, antigamente, com 12 a 15 anos eles ajudavam bem mais. Vinícius, 24 anos, desempregado, 1 filho.

Todos os entrevistados conheceram crianças e adolescentes menores de 15 anos que foram assassinados, por pertencer ao tráfico. Exemplifica:

A maioria deles estudaram comigo, cresceram comigo, era assim, rumos totalmente diferentes. Você vê crianças que brincou com você, chupou o mesmo picolé que você, tomar um rumo diferente da vida, e muitos deles hoje, que estudou comigo, que participou de colônia de férias, aqui tem uma grupo ECO que promove uma colônia de férias, muitos deles que tiveram na colônia comigo, muitos deles já não tão mais vivos hoje. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

A colônia de férias organizada no Santa Marta, desde a década de 1980, pelo Grupo Eco foi citada por todos os entrevistados como uma das únicas opções de lazer que as crianças e adolescentes do morro dispunham. É também através da ausência na colônia que os jovens e adultos contabilizam os amigos que morreram, foram presos ou expulsos do morro. Barcellos (2003) narra em seu livro (Abusado - O Dono do Morro) que o traficante Marcinho VP, durante a adolescência, teria participado de oficinas oferecidas pelo grupo, vencendo inclusive um concurso de desenho. Foi no tráfico, porém, que ele encontrou uma fonte de renda.

Em um cenário de pobreza, o tráfico era reconhecido na favela como uma fonte acessível para se conseguir reconhecimento e bens materiais (ATHAYDE ET AL, 2005). A entrada no tráfico de drogas é narrada pelos moradores como a realização de um desejo. Segundo Fabiane (34 anos), os meninos de sua geração “eram tudo doido para entrar na boca”.

Esse desejo motivou Alessandro (34 anos) a insistir com o chefe do tráfico local durante dois anos até ter sua entrada permitida.

A questão do tráfico na comunidade é que você passa a ter o bandido como herói. Tu olha aquela ilusão: o cara tá andando armado, o cara tá muito bem arrumado, o cara andando cheio de dinheiro. O cara andando cheio de mulheres, o cara pode fazer tudo, e essa influência do tráfico, a grande maioria que tá no tráfico não é porque o cara tem tendência a ser, não é não, é porque ele se iludiu. Infelizmente, onde o tráfico manda você não tem aquela opção de escolha. Ele cresce com aquilo. O amigo entra, o tio entra, quando tu vê ele já tá ali. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Deve-se ressaltar que as imagens utilizadas para representar o tráfico, como “cercados de mulheres”, “muito bem armado”, são repletas de referências à masculinidade, que seria alcançada através do pertencimento ao grupo. Essas imagens são especialmente sedutoras para os jovens pobres, que se encontram em uma situação de “invisibilidade” e baixa auto-estima (ATHAYDE ET AL, 2005).

O tráfico subir e descer a comunidade, ter muito adolescentes e crianças envolvido com o tráfico, e eles eram podemos dizer assim os heróis, os ídolos dos garotos. Os traficantes tinham sempre meninas, andavam bem vestidos, saíram na mídia. Michael Jackson teve que pedir autorização pra eles para estar aqui. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

Outro forte motivo, que os entrevistados sempre associam aos outros abordados, é a magnitude de controle territorial que o tráfico conseguiu. A visita do cantor Michael Jackson se tornou um símbolo do reconhecido externo do poder local dos traficantes. As falas de Alessandro (34 anos) e Evanir (67 anos) fazem referência à importância simbólica que o tráfico representava para as crianças e adolescentes. Certamente, isso não explica porque algumas crianças entravam para o tráfico e outras não, o que, para Souza e Silva (2005), deve ser analisado com uma perspectiva plurifatorial, que contemple as redes sociais em que esses adolescentes estão inseridos e suas características subjetivas.

A criança cresce com isso. Minha mãe faz. Meu pai faz porque que eu não vou fazer? Aí tu formou um ser humano assim. Aí, ah, meu tio é bandido. Ah, minha mãe enche a bola daquele bandido. Ah, meu pai fala que aquele é legal, as meninas, tu vai querer ser o que? Trabalhador que nego no morro chamava de otário? Eu não cheiro. Experimentei maconha não gostei. Nunca fui de beber. Saí pra noite. Do jeito que eu sai, eu voltava. Bebia um monte de coca

cola, refrigerante, alguma coisa. O pessoal me chamava de otário. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Após sair do tráfico, aos dezoito anos, Alessandro (34 anos) afirma que era visto como “otário” pelos outros jovens da favela. Alessandro (34 anos) reconhece o papel da família na formação das crianças; entretanto, fala de uma representação compartilhada por parte da vizinhança, que enxergava quem obtinha ganhos modestos como “trabalhador” como “otário” em comparação aos ganhos obtidos pelo tráfico. Essa desvalorização do trabalho formal se somava às demonstrações de força do tráfico, produzindo uma imagem sedutora.

Nesse contexto, a instalação da UPP impede o domínio territorial dos traficantes, a ostentação de armas e as demonstrações de força. Por conseguinte, reduziu a capacidade do tráfico de reproduzir imagens que o simbolizavam como fonte de poder e status social.

Agora com a UPP muda o conceito. Antes, na brincadeira de polícia e ladrão, todo mundo queria ser ladrão. Agora eu vejo os moleques brincando que são do Bope. “Eu sou BOPE”. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Certamente, a retirada ou alteração da forma de atuação do tráfico, considerando o protagonismo que estes tinham no cotidiano da favela, deve ser levada em conta na formação dos valores compartilhados pela vizinhança. Para não incorrer em generalizações, é fundamental considerar que, na mesma favela, centenas de crianças e adolescentes cresceram sem ter envolvimento com o tráfico ao longo de décadas, independentemente da presença do tráfico (ATHAYDE ET AL, 2005).

Para além da influência da presença do tráfico na formação de valores das crianças e dos demais moradores da favela, deve-se ressaltar que a infância na favela significou para a geração de crianças nascidas nas décadas de 1980 e 1990, um convívio contínuo com confrontos e situações de extrema violência. Como revela Vivian (23 anos) ao narrar uma infância marcada pelo medo, com diversos episódios em que sentiu que a integridade física de sua família estava em risco.

Minha mãe tava entrando porque ela tinha ido na porta fazer alguma coisa, quando começou. Porque muita das vezes, isso era muito normal de começar a guerra do nada e a gente não tá preparado, então a minha mãe tava entrando no momento que o traficante correu querendo entrar na casa da minha mãe, e minha mãe fechou a porta. Como eu te disse a minha mãe fazia isso. Eu tinha muito medo de perder a minha mãe, porque ela enfrentava, e a minha mãe fechou a porta e ele tentou forçar a porta: “não, tia, deixa eu entrar”, “deixa eu entrar”, “deixa eu entrar tia”, e a minha mãe falou: “aqui você não vai entrar, se você quiser ir lá pra trás e se esconder atrás da casa tu pode ir”. E eu lembro que depois que deu uma acalmada esse traficante voltou pra xingar a minha mãe, e a minha mãe, ela não baixa a cabeça pra nada, então ela também discutiu, ela falou: “porque o chefe de vocês não faz uma coisa dessas. Eles foge pro mato. Eles dão o jeito deles. Eles não entra na casa de morador, porque que eu ia abrir minha porta pra você”, daí foi uma discussão muito feia e eu fiquei, naquele dia eu pensei: “pronto, é agora que ele vai dar um tiro na minha mãe”. Vivian, 23 anos, casada, dona de casa, 1 filho.

Por ter familiares envolvidos com o tráfico de drogas, Vivian (23 anos) revela que seu maior temor quando criança era que sua família fosse expulsa da favela quando outra facção invadia o morro. Pelo mesmo motivo, temia a presença da polícia. Sua casa sofria constantes revistas policiais, circunstância em que as crianças participavam de uma estratégia para defender a família de uma possível corrupção policial.

Outra coisa também que era muito comum, era eles colocarem flagrante para dizer que era da pessoa e que tava dentro daquela casa. Como nós já sabíamos disso, até nós adolescentes e crianças, entrava dois, três. Cada um ia para um canto, a gente se dividia e ia atrás pra vigiar, porque existia muito disso de colocar o flagrante e dizer que era nosso, então até nisso a gente tinha que ter muito cuidado. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Na fala de Vivian, percebe-se que as crianças e adolescentes não só compreendiam os códigos locais relacionados à contiguidade territorial de duas ordens sociais distintas, como criavam estratégias para minimizar os danos causados por essa conjuntura.

Vinícius (24 anos), quando indagado sobre sua infância, narra que um dia ouviu traficantes dando uma ordem de que ninguém podia subir o morro, e começou a descer o morro, em direção contrária à sua casa, que ficava no pico, até que foi encontrado por sua mãe no caminho.

A infância e adolescência dos jovens e adultos entrevistados coincidiram com o período que o tráfico de drogas local passava por uma transformação. Os moradores reconhecem o período posterior a 1985 como o momento em que o tráfico passou a ser operado por crianças e adolescentes. No início, a participação era limitada a cargos de menor importância, como “avião”, e “olheiro”, responsáveis respectivamente por levar cargas de drogas e avisar da entrada da polícia ou de pessoas estranhas na favela. Após alguns anos, o posto de “dono do morro” começou a ser disputado entre traficantes da “velha guarda” e um grupo de adolescentes nascidos no morro. Ao mesmo tempo, o tráfico passa a ter acesso a armamento de maior porte e a realizar “castigos”, como demonstração de força.

Essa transformação pode ser ilustrada com a morte de vinte e dois amigos envolvidos com o tráfico de drogas, narradas ao longo de seis entrevistas.

4.1.2. Segurança para os pais

Quando questionados sobre sua qualidade de vida, todos os moradores entrevistados apontaram como um dos principais fatores de melhoria a percepção de que seus filhos estão mais seguros atualmente. Essa análise englobava uma comparação com as próprias experiências de infância e adolescência, marcadas pela violência. O fim do aliciamento de crianças e adolescentes pelo tráfico de drogas foi citado, juntamente com a diminuição do risco de sofrer balas perdidas, como fatores que trazem tranquilidade às experiências de maternagem e paternagem.

Vivian (23 anos) e Vinícius (24 anos) analisam a infância de seus filhos em comparação com suas próprias experiências de infância, enfatizando que as limitações e riscos experimentados por eles em virtude da violência não ocorrem mais.

Tô bem mais tranquilo. Com certeza, porque antes você não podia deixar criança. Lógico, eu brincava. Num tô dizendo, mas num podia deixar assim brincando. Qualquer momento podia ter tiro. Hoje em dia não, pode deixar a criança brincando a vontade. Não tem risco de começar uma guerra, um tiroteio, uma invasão. Você, antes, ia trabalhar ficava preocupado em deixar seu filho. Vinícius, 24 anos, desempregado, 1 filho.

Tanto Vivian (23 anos) quanto Vinícius (24 anos) são jovens e pais. Se considerarmos que sua infância e sua adolescência estão temporalmente mais próximas do que para os demais entrevistados, é possível compreender a presença da comparação entre sua infância e a dos filhos. Destaca-se, ainda, a importância que dão à liberdade para brincar,

fato não citado pelos demais entrevistados. Vivian (23 anos) foi criada em uma família só de mulheres, com avó, sua mãe, sua irmã e sua tia. Os adultos saíam para trabalhar, ela frequentava a escola pela manhã e era responsável por cuidar da casa e fazer comida para a família. Dessa forma, o único tempo que lhe sobrava para brincadeiras era a parte da noite, período em que se iniciavam os conflitos armados.

Nós crianças e adolescente já tinha uma responsabilidade em casa. A gente tinha que colocar um arroz no fogo. As meninas, arrumar a casa e deixar tudo arrumado. Então quando a mãe chegava do trabalho é que era o momento da gente sair pra brincar. Então era sempre cinco e meia, seis horas, as vezes sete horas e era justamente o horário que começava tudo. Ô, tem dia que as crianças ficam aqui, ontem mesmo uma e vinte da manhã, as crianças tavam aqui brincando. A mãe tá dentro de casa, mas tá olhando. Quando eu ia poder brincar até uma e vinte da manhã na rua? Aí, meu esposo fala: caramba, essas crianças tão fazendo muito barulho. E eu falo: “olha, antes o barulho delas do que outros barulhos”. Hoje em dia, é um remédio pra mim dormir. Essa coisa da liberdade, principalmente das crianças de ir e vir, é muito bom. Eu falo, se na minha época tivesse isso. Eu acho que eu teria aproveitado bem mais a minha infância, muito, muito mesmo. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Quando questionados sobre a infância de seus filhos - ou seja, sobre suas experiências de maternidade e paternidade - todos os entrevistados narraram experiências de medo. Enquanto fenômeno social, a violência se torna o cenário onde pais desempenham seu papel (DACACH, 2005). Os pais se dedicavam à antecipação dos riscos que os filhos corriam, e à mediação da infância frente à realidade violenta. Fabiane (34 anos) passava mal com crises de hipertensão quando seus filhos estavam fora de casa e acontecia algum tiroteio.

Quando eles corria atrás dos menino, eles já ia, já corria dando tiro. O problema era esse. Falava: “ai, mãe, deixa eu brincar do lado de fora”. Eu falava: “não, quando isso aí melhorar. Você quer brincar? Chama tuas amiguinhas pra cá. Pode fazer a bagunça que quiser, mas brinca dentro de casa”. Aí daqui a pouco ligava pra mãe de um, ou eu mesma ia levar, porque tinha que ir levar, porque não dava. Aí tinha uma que morava ali em cima, outra do lado. Não dava pra ela ficar lá em cima na casa, e pra descer, era tiroteio. Não deixava ela ir lá pra cima mesmo. Aí quando o pai chegava eu pedia pra ir lá buscar. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

O grande temor dos pais entrevistados era a integridade física dos filhos, o medo da bala perdida. Alessandro (34 anos) revelou que a filha telefonava para ele no trabalho, chorando com medo dos tiroteios, e pedia que ele voltasse logo para casa.

Tranquilidade, né. Dá uma tranquilidade danada, por exemplo, hoje em dia. Eu saíu, eu e a minha esposa tamo procurando se entender. Quando a gente sai eu tenho a tranquilidade de deixar minha filha em casa, porque problema com o tráfico não tem. Eu sei que não vai ter um guerra. Por exemplo, imagina se explode uma guerra, eu com minha esposa na rua e meus filho em casa? E hoje em dia eu tenho certeza. Posso sair tranquilo. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

O fim dos tiroteios e da possibilidade de uma guerra entre facções ou de confronto com a polícia são apontados pelos entrevistados como fontes de tranquilidade.

Olha, hoje em dia, com a entrada da UPP, melhorou muito, porque tu não tem aquela preocupação, de meu filho tá ali, mas daqui a pouco pode ter um tiroteio. Daqui a pouco pode chegar o helicóptero da polícia. Mas hoje em dia é tranquilo. Eles ficam no caminho brincando, sem problema nenhum. Vinícius, desempregado, solteiro, 1 filho.

A possibilidade que crianças e adolescentes fossem aliciados pelo tráfico de drogas representava o segundo maior temor dos pais entrevistados. Esse temor manifestava-se de forma diferente para pais de meninas e de meninos. No caso das meninas, a preocupação dos pais começava quando a menina “criava corpo” e passava a ser cobiçada pelos adolescentes locais envolvidos com o tráfico de drogas.

Hoje em dia, você não cria uma filha sabendo, como aconteceu com a minha filha. Minha filha com doze anos já tinha corpo. Vagabundo segurando a mão dela, vagabundo olhando com outro olhar. Tu criava uma menina. Vagabundo ia lá. O dono do morro ia lá e dizia aquela ali é minha, ninguém mexe. Ninguém mexia. Só esperava crescer, iludia a menina. Ah! Você vai ser a dona, a primeira dama do morro. A menininha nova: “Ah! Primeira dama, primeira dama”. Como tem o Márcio VP lá, uma porrada de filho. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Alessandro (34 anos) explicita em sua fala que o temor dos pais não era relacionado apenas ao assédio dos traficantes às meninas. Havia também o receio de que a filha se deixasse seduzir pelo status social que um relacionamento com o chefe do tráfico local

representava. O tráfico funcionava nesse contexto como uma fonte de benefícios simbólicos e afetivos, que reforçavam a auto-imagem dessas jovens e representava uma sensação de poder (ATHAYDE ET AL, 2005).

Mas, claro, não tem essa preocupação. Por exemplo, hoje as crianças ficam mais tempo na rua. Até me preocupa que fica na rua, mas fica pra lá e pra cá, dez hora, onze hora, tal. Não tem esse medo mais. Vão mexer com a minha menina? O garoto vai se misturar? Isso, dessa preocupação, acabou. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filho.

O receio dos pais de que os filhos fossem aliciados estava baseado na percepção de que não podiam oferecer o status social e os bens materiais que o tráfico oferecia.

A questão é que eles viam um ajudante do tráfico com um tênis Nike, com uma camisa de marca. Eles achavam que esse era o caminho, porque eles iam andar bem arrumados. Ia ter dinheiro na mão pra ter tudo do bom e do melhor. Ia ter dinheiro pra botar uma coisa de primeira linha dentro de casa. Isso contribuiu muito, muito, muito. Teve uma época que eles usavam muito cabelo pitando de loiro, então as crianças que estavam passando da fase de adolescente pra fase adulta achavam que tinha também que entrar naquela onda. Então vinha sempre um que soprava no ouvido e levava junto. Era um tal de “olha, leva um negócio ali pro um cliente”. Começa assim: “eu te dou um tênis”. Aí vai, passa, eu te dou uma camisa. Quando você via um dois meses aquela criança, criança, já tava segurando uma arma, e foi assim que eu perdi muitos colegas e muitos amigos. Assim, rapazes que fez a primeira, primeira comunhão junto. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1filho.

Dacach (2008) aponta que a maternidade, enquanto fenômeno social, é marcada pelas desigualdades sociais e por outros fenômenos sociais, como a violência. Dessa forma, a pobreza e a violência se somam em uma equação capaz de transformar a experiência e o sentido da maternidade e da paternidade. A infância e a adolescência dos filhos passam a ser relacionadas a sentimentos de impotência, incompetência, medo e sofrimento, quando pais não conseguem prover os bens materiais que o tráfico oferece.

Tive dois filho homem. Você não sabe o que eu vivi. Vivia correndo. Largava a panela da madame no fogo. Corria no colégio pra ver se tava lá. Vivia numa loucura só na minha cabeça. E ali era muito fácil o cara mandar ele fazer alguma coisa. Ele precisava dum sapato que eu não tinha dinheiro pra dá. Ele precisava de uma roupa, entendeu? É isso que eu tô te falando. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.

Jurema (65 anos) deixou seu emprego como doméstica para poder tomar conta do filho, que estava “fazendo favores” para o tráfico. Tornou-se esteticista para ter uma carga horária de trabalho flexível. Essa atitude não conseguiu evitar o envolvimento do filho, mas demonstra a proporção que a necessidade de proteger os filhos de um possível aliciamento tomava.

Eles falava que ia matar ele mesmo, que não podia roubar na boca, que ele sabia, e eu ali gritando. Até empurrar, eu empurrei. Você vê o que mãe faz. Eu batendo boca com vagabundo. Podia ter atirado em mim. Eu sei que minha irmã mandou chamar a mãe do cara. Aí ela chegou lá. Veio irmã dele. Veio todo mundo. Aí pedi pra aliviar, num matar. Aí ele mandou dá uma surra e expulsar ele. Eu já tava era doida, jogada lá no chão chorando agarrada no meu filho, e ele falando pra eu não deixar ele morrer. Meu Deus, muito sofrimento, nem sei como eu ainda tô viva. Jurema, 65 ano, dona de casa, 2 filhos.

Jurema (65 anos) experimentou o que os outros entrevistados mais temiam: sofreu ao assistir o filho se tornar usuário de drogas e ser ameaçado de morte. Casos como o de Jurema (65 anos) funcionavam para seus vizinhos como um alerta do que poderia acontecer. Assim como, para ela, ouvir uma amiga narrando a morte do filho pelo tráfico servia de alerta e tormento do que poderia acontecer com seu filho. O medo de não conseguir evitar que o filho se envolvesse com o tráfico de drogas protagonizava a experiência de maternidade. Em um segundo momento, consumada o ingresso dos filhos nas facções, o temor era o de que isso levasse à morte.

Eu conheci uma vez, uma amiga que morava ali ná.....lá embaixo na rua e ela me disse: “mataram meu filho ali onde você mora”. Sabe, e eu vendo a lágrima da minha amiga descer. Eu chega me arrepiei todinha. Falei, meu Deus, tenha misericórdia. Eu senti como se fosse no lugar dela. Ela chorando e falando “meu único filho”. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.

Nesse cenário, a maternidade e a paternidade se tornavam uma experiência de sofrimento, onde pais, limitados por sua condição econômica, pressionados pelos desejos e necessidades dos filhos, e amedrontados com o poder do tráfico, criavam estratégias para tentar evitar “que o pior acontecesse” (DACACH, 2008).

Os moradores entrevistados cujos filhos ainda estão sobre seus cuidado acreditam que “ficou mais fácil” criar filhos no Santa Marta após a instalação da UPP. Enfatizam o alívio de poder deixar crianças e adolescentes andando livremente pelo morro, sem ter

que se preocupar com a possibilidade de sofrer uma bala perdida ou de que sejam assediados.

A UPP é relatada pelos pais como fonte de tranquilidade, porque representa o fim dos tiroteios, das guerras entre facções e das incursões policiais. Além disso, ao impedir o domínio territorial exercido pelo tráfico e ser representada como uma vitória da polícia pela mídia, a UPP desarticula parte do status social atrelado ao pertencimento ao tráfico.

4.1.3. Vida entre guerras

Ao longo das entrevistas, os moradores caracterizaram fatos da vida cotidiana como experiências que geravam risco e medo - por exemplo, buscar os filhos na escola, apresentar o namorado à família, ir para o trabalho. O momento de maior tensão era a troca de facções, chamadas de “invasão”, que incluíam dias de confronto e a expulsão de famílias ligadas à facção expulsa. O segundo momento mais temido, de acordo com os entrevistados, consistia nas incursões policiais, que ocorriam de forma inesperada e com maior frequência do que as invasões. Os moradores entrevistados precisavam, assim, realizar suas tarefas diárias tendo de lidar com um contexto de confronto armado intenso, em que precisavam se proteger da ação de diferentes facções criminosas, da ação policial e dos riscos oriundos da associação com qualquer um desses grupos. Os entrevistados relatam esses períodos como sendo repletos de estresse e medo, e também como momentos em que experimentaram menos segurança psicológica.

Apesar de afirmarem que não existem confrontos na favela desde a instalação da UPP, em dezembro de 2008, quatro anos depois, o discurso dos moradores ainda se concentra na narrativa dos episódios de violência criminal e policial que faziam parte de suas rotinas. Silva e Leite (2008) apontam que a ênfase quase obsessiva de relatos sobre violência nos discursos de moradores de favelas é uma evidência, de que a repetição não levou a banalização desses atos pelos moradores. Todos os entrevistados apresentaram muita clareza de detalhes nos fatos narrados, mesmo que estes tenham ocorridos a dezenas de anos, fato que deve ser considerado com mais uma prova de que a violência não foi banalizada.

Seja pelo domínio do tráfico, pelas guerras entre facções, pelas incursões da polícia a favela, os moradores eram sempre prejudicados. Estes tinham suas vidas colocadas em

risco; viviam sobre enorme estresse emocional e tinham seus direitos de cidadania comprometidos. A extensão desses efeitos pode ajudar a compreender porque os moradores ainda falam sobre a violência.

O tráfico realizava uma regulação da vida cotidiana através de inúmeras demonstrações de força, como execuções cruéis, que eram testemunhadas pelos moradores rotineiramente, como vemos abaixo:

Esse homem que morreu, eles arrancaram esse dedo aqui dele e botaram na testa dele, aí o corpo tava dum lado e cabeça do outro, e eles jogando futebol. Aí eu falei: gente, eles tão jogando futebol com a cabeça de uma boneca? Quando eu fui ver era a cabeça de uma pessoa. Eu tava indo pra rua. Eu achava que era boneca, porque eles não podem ver boneca que vai chutando, não, eu vi cabelo, pensei que era cabeça de boneca. Quando eu vi falei: “gente o que que vocês tão chutando?” Quando eu olhei assim, era a cabeça de uma pessoa mesmo. Ela também viu. Aí botaram, era um dedo que tava enfiado lá dentro da testa do homem, e o corpo de um lado e cabeça do outro. Eu falei gente a cabeça tá aqui e o corpo tá aonde, tava lá do outro lado da praça. A gente via assim, cabeça cortada. Eu fui ver. Era até conhecido esse homem. Eles não deixava enterrar não. Eles matava. Quando não queimava, eles matava e deixava lá. Os porco comia, ou jogava por dentro da mata, eles picotava assim. Botava dentro do saco e queimava. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Quem não obedecia cortava, estrangulava. Todo mundo ficava sabendo. Evanir, 67 anos, Pastor, casado, 1 Filha.

Uma coisa meio absurda cara. Aquele campo que tu passou, aquele campo cheirava a sangue, aquele campo ficou deserto. Passou um período, anos que ele ficou deserto. Só passava pra ir trabalhar, porque tinha que passar. Ficou deserto, aquele campo era de barro. Tu via aquele negócio verde no chão, que era sangue. Ficou um tempo, que aquilo ali ficou terrível. Mas Deus mudou a nossa história, graças a Deus. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

O tráfico de drogas se utilizava da violência para punir traições internas, crimes comuns e para punir moradores que infringisse alguma de suas regras. Os moradores chamam esses fatos de “castigo”. Das razões que levavam um morador a receber um “castigo” estão à delação, conhecida também por ser X-9; envolvimento de qualquer nível com policiais.

Nêgo perdia dedo, nêgo levava paulada, a pior coisa que tem é tu cair na mão do bandido pra apanhar. Antes a menina namorava com polícia, ela tinha a cabeça raspada, peito de fora, só de calcinha andando no morro, imagina isso, e o pai e a mãe tem que andar atrás vendo. Eu prefiro minha filha namorar com o polícia do que bandido, sem sombra de dúvida. Ah, sua filha tá namorando com policial, problema dela, e daí? Vai encostar na minha filha? Encostar na minha filha vai ter que encostar em mim. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

A dominação exercida pelo tráfico tinha dois níveis, o físico e o psicológico. A consciência de que estavam sujeitos a “castigos”, que poderiam colocar em risco a integridade física e moral de toda a família, comprometia o nível de segurança física dos moradores. Como a segurança psicológica é a percepção do risco envolvido nas atividades diárias do sujeito, também era afetada.

Dessa forma, o testemunho dos crimes violentos, das torturas e da humilhação presentes em alguns dos “castigos” representava para os moradores um alerta do que poderiam sofrer em interações com o tráfico. Além disso, gerava baixos níveis de segurança psicológica, o que garantia a submissão dos moradores à força da ordem social representada pelos traficantes.

Quando questionados sobre como sentiam ao ter que conviver com o tráfico de drogas, Vivian (23 anos) e Alessandro (34 anos) afirmaram que a presença do tráfico de drogas fazia deles reféns.

Não sei se é bem essa palavra, mas eu acho que refém. Refém. Então assim, na época eu me sentia assim, refém deles, porque além de você conviver com a qualquer momento ter uma guerra, um tiroteio e você não ter liberdade, você não poderia passar por cima da lei deles. Porque eles tinha leis dentro da comunidade, então você tinha que prestar muita atenção se você não ia passar por cima dessa lei. Teve uma época, eu não lembro qual era a facção, essas coisas todas. Muitas das vezes existia regras e leis deles que a gente não sabia. Por exemplo, tinha uma gíria na época que era usada em outras facções que aqui não podia ser usada, então nem brincando a gente podia dizer uma coisa dessas, de é NÓS, é A GENTE, não podia usar aqui. Era umas coisas muito doida. Eu não lembro bem das leis que eles ipuã na época, mas existia. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

O que me incomodava era o poder exagerado do tráfico, uma coisa muito exagerada, um poder que eles não tinha, mas que julgava ter, isso me incomodava muito. As vezes era um tráfico irregular, abuso de uma pessoa que não tinha nada, e outras abuso de pessoa com autoridade. Tu fica refém nesse meio. É pedir a Deus, ô pai dê livramento, sega o leão em nome de Jesus. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Vivian (23 anos) revela que o tráfico de drogas forçou moradores a participar de uma reivindicação que era deles.

Então, teve uma época que eu trabalhava de baba, aí todo mundo dizia, “amanhã tem uma passeata e tal”. Mas essa passeata, eles aproveitavam para fazer a manifestação deles através de moradores, que tem muitos que era do lado deles, e aí a gente que ia descer para o trabalho não podia passar do cordão de isolamento da passeata. Para sair, a gente tinha que participar da passeata, de qualquer forma, nem que chegasse atrasado no trabalho. Então, muita gente sabendo disso que foi falado durante toda a semana, algumas pessoas não voltaram pra casa, dormiram no serviço pra não ter que participar e não chegar atrasado no serviço. Eu vim pra casa, e falei: “não, eu vou descer no meu horário de trabalho”. Foi até televisionado na época. Só que quando desceu eu, a minha irmã e outras pessoas, eu lembro que os moradores que desceram mais cedo, cinco horas da manhã, que descia mais cedo antes da hora da passeata foram parados lá embaixo com eles com pedaço de pau falando: “se tentar passar a gente vai bater, a gente tem ordem do chefe pra bater.” Falava “só vai descer na hora da passeata e vai participar da passeata”. Então eu lembro que na época a minha madrinha ela desceu porque ela trabalhava na fábrica de grampo. Então ela pegava muito cedo, e ela tentou descer e eu vi que ela voltou. Quando eu tava arrumada pro trabalho ela disse: “olha nem tenta, porque fulano de tal me parou. Eles tão com pedaço de pau imenso, e disse que o morador que tentar descer vai apanhar”. Quando foi oito horas da manhã eles liberaram o caminho, mas lá embaixo tinha um cordão de isolamento de gente lideradas por eles pra não deixar morador nenhum furar o bloqueio pra ir trabalhar. Tinha que participar da passeata, então os moradores que não era a favor daquilo ficava no final da passeata esperando com que tudo aquilo acabasse para poder passar e ir trabalhar. Então por isso que eu digo que o que eu me sentia era isso, refém dessa situação, porque ou a gente fazia ou a gente era castigado de alguma forma. Nem sempre era assim, mas tinha o momento deles impor e a gente tinha que fazer. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

As guerras entre facções, que às vezes culminavam na invasão e na troca de comando local, foram retratadas como momento de maior tensão pelos moradores.

Porque outra facção quando vem, não é pessoa lá do morro, é pessoa de fora. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Era os daqui com outro morro, aí invadia, era tiroteio direto, o medo mais era esse. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Uma coisa que marcou, uma vez era cinco horas da tarde. Foi 2005, uma plena segunda, segunda. Era dia de semana, plena cinco hora da tarde. Os cara falando que ia invadir o morro, subir pra invadir o morro, quem tava na rua. Eu tava bastante longe de casa, só que não teve muito tiroteio, porque era cinco hora da tarde. Então, aquele desespero de você chegar em casa. Corri, mas não adianta quando tu tá nervoso, tudo fica mais. A chave não encaixa. A casa nunca chega. O cansaço ganha, então, foi esse dia. Vinícius, 23 anos, desempregado, 1 filho.

A entrada de outra facção representa um momento de instabilidade, onde a mínima noção de segurança que os moradores tinham, baseada no fato de serem conhecidos pelos traficantes e de estes respeitarem a condição de morador, era perdida. A nova facção via a todos os moradores com desconfiança, investigava ligações com a facção anterior e expulsava moradores. Até que se restabelecesse algum vínculo de conhecimento entre os membros dessa nova facção e os moradores, estes últimos ficam sem uma das únicas fontes de segurança de que dispunham.

Os moradores relatam a sensação de instabilidade e insegurança que sentiam comparando a atuação da facção invasora, que não estaria preocupada com a integridade dos moradores, com a atuação da polícia. Nesse contexto, a entrada da facção invasora, era pior que facção local, porque não tinha laços com os moradores, e era pior que a polícia porque não se preocupavam em atingir moradores.

Porque a polícia eles até atiravam, mas não era pra matar, e nem atirava a esmo, ah! Vou atirar pra tudo quanto é lado. Mas a outra facção quando entrava sim, a ordem era atirar, atirar pra matar, nem que entrasse na casa de alguém. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filhos.

Polícia, ela entra pra matar bandido, a outra facção ela entra pra matar bandido e a polícia vai depois, e onde eles vão entrar? E ali se caso a polícia chega morre todo mundo. Era, era a guerra. Por que ali ninguém sabia quem

era ninguém, o cara invadia hoje e amanhã? Se tu tinha um parente tu corria risco, parente no tráfico, tem que ouvir piada, nem todo mundo tem sangue de barata, né. Alessandro, 34 ano, vendedor ambulante, separado, 3 filho.

Vivian (23 anos) revela que foi surpreendida por uma troca de comando, que aconteceu enquanto ela estava em uma festa. Quando retornou, o morro já era comandado por outra facção. Essa troca de comando era especialmente tensa para os moradores que tinham familiares envolvidos com alguma facção.

Nas madrugadas acontecia muito da gente ficar naquela tensão toda porque a gente sabia que tava tendo invasão e nas casas ao lado os traficantes tavam batendo e tavam arrobando porque queria a pessoa que tava no outro grupo e de manhã a gente sabia a notícia: entrou na casa da família tal. Fulano não tava. Mandou a família sair. Isso tinha muito. Teve uma época que muitas casas ficaram vazias por conta disso. Tinha muitas casas vazias por conta disso, porque não era uma coisa estável, que entrava uma facção e ficava dois, três anos. Ficava seis meses, oito meses. Muitas das vezes acontecia, as vezes o mais tardar um ano ficava, e logo depois tinha outra, então a família que saía e depois a outra facção quando entrava botava de volta. Depois tinha que sair de novo. Então ou era facção de uma lado ou era de outro. Sempre tinha alguma família saindo, e isso era a parte mais triste que eu via porque nem todas as famílias tinham pra onde ir. Nem todas as família, algumas tinha parente na Baixada ou outras comunidades, mas até saber qual era comunidade se era uma facção que podia subir. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filhos.

A expulsão das famílias de traficantes da facção que foi destituída do comando do morro afetava a todos os moradores, uma vez que afetava os laços de amizade e solidariedade constituídos entre os vizinhos.

Tu imagina o cara falava: “sai agora”. Tu tinha que sair, não dava tempo de tirar nada. Só com uma trouxa na cabeça e se dava pra tirar, ia morar na praça. Tinha que descer, do jeito que tava. E ficava na praça até arrumar um lugar pra você ir, chorando, era uma inferno, um verdadeiro inferno. Conheci vários. Eu moro aqui a um tempão. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.

Por outro lado, as incursões policiais também eram vista como momento de risco pelos moradores, que temiam: as balas perdidas oriundas do confronto entre policiais e traficantes, a possibilidade de serem confundidos com traficantes, acusações baseadas em

provas forjadas, revistas violentas e interrogatórios policiais sobre as atividades do tráfico, que poderiam resultar em retaliações por parte deste.

Não, de manhã cedo, eu lembro que era meu primeiro dia de trabalho. Trabalhava até aqui na farmácia. Aí primeiro dia de trabalho, era, tinha que tá aqui oito hora, sete e meia cheia de polícia no morro. Como que eu ia chegar, explicar pro meu patrão que no meu primeiro dia de trabalho cheguei atrasado. Ai, esquiva daqui, esquiva dali, desce com calma direitinho, cheguei antes das oito. Vinícius, 24 anos, desempregado, 1 filho.

Os moradores entrevistados do sexo masculino relatam que eram constantemente tratados como suspeitos pela polícia, circunstância ainda mais frequente caso o indivíduo tivesse algum tipo de vício em drogas ou familiares com envolvimento com o tráfico. Além disso, os moradores precisavam agir com cautela, a fim de evitar que os traficantes não pensassem que estavam colaborando com a polícia de alguma forma. Para se defender das abordagens policiais, os moradores entrevistados faziam uso de várias estratégias, como: negar ter qualquer informação em relação ao tráfico, seguir familiares e amigos abordados pela polícia para evitar que ficassem a sós com os policiais, seguir os policiais durante as revistas às residências, como forma de evitar que provas fossem forjadas, e deixar de realizar queixas à polícia. Evitavam, ainda, estar “no lugar errado e na hora errada” (Fabiane). Esse cenário impregnava de estresse a vida cotidiana. Fabiane (34 anos) narrou que, de certa feita, ao descer para trabalhar, seu pai se aproximou do corpo de um traficante assassinado para ver de quem se tratava, quando foi confundido pela polícia com um membro da facção local. Seu pai foi espancando e desmaiou. Alessandro (34 anos) exemplifica o estado de tensão em que os moradores viviam:

Vivia mais tenso né. A probabilidade de tu viver menos era maior. Bem maior, o risco da bala perdida, e aconteceu uma época de eu descer pra trabalhar, só ando atrasado. Eu desci e eu tinha um guarda-chuva grande, eu descia com ele nas costas. Certa vez eu descendo, quando passei perto da casa daquela minha tia, o helicóptero apareceu. O cara mandando eu deitar, vira, vira. Minha vó saiu. Entrou na frente, não, não, aí quando minha vó tirou era o guarda-chuva. Eu não sabia se ele queria que eu virasse pra ele somente vê ou pra atirar. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

As falas de Alessandro (34 anos) e Vinícius (24 anos) ilustram como ações cotidianas, a exemplo de ir para o trabalho, geravam níveis elevados de estresse. A polícia não era vista como uma fonte de proteção, e sim como mais um agressor, do qual os moradores

precisavam manter distância e eventualmente se defender. Os inúmeros atos de corrupção, abuso e violência policial testemunhados pelos moradores fizeram-nos desacreditar da polícia, que, segundo Jussara, “só vinham busca o deles” e “deixava matar pra depois entrar”. Os entrevistados apontam que a polícia desrespeitava os moradores - tratava a todos como criminosos e era especialmente violenta com os traficantes, a quem extorquia, espancava. De acordo com os entrevistados, quando se tratava de traficantes, a polícia frequentemente atirava para matar ao invés de prender.

Ainda que a segurança física dos moradores não estivesse em risco todos os dias, a consciência da alta incidência de episódios violentos reduzia a segurança psicológica dos moradores. A ausência de segurança psicológica provocado por essa conjuntura social ressignificava, desde a rotina cotidiana à momentos importantes da biografia dos moradores. O namoro de Vivian ganhou uma nova dimensão, em razão do local de moradia de seu namorado, uma favela dominada por uma facção rival. Como revela na fala a seguir:

Eu quando namorava meu esposo, ele morava em Bonsucesso no Morro do Adeus é complexo. Então aqui na época era uma facção rival. Então quando eu trouxe ele pra conhecer minha família, eu trouxe até no almoço do meu tio eu tinha receio de dizer de onde ele era. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

A fala de Vivian (24 anos) revela que a falta de segurança psicológica a fazia desconfiar até mesmo de pessoas do seu círculo familiar. A falta de segurança psicológica atrapalhava as relações sociais, porque comprometia a confiança mútua entre vizinhos. Sem segurança psicológica, o indivíduo questiona sua capacidade de avaliar situações e de buscar ajuda, o que o expõe ao trauma psicológico.

Outro exemplo dos efeitos da violência na segurança psicológica dos moradores era o medo que tinham de frequentar outras favelas. O domínio territorial gerava um pertencimento territorial obrigatório (CANO, 2012) que fazia com os moradores, em especial, os jovens, evitassem sair de suas favelas. Mesmo não pertencendo as facções criminosas, os moradores incorporavam os códigos utilizados por elas, e compreendiam favelas dominadas por facções diferentes da que ocupava seu local de moradia, como um local onde eles seriam tratados como inimigos (SOUZA E SILVA, 2005). O que

desencorajava a ida a outras favelas. A entrada de visitantes, ainda que não moradores de favelas dominadas por facções rivais, era restringida pelo tráfico de drogas.

Ninguém subia porque os próprios traficantes paravam no caminho, “tu não é daqui”. Porque depois de um certo tempo eles acabam conhecendo os moradores. Então, vê um rostinho diferente, eu já vi casos de eu tá subindo a escada e pararem, ÔPA, “vai aonde?” “Vou visitar meu parente”, “Quem é teu parente?”, então dava o nome até eles saberem, nem que fosse apelido, até eles saberem quem era o morador e se realmente tava indo ali visitar o morador. Senão, vê que tá andando de bobeira na comunidade, porque eu acho que já deve ter acontecido disso, de colher informação deles pra levar pra outro. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Essa regulação territorial exercida pelo tráfico restringia a liberdade dos moradores, assim como a do conjunto da cidade, que tampouco podia entrar na favela (Leeds, 1998; Strozemberg, 2010). Para os moradores, o impacto da ausência de liberdade de ir e vir e de expressão era maior, pois invadia sua rotina diária. Isso é exemplificado na fala de Fabiane (34 anos), que narra sua reação às torturas:

Era muito ruim, se você visse era horrível, fazer o que? Se a gente falasse alguma coisa a gente ia até ser feito o mesmo com a gente também, tinha que vê e ficar quieto, se a gente ficasse um grupinho comentando, aí eles ia: “tá comentado de que?” “De nada não”, tinha que disfarçar por causa disso, mas agora não tem mais perigo de nada não. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

A fala de Evanir (67 anos) fornece outro exemplo de como a dominação territorial exercida pelo tráfico e as políticas de segurança públicas anteriores afetavam a segurança física e, por consequência, a segurança psicológica dos moradores:

Teve outra vez também que aconteceu comigo também. Eu nunca esqueço. Foi a primeira ocupação que teve aqui, foi com a Benedita, Benedita e Garotinho, Benedita era responsável pela área social. Garotinho veio. A Benedita que teve essa ideia de ocupação. Ela veio e tal, que ela morava no Chapéu Mangueira e tal. Aí veio com ocupação social. Isso que as pessoas ficavam com medo no início da UPP. De acontecer que nem da Benedita, aí pá, veio a polícia e todo mundo, e os cara [tráfico] todo foram embora, né. Um período. Depois voltaram, aí alguém me chamou pra dá uma entrevista, porque sabia que eu tinha uma posição muito diferente, muito liberal, na questão disso, do que eu achava da comunidade. Eu achava que tinha que ter intervenção do

poder público mesmo, e eu declarava isso nas reuniões, aí a pessoas falou porque eles precisava de um, a Globo, de uma posição diferente. Mas naquele momento, acho que eu nunca tinha falado na televisão, nunca tinha dado entrevista, acho que eu fiquei muito empolgado. Aí veio a Globo, o RJ veio entrevistar. Aí perguntou o que achava da ocupação. Aí eu falei: “Acho bom, acho que tem que ter essa ocupação, ocupação social, não só da polícia, tem que continuar”. Olha eu fui o único que dei essa declaração, mas caiu a ficha só quando eles foram embora. Falei: “caramba!” Aí eu entrei dentro de casa falei: “que loucura, que doidera que eu fiz, acabou com a minha família, acabei com meu ministério, acabei com tudo.” A tinha um companheiro meu aqui, comecei a chorar, falei: “caramba acabou tudo”. Falei: “meu Deus do céu essa entrevista não pode sair no RJ”. Sabe um torcedor querendo que o time faça um gol? Eu fiquei que o meu time, que não pudesse, tava acreditando que aquela entrevista não ia dá certo, não, não vai sair meu nome, Deus me ajuda. Olha aquele dia Deus não ouviu minha oração. Aí todo mundo, tamo aqui na comunidade Santa Marta a primeira ocupação na zona sul. Acho que foi 98, né, aí tal, vamos ouvir agora os moradores, os moradores: “não, eu não tenho nada a declarar”, e tal isso, outro também não teve, mas teve um morador muito especial que falou, eu falei: “não, pelo amor de Deus, NÃO!” Pastor Evanir, ah, que isso, aí pronto. Foram atrás de mim. Aí bateram na minha porta, bum, bum, bum. Pastor, tem que ir embora, tem que descer, os cara [tráfico] tão esperando o senhor lá no morro (imita voz masculina). Porque eles saíram e foram pra outro morro, né. Vou levar o senhor aí pro outro morro. O senhor falou aquelas coisa aí. O morro todo tá sabendo. O senhor é uma pessoa de influência. O morro todo vai ficar teleguiado com a palavra do senhor, e não pode acontecer isso na comunidade. Então o senhor vai ter que sair do morro. Aí eu inventei um monte de coisa. Foi terrível. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

Evanir (67 anos) teve de sair do morro. Ficou escondido até que seus amigos conseguissem convencer o chefe do tráfico local de que ele não teve intenção de prejudicá-lo. Esse tipo de negociação é conhecida como “desenrolo”, e foi o que garantiu a segurança física de Evanir, que pode retornar ao morro depois de obter autorização do tráfico.

Evanir (67 anos) se refere em sua fala a uma política de segurança pública conhecida como Mutirão da Paz. Esse programa durou cerca de um ano no Santa Marta, e apresentava os mesmo objetivos das UPPs: ocupação pacífica do território e entrada de políticas intersetoriais. Como demonstra Evanir (67 anos), o programa conseguiu que as

lideranças do tráfico saíssem do morro, mas não conseguiu desarticular o domínio sobre o território.

Vale ressaltar que, mesmo diante do risco de vida que correu ao declarar seu apoio a programa Mutirão da Paz, Evanir se ofereceu para participar catorze anos depois da entrevista realizada para a produção desta dissertação. Quando questionado sobre o porquê dessa decisão, ele explicou que não concedeu entrevistas no início da UPP. Esperou que o programa tivesse anos de duração. Quatro anos depois, ele acredita que o tráfico não tem mais o controle do território e que, por isso, não poderiam ameaçá-lo novamente. Acrescentou, ainda, que participa de diversas atividades vinculadas à UPP, como festas e cursos.

Sua posição demonstra como foi invertida a relação entre a segurança física e a psicológica, a qual sustentava o domínio do tráfico sobre os moradores anteriormente. Após vários anos sem ameaça à integridade física dos moradores, o nível de segurança psicológica de Evanir (67 anos) aumentou, o que permitiu que ele participasse da entrevista sem ter medo.

Os moradores entrevistados demonstram um menor nível de preocupação e estresse associado às atividades diárias. Apresentaram ainda inúmeras críticas: ao tráfico de drogas; a facções específicas; aos diferentes chefes do tráfico local; à polícia militar; ao Governo e às UPPs. Cano (2012) aponta que as críticas feitas por moradores de favelas com UPP, inclusive ao programa, são sintomática de um paradoxo, do sucesso do programa em aumentar a liberdade de expressão.

Os moradores afirmam que não existe mais domínio territorial por parte do tráfico, o que retira o medo de guerras entre facções e de confrontos com a polícia. Esse cenário aumenta a liberdade de ir e vir dos moradores e a liberdade de expressão, representando um avanço em termos de qualidade de vida, direitos humanos e cidadania.

Entretanto, a falta de garantias sobre a continuidade da UPP diminui a segurança psicológica dos moradores e faz com que continuem tomando cuidados para não ser conhecido como “X-9”. Esses cuidados ficam evidentes, quando decidem ocultar o nome dos traficantes vivos em suas narrativas, e têm receio de que os vizinhos os associem como amigos dos policiais. Existe, ainda, uma resistência a conversas ou entrevistas sobre a UPP em locais públicos. Quatro das seis entrevistas realizadas ao longo desta

dissertação aconteceram em locais públicos; entretanto, os entrevistados escolheram esses lugares para evitar que familiares e amigos ouvissem suas declarações. Deve-se salientar que, também quando os moradores querem fazer críticas à UPP, evitam abordar o tema com estranhos e com pesquisadores. Os entrevistados não relataram temer que policiais tomassem ciência de sua postura crítica às UPPs; no entanto, Vinicius (24 anos) afirmou que prefere não falar da UPP perto da família e de amigos, porque é muito criticado ao falar mal da política. Dessa forma, seja por medo de sofrer represálias do tráfico ou de ser mal interpretado ao criticar a UPP, a confiança mútua entre vizinhos permanece abalada.

Outro fator que afeta a segurança psicológica dos moradores entrevistados atualmente é o conhecimento sobre as ações de diferentes facções criminosas no restante da cidade. A continuação em outras regiões dos mesmos padrões de dominação e de violência experimentados no passado pelos entrevistados faz com que estes não consigam vislumbrar a possibilidade de que a favela possa ficar sem a UPP e sem o domínio do tráfico simultaneamente. Os moradores acreditam que essa ideia é absurda e são unânimes ao afirmar que isso nunca será possível.

Nesse cenário, a multiplicação das UPPs ou de outras ações que garantam o fim da dominação territorial de facções criminosas no restante da cidade seria de extrema importância para aumentar os níveis de segurança psicológica dos moradores.

4.2. Determinantes Sociais da Saúde

4.2.1. E a qualidade de vida dos traficantes?

Deve-se considerar que os traficantes também residiam na favela, e tinham laços de parentesco e amizade com os outros moradores. Essas relações foram representadas ao longo das entrevistas como fonte de estresse e medo para os familiares de traficantes, que temiam pela própria vida e por seus familiares quando ocorriam trocas de facções. Os entrevistados apontam que o risco envolvido nesta atividade diminuiu drasticamente devido ao formato de atuação que os traficantes adotaram após a instalação da UPP.

A alta taxa de mortalidade relacionada à atividade do tráfico de drogas fez com que todos os entrevistados tenham uma lista mental de amigos e familiares mortos. Ao longo das entrevistas, foram contabilizados um total de vinte e dois mortos por conta do envolvimento com o tráfico, no círculo social próximo dos seis moradores entrevistados.

Deve-se enfatizar que, ainda que os entrevistados tenham mencionado mais de uma vez o mesmo caso de assassinato, este só foi contabilizado uma única vez. O menor número de assassinatos citados por um entrevistado foi de quatro, e o maior, citado por Alessandro (34 anos), foi de oito amigos e familiares mortos.

Como eu perdi meu primo, perdi muitos amigos na época. Muita gente morria. O Samarone, esse rapaz que eu falei, eu e ele descia todo dia junto, todo dia junto, ele trabalhava em vila Isabel. A mãe não quis entregar o irmão, os cara foram lá e mataram ele. Eram três irmãos, dois eram traficante e um não. Samarone não, era o Samarone, o Lipão e o Marrom, aí mataram o Samarone porque a mãe não quis entregar, que o Lipão tava dentro do armário, ela não quis entregar. Foram lá e mataram, aí depois morreu o Marrom e no final morreu o Lipão. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

A perda de familiares, amigos e vizinhos gerava sofrimento e revolta nos entrevistados, que fazem questão de salientar a injustiça presente nessas mortes. Além disso, o fato de boa parte dos assassinatos ocorrerem em locais e situações que faziam parte do dia-a-dia dos entrevistados diminuía sua segurança psicológica. A longo prazo, o grande número de assassinatos comprometia, ainda, o círculo de apoio social dos entrevistados.

Há uma lacuna nas pesquisas sobre as UPPs, referente aos traficantes. Não se sabe, se estes permanecem nas favelas, e como isso acontece. As categorizações utilizadas nas pesquisas acadêmicas relativamente aos atores presentes nas favelas (morador, polícia, traficante, líder comunitário), em muitos casos, não contemplam a possibilidade de que um sujeito possa desempenhar mais de um papel. Em geral, as pesquisas, inclusive este trabalho, se focam em dois atores: os moradores e os policiais. Isso exclui a perspectiva dos traficantes sobre o processo de instalação das UPPs. Essa exclusão parece estar ligada à ideia, difundida pela mídia, de que a instalação das UPPs culminou na expulsão dos traficantes. É possível que os pesquisadores tenham privilegiado os moradores enquanto grupo estudado, em detrimento dos traficantes moradores. Deve-se considerar também a dificuldade metodológica em realizar uma pesquisa com traficantes, tanto pelo caráter ilegal de suas atividades quanto pela dificuldade de garantir a segurança dos pesquisadores. Dessa forma, não se conhecem os desdobramentos da instalação das UPPs nas redes de tráfico de drogas e na vida dos traficantes que continuam morando nas favelas com UPPs.

Luiz Eduardo Soares (2012) acredita que parte dos traficantes são forçados a sair das favelas com UPP, o que terá como efeito secundário uma reestruturação do formato do tráfico de drogas:

Na medida em que as UPPs vão sendo implantadas e desalojam grupos de traficantes, elas, involuntariamente, forçam a modernização do tráfico, a qual garantirá sua permanência e elevará seu lucro, aumentando a expectativa de vida de seus operadores e reduzindo a carga política que se lhes opõe (Soares, 2012).

Assim, a atividade do tráfico de drogas se tornaria menos perigosa. No caso da UPP do Santa Marta, esse quadro parece ser verdadeiro. Fabiane (34 anos) afirmou que o “ex-dono do morro” e outros traficantes fugiram para outra favela quando a UPP foi instalada. Além disso, os moradores entrevistados afirmam que, após a instalação da UPP, o tráfico de drogas no Santa Marta alterou sua forma de atuação, sem interromper as vendas de droga no varejo:

Rola um tóxico? Pode até rolar, mas tiro a gente num ouve não. Se tem, tá no sapatinho. Não é tão exposto como antigamente. Parecia feira. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.

Não tem arma no morro. Não tem mais arma no morro. Mas é aquilo. A realidade do Dona Marta é aquela agora: os cara vende. Não mexe com ninguém, Eles continua com aquela ideia que vão voltar. Não vão voltar. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3filhos.

Um dos entrevistados (Alessandro- 34 anos) é ex-tesoureiro de uma facção criminosa e tem familiares e amigos que atuam no tráfico local. Em virtude de sua conversão à religião evangélica, aproxima-se de traficantes com a intenção de convertê-los. Quando perguntado se acreditava que o número de moradores envolvidos com tráfico havia diminuído, Alessandro (34 anos) revela detalhes sobre o atual cenário do tráfico de drogas no Santa Marta.

Tem muito traficante trabalhando. A obra, as obras do PAC, a maioria são traficantes. Eles trabalha, trabalham. Não tem outro jeito. Vai ficar recebendo cinquenta reais por semana? Alguns tão lá porque são viciado, e a facilidade de ganhar dinheiro acabou. O cara ainda é viciado, então ele vende a noite. Tem um negocinho. De manhã, ele trabalha pra sustentar a família. Depois eu vou te mostrar uma pessoa que era, que tu vai falar que não acredita. O

Vinícius sempre trabalhou. O outro que te apresentei sempre trabalhou. Mas tem outro, que trabalha aqui de manhã, que não. Ele veio pra aqui desesperado: “Dri, preciso arrumar um trabalho, esse negócio de UPP no morro”. Ele era da época. Voltou a trabalhar na rua. Vai ficar vivendo de cinquenta reais? Tá trabalhando até hoje na farmácia; o da parte da manhã. Tem jeito de bandido? Não tem. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

É importante ressaltar que os moradores entrevistados, quando se referiam aos ex-trafficantes que estão atualmente trabalhando, sempre os chamavam de traficantes. A identificação como traficante não parece desaparecer quando esses indivíduos abandonam o tráfico de drogas e começam a trabalhar em atividades legais. Deve-se salientar que o papel dos traficantes na favela era muito mais amplo e complexo do que a venda de drogas no varejo. Enquanto portadores da ordem social da sociabilidade violenta, eles desempenhavam um papel de dominação sobre os moradores (SILVA, 2004). A força que garantia essa dominação e os códigos utilizados para identificar o grupo que dominava ainda podem ser identificados pelos moradores nos ex-trafficantes. Condutas associadas ao tráfico de drogas, como uso de drogas, gírias específicas do tráfico, ter realizado crimes graves como assassinatos ou torturas, amizades com outros traficantes – todas essas características fazem com que continuem sendo identificado como traficantes. Os moradores temem que, diante do fim da UPP, as redes de informação e de apoio que o tráfico mantém nas favelas ainda possam funcionar, o que permitiria a restauração do lugar desses ex-trafficantes na dinâmica de dominação. Esse quadro esclarece porque se referem a eles como traficantes que trabalham.

Esse fenômeno de “saída” dos jovens do tráfico de drogas se intensificou após a implantação das UPPs. Entretanto, é preciso considerar que o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro já enfrentava uma queda nos lucros em comparação com as décadas anteriores. Essa crise se deve, em parte, à entrada de drogas sintéticas no mercado e pela transformação na clientela. A violência afastou a classe média, e o mercado interno das favelas tem menor poder aquisitivo. As vendas de varejo do tráfico de drogas passaram, nos últimos anos, de cargas caras de cocaína a pedras de crack, que são vendidas a três reais. Somado a esse cenário, a instalação das UPPs representou grande prejuízo econômico às facções do tráfico que dominavam as favelas atendidas. A crise do tráfico de drogas no varejo nas favelas do Rio deixou vários “órfãos do tráfico”. São jovens ex-

traficantes que ficaram nas favelas ocupadas pela UPP e que não têm mais uma ocupação (RAMOS, 2011). Fabiane (34 anos) exemplifica esse movimento:

Que os menino crescia, já queria entrar na boca de fumo, já quer se envolver. Os meus primos são tudo assim, desse negócio assim. Aí, agora que eles tão vendo que isso não é futuro pra eles, não dá mais dinheiro, aí fica andando aí no morro até aparecer bico. Aí eles tão trabalhando direitinho. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Em uma entrevista²⁷, o General Carlos Sarmiento, responsável pelas tropas que ocuparam o Complexo do Alemão e o Complexo da Penha durante a implantação das UPPs, reconheceu a existência, em outras favelas com UPPs, do comércio de drogas nos moldes do relatado por Alessandro. “É impossível acabar com o tráfico, porque têm os ‘órfãos’ que trabalhavam para o tráfico e também os ‘órfãos’ dependentes de drogas. A gente ainda identifica um pequeno tráfico dentro das comunidades, para atender esse consumo. Mas não mais um depósito. Ali não é mais a base logística do tráfico.” Esse depoimento corrobora a narrativa de Alessandro (34 anos), afirmando que os traficantes, viciados e, nesse caso, traficantes viciados estariam mantendo um comércio de pequenas dimensões para suprir o vício.

As falas dos entrevistados e a observação realizada ao longo desta pesquisa apontam que o comércio de drogas no varejo na favela Santa Marta passou a ser realizado de forma pulverizada, sem um local específico, por adolescentes que já trabalhavam nas bocas de fumo antes da UPP. Estes, entretanto, não portam armas, não têm um local fixo para venda da droga e evitam carregar drogas, a fim de não serem enquadrados na categoria conhecida como “flagrante policial”, que constituiria prova de crime de tráfico de drogas. Dessa forma, as pessoas interessadas em comprar drogas se dirigem a esses traficantes e pedem a quantidade desejada. Enquanto o comprador aguarda, o traficante busca a droga no local onde fica escondida e entrega para o comprador. Esse novo formato de venda de drogas nas favelas impossibilita o reconhecimento dessa prática pelo visitante, uma vez que não é possível distinguir quem estaria vendendo drogas e quem estaria apenas caminhando pela favela.

²⁷ Entrevista publicada no site da Agência Brasil em 08- 08- 2011. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2011-08-08/ainda-existe-traffic-de-drogas-no-complexo-do-alemao-diz-general-responsavel-pela-seguranca-na-regiao>

Viu como é o bandido lá? O cara sentado, a menina gordinha é minha sobrinha, sobrinha da minha esposa. Ele é o marido da minha cunhada, não faz nada pra ninguém. Aquele garoto é um milagre, ele tomou um tiro de fuzil na cabeça, tomou um tiro no braço. Antes tu via o moleque com fuzil desde tamanho. Eu falei pra tu, essa aí é a boca do Santa Marta. Pra tu vê, tu vai querer comprar alguma coisa ali, tu vai pedir o garoto. O garoto vai mandar tu esperar, ele vai sumir no beco, daqui a pouco ele volta. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

O novo formato de venda de drogas reduz consideravelmente o risco envolvido nessa prática, uma vez que não implica o porte de armas ou o conflito com grupos rivais e com a polícia. Os únicos tipos de violência relatados foram: perseguições a pé por policiais sem que armas fossem disparadas; “esculachos” e “duras”, ambas gírias para revistas desrespeitosas e intimidadoras feitas pela polícia; e agressões físicas em via pública.

Continuando seu relato sobre a situação atual do tráfico de drogas no Santa Marta, Alessandro (34 anos) revela:

Eu acho que nem os cara da UPP têm noção disso, não têm. Mas melhora. Quando isso começou, eu comecei a ver, os caras vive mais. Antes da UPP, morreu um dia cinco de uma vez só, tudo garoto de menos de vinte anos. Entrou a UPP, nunca mais morreu ninguém no morro. Até pro traficante, a qualidade de vida dele melhorou também. Tu pode ver que é a realidade. Têm pessoas que vai falar pra tu. Tô sendo sincero, melhorou. Só piora quando eles são preso, mas ficam lá no morro atoa. Ver polícia, sai correndo. Antes não, polícia via fugindo dava um tiro na cabeça e acabou. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

A ausência de registro de vítimas letais de arma de fogo no Santa Marta após a implantação da UPP é um dado divulgado pela secretaria de segurança pública. Em decorrência da prática comum de ocultação de cadáveres em favelas, acrescentei nas entrevistas uma pergunta sobre a ausência de confrontos e de mortos. Todos os entrevistados avaliaram que, efetivamente, não tem havido tais ocorrências. Deve-se ressaltar que essa indagação foi acrescentada com o objetivo de verificar os níveis de violência a que estavam expostos os moradores. Não existia a intenção de questionar sobre a vida dos traficantes. No entanto, o bem estar de familiares e amigos foi considerado parte fundamental da percepção que o sujeito tem sobre sua própria qualidade de vida.

Ramos (2011) cita a fala de uma capitã, comandante de uma UPP da Zona Sul, colhida em uma entrevista para explicar a relação dos policiais da UPP com os traficantes:

“O que mais me intriga são os meninos que ficam na escada. Eu passo de manhã e eles estão sentados na escada, passo de tarde, eles estão na escada. Eu vou embora à noite e eles continuam na escada. Eles estão esperando o quê? Já está na hora de eles entenderem que vão ter que arranjar outra coisa pra fazer. (Comandante de uma UPP da zona da Sul da cidade, nome não identificado na entrevista.)

Essa fala aponta que a convivência da polícia com traficantes ou ex-traficantes seria corriqueira e pouco violenta, o que foi narrado pelos entrevistados. Como exemplifica Fabiane (34 anos):

De vez em quando que os polícia passa, corre atrás desses menino aí, porque esses menino já tá vendendo droga de novo, que não é pra ter. Começaram a vender de novo, tão vendendo. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Esse cenário sugere que o ato de traficar no Santa Marta não representaria mais o mesmo risco de vida, uma vez que não existem mais confrontos armados.

Tem uma frase lá que tá escrito, que o rapaz escreveu: “pode até pacificar, mas a volta vai ser triste”. Entendeu? O rapaz que escreveu, chamei ele e conversei: “tu tem essa mentalidade. Tu tá vivendo cara. Tu pode tá vendendo aí e vivendo cara”, “mas não, não”. Eu: “cara, tu tá vivendo, pensa Marcelo, tu tá vivendo. De repente, se não tivesse a UPP, tu já tava morto”. “Mas, mas,” “Mas o que?” Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Todos os entrevistados afirmaram ter amigos ou familiares envolvidos com o tráfico de drogas. Entretanto, Alessandro (34 anos) foi o único dos entrevistados que incluiu diretamente a qualidade de vida dos traficantes na sua avaliação sobre a UPP, indicando que a vida de seus amigos e de um familiar, moradores e traficantes, melhorou porque estes correm menos risco de vida. Um de seus amigos está trabalhando durante o dia em uma farmácia e traficando a noite. Fabiane (34 anos) informou que dois primos que trabalhavam na “boca” começaram a trabalhar na construção civil. Os demais entrevistados preferiram não relatar a situação e localização de seus familiares envolvidos com o tráfico.

O tráfico de drogas, apesar de seu caráter ilegal, era uma fonte de trabalho e renda, ambos importantes Determinantes Sociais da Saúde. A informalidade dessa atividade, a ausência de direitos trabalhistas e o alto risco de vida envolvido comprometiam a saúde e a qualidade de vida dos moradores que nela estavam envolvidos. Assim, as transformações na forma de atuação do tráfico após a instalação da UPP, ao reduzirem a letalidade envolvida nessa atividade, favoreceram a saúde e a qualidade de vida dos traficantes.

Os moradores cujos familiares e amigos não se desligaram do tráfico demonstraram que o envolvimento com o tráfico não tem mais o mesmo significado, tanto para os traficantes como para sua família e amigos. Não existe mais o receio de que estes morram por vender drogas, ou de que suas famílias possam sofrer algum tipo de retaliação por parte de outra facção ou da polícia. Dessa forma, a transformação na forma de atuação do tráfico de drogas após a instalação da UPP diminuiu o risco de vida envolvido na atividade do tráfico, o que reduziu o nível de medo e estresse de amigos e familiares dos envolvidos.

4.2.2. Efeitos da UPP nos históricos de saúde dos moradores

O estado geral de saúde dos moradores entrevistados foi analisado como fator fundamental para sua qualidade de vida. Em especial, buscou-se identificar doenças relacionadas ao aumento do estresse, como a hipertensão e transtornos psicológicos. Nos históricos de saúde, os moradores entrevistados relataram períodos em que sofreram com picos de estresse, quadro que se repetia diante de guerras entre facções e testemunhos de crimes. Alguns entrevistados, entretanto, narraram condições crônicas de saúde, que mesmo diante de momentos de tranquilidade não regrediam. Dois entrevistados relataram melhora no seu quadro de hipertensão e “problema nos nervos” em decorrência da diminuição da violência.

Jurema (65 anos) foi vítima de bala perdida ainda na adolescência. Posteriormente, ficou cerca de 40 anos evitando passar pelo local onde foi atingida. Apresenta um quadro clínico compatível com Transtorno de Estresse Pós-Traumático Crônico, com diversas estratégias de esquiva, tonturas, pesadelos, e taquicardias associadas à memória do trauma. Fez uso de diversas medicações ao longo desse período com e sem acompanhamento psiquiátrico. Com o passar do tempo, precisava de “calmantes” para

conseguir dormir. Afirma que parou de buscar ajuda médica porque o tratamento não fazia efeito e fazia com que ela perdesse um dia de trabalho.

Eu vinha subindo. Eu tinha uns 14 anos. Assim que eu cheguei do colégio interno, vinha passando. A bala pegou aqui e saiu aqui, tenho verdadeiro terror. Quando começava eu tremia tanto. Começava a tremer nervosa. Eu não conseguia. Não conseguia me controlar. Botava qualquer um que tivesse do meu lado. Fiquei apavorada. Tinha verdadeiro pavor de parar naquela escada. Eu passava ali ou passava lá por trás, e quando tinha guerra, eu no meu emprego já tremendo o corpo inteiro, só de pensar que tinha que volta pra casa, que eu tinha um filho que tava dependendo de mim em casa, sem saber o que tava acontecendo com eles. Quando chegava que tinha, cê não sabia como meu coração parecia que ia sair pela boca. Eu pensava que tinha que subir pra casa. Meu coração parecia que ia sair por aqui. Tenho pavor de arma. Aquelas arma grande. Era pavoroso. Era horroroso. Cê imagina o mapa do inferno. Parou. Tiro você não ouve mesmo. Rola um tóxico. Pode até rolar. Mas tiro a gente num ouve não. Menina eu tava com o sistema nervoso. Eu acho que eu num chegaria nem a idade que eu tô. Eu tremia tanto, tanto, tanto, que se num tinha, nêgo acabava botando você com tanto medo, eu entrava em pânico, verdadeiro pânico. Jurema, 65 anos, dona de casa, dois filhos.

Jurema (65 anos) afirma que depois de dois anos do fim dos tiroteios começou a passar mais tempo na rua e caminhar pela escadaria onde foi baleada. Relata também que não faz mais uso de “calmantes”. Diversos estudos apontam que a reincidência de eventos traumáticos de mesma natureza, ou que carregam aspectos semelhantes ao evento original, tem ligação com a cronicidade do Transtorno de Estresse Pós Traumático. O contrário também é verdadeiro, na ausência de eventos da mesma natureza os sujeitos que sofrem de TEPT tendem apresentar melhoras na intensidade dos sintomas (WIRTZ & HARRELL, 1987).

Apesar de apresentar uma melhora significativa, Jurema (65 anos) ainda tem episódios de perda de memória, de fala confusa, e de tremores quando assiste tiroteios ou ouve seu som. Fica evidente que existem limitações sobre o impacto da redução da violência no seu quadro psicológico. Jurema aponta a precariedade do atendimento que recebeu no SUS, como meses de espera para marcação de consultas e a necessidade de perder um dia de trabalho para conseguir atendimento, como motivos para sua falta de motivação em buscar tratamento. Além disso, a abordagem oferecida para seu quadro de TEPT no SUS

foi sempre medicamentosa, o que a fez acreditar que não precisava voltar ao médico, uma vez que tinha acesso à medicação “calmante”.

Outra entrevistada, Fabiane (34 anos), tinha episódios de desmaios ou tonturas sempre que presenciava cenas de violência. Relata também que era comum sua “pressão subir” e sentir dores na nuca quando tinha tiroteio:

Era direto. Quatro hora da tarde uma vez ela tava na escola, e eu com ele pequeninho e com a outra pequeninha, eu desesperada. Aí liguei pras minhas irmã, pras minhas irmã ir buscar ela, que ela era a tarde, era pequena. Aí elas tinha ido pro passeio. Aí eu desesperada, porque como é que eu ia descer? Minha pressão ia subindo, já começava dar dor na nuca, ficava gelada, era um mal estar. Não tinha como descer com eles dois pequeno. Ele era pequeno e ela também. Era recém nascida. Aí eu liguei pras minhas irmã, pra ir busca ela. Aí elas trouxe ela aqui. Fabiane, dona de casa, casada, 3 filhos.

Fabiane (34 anos) afirma que começou a apresentar pressão arterial alta e sintomas como tonteira e tremedeira depois de um período em que o morro esteve em “guerra”, no início da década de 1990. Quando questionada sobre a continuidade dos tiroteios na favela, Fabiane (34 anos) associou o término dos mesmos a melhoras em seu quadro de hipertensão.

Não, mais não. Depois que fizeram a UPP, no dia teve muito tiro, mas agora, não tá tendo mais não. Nem tomo mais remédio pra pressão, tá bem calmo agora. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Fabiane (34 anos) afirma que sua pressão arterial está controlada e, por isso, o médico dispensou a medicação. Atualmente, faz tratamento psiquiátrico. Afirma desconhecer seu diagnóstico. Diz que sempre teve “problema nos nervos” e, por isso, recebeu encaminhamento para o psiquiatra. Segundo ela, atualmente ainda faz uso de “calmantes” por conta de discussões com o marido. Todo seu tratamento foi feito em diferentes unidades do SUS, em nenhum dos centros em que foi atendida Fabiane foi questionada sobre sua relação com a violência. Tampouco, os profissionais da Clínica da Família do Santa Marta que fazem visitas regulares a sua família abordaram a questão da violência.

As duas filhas mais velhas de Fabiane (34 anos) se recusam atualmente, a fazer os cursos oferecidos na sede da UPP em razão da localização. As meninas teriam visto neste local

corpos de pessoas assassinadas. Além disso, os meninos preferem ficar dentro de casa a realizar atividades recreativas em outras partes do morro.

Eles não gostam de ficar lá em cima não porque eles tem medo. Eu falei não, não tem perigo mais, mas eles não gosta. Eles vai assim no campo ficar um pouquinho quando vai com o pai. Mas quando é pra ir de bondinho soltar lá na cinco, eles vai fica um pouquinho e desce. Eles tem medo. Mas eu já falei que não tá mais perigoso, antes era, agora não é mais. Eu falei: “faz uma atividade lá”, capoeira, judô, tem um montão de coisa lá, eles não quer. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

O filho da Fabiane (34 anos) interrompeu a entrevista e justificou seu medo. Contou que certa vez, quando tinha cerca de 8 anos, ao passar pelo local que evita atualmente, viu sua mãe desmaiar ao encontrar um cadáver no caminho.

Mãe, no dia da festividade, também, quando a gente foi descer pra comemoração da igreja, batemo de frente com um homem morto com tiro nas costas, minha mãe desmaiou. Ronaldo, 14 anos, estudante.

A mãe confirma a história, mas continua não associando a esquiva dos meninos com esse episódio. Apenas repete que não há mais razão para medo. O pai das meninos associa o comportamento dos filhos à preguiça, e diz que é uma desculpa para não fazer os cursos, e que os dois não gostam de estudar. O rendimento escolar dos meninos não é bom. Um deles já repetiu de ano duas vezes. Quando questionada se os filhos teriam falado sobre o medo de andar pela favela, a mãe diz que os dois tem muitos pesadelos sobre tiroteios.

Os filhos da Fabiane (34 anos) ficaram sozinhos em presença de um cadáver, enquanto a mãe encontrava-se desmaiada. Certamente, para uma criança, presenciar um cadáver morto de forma violenta, e ainda ter de lidar com o fato de seu cuidador reagir com um desmaio, representa uma carga de estresse elevada.

O trauma infantil tem características específicas, dentre estas, uma forte ligação com as reações do adulto cuidador. Assim, a possibilidade que uma criança desenvolva um trauma é maior quando esta percebe que o adulto cuidador reage ao evento com medo intenso. Ampliam-se as sensações de medo e desamparo naturalmente associadas a eventos traumáticos (CHARUVASTRA & CLOITRE, 2008). Crianças e adolescentes são mais vulneráveis ao desenvolvimento de TEPT em razão da imaturidade de seu sistema cognitivo. Diante de um evento traumático as crianças contam com menos mecanismos

de modulação de sentimentos do que os adultos (ZIEGLER ET AL, 2005; BAL & JENSEN, 2007; CHARUVASTRA & CLOITRE, 2008).

Os dois meninos nunca consultaram psicólogos ou psiquiatras. Apresentam sintomas que se encaixam no critério diagnóstico de TEPT, como comportamento de esquiva, dificuldades de concentração e pesadelos. Ao contrário do caso de Jurema (65 anos), os filhos de Fabiane (34 anos), não apresentaram diminuição nos sintomas ao longo do tempo.

Esse quadro demonstra que, para eles, as sequelas psíquicas oriundas dos anos vividos em um ambiente violento não desapareceram com a queda dos índices de violência. Nenhum dos moradores entrevistados possui planos de assistência médica privada. Os entrevistados tampouco conseguiram um tratamento adequado para seu quadro clínico nas diferentes unidades do SUS em que buscaram atendimento. Os quadros de TEPT identificados ao longo desta dissertação não receberam tratamento psicoterapêutico nas unidades do SUS em que foram atendidos. Deve-se ressaltar que a produção científica sobre TEPT (BALLENGER ET AL. 2004, DAVIDSON ET AL. 2004, FOA 2006, NEMEROFF ET AL. 2006) recomenda que a abordagem correta a esse transtorno deve contemplar psicoterapias, de preferência com incentivo à formação de grupos de apoio.

Demonstra-se, ademais, a falta de aplicação das propostas presentes na Política Nacional de Promoção da Saúde, como a concentração de ações sobre a temática da violência. Existe uma Clínica da Família no Santa Marta²⁸, cujos agentes de saúde visitam os moradores entrevistados periodicamente. A Clínica da Família é uma unidade de atenção primária à saúde, e, como tal, deveria identificar as questões de saúde da localidade e encaminhar para tratamento multidisciplinar quando necessário. Apesar disso, em nenhum momento do atendimento aos entrevistados, foram identificados corretamente seus sintomas e ofertado tratamento adequado. Houve uma falha na identificação e na abordagem do TEPT, tanto nas unidades convencionais do SUS quanto na Clínica da Família local. A desatenção aos quadros de TEPT é agravada porque a Clínica foi instalada em um local com histórico violento, e os casos de TEPT identificados ao longo desta dissertação eram acompanhados de um conjunto clássico de sintomas com ampla duração.

²⁸ A Clínica da Família Santa Marta é um Programa de Saúde da Família [PSF] e tem como intuito a implementação da atenção básica à saúde no território atendido. O PSF se diferencia das demais unidades do SUS pela ênfase concedida a promoção e prevenção em saúde.

4.2.3. Efeitos do turismo na percepção do estigma territorial

Os efeitos psicológicos da violência também podem ser observados nos relatos dos moradores sobre ações discriminatórias que sofriam. Todos os entrevistados que exerceram ou exercem atividades profissionais fora do Santa Marta relataram uma percepção de que sofreriam preconceito se informassem seu local de moradia. O preconceito foi relatado como motivo de muito sofrimento individual. Relataram ainda uma percepção de sua diminuição relacionada ao livre acesso de turistas e não moradores de favelas. Essa diminuição foi relatada como um ganho em relação à qualidade de vida comunitária associado à instalação da UPP.

Tipo assim, muita gente pode visitar, assim a discriminação acabou muito, quer vê? Antes pessoas como você mesmo que mora aqui embaixo não passava nem perto, num tô dizendo de você, mas não passava nem perto, esses dia era 10 horas da noite tinha duas aluna do colégio Santo Ignácio descendo o morro, coisa que você não via antes da UPP. Tira foto, hoje mesmo eu tava descendo, tinha um grupo, não sei se era de lutadores descendo o morro, isso não existia. Mudou, mudou muito, antigamente, isso era na época da minha mãe, se você falasse que morava no Dona Marta, fosse provavelmente não conseguiria aquela vaga de emprego, hoje em dia você já consegue. Mas agora mudou muito isso. Vinícius, 24 anos, desempregado, solteiro, 1 filho.

É possível observar que os relatos são de grande sofrimento individual. Entretanto, a narrativa demonstra clareza quanto à origem do estigma, o local de moradia. Esse estigma relacionado ao local de moradia tem como característica a possibilidade de poder ser omitido, fazendo com que os sujeitos sejam “desacreditáveis”. Assim, o sujeito tem consciência de que está ou não sendo discriminado porque ele informou seu estigma. Recai sobre ele não só o fato de viver em um local estigmatizado, como a decisão de enfrentar esse fato e sofrer uma discriminação ou renegar, de forma preventiva, seu local de origem, reafirmando o estigma (GOFFMAN, 1988).

Sofri muito. Eu vou dizer um preconceito imenso. Quantas vezes eu fui comprar eletrodoméstico, aí, onde é que é? Dona Marta. Ah! Lá não entrega, a gente só entrega aqui. Entendeu? Hoje em dia vai até lá em cima. Muitas pessoas diziam, quando vier alguém falar com você, até aqui no trabalho mesmo, não fala que tu mora no Dona Marta, fala que tu mora aqui em Botafogo, não, sempre fiz questão de falar, moro no Santa Marta, moro no Santa Marta. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Alessandro (34 anos) aponta que houve uma mudança nas práticas do comércio local, que hoje faz entregas dentro do Santa Marta. Essa mudança pode ou não significar a redução do preconceito que a vizinhança tem em relação à favela. Uma hipótese é que a redução dos índices de criminalidade e a presença da polícia possam ter diminuído o medo que os comerciantes tinham de sofrer um assalto, o que não garante que o preconceito em relação aos moradores diminuiu. Entretanto, para Alessandro (34 anos), o ato corriqueiro de comprar um móvel deixou de representar um momento de discriminação e sofrimento, o que faz com que este não se sinta discriminado.

Hoje não, o Santa Marta, morar no Santa Marta hoje é semelhante morar na Disneylândia, morar nos Estados Unidos, morar em Paris, porque a mídia está no Santa Marta. Cê vê que hoje as pessoas tem orgulho de dizer, mora onde? Moro no Santa Marta, mas uns 10 anos atrás, 20 anos atrás ninguém falava, até pra pedir emprego, as pessoas não falavam, falava: “eu moro em botafogo”. Evanir, 67anos, pastor, casada, 1 filha.

Nesse cenário, a presença de turistas e da mídia parece contribuir para a diminuição do preconceito, ou pelo menos, da percepção que os moradores têm sobre o seu local de moradia e a existência de um estigma. Deve se considerar, que a valorização do local de moradia, em contraposição ao estigma, parece ter reflexos positivos na autoestima dos moradores.

Nem subiam, hoje eu falo e a gente ri muito com isso, eles tinham que subir aqui antes, realmente assim, rolava um preconceito muito grande, não sei se era um preconceito ou uma precaução, porque todo mundo que morava em favela naquela época era bandido, era traficante, era assaltante, era isso ou aquilo, eu já presenciei muito disso, dos meninos da minha comunidade que não faziam parte, que não pretendiam fazer parte, porque graças a Deus um boa parte deles tomou um rumo bom, da pessoa na rua achar que é e não querer o filho andando junto. Mudou muito. Hoje tem turista que sobe sozinho, já sabe as estações que vai soltar e sobe sozinho. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Não, não é assim preconceito, era medo mesmo, as pessoa vinha, as vezes ficava na rua ai: “dá pra subir?” aí a gente: “dá, a gente sobe e desce”. Porque eles quer vender as coisas, mas ficava com receio de subir e acontecer alguma coisa, de ter tiroteio e eles não pode descer, mas agora, agora tá podendo subir, sobe direto e ninguém fala nada não. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

A entrada de turista não era limitada apenas em razão do estigma territorial e do preconceito em relação aos moradores, existia outro impedimento, o domínio territorial exercido pelo tráfico. É importante ressaltar que a entrada de turista, motivo de orgulho para os moradores, só é possível porque o domínio territorial por parte do tráfico não existia mais. O fim desse obstáculo ao livre acesso de pessoas ao morro parece alimentar um ciclo, onde cada visitante ou entrega realizada ajuda a diminuir o estigma, que por sua vez faz os moradores se sentirem menos discriminados.

A presença dos turistas e o livre acesso de não moradores parece funcionar como um indicativo da credibilidade da UPP, como sugere a fala de Fabiane (34 anos). Segundo ela, sua percepção sobre a continuidade da UPP mudou depois que passou a ver a entrada de não moradores no Santa Marta.

Eu acreditava que ela não ia durar muito aí, aí começou a mudar, veio muita gente aí, turista, antes não vinha, não vinha turista, não vinha muita coisa, assim esses pessoal aí pra vender vassoura, cloro, essas coisa assim, apareceu um monte de gente aí pra vender as coisa. Mas aí eu vi que vai durar bastante. Antes eles ficava com medo, porque assim eles não vinha de outro morro assim, eles meio que implicava um pouco, agora vem gente de tudo quanto é canto, vem os turista, aí sobe de bonde, vai em tudo quanto é canto, tira foto do morro. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Os moradores demonstram muito orgulho em citar os mais variados tipos de visitantes que a favela tem recebido ultimamente, de figuras da política à turistas nacionais e internacionais. Ressaltam, ainda, detalhes como o fato dos turistas entrarem sem guias e durante a noite. O desejo de não favelados de conhecer a favela é compreendido como prova da segurança local e símbolo da diminuição do preconceito que sofriam.

Os turistas, por sua vez, são atraídos pela arquitetura singular da favela, pela vista da cidade e do Cristo Redentor, pela estátua construída em homenagem ao cantor Michael Jackson, por atrações musicais como rodas de samba e bailes funk. Esse interesse externo contribui para a valorização do local, da cultura e de seus moradores. O turismo proporciona, assim, a inclusão da favela entre as atrações turísticas da cidade.

Os moradores entrevistados apontam um incremento na sua sociabilidade relacionada a trocas de experiências com turistas do Brasil e do Mundo. Alessandro (34 anos) acredita que os turistas concordam com suas demandas por saneamento básico, pois observa

vários deles tirando fotos das “valas”. Em algumas dessas ocasiões, já conversou com turistas dos estados de Minas Gerais e de Recife. Acrescenta que acha bom que todos saibam como é a realidade da favela, porque vão voltar para seus estados de origem e multiplicar a informação.

Ignácio Cano (2012) nomeia a entrada de não moradores e turistas nas favelas, após a implantação das UPPs, como “entrada da cidade na favela”. Esse fenômeno representaria a diminuição do estigma territorial associado às favelas com UPP, e o surgimento de uma dualidade entre “favelas pacificadas” e favelas sem UPP. As últimas ainda carregariam o estigma territorial. Esse cenário tem reflexos na auto-imagem dos moradores diante do restante da cidade, o que influencia a forma como estes irão se posicionar enquanto cidadãos.

4.2.4. Os movimentos sociais e a participação social no Santa Marta

Em seus relatos os entrevistados apontam que as atividades vinculadas aos movimentos sociais e de assistência social se multiplicaram na favela Santa Marta após a instalação da UPP. O crescimento desse tipo de ação não significou necessariamente o fortalecimento dos movimentos sociais locais, uma vez que estes deixaram de ser consultados ou de intermediar a maior parte das ações estatais e da iniciativa privada. Os moradores entrevistados reconhecem a atuação dos movimentos sociais através da crescente oferta de cursos profissionalizantes e de cunho recreativo, o que não aumentou a participação dos mesmos.

A favela Santa Marta, assim como outras favelas cariocas, teve como primeira forma de urbanização a mobilização dos moradores através de mutirões para construção de escadarias, e a distribuição de água e luz. Essa forma de mobilização social perdeu força nas favelas à medida que as necessidades básicas foram atendidas e que programas governamentais como o Favela-Bairro promoveram obras de urbanização (OST, 2012). A reivindicação por melhores condições de vida foi levada adiante por pequenos grupos de moradores que se uniram na administração da associação de moradores e de poucas instituições sem fins lucrativos. Há, ainda, movimentos sociais e ONGs formados por não moradores que se instalam na favela ou fazem parcerias com instituições locais para implementar projetos sociais. Assim, a atuação dos movimentos sociais teve um importante papel nas conquistas de bens e serviços públicos.

Atualmente, existem diversos movimentos sociais locais importantes no Santa Marta, como a associação de moradores, a rádio comunitária, o grupo ECO e a associação comercial (OST, 2012). Dentre estes, os mais atuantes são a associação de moradores e o grupo ECO. Os entrevistados relatam que associação de moradores presta diversos serviços aos moradores, que vão desde a distribuição das correspondências e o registro das residências à distribuição de vagas para cursos profissionalizantes. O grupo ECO, por sua vez, é a segunda instituição mais importante na favela, na opinião dos moradores entrevistados, e é reconhecida por todos através da colônia de férias, realizada desde a década de 1980. Além destas, instituições com vínculo religioso prestam serviços como oferta de tratamento a dependentes químicos, doação de cestas básicas e atividades educacionais e recreativas.

Após a instalação da UPP, os movimentos sociais locais receberam inúmeras propostas de parcerias, o que gerou aumento nas atividades educacionais oferecidas aos moradores. Como ações vinculadas à instalação da UPP, registra-se ainda a realização de cartilhas sobre direitos humanos e violência policial (OST, 2012). Luiz Eduardo Soares (2012) aponta que os movimentos sociais têm papel fundamental na fiscalização e denúncia das formas de atuação dos policiais das UPPs, o que garante a qualidade do programa.

Outra mudança no cenário dos movimentos sociais locais após a instalação da UPP foi a diminuição do seu papel de interlocutor nas ações do Estado na favela. Com o fim do controle territorial pelo tráfico, os diversos setores da administração pública se aproximaram da favela sem buscar o auxílio da associação de moradores. Exemplo significativo foi a instalação de um Polo social que reúne diversos serviços sociais da Prefeitura nas proximidades do morro. Dentro do Polo, está localizada a Clínica da Família do Santa Marta. Durante sua implantação, os profissionais que lá trabalham realizaram o mapeamento das residências e cadastraram os moradores que recebem a visita dos agentes de saúde esporadicamente.

O Governo do Estado criou o programa UPP social para reunir uma série de ações sociais nos territórios com UPP e, com isso, promover uma maior integração da favela com a cidade. No Santa Marta, a UPP social só realizou sua primeira reunião em 2011, três anos após a instalação da UPP (FLEURY, 2012). A prefeitura do Estado do Rio de Janeiro assumiu, em 2011, o programa UPP social, que foi renomeado de UPP Social Carioca. Seu objetivo atual é reunir os projetos sociais da prefeitura, e promover ações sociais e

culturais (MELLO & CUNHA, 2011). Os moradores entrevistados, entretanto, desconheciam as ações da UPP social, e a confundiam com ações promovidas pelo sistema S (SESI- SENAI). De forma geral, os moradores acreditam que a UPP social realizou um programa conhecido como Ação da Cidadania, onde é possível tirar documentos, fazer exames e participar de atividades culturais. Ou seja, os moradores entrevistados, quando reconheceram a UPP social, associaram-na a ações pontuais de outros projetos.

Ainda que desconheçam o programa UPP Social e seus objetivos, os entrevistados esperam que a UPP enquanto política pública não se limite à esfera da segurança pública. As UPPs foram representadas ao longo das entrevistas como uma forma tardia de o governo realizar seu papel no espaço da favela. As expectativas dos entrevistados em relação a ações intersetoriais vinculadas a UPP aumentaram após a regularização dos serviços de fornecimento de água e luz. Os moradores entrevistados acreditaram que o governo iria resolver todos os problemas de infraestrutura básica da favela. Atualmente, as expectativas iniciais de que a instalação da UPP fosse acompanhada de uma grande transformação urbanística na favela se transformaram em frustração, que é objetivamente relatada quando os entrevistados falam da ausência de saneamento básico e da falta de investimentos na reforma das casas que se encontram no pico do morro. Para os entrevistados, a ausência de ações intersetoriais na favela é compreendida como uma falha do projeto das UPPs, que deveria representar uma transformação urbanística ampla.

Todavia, os moradores entrevistados acreditam que as UPPs favorecem as ações da iniciativa privada no Santa Marta, as quais, segundo eles, não seriam possível sem a garantia da segurança local que a UPP representa. Por isso, associam todas as melhorias de infraestrutura e serviços à UPP e se referem à UPP como uma mudança na atenção que o Estado confere a favela como um todo. O mesmo acontece quando se referem aos movimentos sociais. Os entrevistados acreditam que a violência desencorajava o trabalho de voluntários na favela. A multiplicação de projetos sociais e da oferta de vagas em suas atividades é associada à instalação da UPP e considerada um dos principais benefícios dessa política.

Maria da Glória Gohn (2004) define os movimentos sociais como:

(...)ações sóciopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da

conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (...) Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento ou transformação da sociedade civil e política. (Gohn, 2004:251).

Diante dessa definição de movimentos sociais, deve-se ressaltar que a participação social é importante em dois níveis: em primeiro lugar, por representar uma forma de reivindicar e conseguir investimentos para as comunidades populares; em segundo, ao constituir uma forma de exercício da condição de cidadão de direitos, assegurando, conseqüentemente, a representatividade de diversos atores sociais no cenário político do país (Estrada, 2006).

Os moradores entrevistados se referiam aos movimentos sociais como se estes fossem fontes de recursos, principalmente de atividades educacionais, cursos profissionalizantes e de atividades de lazer.

Cursos profissionalizante, depois que a UPP veio, temos curso de mecânico, elétrica, cabelereiro, tudo. Aqui no pé do morro, curso de cozinha, arte culinária, então gerou emprego, inglês, inglês, espanhol. Nós agora aqui temos diversas ONGs que trabalha na comunidade, que trabalha com criança, trabalha com os idosos, trabalha com adolescente, temos trabalho de uma ONG, uma cooperativa de costura, fotografia, temos hoje o trabalho do CETEP aqui na comunidade. Evanir, 67 anos, casado, Pastor, 1 filha.

Começou esses cursos, e a FAETEC também que é bem ali na entrada da comunidade, foi bem mais depois da UPP, eu não sei se já tinha, e depois com a chegada da UPP deu uma reforçada, mas também foi uma coisa que sobressaiu muito depois da UPP. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Apesar de reconhecer que a diversificação das atividades oferecidas pelos movimentos locais é algo positivo para a comunidade, a maior parte dos moradores entrevistados relata desinteresse em participar das atividades. Todos os moradores entrevistados apontam a falta de participação social como uma característica local. Afirmam, ainda, que é comum que os moradores se mobilizem no início das atividades e desistam ao longo do processo.

Todo curso que você dá aqui, eu já fiz tudo quanto é curso, todo curso que se dá aqui eles não conseguem completar, eles não vão até o fim, com tudo aqui, em tudo aqui, eu tô fazendo porque antes eu não tinha essa oportunidade, com tudo aqui dentro, sem você precisar colocar o pé do lado de fora. Iiihhh, começa com dez termina com cinco, quatro, com dois. Do que eu comecei só tem eu, fora que outros começaram que já tinha o segundo grau, já tinha o fundamental, mas queria fazer de novo porque esqueceu, que começou comigo só eu. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.

Adultos e idosos entrevistados reconhecem que as atividades oferecidas representam oportunidades para a juventude do Santa Marta. Além disso, acreditam que o motivo para a baixa participação é a “preguiça” e a falta de objetivos dos adolescentes, porque, segundo eles, os jovens “não querem nada”. Os entrevistados apontam, ademais, a gratuidade e o fato das atividades ocorrerem no morro como fatores de descrédito:

São preguiçoso, se fosse pago eles queriam fazer. Infelizmente em comunidade muita coisa num é dada valor porque é de graça, dão valor a luz porquê? Porque é paga, sai do bolso. São poucas as pessoas que aproveita as oportunidade, os que sabe aproveitar. Tem um pessoal lá que faz música, um toca violino, outro toca outro, aproveitaram a oportunidade. De artes marciais é ali, de música é na laje do Michael Jacson, ali era o posto Dedé agora é lugar de cultura. Alessandro, 34 anos, separado, ambulante, 3 filhos.

Porque eles acharam, eles pensaram, na cabeça de muitas pessoas daqui, eles acham que o curso, como é um curso num é um colégio de verdade, como o Santi Inácio, o colégio de verdade, porque eles pensam que o colégio não é de verdade, você entendeu ? então é menos, a visão deles, talvez esse ano como eles ver a formatura, eles tenham outra consciência porque a cabeça desse povo daqui é muito devagar. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos,

Por sua vez, os jovens entrevistados, por já estarem empregados e serem pais de família, acreditam que essas “oportunidades” vão mudar o futuro das crianças. Em comum, todos os moradores entrevistados sabem da existência de inúmeras atividades (aulas de música, cursos de eletricitas, aulas de informática, caminhadas, reuniões para discutir problemas locais). Sabem, igualmente, que estas são gratuitas e, de forma geral, não exigem requisitos para a participação. Entretanto, ainda quando têm interesse no tema envolvido, não se mobilizam para participar das atividades realizadas pelos movimentos sociais, não buscam informações, e desconhecem os atores envolvidos e o conteúdo das atividades.

Exemplo desse quadro é o caso de Fabiane (34 anos), que ouviu por terceiros sobre os cursos e não buscou informações diretamente:

É, mas agora os curso que tem pra fazer lá na clínica da família, parece muito curso ali, o que pareceu eu queria fazer, mas o que apareceu eu ouvi que foi mais pra homem assim, negócio de eletrônica, essas coisas assim, pra mim eu não sei, porque eu gosto de fazer assim é culinária, assim, forno e fogão, lavar, passar, cozinhar, eu gosto assim. Fabiane, 34 anos, casada, dona de casa, 3 filhos.

Ao longo da observação participante, pude constatar que, efetivamente, foram oferecidos cursos de culinária em pelo menos duas ocasiões diferentes no Santa Marta.²⁹ Essa situação evidencia que a falta de participação social, ainda quando esta se limita à participação em um curso, é algo mais profundo, como a ausência de uma cultura de participação. E como tal, deve ser analisada como parte de um processo de transformação dos movimentos sociais no Brasil e das formas de mobilização e participação social.

É preciso compreender que a trajetória dos movimentos sociais no Brasil desde o início do século XX, apesar das inúmeras vitórias (locais, como creches, e nacionais, como aprovação de leis), sofreu uma crise na década de 1980. Essa Crise alterou significativamente o “modus operandi” dos movimentos sociais e conduziu a uma diminuição da militância e da mobilização pública. Concomitantemente, ocorreu a entrada de algumas lideranças para o setor público, o que levou à desestabilização de determinados movimentos (GOHN, 2004).

Questões econômicas impulsionaram os movimentos para uma reorganização institucional e a uma revisão das suas ações. Alguns sucumbiram, outros tiveram que reduzir o campo de atuação, ou trabalhar a partir dos programas sociais do governo ou agências financiadoras. As dificuldades financeiras levaram a uma maior profissionalização e à reorientação das ações para a adequação às demandas governamentais, com objetivos bem especificados e prazos, desviando-se de ações de mobilização da população. Projetos pontuais foram priorizados, em detrimento de ações de estímulo a uma postura crítica da população (GOHN, 1997).

O impacto da reorientação dos movimentos sociais ao longo das últimas três décadas, passando da mobilização da população a uma postura crítica até a participação em

²⁹ Parceria realizada entre a UPP Santa Marta e o projeto SESI Cozinha Brasil, classes em janeiro de 2011.

projetos temáticos pontuais, ecoa até os dias de hoje, sob a forma da baixa participação social. Essa desmobilização demonstra que os movimentos sociais estão intrinsicamente ligados a valores de cidadania, e dependem destes como motivação para existir. Ainda que a participação social esteja limitada a projetos pontuais, é necessária uma postura consciente do papel de cidadão de direitos para motivá-la.

Com a baixa participação social, os moradores perdem “voz” para reivindicar seus direitos. O cenário político local fica enfraquecido, e os movimentos sociais locais esvaziados. Exemplo desse cenário é a ameaça de remoção dos moradores que vivem no pico do morro. Os moradores entrevistados demonstram revolta e solidariedade quando falam das remoções, acreditam que esta é motivada pela especulação imobiliária e pelo interesse de empresários pela localização privilegiada. Apontam ainda que o Governo deveria realizar melhorias nas residências, e não retirá-las. Entretanto, nenhum morador entrevistado se envolveu na mobilização contra as remoções ou conhece o andamento das discussões a respeito do tema.

O aumento na oferta de cursos e atividades recreativas não gerou aumento na participação social dos moradores entrevistados e de suas famílias. Estes apontam, entretanto, grande interesse em participar das decisões sobre as ações da UPP e do governo no Santa Marta, especialmente sobre a alocação de recursos e a delimitação de regras para convivência diária. Os entrevistados afirmam que não foram consultados, por exemplo, a respeito das obras do PAC, que criaram e reformaram praças – obras que os moradores acreditam não representar as atuais prioridades urbanísticas. Os moradores entrevistados gostariam que os investimentos se concentrassem na melhoria do saneamento básico e na reforma das casas que ficam no pico do morro. Um dos entrevistados afirmou ter participado de um conselho urbanístico formado por ONGs e lideranças locais, cuja existência era desconhecida pelos demais entrevistados. A falta de um mecanismo amplo de participação dos moradores nas decisões sobre as transformações urbanísticas e de caráter regulatório gera insatisfação nos entrevistados, que se sentem excluídos de deliberações que afetam seu cotidiano. Ocasionalmente, igualmente, há um subaproveitamento dos recursos públicos, que são alocados em obras com menor interesse da população.

4.2.5. Os dois lados da regularização dos serviços

Os moradores entrevistados são unânimes ao afirmar que a regularização dos serviços de fornecimento de água e luz melhorou sua qualidade de vida. Após a regularização dos serviços, os moradores passaram a pagar tarifas simbólicas relativas ao consumo de luz e água. A tarifa paga tem aumentado gradativamente, o que tem impactado principalmente o estilo de vida dos moradores que vivem em casas alugadas. Alguns moradores entrevistados acreditam que a tarifa praticada na favela deveria ser menor, uma vez que anteriormente as empresas não recebiam nada pelo serviço. Diante da cobrança obrigatória, os moradores assumem uma postura crítica em relação à qualidade do serviço.

Os serviços urbanísticos que usualmente são fornecidos pelo Estado, como luz e saneamento básico, foram instalados inicialmente no Santa Marta, assim como em outras favelas, através de mutirões organizados pelos primeiros moradores. As ligações clandestinas de luz, conhecidas como “gato” consistiam de uma emenda de fio ligada a uma fonte regular de fornecimento. Com a multiplicação das residências, aumentou também o número de ligações clandestinas. Apenas cerca de 10 % dos moradores tinham ligações regulares de luz.³⁰

A distribuição de água no Santa Marta tinha uma singularidade. Com intuito de aproveitar o declive acentuado do morro, os moradores instalaram os canos de água sobre as residências, com fluxo de cima para baixo, aproveitando a localização do reservatório de água, que ficava no topo do morro. Durante os tiroteios, o encanamento era perfurado pelas balas. Os furos nos canos ficaram conhecidos como “chuveirinhos” (BARCELLOS, 2003).

Após a instalação da UPP, uma das principais mudanças que ocorreram na dinâmica interna do Santa Marta se refere à regularização do fornecimento de água e de luz.

Antigamente, as pessoa não pagava luz, pagava gato net. Hoje em dia, eu pago luz feliz. Muitas pessoas paga luz feliz, porque? Porque quando dava seis, sete hora da noite, até oito hora da noite acabava a luz. Eu tinha que ir com alicate pra casar gato de outro canto todo dia, época de verão então. A minoria que

³⁰ Dados fornecidos pela companhia de fornecimento de energia do Estado do Rio de Janeiro (Light).

reclama, a minoria. Tá bom, não falta luz no morro. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3filhos.

Além da baixa qualidade do fornecimento de energia, as ligações clandestinas de luz representavam risco de vida. Não só devido ao fato de os moradores não terem treinamento ou material de segurança para realizar instalações elétricas, mas também pelo risco de incêndios causados por curtos circuitos. Evanir (67 anos) contou ter presenciado incêndios que ocorreram em virtude das ligações clandestinas de luz.

Já tivemos três casas que começaram a pegar fogo, aí todo mundo começou a ajudar, isso, depois, aconteceu no meio do morro, aí depois a casa pegou fogo, aí a outra também pegou fogo, todos os barracos. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 3 filhos.

Todas as residências do Santa Marta tiveram refeita a ligação externa de energia. Os moradores também receberam lâmpadas com menor consumo de energia e tiveram reformada a rede elétrica interna.

A precariedade presente nas ligações de água também gerava riscos à saúde. As ligações eram feitas de forma amadora, com inúmeras emendas e vazamentos que comprometiam a qualidade da água. Evanir (67 anos) aponta que os casos de diarreia em crianças e idosos eram frequentes. A Unicef e a OMS afirmam que a diarreia provocada por ausência de saneamento adequado é a segunda maior causa de morte em crianças de 0 a 5 anos no mundo.

O abastecimento de água é parte das atividades de saneamento, o que a torna uma importante DSS dos moradores. O contato ou a ingestão direta de água contaminada por esgoto pode gerar inúmeras doenças. O fornecimento regular de água vem acompanhado de análises da qualidade da água realizadas pela companhia de fornecimento do Estado (CEDAE). Nesse quadro, a troca das instalações de fornecimento de água e a regularização do serviço significam uma redução nas desigualdades em saúde local.

Além das questões de saúde, a ausência de serviços de qualidade gerava interrupções a rotina dos moradores. Fabiane (34 anos) chama atenção para as dificuldades que enfrentava por viver sem fornecimento regular de água e luz:

Faltava muita luz, e a gente toda vez que um ia na rua vinha com vela. Porque a gente quando dava quatro hora já tava sem luz. Direto, tinha vez que a gente

ficava, o que, um mês sem água. A gente ficava direto sem água, tinha que ficar carregando, pegando fila. Ia pra tudo quanto é canto carregar água. A gente passava a noite toda sem luz. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Questionada sobre a qualidade do fornecimento de luz atualmente, Vivian (23 anos) afirma que a parte alta do morro sofre mais com as interrupções no fornecimento, e que, ainda assim, o reestabelecimento da energia é rápido.

Funciona. Quando chove forte que às vezes alguma rede desliga. Às vezes não. Toda vez que chove é sempre a nossa rede do lado de cá. Mas, assim, o serviço da Light é muito rápido. Se a gente liga, em uma hora eles vêm consertar, e a gente já tem luz. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

O impacto da cobrança da conta de luz no orçamento doméstico foi muito maior no caso dos entrevistados que pagam aluguel. Vivian (23 anos) revelou que seu padrão de vida foi afetado pelas novas contas, e que, atualmente, se esforça para economizar luz.

A luz, apesar de ser uma coisa ilegal, pra mim que moro de aluguel pesa muito. Pesa porque é muito nebulizador que a gente usa com ele, então, assim, pagar aluguel e pagar conta de luz que às vezes vem cinquenta, sessenta reais, pesa. Mas enfim é uma coisa que não tem como correr. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

As taxas sociais, ou tarifas especiais implementadas pela empresa fornecedora de energia elétrica- a Light, tiveram um prazo definido. Fleury (2012) observa que a tarifa social é, em muitos casos, uma forma de viabilizar que os moradores de favelas com UPP possam arcar com esses novos encargos.

Foi difícil. Mexeu no orçamento. Você que tinha um orçamento, 70 reais. No começo, começou com 15 reais, depois 25, 35, 40. Hoje é nível. Hoje tá 80, mas foi feito um acordo com a Light. A Light, quando veio, ela informou que pagaria apenas uma taxa simbólica, hoje, né, as pessoas já sentem no bolso, porque paga 80, 70, 120, principalmente aqueles que têm ar condicionado. Aqueles que têm padaria, birosca, paga-se até mais. Paga-se duzentos. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

Sabrina Ost (2012) aponta que a regularização do fornecimento de água e luz gerou uma elevação do custo de consumo interno na favela Santa Marta, com o agravante de que os preços praticados no comércio local já eram maiores em razão de seu perfil (comércio de

pequeno porte). Atualmente, apenas moradores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com renda familiar mensal por pessoa menor ou igual a meio salário mínimo têm direito à Tarifa Social, que reduz ou isenta do pagamento, dependendo do número de Quilowatts de energia gastos.

A luz melhorou. Só que os preço tá abusivo. Pra Light que num ganhava nada, ela num acha que ela tá querendo muito? Entendeu? Eu não, porque eu tenho a tarifa social. Eu sou sozinha então num gasto. Mas tem gente que tá gastando 100, entendeu? É muito. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2filhos.

A empresa de fornecimento de energia elétrica adotou uma estratégia de marketing que se baseava em incentivos, como o fornecimento de instalações e aparelhos que gastam menos energia no momento da regularização do fornecimento.

Ela também doou geladeiras para quem quisesse trocar por uma geladeira econômica. Doou pra toda comunidade. Foi um festival de geladeira na comunidade. Todo mundo que quisesse geladeira teria. Trocava as velhas pelas novas, e teve também, eles também instalaram chuveiro também, chuveiros novo para a comunidade, e fizeram também as instalações elétricas dentro da comunidade totalmente de graça. Então houve uma troca, da Light claro, a visão comercial, mas a comunidade beneficiou. Evanir, 65 anos, pastor, casado, 1 filha.

Outra mudança no que se refere aos serviços disponíveis no Santa Marta foi a entrada de empresas de televisão a cabo.

Ah! Fornecimento de canal de televisão, tv a cabo. Se você quer, você liga lá pra net, pra sky e pede. Não tem nada de privilégio que vai pagar mais barato não. Antes era gato net.

E: Quem fazia? Era morador?

Ah! Rsrtrs, bandido, morador, o cara do som, mas o tráfico que era dono, resolveu colocar, e distribuir pra todo mundo e cobrar. Vinícius, 24 anos, desempregado, 1 filho.

Com a instalação da UPP o fornecimento ilegal de TV a cabo, conhecida como “gato net” foi interrompida. Alessandro (34 anos) afirmou que gasta o dinheiro que usava para pagar o “gato net” com as novas cobranças pelo fornecimento de luz e da água.

Vinícius (24 anos) e Evanir (67 anos) chamam atenção em suas falas para o direito que têm a partir do momento em que se tornam clientes das empresas que fornecem luz e água.

Melhorou, a gente paga a luz, mas pelo menos é melhor. Não é instável, instável que nem do gato. A água num fica acabando toda hora. Como a gente paga a gente tem o direito de reclamar se não tiver. Vinícius, 24 anos, desempregado, solteiro, 1 filho.

Então urbanizou. Nós hoje temos sistema de luz onde já estamos exercendo a cidadania. Pagamos conta de luz. Tamos pagando conta de água, não foi fácil isso, porque anos e anos sem pagar luz. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

Os moradores demonstram uma clara noção de seu papel de clientes, e se sentem com direito de exigir um serviço de boa qualidade. Evanir (67 anos) vai além, e afirma que pagar é um ato de cidadania.

Agora gostei. Melhorou. Em compensação, agora tem até luz no caminho. Têm umas que queima, eles vêm botar de novo. É, mas agora a gente tá pagando também água e luz. E também a gente tá achando que a gente não paga essa luzinhas que fica do lado de fora, que eles botaram? A gente também tá pagando ali, é pouca coisa, mas a gente paga. Esgoto também tem que pagar, que na água vem escrito água e esgoto, e a gente tá pagando também. E a gente tem que pagar pra melhoria da gente também, a gente tem que colaborar. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

A contribuição sobre a iluminação inaugura um investimento, e, no caso da Fabiane (34 anos), a percepção de que se está investindo em melhorar a própria vizinhança.

A instalação da UPP representou o fim das ligações clandestinas de luz, água e TV a cabo, o que aumentou a qualidade dos serviços que os moradores recebem, embora tenha um impacto na economia doméstica dos moradores e nos preços praticados no comércio local. Esse impacto foi mais amplamente percebido pelos moradores que pagam aluguel.

A regulação do abastecimento de água representa um avanço em termos de saneamento básico, pois garante que a água não vai ser contaminada pelo esgoto no caminho até as residências. Além disso, a água fornecida pela CEDAE passa por um processo contínuo

de análise de qualidade. Esse quadro representa um avanço em termos de Determinantes Sociais da Saúde.

No caso do fornecimento de TV a cabo, a realização dos “gatos” significava uma relação de clientela entre os moradores e o tráfico de drogas. Por outro lado, a opção regularizada implica um custo muito maior. A entrada de empresas de TV a cabo e telefonia, somados à regularização do fornecimento de luz e água, elevaram consideravelmente o custo de vida na favela (FLEURY, 2012). Para lidar com esse aumento no custo de vida, os moradores relataram algumas estratégias, como deixar de ter TV a cabo em casa, ou diminuir o número de cervejas que tomam no fim de semana. Todos os entrevistados afirmaram que estão conseguindo arcar com as novas despesas.

Para compreender a importância que os moradores conferem ao pagamento das contas, como forma de adquirir direitos (FLEURY, 2012), deve-se considerar que a ausência de pagamento de taxas por serviços no espaço da favela foi um dos fatores da formação da representação hegemônica da favela como uma noção de ausência, de subcidadania (SOUZA E SILVA, 2010). Há uma preocupação de que essa cidadania não se restrinja à formalização do papel de cliente dos moradores com as empresas, mas inclua também investimento público nas diferentes áreas, como o saneamento básico (FLEURY, 2012).

4.2.5.1. Saneamento básico e coleta de lixo

O saneamento é uma dos mais importantes DSS, na medida em que retira do meio ambiente todos os resíduos que podem vir a prejudicar a saúde (OMS, 2003). Entre as atividades consideradas como saneamento básico, estão: abastecimento de água; sistema de esgoto; coleta e remoção do lixo. A ausência de sistema de esgoto e os problemas com a coleta de lixo foram relatados como expectativas não realizadas pelo programa da UPP e maior obstáculo à qualidade de vida dos entrevistados atualmente.

Do esgoto, e ali nós pagamos esgoto, mas o esgoto continua a céu aberto, a céu aberto. Infelizmente, o que me decepciona ali é isso. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3filhos.

A cobrança sobre o esgoto começou a existir após a regularização do fornecimento de água, ocasião em que a empresa CEDAE trocou os encanamentos e criou um sistema de drenagem. Esse sistema acabou se transformando em escoadouro de esgoto e lixo, que ficam a céu aberto.

*Água tem que pagar, porque é água e esgoto, essa vala que você viu aí.
Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.*

O Governo do estado afirma ter instalado rede de esgoto no morro Santa Marta, incluindo ligações de esgoto em 1,500 residências.³¹ Entretanto, o esgoto permanece a céu aberto ao longo das vielas, e as “valas” – termo pelo qual as redes de drenagem são conhecidas pelos moradores - estão repletas de lixo. Os moradores entrevistados consideram que a existência das “valas” é uma prova da ausência de rede de esgoto, e que, por isso, eles estariam pagando por uma obra que não foi realizada. Além disso, temem que, diante do protagonismo que a violência tinha na imagem da favela, a UPP seja compreendida como a solução de todos os problemas, e ofusque as questões estruturais que ainda não foram resolvidas.

Após a instalação da UPP, a prefeitura encarregou a Comlurb de fazer o serviço de coleta de lixo. Aquilo que poderia significar um avanço, uma vez que a favela teria o mesmo serviço que os demais bairros, representou, para os entrevistados que residem na parte alta do morro, a perda de um serviço. Fabiane (34 anos) narra que, anteriormente, os garis comunitários retiravam as sacolas de lixo na casa dos moradores e levavam até a parte baixa do morro. Hoje em dia, apesar de contar com a limpeza das vias realizada pelos garis da Comlurb, os próprios moradores precisam caminhar todos os dias carregando sacolas com lixo até a entrada da favela.

Nós tínhamos os garis comunitários que passava e recolhia o lixo e levava lá pra baixo. Eu acho que eles eram da prefeitura. Acho que a prefeitura que pagava eles. Eles tiraram os gari comunitário e agora colocaram mesmo os garis da comlurb mas eles não recolhem as bolsas de lixo. A gente que levar até as estações, e coloca lá nos contâines pra depois eles pegarem. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1filho.

Esse trajeto é inteiro de escadarias e pode levar até 15 minutos, dependendo de onde se localiza a casa.

*Eles varre o caminho, têm uns que é bonzinho que até pega, mas têm outros que não pega. Às vezes, quando a gente tá na rua, desce com o lixo, aí eles tá varrendo e leva. Mas a gente que tem que levar, a gente leva todo dia.
Fabiane, 34 anos, dona de casada, 3 filhos.*

³¹ Para mais informações: <http://oglobo.globo.com/rio/morro-dona-marta-primeira-favela-com-upp-sofre-com-esgoto-6855247>

Alessandro (34 anos) acredita que a distância entre as casas e os locais destinados a depósito de lixo é um dos motivos para que alguns moradores joguem lixo nas valas.

Dentro não, assim dentro da comunidade. Por exemplo, tu pega teu lixo. Por exemplo, tu conheceu minha casa. Tu pega teu lixo e desce até o bonde, até a primeira estação. Tem gente que pega e joga na vala. Outros joga no mato. Eu não, prefiro pegar e deixar lá. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Essa estrutura, como eu já falei, a questão do lixo é muito séria na comunidade. A questão do lixo gera doenças. Temos um índice muito grande de tuberculose. As pessoas, muita até já teve tuberculose, pneumonia, bactérias, algumas crianças, grávidas, isso é muito sério. Único problema que temos é do lixo ainda. Acho que não foi urbanizado ainda a mente do povo. Eu acho que é anos e anos jogando lixo. Viu o bisavô jogando lixo. Viu o avô. Viu a mãe. Viu o pai. Então eu acho que é uma questão de tempo. A cultura do lixo, aqui ainda é muito ruim. As pessoas jogam muito lixo na vala, e as vala não dão conta. Há todo esse lixo que o próprio morador coloca na comunidade. Temos muito rato ainda, muitas baratas ainda. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

Os moradores entrevistados demonstraram grande revolta com o fato do esgoto permanecer a céu aberto. Denunciaram, ainda, que as obras para melhorias nos serviços e na infraestrutura local, intensas no período de dois anos após a instalação da UPP, foram diminuindo até o ponto de quase estagnação no ano de 2012. Temem, assim, que os problemas estruturais da comunidade sejam esquecidos pelas autoridades governamentais, que propagam a ideia de que a favela se tornou um ótimo lugar para viver.

As reclamações são justificadas com o pagamento da taxa referente à rede de esgoto, presente nas contas de água. O mesmo não acontece em relação à coleta de lixo, que não é cobrada. Ainda que existam reclamações, essa são mais amenas, e não fazem referência a um direito, sendo às vezes direcionadas à conduta individual, culpabilizando outros moradores pela situação. Fica evidente que há uma percepção de que o pagamento das contas inaugura um direito. A favela permaneceu tantos anos sem receber investimentos em bens públicos que, mesmo diante do prejuízo enfrentado pela coleta de lixo ineficaz, não há críticas. Os moradores reagem com revolta à ausência de serviços quando se sentem lesados financeiramente.

Os entrevistados apontam, ainda, outra razão para se revoltar com a ausência de esgoto: o dispêndio de recursos em obras consideradas por eles como de menor importância, como a reforma de praças. As obras realizadas no Santa Marta têm origens em diferentes esferas da Administração, como as obras do PAC realizadas pelo governo federal, e as instalações de encanamento feitas pela CEDAE e pelo governo do estado. Não obstante, os moradores entrevistados associam a totalidade das obras à UPP. Apontam o esgoto a céu aberto como um exemplo de uma gestão ruim do governo do estado e uma falha da UPP.

4.2.6. Novas possibilidades

O impacto da instalação da UPP na especulação imobiliária dentro do Santa Marta foi citada por todos os entrevistados. Os entrevistados que possuem casa própria comemoram a perspectiva da valorização de seu patrimônio e fazem planos de ofertar parte de suas casas para a locação. No entanto, o aumento dos aluguéis é visto como um peso pelos entrevistados que não têm casa própria. Jurema (65 anos) afirma que este é o preço que os moradores pagam pela UPP, ou pela segurança que tem hoje.

Aí você paga o preço disso. Qual o preço que nós tamos pagando? Esses alugueis caro, aí a Telemar, Telemar já tinha, aí veio a Light também entrou. Aí todo mundo tá querendo. Porque ninguém tá fazendo nada de graça. Você entendeu? Tudo bem o governo botou a UPP. Pra que? pra ele tá ali. Mas ele já pensou atrás dessa UPP o que ele ia sair lucrando, num foi por que ele era bonitinho, porque os pobres tão morrendo não, porque eles querem mais que morra tudo, tá igual Chico Anísio; “quero que pobre se exploda”. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.

Vivian (23 anos), por sua vez, afirma que seu aluguel aumentou em cinquenta reais após a instalação da UPP, e que acha justo pagar um pouco mais, já que agora pode usar a laje e o beco como espaços de lazer sem se preocupar com a segurança. Fabiane (34 anos) afirma que os alugueis triplicaram desde a instalação da UPP, e que isso levou os proprietários a investirem nos imóveis, segue a sua fala:

Tinha gente que alugava por cento e cinquenta. Era bem mais barato, mas também as pessoas reforma a casa. Hoje é 450. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

A Secretaria de Estado de Governo do Rio de Janeiro³² divulgou dados sobre a valorização imobiliária no Santa Marta. As informações apontam para um aumento de 200% no valor dos alugueis praticados na parte alta do morro e de 74 % na parte baixa do morro. Ost (2012) afirma que essa diferença foi maior na parte alta do morro, onde se concentravam os traficantes e os confrontos, e, conseqüentemente, os imóveis estavam proporcionalmente mais desvalorizados.

Com a diminuição da violência, o baixo custo de vida na favela começou a atrair pessoas de fora. Isso se explica pelo baixo valor dos aluguéis em relação aos valores praticados no restante da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, o custo de residir na favela é menor, devido à inexistência de tributos como IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), taxa de incêndio, e taxas de condomínio. O interesse de pessoas que antes não moravam em favelas é narrado como prova da valorização do lugar.

Hoje até pessoa da rua quer morar aqui. Tem pessoa de rua morando no morro. Teve um senhor lá que ele queria alugar a minha casa, a parte de cima. "Alugo, alugo, não porque aqui eu posso parar meu carro, aqui em cima, não vou pagar IPTU". "Não vou pagar isso". Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Jailson de Souza e Silva (2010) ressalta que a favela representa mais do que um espaço residencial. É um local onde são criados códigos e uma cultura ligada à identificação territorial. Por isso, o Estado não deveria permitir que a força do mercado imobiliário colocasse em risco a permanência dos moradores, sob o risco de que ocorra uma "remoção branca", com a saída dos mais pobres e uma alteração do perfil social da favela.

Os moradores entrevistados não conhecem casos de moradores que tenham saído do Santa Marta por não conseguir arcar com o aumento do valor dos aluguéis. Entretanto, reconhecem a chegada de novos moradores e a crescente dificuldade em conseguir casas para alugar. Os moradores reagem com certo estranhamento à possibilidade de não saber quem são seus novos vizinhos, fato que não acontecia antes da UPP, como exemplifica Vinícius (24 anos):

³² Para mais informações: site oficial da SEGOV- <http://www.rj.gov.br/web/guest/principal>

Tem gente que você acha que é visitante, muita gente, mas não, mora no morro, e nunca nem vi. Antes tu não via isso. Vinícius, 24 anos, desempregado, casado, 1 filho.

A especulação imobiliária não representou para os moradores entrevistados, que vivem em casas alugadas, uma ameaça. Entretanto, após quatro anos da instalação da UPP, todos afirmam que o perfil dos moradores está mudando, fato que incomoda parte dos moradores e é motivo de orgulho para outros, como Alessandro (34 anos), que narra o interesse de não moradores de favela como prova da valorização do lugar.

Por outro lado, o censo de 2010 aponta que, dos 1176 domicílios do Santa Marta, apenas 219 são alugados. Nesse cenário, a especulação imobiliária é vista como algo positivo pelos moradores que possuem casa própria. Para estes, a possibilidade de alugar parte dos imóveis garante uma nova fonte de renda, como vemos no relato a seguir:

A vizinha aqui, a moça é duas casa, mas aí ela alugou as duas. Ela mora aqui em frente à casa do Alessandro, mas só que ela é duas casas. Ela aluga a parte de baixo e parte de cima, mas só que ela mora aqui do lado. É porque as pessoa vem aí não tem aluguel aí ela vai e aluga. Mas também acho que é quatrocentos e cinquenta o aluguel. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Os moradores reconhecem que o número de casas disponíveis para locação no morro não atende à demanda crescente. Motivados por isso, dois moradores entrevistados planejam ampliar suas casas para, posteriormente, dividi-las e alugar uma das partes. Alessandro (34 anos) exemplifica esse projeto:

Absurdamente, meus planos era aquela parte de baixo, que é sala, uma cozinha grande, banheiro, que ainda tô fazendo obra. Ainda vou fazer. Minha intenção era fazer em cima. Vou acabar pra minha família morar em cima e alugar embaixo. Aquele valor ali em baixo. Eu fazendo ela. Dividindo direitinho o quarto, eu consigo arrumar mais seiscentos reais. Tem morro aí, tu vai na vila do Joao tu arruma casa com 2 andar, três quarto, sala, cozinha, banheiro, isso, por duzentos reais, no máximo. O cara arruma trezentos e cinquenta. Agora lá aluga tudo. Tem uma menina lá perto da minha casa, você ficou parada perto da porta dela, é um espacinho mínimo menor que aqui no bar, duzentos e cinquenta reais que ela pegando, é dinheiro, qualquer cantinho agora, Nêgo quer fazer quitinete. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Vale ressaltar que, em julho de 2009, a Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 30.870/09, proibiu a construção e reforma das residências no Santa Marta. Segundo o decreto, o morro foi considerado área de especial interesse de social. Por isso, todas as construções precisariam de alvará da prefeitura. Apenas um morador entrevistado tinha conhecimento da proibição, e só a considerava válida para novas construções, não para reforma das casas. Ao longo da vigência do decreto, Alessandro (34 anos) construiu o segundo andar de sua casa. Jurema fez uma reforma na parte externa de sua casa. Vivian iniciou a construção de sua casa no segundo andar da casa de sua mãe. Nenhum dos moradores foi informado sobre a necessidade de autorização da prefeitura. Uma casa em construção foi demolida pela prefeitura nas proximidades da localidade conhecida como “laje do Michael Jackson” - esse fato é narrado pelos moradores como um fato isolado de “covardia” da prefeitura.

A valorização dos aluguéis é interpretada pelos moradores como uma “fase boa”, que deve ser aproveitada. Existe a crença de que a valorização será ainda maior no futuro, em razão dos eventos internacionais que a cidade abrigará. Nesse contexto, os moradores entrevistados que vivem de aluguel planejam construir suas casas, e os moradores que já possuem casas próprias sonham em conseguir, através do aluguel, uma outra renda, muitas vezes superior ao seu salário mensal.

Conseguir uma renda extra, ou a primeira fonte de renda, é também uma questão de saúde. A Carta de Ottawa define renda entre as oito condições básicas para a saúde, pois esta permite a melhoria nas condições de vida. Os moradores entrevistados, pretendem utilizar a renda oriunda do aluguel para pagar planos de saúde, comprar computadores e custear férias em família.

Dessa forma, a especulação imobiliária pode contribuir para aumentar a renda das famílias e melhorar sua condição de vida. Em contrapartida, as famílias terão que viver em espaços menores.

4.2.7. As transformações nas opções de lazer

As opções de lazer dentro do morro Dona Marta sempre foram reduzidas, se restringindo a eventos nas duas quadras e ao uso do campinho e da praça. Os entrevistados relataram que seu tempo de permanência nas áreas comuns da favela aumentou, o que representa uma opção de lazer gratuita, atribuída por eles ao fim do domínio territorial do tráfico de

drogas. Por outro lado, relatam que a segurança local foi responsável por atrair pessoas de fora da favela para os eventos realizados na quadra da escola de samba, o que elevou o custo dessa opção de lazer e reduziu a participação dos moradores. Estes relatam, ainda, que, desde a instalação das UPPs, todos os eventos e festas precisam de autorização do Comando da UPP.

O que eu acho que tá mudando muito é isso. Eles [UPP] tão interferindo até demais. Por exemplo, tu tá ouvindo um som. Pô, eu concordo que chega um certa hora a pessoa tem que ouvir um som mais light. Tive até problema com vizinho por causa disso. Às vezes tu tá fazendo uma festinha, quer que tu pare a festa, quer que tu pede autorização para fazer a festa, entendeu? Meio absurdo. Tem coisa que dá pra relevar um pouquinho, né? Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Eles [policiais da UPP] quer que pede autorização pra tudo. Eu acho que tem coisa que é um exagero também. Poderia ser mais flexível. Vinícius, 24 anos, desempregado, solteiro, 1 filho.

Os moradores entrevistados demonstram insatisfação e revolta com a regulação das festas particulares, o que consideram uma medida invasiva e sem propósito. Algumas regras foram impostas aos moradores sem que houvesse espaço para discussão, como a necessidade de pedir autorização previamente e de encerrar a festa em horário determinado.

Esse procedimento é mais rígido quando se refere ao baile funk, que foi inicialmente proibido, por sua associação com o tráfico de drogas e atos criminosos (FLEURY, 2012). Nenhuma restrição foi imposta ao samba em nenhuma das favelas com UPPs. Ocorre que ambos os ritmos músicas tiveram e têm, em algumas favelas cariocas, seus eventos patrocinados e organizados por grupos criminosos (no caso do samba, os bicheiros). Apesar de amplamente difundido pela cidade, inclusive em eventos promovidos pela prefeitura, o funk continua a carregar um grande estigma de música marginal. Vale ressaltar que parte considerável da produção de funk, chamada de “proibidão”, é feita para exaltar as facções criminosas, seus líderes e seus feitos, o que configura crime de apologia ao tráfico de drogas e já resultou na prisão de diversos MCs.³³ Como toda produção cultural, o funk carrega marcas de sua história. Certamente, o patrocínio das

³³ Reportagem notícia a prisão de 4 funkeiros que disponibilizaram funk “proibidão” na internet. <http://oglobo.globo.com/rio/policia-prende-quatro-funkeiros-acusados-de-fazerem-apologia-ao-traffic-do-alemao-2910195>

facções criminosas e o uso que estas fazem do funk como hino ajudou na divulgação desse ritmo. Isso não significa que o mesmo se limite a esses fatores. O funk, enquanto produção cultural, é mais do que os usos que foram feitos dele ao longo dos anos. O Comando da UPP do Santa Marta começou a autorizar a realização de alguns bailes funk depois de dois anos.

Três semanas atrás, eu e minha esposa começamos a conversar pra ver se a gente volta. Teve Mc Marcinho lá no morro. Baile ficou lotado, mas um baile, tu vê um evangélico no baile é complicado, né? O povo: que que tu tá fazendo aqui? Tô aqui, vim matar a saudade do baile. Mas lotado. Só teve um pessoal lá do meio fumando maconha, mas quando a polícia entrou, acabou a graça. Que aconteceu? O baile ficou lotado, não teve confusão. Teve confusão no final. O baile acabou. O pessoal ficou do lado de fora começou a beber, beber, beber. Não tem com quem brigar. Briga um com o outro, entendeu? Nós somos amigos. Vamo brigar rapidinho. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

É, os policiais não gosta de briga aqui dentro do morro. Eles pararam até de fazer por causa da briga. Agora eles voltaram, mas já tá começando a brigaiada de novo. É os pessoal bebe, aí um fica jogando piada pra outro, rival aqui, rival ali. Aí vai cantando uns funk aí vai falando sabe. Aí tem gente que não gosta, aí parte pra porrada. Nunca briguei assim em baile, quando eu vou com ele, quando eu vou com ela, ou com as minhas irmã, eu venho embora, senão fico na minha mãe mesmo. Eu não brigo não. As vezes a gente sai até de perto, as pessoas discutindo a gente sai até de perto, porque a gente vai pra se divertir. As pessoas quer brigar, por isso que às vezes não tava tendo mais nada aqui no morro, por aqui só em baile mesmo que tem briga. Só no baile, quando é pagode não tem briga, quando é forró aqui na birosca não tem briga. Só em baile, porque canta esses funk assim, porque, antigamente, esses funk da minha época de baile era ótimo. Não falava um palavrão. Não falava nada. Agora esses aí agora fala tudo que tem que falar. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Alessandro (34 anos) e Fabiane (34 anos) narram eventos de briga que acontecem em virtude do abuso de álcool e da existência de rivalidades. Ambos chamam atenção para uma certa cultura de briga que estaria especificadamente ligada aos bailes funk. Jailson de Souza e Silva (2005) esclarece que existem outras formas violentas de agrupamento de jovens, que não têm ligação com o tráfico de drogas. Uma delas é conhecida como “galeras”, com identificação territorial. Esse tipo de grupo é formado por moradores

comuns, que buscam identificação e orgulho, através da vestimenta, dos bailes e das brigas com outras “galeras” em bailes funks.

Outra limitação imposta às festas e eventos é a redução do volume do som após determinado horário. Existe uma lei estadual do silêncio – decreto - lei nº 126, de 10 de maio de 1977, que legisla sobre a poluição sonora, e não define um limite de horário para que se desligue o som de festas particulares. A lei delimita o número de decibéis permitidos e afirma que qualquer pessoa pode recorrer à autoridade competente para fazer cessar o barulho quando se sentir incomodado. Fabiane (34 anos) relata que os policiais delimitam o volume do som de todas as festas, ainda que não existam queixas contra o barulho:

A gente pode dar festa. Para gente dar festa, a gente tem que pedir autorização pra eles, mas se eles vão lá, se dá duas horas, três horas assim, se a gente quiser continuar com a festa a gente tem que diminuir o som. Eles deixa até tal hora, mas se passar eles pede pra baixar. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Os entrevistados não sabem definir qual seria o horário exato em que o som das festas precisa ser reduzido ou desligado. Essa questão parece depender dos policiais que estão de plantão no dia de cada festa, e não há regra definida. Fica evidente que as medidas são decididas pelo comando da UPP de forma unilateral. O único padrão identificado pelos moradores nas limitações impostas às festas se refere à proibição do estilo de música conhecido como funk “proibidão”. Os entrevistados relatam que, quando esse tipo de música toca, os policiais pedem para que o som seja desligado.

Única coisa que eu acho é que os meninos bota o som e eles vão lá e manda abaixar, mas também eles querem botar funk, e ali aqueles garoto que usa fica tudo cercando por ali, aí queima o filme de quem quer fazer um lazerzinho. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.

Além das limitações à realização de festas particulares e de bailes funks, as opções de lazer foram restringidas quando uma parcela dos empreendedores da comunidade começou a alugar a quadra para a realização de eventos voltados para os turistas e moradores do asfalto (FLEURY, 2012). Exemplificado no trecho a seguir:

Todo sábado tem um point de jovem, um point de jovem classe média. Às vezes eu fico contando quantos têm. Na quadra da escola de samba, aos sábados, às

vezes eu conto, não têm pessoas do Santa Marta no point de sábado, porque é um point destinado a pessoa lá, lá de baixo. Tanto que é, que cobra-se até um valor, um valor muito alto pra entrar. Então é realmente pras pessoa lá de baixo, e você vê taxis e mais taxis, e você vê que são pessoas lá de baixo, e morador não participa. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

Nas imediações desses eventos, a presença de visitantes gerou um aumento nas vendas para o comércio localizado na Praça do Cantão, que passou a receber um público com maior poder aquisitivo (OTS, 2012). O público que frequenta as festas no Santa Marta é formado em sua maioria por jovens de classe média dos bairros que ficam no entorno da favela. Esses eventos fazem parte, majoritariamente, de festas organizadas por blocos do carnaval. Os eventos realizados na favela são divulgados como uma forma alternativa de diversão, em oposição às casas de festa tradicionais.

Jurema (65 anos) esclarece que os bares que ficam ao redor da quadra também tocam música nos dias de evento, o que permite a ela um lazer com baixo custo.

Vô, fico lá bebendo. Lá agora é o point. Os bacana vai pra lá. Os garoto bota o som. O pessoal da rua vai pra lá. Aqui na quadra. Agora os bacana aluga ali. Só vem gente bonita. Eu vou lá só pra ver gente bonita. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.

Jurema (65 anos) faz referência a uma parte do morro conhecida como Cantão, local conhecido anteriormente pela concentração de traficantes. Após a instalação da UPP, esse local foi revitalizado e transformado em uma praça, nomeada de Praça do Cantão.

Eu quase nem ia pra lá, com medo do que ia acontecer. Tinha medo deles mesmo e dos de fora. Eu num bebia aqui. Bebia lá pra baixo. Dali eu passava igual um foguete, eu hein. Quando que o pessoal podia ficar ali parado? Tira uma noite, fica ali. Cheio de gente. Era lá que o bicho pegava, a guerra começava lá, se não começava no pico. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.

Como Jurema (65 anos) não participava dos bailes funk realizados na quadra antes da instalação da UPP, para ela, o aluguel da quadra para um evento que não vai incluir pessoas do Santa Marta não representou uma perda. Ao contrário, levou à revitalização do local e à segurança para frequentar bares dentro da comunidade. Para ela, o fato de tocar funk atrai viciados em droga e atrapalha os moradores que querem se divertir. Por sua vez, Vinícius (24 anos), que costumava frequentar os bailes funk, aponta as

proibições como ponto negativo da instalação da UPP. Outros dois moradores que costumavam frequentar bailes atribuíram a proibição à conduta violenta dos frequentadores. Cano (2012) aponta que a posição de cada morador, frente às proibições ligadas ao lazer nas favelas com UPP, é um dos fatores que determina a avaliação do projeto. Assim, os jovens, teoricamente mais atingidos pelas restrições, seriam mais contrários às UPPs do que os idosos, que em geral buscam sossego.

Com a diminuição da violência e a recuperação das praças internas, novas possibilidades de lazer surgiram.

A minha irmã mais nova, ela tem costume de sair e voltar de madrugada. Antes você não fazia uma coisa dessa. Minha irmã, hoje ela sai, vai pra uma festa e volta 2 horas da manhã, e sobe a pé, porque essa hora o teleférico já parou. Para meia noite. E ela sobe tranquila. Antes ou você descia pra uma festa e você dormia na rua ou você não ia pra festa. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Três entrevistadas relataram que, em decorrência da ausência de confrontos e de pontos de venda de droga, vão a outras partes do morro e ficam mais tempo na rua. Esse aumento na mobilidade interna representa, nesses casos, a possibilidade de se desfrutar de lazer na comunidade em que residem, e com baixo custo.

Porque agora a gente pode ficar até tarde, se a gente quiser ficar o dia todo, a noite toda no meio da rua assim, bebendo, conversando, pode. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Os moradores afirmaram que a segurança para ficar na rua e nos espaços comuns, como quadras e praças, gerou uma nova opção de lazer. O mesmo acontece com a percepção de que podem usufruir de lazer fora da comunidade e voltar em segurança para casa. Os moradores demonstram insatisfação por terem perdido outras opções de lazer, como os bailes funks, festas na quadra e festas particulares. Mencionam, igualmente, que os valores cobrados nos eventos realizados na quadra da escola de samba local inviabilizam o ingresso dos moradores da favela e reduzem suas opções de lazer. A restrição da realização de bailes funks agrada aos idosos, mas é fonte de reclamação de jovens e adultos, que a percebem como um ponto negativo da instalação da UPP. Em comum, todos se revoltam com as restrições que os policiais impõem às festas particulares, como

redução do som e da duração do evento. Essas restrições são desprovidas de caráter legal, e não são impostas às residências que ficaram fora da favela.

4.3. Relação dos moradores com os policiais da UPP

Dois fatores parecem influenciar a credibilidade do projeto das UPPs junto aos entrevistados. Um deles refere-se à segurança local; o outro consiste na atuação dos policiais da UPP. Todos os moradores entrevistados afirmam ter uma boa relação com os policiais da UPP. Todavia, dois fatores foram citados como um empecilho a uma maior aproximação: a presença de traficantes na favela e a desconfiança dos policiais sobre determinados grupos de moradores. Além disso, o grupo pesquisado conferiu grande importância à manutenção de uma relação cordial, ou até de amizade, entre os moradores e os policiais da UPP. São especialmente valorizadas as atitudes de reverência cotidiana e de solidariedade, exemplificadas nas falas a seguir:

Mudou, nêga, mudou. Eu vejo que tudo é convivência, né cara? Você ver policiais, que sabe dá uma boa tarde, uma boa noite. Sabe indicar alguma coisa, entendeu? Trata bem, trata. E a gente também trata melhor eles, porque antes não podia falar com eles, tu falar com polícia tu era considerado, qual é, o cara tá falando com polícia por quê?

E: E nesse início você acreditava que ia dar certo?

A: Não, acreditava mesmo não.

E: Quando que você começou a acreditar que a coisa ia mesmo adiante?

A: Cara, quando começou a colocar policiais novos. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

A atuação dos policiais da UPP é analisada em comparação com a atuação dos Pms que realizavam o policiamento antes da UPP. A principal diferença aponta pelos moradores, é a convivência cordial, com exemplificam a seguir:

Eles [policiais da UPP] passa, fala com a gente. Dá um bom dia. Antes nem olhavam. Eles só não gosta, não quer ver briga aqui dentro, nem em casa, nem no caminho. Eles não gosta não, briga não. Aí quando tem briga dentro de casa ou no caminho, eles vai, leva, pergunta porque a briga, “tá brigando porquê?” Eles não gosta de briga dentro do morro. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

É, por exemplo, quando a gente sobe no bonde, e eles tão armados, eles não sobem no mesmo compartimento que a gente. Eles sobem no compartimento de bagageiro. Se fosse antigamente, isso não aconteceria. O “oi”, o “boa tarde”, o “boa noite”, até em relação, eles tentam ganhar as crianças. Apertam as mãos das crianças. As crianças brincam muito de bola aqui, e aqui atrás tem uma base deles, então, quando eles passam, acaba que eles convivem no dia-dia, porque eles vão na padaria. Eles vão na birosca comprar uma Coca-Cola ou alguma coisa pro uso deles diário, e tem criança no caminho às vezes brincando. Eles pegam o pião rodam pião com a criança. Jogam uma bolinha. Então eles tentam ter um relacionamento bom com a comunidade. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Em sua análise, os moradores entrevistados apontam, ainda, que os policiais desempenham atualmente um papel importante na saúde dos moradores. Os policiais auxiliam os moradores nos deslocamentos até a rede de saúde mais próxima. Antes da instalação da UPP, essa atividade era realizada pelo tráfico de drogas, que pagava táxis para levar moradores até o hospital e comprava remédios (LEEDS, 1999). Dessa forma, a atuação policial promove o acesso à saúde e inibe o uso por parte dos traficantes desses serviços como moeda de troca.

Ajudam, levam no próprio carro deles pessoas para ganhar bebê, pessoas que tão doente, oferece ajuda. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

Ajudam a hora que for. Se tiver passando mal, tiver caído quebrado o braço, cê vai lá na UPP que eles colocam no carro e levam pro hospital. Vinícius, 24 anos, desempregado, 1 filho.

Todos os entrevistados relatam que houve uma mudança em relação à atuação da polícia. Evanir (67 anos) aponta que essa mudança se deve ao fato de não haver mais um conflito no território, de maneira que não há necessidade de atitudes mais violentas por parte da polícia.

Hoje não, hoje não acontecem mais essas revistas. Tem algumas coisas, algumas formas deles, mas não como aquela época mais, não tem mais. Não, não, é porque antes, os próprios garotos, eles entravam nas casas das pessoas, a casa que tivesse aberta, os garotos entravam. Tanto, se os garotos entravam, eles também iam entrar. Eles suspeitavam que entrou naquela casa, então eles iam naquela casa procurar os garotos que correram pra lá. As polícias faziam isso. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

É, hoje tem uma conversa. Esse é o lado bom. Antes, se a polícia tivesse que fazer alguma coisa com você, não importa a hora, eles iam fazer e não importa. Hoje em dia não. Vinícius, 24 anos, desempregado, solteiro, Ifilho.

A fala de Vinícius (24 anos) revela que os policiais da UPP têm uma postura menos violenta com relação aos moradores, fato que foi confirmado por todos os moradores entrevistados.

Quando questionados sobre sua relação com os policiais da UPP, dois entrevistados relataram que tem medo de se aproximar dos policiais e, posteriormente, sofrer represálias por parte do tráfico de drogas. A continuidade do tráfico de drogas no morro e sua nova forma de atuação - venda em pequenas quantidades por “meninos” que não portam armas - foram relatadas por todos os entrevistados. As falas dos moradores entrevistados e a observação realizada ao longo desta pesquisa apontam o fim do domínio territorial exercido pelo tráfico de drogas, ainda que alguns traficantes permaneçam na favela e que exista venda de drogas. A instalação da UPP obstaculizou o exercício de demonstrações de força, necessárias para manter a relação de dominação sobre moradores e coordenação entre os “portadores” da ordem social da sociabilidade violenta (SILVA, 2004; 2008). No entanto, Vivian acredita que a presença dos traficantes na favela, ainda que estes não estejam armados, afeta a relação dos moradores com os policiais da UPP.

Olha, eu acredito que melhorou, porque, junto com a UPP, veio algumas obras, que facilitou um pouco a comunicação, mas eu acredito que ainda hoje o morador tenha receio de ter uma comunicação maior com o policial, porque arma não, mas eu vou ser hipócrita em dizer que não existe droga, que não exista ainda alguns, sabe? Então eu acho que ainda não existe essa comunicação maior com a UPP, com os policiais da UPP, por conta disso. Porque as coisas não acabam do dia pra noite. Têm alguns ainda por aqui. A gente sabe de uns burburinhos, que eles dão uma chamada, dão um corretivo, alguma coisa ainda tem. Não aos moradores, mas alguma pessoa que ainda faz alguma coisa com eles, ou que não é de acordo com eles, essas coisas todas. Por isso que eu falo, se o combate às drogas fosse um pouco maior, não sei se isso acabaria. Acaba que a gente fica um pouco descrente disso. A própria droga acaba trazendo a violência entre eles, infelizmente. É, por causa desse medo, no início eu soube de histórias. Não presenciei. Não testemunhei, mas terceiros vieram falar que pessoas que tavam tendo um relacionamento de dar um bom dia, de conversar um pouco mais, mesmo que fosse conversa inocente, foram chamadas. Ô, não quero isso, tá exagerando. Eu acredito que

se houver a oportunidade da facção voltar, eu acho que muita gente ou vai ser chamada pra conversar, ou vai ter algum outro tipo de castigo, como eles chamam. Mas que vai haver, acredito que sim. Eu acho que isso é bem provável que aconteça, porque eu acho que muitos moradores não têm um relacionamento maior com a UPP é por causa disso. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Mudou bastante, mas tipo assim, como é que posso dizer, mudanças têm lógica, mas, tipo assim, só vai sumir as armas. Entendeu? É meio contraditório. Tipo assim, mudou, lógico, o que eu falei que mudou num é mentira. Porém a mudança, como é que eu posso dizer, referente ao tráfico não mudou. Só tirou as armas, o traficante é mesmo. Referente ao tráfico não mudou, só parou de andar armado. Continua a mesma coisa. Vende o que tem que vender. Faz o que tiver que fazer, mas, vai ter mudança. Vinícius, 24 anos, desempregado, solteiro, 1 filho.

Percebe-se, nas falas de Vivian (23 anos) e Vinícius (24 anos), que a presença dos traficantes e a existência de ameaças geram medo de retaliações e inibem a aproximação dos moradores com os policiais da UPP.

A presença de traficantes e a continuação do tráfico de drogas não são interpretadas pelos moradores como a existência de um ato criminoso isolado, e sim como a possibilidade de reestruturação de uma relação de dominação. A análise feita pelos moradores das atividades do tráfico vai ao encontro do conceito de sociabilidade violenta, pois confere às práticas do tráfico um caráter específico que se distingue do crime comum. Esse cenário ressignifica a importância do combate ao tráfico em favelas com UPP.

Alessandro (34 anos), por sua vez, afirma que as ameaças dos traficantes não são consideradas pelos moradores:

Tem uma frase lá que tá escrito, que o rapaz escreveu: “pode até pacificar, mas a volta vai ser triste”. Eles fala: “Nós vai voltar, nó vai fazer e acontecer”. Que vai voltar nada. Nego num tá nem ouvindo mais. Pessoal olha e fala que eles são uns pobre coitado. São os famosos sem, sem futuro nenhum. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 1 filho.

Entretanto, em outro momento da entrevista, pondera sobre o que aconteceria caso a UPP fosse encerrada.

Tenho, tenho medo da represália que vai ser, né. Muitas pessoas. Mas eu tenho esse receio ainda, tenho esse receio ainda. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Fabiane (34 anos) afirma que a presença dos traficantes não interfere na sua decisão de manter um relacionamento cordial com os policiais da UPP:

Aí passa, dá um bom dia, uma boa tarde, não vai matar ninguém. Mas aí tá: depois, os menino aqui do morro vai falar que tá fechando com polícia. Gente, um bom dia e o boa tarde a gente não se nega pra ninguém. Eu falo, quer falar, um bom dia, um boa tarde eu dou. Não vai me quebrar. Não vai me faltar nada pra falar. Eu falo. Falei assim: “se alguém passa por vocês e dá um bom dia, uma boa tarde, responde, porque eu não vou criar um filho pra ser mal educado com as outras pessoas”. Eu dou um bom, um boa tarde. Eles fala tudo bem. Brinca com as criança. Eu não tenho esses problema não. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Nas falas de Vivian (23 anos) e Fabiane (34 anos), percebe-se uma diferença nas reações à possibilidade de sofrer uma retaliação por parte do tráfico de drogas. Enquanto Vivian (23 anos) evita manter um relacionamento com os policiais da UPP, Fabiane (34 anos) recomenda aos filhos que sejam educados com os policiais e não temam retaliações.

É preciso considerar a relação que os entrevistados tinham e têm com o tráfico de drogas, para melhor compreender sua relação com os policiais da UPP. Ambas as entrevistadas tinham familiares envolvidos com o tráfico de drogas. Vivian (23 anos) tem primos e tios no tráfico, nenhum deles em posição de gerência ou chefia, vários viciados em drogas. Vivian (23 anos) narra uma infância permeada pelo medo de que outra facção expulsasse sua família do morro e das constantes revistas policiais à sua casa. Fabiane (34 anos), por sua vez, tinha o marido em um cargo de chefia do tráfico, primos e tios em diferentes funções e outro familiar, o qual foi dono do morro por muito tempo. Fabiane (34 anos) apresenta, ainda, um grau de parentesco com o atual gerente da boca de fumo do Santa Marta. Fabiane (34 anos) não narra nenhum medo envolvendo o tráfico ou a polícia, fazendo uma distinção entre as consequências do domínio do tráfico e este, e diz que sempre foi respeitada por todos os “meninos”.

Porque se a UPP sair daí, não vai ter mais tiroteio, os menino vão poder voltar, porque eles aqui do morro sempre respeitou a gente. Eles era muito, eu também gosto deles, eles nunca fez mal assim pra gente, também. Eu gosto

deles, mas se UPP não sair deixa por aí mesmo. Não, pra mim, não faz diferença não. Os menino voltando ou a UPP aí não faz diferença nenhuma. O importante é a gente ter o acesso livre pra andar dentro da comunidade, deixar as nossas criança em casa. Fabiane, 34 anos, dona de casa.

Nesse contexto, o medo de sofrer represálias do tráfico por manter contato com os policiais é maior em moradores que já se sentiam ameaçados pelo tráfico antes da instalação da UPP. São moradores que temiam ser alvo de alguma punição, e mais do que isso, se sentiam humilhados e incomodados com o papel subalterno em que estavam colocados na relação com o tráfico. Destacam-se, nesse grupo, os que tinham familiares usuários de drogas e não concordavam com a participação destes no tráfico de drogas, como Vivian (23 anos), que se dizia “refém do tráfico”, e temia pela integridade física de toda a família em decorrência do envolvimento de familiares com o tráfico.

Outro aspecto tem influenciado, atualmente, a relação dos moradores, em especial aqueles do sexo masculino, com os policiais: O fim do uso de armas por parte dos traficantes e o abandono da postura defensiva sobre o território faz com que a diferença entre quem seria apenas um morador e quem estaria nas escadas traficando seja tênue. Esse fato inaugura uma questão, retratada por Vinícius (24 anos), em relação à abordagem da polícia aos moradores:

Alguns policiais chegam, conversam, outros acha que você mora no morro é bandido. Antes o policial já sabia quem era bandido, quem era trabalhador. Respeitava quem tinha que respeitar e esculachava quem tinha que esculachar. Hoje em dia, alguns não tão nem aí se você é bandido ou trabalhador, homem ou mulher. Então, tem seus prós e seus contras. Vinícius, 24 anos, desempregado, solteiro, 1 filho.

Eu achei que houve aquela resistência, aquela coisa forte entrando assim, porque a gente não conhecia eles, e eles não nos conhecia. Então, é aquela coisa, quem são eles? Quem é, entendeu? Pra eles também todo mundo era bandido, então a revista era muito forte. Todo mundo, revistava todo mundo, aquela coisa toda. Mas por algumas pessoas que eles achavam suspeita, não todos os moradores. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

Os moradores entrevistados retratam que com o fim do domínio territorial do tráfico, os policiais passaram a suspeitar dos moradores, principalmente de homens jovens. Não houve relato de discriminação racial na postura adotada pelos policiais. Tampouco, houve

relatos de abordagem as mulheres. Nesse cenário, a postura desrespeitosa adotada por alguns policiais em revistas nas favelas, descrita por Vinícius (24 anos) como “esculachar”, antes direcionada aos traficantes, foi estendida para os homens jovens, cuja aparência é associada à de traficantes.

Já, já vi, trataram mal morador. Equívocos, só porque o garoto tava sem chinelo, achava que era também. Entendeu? Já entrar num lar sem pedir permissão, então isso tudo é conflitante. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

Esse tipo de atuação policial reflete um preconceito em relação aos moradores de favela e seu modo de agir ou vestir-se, como andar sem camisa e de chinelos, ter cabelo pintado e cantar funks. Nessa conjuntura, a atuação policial reforça o estigma associado aos favelados, ao invés de contribuir para amenizá-lo.

Apenas um dos entrevistados fez referência a uma noção de direito, quando falou de sua relação com os policiais:

Começamo a vê muita polícia, mas, depois, começou aquela rotina de polícia subindo e descendo, subindo e descendo, subindo e descendo, e o cara falando que tudo ia ser com mandato. Tudo vai ser com mandato. Se tiver, não abra se não tiver. Eles começaram, eles mesmo, a ensinar como deveríamos nos comportar, que ia pedir autorização. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Alessandro (34 anos) se refere às instruções que os moradores receberam durante as reuniões com os comandantes da UPP, de que os policiais não tinha autorização para invadir as casas e que tudo seria feito dentro da lei. Entretanto, Evanir (67 anos) afirma ter presenciado policiais da UPP invadindo casas sem autorização dos moradores, e Vivian (23 anos) se diz insegura diante da possibilidade dos policiais tratarem seu sobrinho como bandido, apenas por sua aparência ou idade.

Eu, por exemplo, tenho um pouco de receio por causa do meu sobrinho, se acontecer alguma coisa dentro da comunidade, de alguns garotos mexer com a UPP, e meu sobrinho tá passando na hora. Porque, infelizmente, ainda existe, como eu te falei, algumas pessoas dentro da comunidade que é contra a UPP. Então, teve uma época que eles jogavam pedra na UPP, que eles xingavam alguns policiais, e aí acabou que alguns policiais. Por exemplo, se tem uma criança de treze anos, meu sobrinho por exemplo. Ele é uma criança de treze

anos que parece que ele tem quinze anos, então, por conta de terem acontecido esses episódios das pessoas agredirem os policiais da UPP, e jogarem pedras no policiais, eles olham muito essas crianças grandes e já ficam com medo. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

É possível perceber na fala de Vivian (23 anos) o temor de ter o sobrinho confundido com um bandido, pois o histórico de confrontos entre a polícia e os traficantes faz com que os policiais desconfiem e sejam mais “intimidadores” com homens jovens. Dessa maneira, forma-se um quadro de desconfiança mútua.

A relação dos policiais com os moradores difere em relação a gênero e à idade. Os moradores reconhecem um esforço por parte dos policiais em conquistar a confiança das crianças através de brincadeiras e de um tratamento carinhoso. Mulheres e idosos também são tratados com cordialidade, e raramente são alvos de revistas. Entretanto, os homens jovens são tratados com desconfiança e se configuram como alvo de revistas e abordagens agressivas. Os moradores entrevistados não identificam discriminação racial na abordagem policial.

Os moradores convivem com os policiais nos espaços comuns da favela, como o “bonde”, a “birosca”, os “becos” e as praças. Todos os entrevistados relataram trocar cumprimentos como “bom dia” e “boa tarde” com os policiais. Apenas um dos entrevistados relatou ter uma relação de amizade com um policial da UPP. A presença de traficantes na favela gera medo de represálias, e é citada como único motivo pelo qual os moradores evitam se aproximar dos policiais. Como parte do “cuidado” em não ser associado aos policiais, evita-se manter conversas públicas prolongadas e convidá-los para festas e para o interior das residências.

Apesar disso, os encontros entre policiais e moradores são parte da rotina e não geram medo, mesmo para os grupos compreendidos pelos moradores como “visados” pelos policiais. Isso se deve em parte à baixa frequência de abordagens abusivas por parte dos policiais da UPP, e também ao histórico de pouca violência empregada nessas ocasiões. Quando relatam a existência de abusos na abordagem policial e a existência de um tratamento diferente em relação aos homens jovens, os moradores entrevistados não se referem a risco de vida ou mesmo de sofrer agressões físicas.

As abordagens dos policiais da UPP compreendidas como abusivas pelos moradores se referem a revistas realizadas na frente de outros moradores, acompanhadas de falas agressivas e de gestos intimidadores, como apontar armas, e exigir determinada ação ao invés de pedir. São casos em que policiais ordenaram que um morador retirasse os sapatos ou camisa, e jogaram objetos no chão ao invés de pedir para olhar bolsas. Esse tipo de abordagem é retratada como uma humilhação, principalmente porque antes era direcionada aos traficantes. Assim, os moradores acreditam que estão sendo tratados como bandidos.

4.3.1. A segurança de conhecer e ser reconhecido por policiais da UPP

Os moradores entrevistados mencionaram o fato de policiais da UPP “esculacharem” moradores, em especial homens jovens, que não são conhecidos por eles como moradores, “trabalhador” ou “pessoa de bem”. Esse comportamento guarda traços comparáveis à dinâmica que os moradores mantinham com o tráfico, que conferia aos moradores um tratamento melhor do que o reservado a pessoas de fora da favela.

Por sua vez, os moradores compreendem que a forma de resolver o problema da desconfiança dos policiais é lançar mão de dois recursos que utilizavam antes para lidar com a violência. Esforçam-se para se tornar conhecidos como morador “de bem”, ao mesmo tempo, em que evitam serem identificados como próximos aos policiais, com medo de sofrer represálias do tráfico.

Ao longo da pesquisa dois fatores foram citados como capazes de gerar algum nível de segurança psicológica e física na relação dos moradores com os traficantes: o fato de ser conhecido pelos traficantes como morador, como “pessoa de bem”, e a existência de fé em Deus. O reconhecimento da condição de morador não representava garantia de que o resultado da interação com os traficantes seria positivo. Isso dependia do humor dos traficantes, e podia acabar em “castigos” para todos os envolvidos, fossem moradores ou não. Por essa razão, os moradores evitavam o contato com os traficantes, e também buscavam apoio emocional na religião.

Vinícius (24 anos) revela que existia uma relação de confiança estabelecida sobre o fato de conhecer os traficantes, o que reduzia sua percepção do risco envolvido na interação cotidiana, ou seja, conferia um grau de segurança psicológica.

Porque, tipo assim, você conhece, né. Porque, tipo assim, o bandido aquele, não é o cara mal que vem de outro mundo, é a criança com que você cresceu. A confiança é maior. Vinícius, 24 anos, solteiro, desempregado, 1 filho.

Vivian (23 anos) esclarece que, em algumas situações, o fato de ser conhecido pelos traficantes propiciava mais do que uma sensação de segurança, podia determinar a permanência ou não da família na favela.

Como a minha mãe tem uns sobrinhos que eles eram traficantes, então a gente, assim, tinha muito medo disso acontecer. Mas graças a Deus, como a minha mãe era muito antiga na comunidade, e ela pegou o início da guerra, e lá no início, início mesmo, o chefe conhecia a família e sabia que era de uma índole boa. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Essa possibilidade de dialogar com os traficantes é conhecida pelos moradores como “desenrolar”, e, na maior parte dos casos, se baseia na condição de morador, “pessoa de bem”, “trabalhador”. Esse recurso utilizado pelos moradores é uma forma de “ajustamento” à necessidade de conviver com duas ordens sociais diferentes, que visa a minimizar os riscos envolvidos na relação com o tráfico. Outro grupo de recursos utilizados pelos moradores reside no emprego de uma postura defensiva, com a prevenção de confrontos e adoção de uma fronteira simbólica de atitudes associadas ao tráfico, como fumar maconha. Trata-se de uma forma de afirmar sua condição de “trabalhador” e “pessoa de bem”. Os dois tipos de recurso se interligavam, constituindo as formas de lidar com a violência que atingia aos moradores e seus familiares (LEITE, 2008). Dessa forma, o morador, ao manter uma imagem que agregasse as condições de “morador”, “pessoa de bem”, “trabalhador”, que “não é x-9”, aumentaria suas chances de conseguir reduzir danos que o encontro com os traficantes pudessem acarretar. Dois moradores entrevistados conseguiram reverter sentenças de morte, após “desenrolar” com o tráfico, que deu permissão para que ambos voltassem a viver no morro.

Gastei um tempo fora, depois vim, como diz na gíria, desenrolar essas coisas com eles. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

Passei o que, uns quatro, cinco dias fora do morro, até conseguir, eu conseguir falar com a pessoa responsável, até eu ter certeza que eu podia ir falar com ele. Alessandro, 34 anos, desempregado, separado, 3 filhos.

Na medida em que o uso desses recursos garantiram a resolução de conflitos e a redução da violência a que os moradores estavam sujeitos, estes passaram a representar uma fonte de segurança psicológica e física, ainda que parcial, aos moradores.

A segurança psicológica e a física se influenciam mutuamente, uma vez que a segurança psicológica é o somatório subjetivo dos riscos que um indivíduo corre a cada atividade. Dessa forma, a manutenção da integridade física de um sujeito ao longo do tempo, sua segurança física, vai influenciar seu nível de segurança psicológica (KARK & CARMELI, 2009; EGGERS, 2011). Vamos, portanto, nomear de “segurança física” todos os ganhos em segurança que não sejam da ordem psicológica, como a segurança habitacional, que a família de Vivian (23 anos) conseguia por ser reconhecida pelos traficantes como moradores de boa índole, ou a própria sobrevivência, que Alessandro (34 anos) e Evanir (67 anos) lograram assegurar após “desenrolar” com os traficantes. Reconheceremos que o recurso de “desenrolar” utilizado para garantir segurança física dos moradores, ao garantir menos riscos de vida, também aumentou a segurança psicológica destes.

Nesse cenário, o tráfico conferia àqueles reconhecidos como “moradores” algumas permissões gerais, como o direito de entrar e transitar na favela sem ser interceptado, e outras mais restritas, como fazer reclamações e eventualmente ser atendido, até a chance de poder argumentar diante de sentenças de morte e brigas entre moradores.

Como eu tava te falando, tinha alguns que eram os ajudantes deles, que era mais marrento, gostava de fazer abuso com as meninas e tudo mais. Mas era só a gente chegar e conversar com o chefe deles que eles abaixavam a bola. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Entretanto, essa segurança oriunda do reconhecimento da condição de morador, tinha limitações. Pois não retirava os moradores de uma posição de dominação imposta pelo convívio com os traficantes, “portadores” da ordem social nomeada de sociabilidade violenta (SILVA, 2004; 2008). Essa posição de dominação era conservada através de demonstrações de força, como torturas e execuções, que passavam aos moradores a ideia de que a insubordinação poderia ser letal (SILVA E LEITE, 2008). O reconhecimento não evitava que os moradores fossem obrigados a acatar decisões do tráfico, como abrigar em suas casas traficantes. Não garantia, tampouco, que estes deixariam de correr

risco de vida, fato comprovado com o relato de dois entrevistados, que tiveram de sair do morro porque foram ameaçados de morte por traficantes locais.

O caráter limitado dessa segurança pelo reconhecimento não reduzia sua importância, uma vez que esta havia se tornado, juntamente com a existência de fé em Deus, uma das poucas fontes de segurança psicológica a que os moradores tinham acesso. Assim, a condição de morador, de familiar ou amigo de um morador, foi incorporada aos códigos locais, e se tornou um argumento utilizado por moradores para se proteger das ações do tráfico. Assim, alguns moradores adotaram práticas cotidianas baseadas nessa ideia. Como exemplifica Alessandro:

Mas tinha aquela velha prática que toda vez que eu ia levar alguém lá eu fazia questão de passar na boca, quando não conheciam: “iaí, esse aqui é amigo, ô tá”, dava uma apresentada, “não, tranquilo, tá com o Ale, pode subir”, porque as vezes é difícil, porque as vezes tu tá com uma pessoa e o cara cisma. Como aconteceu com meu tio. Levou o pessoal aqui da rua, chegou lá não falou nada com ninguém. Os caras bateram no meu tio, o pessoal aqui, pensou que o pessoal era polícia, passaram mal momento o pessoal daqui, tem até um que é taxista o Cristiano, passou mal momento, apanhou de bobeira. Eu não, fazia questão de passar onde tava e falava: “vô te mostrar onde é a boca, AH! Não, não, vou te mostrar. Já lá apresentava, esse é fulano”, só pra pessoa olhar, ah não, tá com o Ale, pode subir, pode subir, tranquilo. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Atualmente, o significado de ser conhecido como morador como fonte de segurança psicológica e física pode ser observado nas falas dos entrevistados, quando estes se referem a sua relação com os policiais da UPP. Os moradores conferem grande peso à relação social como fonte de segurança psicológica e física no trato cotidiano com os policiais da UPP. Esse comportamento representa a continuidade de um código utilizado anteriormente no diálogo com o tráfico de drogas.

O fato de pode ser reconhecido, ter um relacionamento cordial ou até um laço de amizade com os policiais da UPP é compreendido como fator de proteção pelos moradores, pois garantiriam que estes não sejam confundidos com traficantes e por isso sejam eximidos de revistas e atitudes desrespeitosas por parte dos policiais. Como vemos no exemplo a seguir:

Olha, os que tão antigo lá, eles já conhecem todos os morador. Eles não mexem com quem não tem nada a ver. Tem uns antigo lá que se ele mexer com a pessoa e tu passar e falar: “que absurdo”, eu vou te catucar e falar: “ele sabe o que tá fazendo”. Agora, os novo, eles quer mostrar trabalho. Ai eles se confunde um pouco, como aconteceu com meu amigo Wuendeu. Pegaram, jogaram tudo da bolsa dele no chão e depois queriam que ele arrumasse. Ele falou e teve que arrumar, porque ele falou e o cara ainda achou que ele tava errado, mas os que tão lá há mais tempo, que a gente já tem até um relacionamento, amizade, são tranquilo.

E: Ah! Então você acha que os policiais mais antigos são mais tranquilos que os novos?

A: Os que tão lá mais tempo? Muito melhor.

E: Mas, assim, mais tempo de antes da UPP?

A: Não, mais tempo na UPP. Foram colocados há mais tempo.

Os que ia antes não sabia quem era quem. Agora eles sabem a hora que tu desce. Eu já tomei dura de policial porque ele não me conhecia, “nunca te vi no morro”. Porque eu trabalho. Agora tem muita diferença. Hoje eles conhece. Tem um relacionamento. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Nesse caso, Alessandro (34 anos) se sente seguro não em razão de reconhecer e confiar que seus direitos serão respeitados, e sim porque confia na relação que tem com os policiais da UPP. Confia que os policiais da UPP o reconhecerão como um morador, e também como “trabalhador”. Esse reconhecimento restaura a fronteira entre traficantes e moradores, enfraquecida após a instalação da UPP, em razão da transformação na forma de atuação do tráfico. Diante da ausência de porte de arma e da intenção dos traficantes de se manterem anônimos, as diferenças entre um morador e um traficante foram reduzidas, fazendo com que todos os moradores jovens ficassem sob suspeita para os policiais da UPP.

A segurança oriunda de ser reconhecido como morador é tão limitada, enquanto recurso, na relação com os policiais quanto era para lidar com o tráfico. Atualmente, sua eficácia depende da permanência dos mesmos policiais na UPP. Diante de um policial novo, Alessandro (34 anos) não tem o mesmo nível de segurança psicológica. Esse quadro sugere que pode estar se reproduzindo entre os policiais da UPP e os moradores a mesma

dinâmica que existia entre os traficantes e os moradores: uma relação de segurança psicológica e física parcial, que se baseia nas relações pessoais. Observam-se as seguintes características nas falas dos entrevistados: baixa frequência de referências a direitos; relatos de abuso policial; e imposição unilateral, às vezes personalista, de limites à vida cotidiana dos moradores.

Existe, porém, a diferença de que, atualmente, essa relação tem origem na desconfiança dos policiais sobre determinados grupos de moradores; e no enfraquecimento das fronteiras visíveis entre moradores e traficantes, como o fim do porte de armas. Ademais, essa postura não é conservada pelo medo dos moradores de que a insubordinação leve à morte, mas por uma combinação de fatores: primeiro, os moradores sentem que suas vidas melhoraram com a instalação da UPP; segundo, os casos de abuso são pontuais e não representam um padrão; terceiro, os casos de abuso relatados não geravam risco de vida ou danos sérios a saúde; quarto, o nível de segurança psicológica dos moradores aumentou com a instalação da UPP; quinto, a presença da UPP é associada a obras de infraestrutura e fornecimento de serviços com melhor qualidade. Deve-se, ainda, observar: o quase inexistente acesso a vias de denúncia; e por último, os moradores que se posicionam contrários a UPP são desacreditados interna e externamente.

Alguns desses fatores podem ser percebidos na fala de Alessandro (34 anos), que demonstra a importância da relação interpessoal com os policiais, bem como a baixa frequência das ações abusivas e seu caráter pouco violento.

Eu, pessoalmente, só tive problema com um que era novo. Na época, sempre de arrogância. Eu sem camisa, só de short. Ele mandando eu levantar a camisa. Eu, “rapaz tô sem camisa”. Eu voltando do treino, que eu faço artes marciais. Ele querendo que eu levantasse a camisa, eu sem camisa, e ele achou que isso foi ironia. Me obrigou a deitar. Foi o único problema que eu tive, mas nenhum. Isso já tem pra mais de três, quatro anos de UPP lá e eu nada mais pra falar. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

O caso narrado por Alessandro (34 anos) expõe uma situação em que os policiais exigem obediência às suas ordens, ainda que arbitrárias. A relação entre moradores e policiais é permeada por uma desconfiança mútua, que gera tensões. Estas são uma espécie de negociação entre a obediência esperada pelos policiais da UPP, que tentam impor sua autoridade, e a que os moradores estão dispostos a conceder, e podem culminar em um caso de desacato policial (CANO, 2012).

A posição de submissão dos moradores aos policiais demonstra que, ainda que já não existam mais duas ordens sociais compartilhando o mesmo território, a relação dos moradores com a ordem social oficial, representada pelo Estado, não é mediada pela noção de cidadania. A atuação policial não tem caráter homogêneo e impessoal. É discriminatória, por exemplo, no tratamento concedido a moradores que não são imediatamente reconhecidos, especialmente, homens e jovens. Essa heterogeneidade evidencia que a conduta policial ainda é influenciada por uma postura de enfrentamento a determinados grupos.

Essa postura é agravada por representar a continuidade de um risco maior de vida aos indivíduos do sexo masculino, na faixa etária jovem, que moram nas favelas. Trata-se do grupo mais vulnerável a morte por assassinato na cidade do Rio de Janeiro. Entre jovens do sexo masculino, a taxa de homicídios é quatro vezes maior (100 por 100 mil habitantes) do que a média da cidade (27 por 100 mil habitantes); quando a cor da pele (negros) e o território (favelas e subúrbios) são considerados, a taxa de homicídios passa para 250 por 100 mil habitantes. Os moradores entrevistados relataram não haver distinção na atuação policial em relação a cor da pele. O mesmo não acontece em relação ao sexo, idade e a gostos musicais (DACACH, 2009; RAMOS, 2011).

Esse quadro esclarece os motivos que levam Evanir (67 anos) a acreditar que a existência de uma relação de familiaridade entre policiais e moradores é tão importante que deveria ser priorizada, ainda que isso significasse um risco maior de corrupção policial.

Eu acho que buscar mais gerar essa confiança, ser comunidade. Acho que troca-se muito as pessoas. Não sei se isso é positivo, se é positivo, se é negativo, medo que pode haver até corrupção, nesse sentido e tudo. Mas acho que ser comunidade, eu acho que isso é muito importante. Ter um vínculo de amizade, por outro lado, isso pode ser ruim, de dar corrupção, mas isso é muito bom, porque já sabe quem é quem. Evita confronto. Evita brigas. Torna-se ambiente familiar, no ser comunidade é muito importante. Eu daria essa sugestão, né, que eles se aproximassem mais, se oferecesse mais para a comunidade. Tá sempre solícito, né? Então isso seria muito interessante pra nossa comunidade. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

Evanir (67 anos) revela que, diante de uma escolha, a ausência de corrupção policial seria preterida face à segurança de saber-se conhecido dos policiais. Aparentemente, a ausência de casos de corrupção e a mudança de postura de parte do efetivo policial, narrados pelos

moradores, não é suficiente para gerar uma relação de confiança mútua entre policiais e moradores.

Estudos realizados sobre outros modelos de policiamento permanente, como os GPAEs, revelam que a permanência dos mesmos policiais na favela faz com que a polícia e os moradores se reconheçam, o que reduz o peso dos estereótipos na relação entre policiais e moradores e garante um controle social mútuo (MORALES & CANO, 2007).

Faz-se necessário enfatizar que os moradores entrevistados não relataram temer agressões ou riscos à própria vida quando falaram de sua relação com a polícia. Ao contrário, relataram uma relação cordial, muito menos violenta e corrupta por parte dos policiais da UPP, em comparação com os policiais que atuavam em incursões na favela antes da UPP.

Os homens jovens entrevistados se sentem seguros quanto a sua integridade física, temem entretanto, humilhações e revistas agressivas. Assim, sentem-se seguros psicologicamente desde que sejam conhecidos pelos policiais como morador e “trabalhador”. Mulheres e idosos, não temem por si, mas por seus filhos e demais familiares que se enquadrem no perfil de homens, jovens, com hábitos associáveis ao de um funkeiro ou de um rapper. Nesse caso, não é preciso vinculação real a grupos ou a movimentos, o reconhecimento é feito através de roupas, gírias e músicas.

4.3.2. Implicações da gestão da UPP

A postura dos Comandantes da UPP é um dos fatores que definem a credibilidade dos moradores no que se refere ao programa. De acordo com os entrevistados a gestão da UPP muda conforme seu comandante, o que pode, em alguns casos, culminar em ações com caráter personalista e sem respaldo legal. Ao se referir à UPP, os entrevistados, na maior parte do tempo, fazem uma distinção temporal, baseada na mudança de comandantes, relatando características e avaliações distintas do programa.

UPP que eu gostei muito foi a da Priscila. Aquela é uma grande mulher. Caraca, essa mulher representou. Foi ela que botou a orde aqui. Ela num tinha medo de ser feliz. Ela ia na casa dos outros, ela ia pra conversar, pra resolver. Mulher miudinha mas danada. A força da mulher é muito maior, né? Era muito bom com ela aqui. Com ela foi muito bom, achei a força da mulher fora de sério. Nossa, ela representou. Ela botava a lei, nego xingava ela.

Vagabundo xingava ela. Dava ali a moral até neles. Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.

Ao analisar a UPP, Jurema (65 anos) se refere a uma fase de dois anos, que vai do início da UPP até março de 2011, em que gostou do trabalho da UPP. Quando esta era comandada pela capitã Priscila Azevedo, e chama esta fase de “UPP da Priscila”. É possível perceber que a eficiência do trabalho da UPP foi atribuída exclusivamente à postura da comandante. Características como a proximidade com os moradores e o combate firme à criminalidade são atribuídas à antiga Comandante, e lembradas como parte da fase inicial de implantação da UPP.

Enquanto tinha a Priscila lá, sabe aquele garoto que falou mal da Priscila. Porque a Priscila pegava duro. Negócio de festa ela pegava duro. Tá tendo uma festa? Tá tendo proibidão? Ela ia lá, parou. Se botar música decente vai ter festa. Do contrário não tem, ah! Saiu um garoto da prisão aí já tá fazendo merda? Alguém ligava e denunciava. Onde é que ele mora? No outro dia, ela tava lá: “ô, se tu fizer besteira, eu vou te prender”. Aconteceu isso com o garoto: ficou andando lá ameaçando os outros armado. O único depois da UPP, ficou andando armado. Foram lá e prenderam ele. Nem a mãe dele vai visitar ele. Falou: “não quer tomar jeito? Deixa lá”. A gente desacreditamos um pouquinho por causa da Priscila. Ela saiu. Por que tiraram ela? Quando a Priscila tá lá, nego chama ela de mamãe, a mamãe tá aí, aí ô, bora meter o pé. Ah, agora botaram um cara [atual Comandante da UPP- Tenente Gabriel Cavalcanti] lá. O cara só vai lá quando tem festa, que vai chamar atenção. O cara que tá lá, o capitão que tá lá, é só pra isso. Antes funcionava, funcionava. Minha filha tá lá. Eu cheguei. Eu só olho, era assim. Nego não gostava da Priscila porque ela pegava duro. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

O relato do Alessandro (34 anos) revela que a falta de consistência na atuação dos comandantes da UPP altera a percepção dos moradores sobre a eficiência do programa, o que reforça uma imagem de que a UPP enquanto programa seria passível de uma “personalização”. Essa associação entre a eficiência da atuação dos policiais da UPP do Santa Marta e a Comandante Priscila Azevedo está presente na fala de idosos e adultos. Os jovens reconhecem uma diminuição no número de rondas policiais e na motivação dos policiais para coibir o tráfico de drogas, sem, contudo, associar essa mudança à troca de Comandantes.

Um dos principais diferenciais da política das UPPs é a existência de um comandante local para cada unidade. Ao contrário do policiamento que era feito anteriormente, não há submissão ao batalhão que faz o policiamento do bairro em que a favela está inserida. O comandante da UPP se submete ao comando geral das UPPs (OST, 2012). A relação entre os moradores e policiais muda de uma UPP para outra, principalmente em função das diferentes condutas adotadas pelos Comandantes (CANO, 2012).

Os moradores entrevistados preferem comandantes que se façam presentes, com atenção especial a qualquer nova movimentação do tráfico de drogas. Atribuem essa preferência à percepção de que existe um contraste com a atitude corrupta da PM antes da UPP. Dessa maneira, o comandante que faz um controle rígido sobre todos os eventos e todos os frequentadores da favela é visto como eficiente. O único caso de agressão policial relatado durante as entrevistas foi direcionado a um traficante, e narrado como uma atitude positiva por parte da polícia, que estava finalmente sendo firme com o tráfico.

É aquilo ali, de vez em quando você passa, aqueles garoto tão apanhando da polícia. Não tem flagrante nenhum. A polícia vai levar preso pra que? Então dá uns tapa neles, chega a ser engraçado: “me bate não, tio”, “sou seu tio?” E toma-lhe porrada: “senhor”, “senhor tá no céu”, e toma pancada. Dá pena, chega ser engraçado. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Nenhum dos entrevistados fez menção à necessidade dos policiais tratarem bem, ou seja, respeitarem os direitos dos traficantes. Entretanto, apesar de aprovarem abordagens agressivas a traficantes, os moradores, temem ser confundidos ou está próximo a estes no momento da abordagem.

Quando questionados sobre a forma de atuação dos policiais, quatro entrevistados reclamaram que houve uma redução no número e no nível de rigidez das rondas policiais. Essa redução, na opinião deles, estaria motivando o aumento da venda de drogas na favela.

Eles ficam lá em cima, ficam na entrada. Ali, na escadaria que você desceu, na tua esquerda, tem um posto de polícia. Não sei se você reparou. Eu despedi de você, de um lado tem o negócio da tinta coral, do outro tem o posto. Tem lá embaixo, ali, no canto, no outro caminho do canto, e lá perto de casa. Mas antes eles andava muito. Hoje em dia, “andar pra que?” “A gente anda, os cara volta depois”. Aliviaram muito, aliviaram. Eu acho que se eles tivessem

apertando um pouco mais estaria melhor, mas. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Eu acho que poderia ter mais ronda policial, pelo menos duas por dia, de repente uma pela manhã e uma tarde. O que eu vejo é troca de plantão. Deu tal hora troca o plantão. Meia noite troca o plantão. O número de policiais eu acho que reduziu muito, porque tá havendo outras pacificações em outras comunidades, então o que tá acontecendo: isso tá dando um espaço para a droga entrar mais forte. Não arma, não violência, mas as drogas tá tendo muito espaço pra isso. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Não, no começo ficava. Todo lugar você via um policial. Hoje em dia não, você vê um aqui outro lá. Acredito que ali embaixo no começo tem muito porque ali já tinha um DPO já, um postozinho. É pra achar que tá salvo, mas passou dali continua um pouco a realidade, e hoje tá a mesma coisa. Vinícius, 23 anos, desempregado, 1 filho.

A gente sobe a noite de carro, de moto, eles não param mais. Eles parava pra perguntar pra onde que tá indo, onde mora, mas agora eles não perguntam não. Eles agora também não pergunta mais nada não. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

As falas indicam uma comparação entre os primeiros anos após a instalação da UPP (Comando da Capitã Priscila) – com ênfase nas práticas de ronda e revista realizadas pelos policiais então -, com a época atual (sobre Comando do Tenente Gabriel Cavalcante), identificada pelos moradores como uma atuação mais desatenta dos policiais e com a volta da venda de drogas. Além disso, os moradores acreditam que a troca constante de policiais atrapalha o combate ao tráfico, uma vez que os policiais não conhecem bem a favela e seus moradores.

Outra crítica relacionada à postura adotada pelos policiais atualmente diz respeito à aleatoriedade de suas ações. Alessandro (34 anos) faz referência, em sua fala, a um determinado plantão, ou seja, a um grupo de policiais que são escalados para trabalhar juntos em determinados dias, e que, diante de uma brincadeira de alguns moradores, teriam começado a agir de forma autoritária.

Um certo plantão que os cara lá do morro chama ele de o plantão do “vai mamar o bonde”. Aí o que acontece, se tu tiver a infelicidade de cantar essa música na hora que eles tiver passando, vai ter problema. “Vai mamar o bonde, vai mamar o bonde” [CANTA]. Esses funk doido. E isso acontece e

chega a ser engraçado, e eu nem sabia disso. Quando eu fui na festa lá, tava tocando essa música. Os cara chegaram e acabaram com a festa. Acabou a festa, aí eu, “por que?” Aí o cara falou, “não, é porque o apelido dele é vai mamar o bonde”. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

A situação narrada por Alessandro (34 anos), em que um policial interrompe uma festa por conta de uma insinuação quanto a sua masculinidade, ilustra quão personalista pode ser a atuação dos policiais da UPP. Apesar do interesse ou não dos donos da festa de provocar o referido policial colocando essa música, o ato de tocá-la por si só não se configura razão para impor o encerramento de uma festa. Revela, ainda, que a atuação dos policiais da UPP às vezes se baseia em motivações puramente pessoais, para além das já criticadas atitudes baseadas na ideia de ordem, que se desvinculam do combate ao crime e invadem a rotina dos moradores (FLEURY, 2012). Exemplos desse tipo de atuação são: a definição sobre o volume do som em festas e a limitação da operação de moto-táxis em favelas com UPP.

Quando as decisões sobre a regulação de aspectos da vida cotidiana das favelas são tomadas de forma unilateral, e sem base legal, existe o risco de que o Comandante da UPP assuma, em parte, o papel de “Dono do Morro” (CANO, 2012). Nesse caso, o apoio concedido pelos entrevistados a uma postura rígida por parte dos comandantes da UPP – que inclui uma validação de agressões a traficantes - pode levar à invasão da ação policial em diversos aspectos da vida cotidiana.

Em agosto de 2012, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou um serviço de Disque Denúncia exclusivo para informações relativas às UPPs, nomeado de Disque UPP e com garantias de anonimato dos denunciantes. O serviço funciona através do número (21) 2334-7599. Entretanto, nenhum dos moradores entrevistados tinha conhecimento sobre o Disque UPP. A única forma utilizada pelos entrevistados para se comunicar com a UPP eram ligações para o telefone de sua sede, e apenas para realizar denúncias sobre crimes. Não houve referências a denúncias feitas sobre a atuação policial.

Quando questionados sobre o que pensam a respeito da afirmação do Governo Estadual de que o Santa Marta estaria pacificado, dois entrevistados fizeram ressalvas relacionadas à permanência do tráfico de drogas.

Cê me pegou bem, mas é, tá, em termo. Porque tem o tóxico. (Faz sinal, com a mão como se fosse fumar um cigarro). Jurema, 65 anos, dona de casa, 2 filhos.

Eu acho que falta acabar a droga, apesar que eu acho que isso é ilusão, só em sonho isso vai acontecer. Eu acho que em qualquer comunidade pacificada que nós formos hoje e dizer naquela comunidade ali não existe droga, por que eu acho que vai existir, mas se isso acontecer, se essa coisa de haver mais rondas dos policiais, se tiver um combate maior a isso, aí sim. Aí ia ser pacificado mesmo. Vivian, 23 anos, dona de casa, 1 filho.

Os moradores demonstram que suas expectativas em relação ao programa das UPPs não se limitam ao fim do domínio territorial e à diminuição da violência. A continuidade do tráfico de drogas é identificada como uma falha na gestão atual da UPP, uma vez que o tráfico praticamente desapareceu no início do programa. Por esse motivo, os moradores entrevistados preferem comandantes mais rígidos e presentes, pois acreditam que estes poderiam agir mais rapidamente frente às ações do tráfico de drogas. Quando manifestam sua aprovação a determinado comandante, estão também informando que tipo de atuação esperam dos policiais da UPP, o que certamente está ligado a um combate contínuo e firme do tráfico de drogas.

A personalização do programa das UPPs, seja através da postura do Comandante da unidade, seja de atitudes pontuais dos policiais, afeta a credibilidade que os moradores têm no programa e faz com que estes temam pela volta do tráfico de drogas. Além disso, a existência de atitudes personalistas por parte dos policiais, que extrapolam a competência da autoridade policial, expõe a necessidade de se reavaliar as estratégias de treinamento e formação dos quadros atuantes nas UPPs.

4.3.3. A resistência à UPP e a confiança entre vizinhos

A prática de atitudes preconceituosas ou desrespeitosas por alguns policiais foram justificadas por três moradoras como sendo uma reação à “resistência” de parte dos moradores à instalação da UPP. Essa “resistência” foi caracterizada como um movimento de parte dos moradores, em sua maioria mulheres e adolescentes, que inclui agressões verbais e físicas aos policiais e pichações em muros da favela com frases desafiadoras. Questionada se os policiais tratavam aos moradores de forma respeitosa, Fabiane (34 anos) explica essa relação:

Respeita. Tem uns que respeita, mas tem outros que não. Porque tem vez que o morador que passa e joga piada, que xinga. Eles respeita, mas cabe também ao morador respeitar. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Quando questionados sobre o fato de alguns moradores não gostarem da UPP, os entrevistados tendem a desacreditar essas pessoas. Em primeiro lugar, afirmam que os moradores que são contra a UPP teriam algum nível de envolvimento com o tráfico:

Eu acho que são pessoas que teve ou tem até hoje envolvimento com o tráfico. Até famílias, até mulheres você vai encontrar dizendo a palavra, a UPP é o Caralho. E eu escuto isso de mulheres, de garotas que eu sei que gostaria que ainda tivesse porque tem namorado, essa coisa toda, infelizmente. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Há ainda associações da resistência a UPP com um gosto pela “bagunça”, pela ausência de cumprimento das leis produzida pelo domínio do tráfico. Como vemos na fala de Alessandro (34 anos):

Cara, a cabeça de cada um é complicado compreender. Eu vejo do seguinte ponto de vista: muitas pessoas tinha um envolvimento, tinha um parente envolvido, aí tinha um certo poder. Outras pessoas perderam a liberdade. Antigamente tinha vagabundo, mas tinha liberdade de ir pra baile fazer isso, fazer aquilo. Tem pessoa que tem pinima com a polícia. Alguns não gosta da polícia. Agora a polícia quer te dar uma geral, o cara quer agir com ironia. Você tá sendo irônico comigo, como algumas vez já falaram, tem pessoa que não gosta mesmo. Dessas três coisas, uma é gostar da bagunça. Ah, pode sair. Ah, vai ter baile aqui. Desculpa. O que eu vou falar, vai ser meio pesado, mas o cara tinha liberdade de pegar uma menina e transar com a menina no meio do caminho. Hoje em dia, se transar e a polícia passar, vai preso filho. Agora o pessoal gostava de bagunça, baile na segunda, baile na terça, baile na quarta, aquela coisa, ninguém dormia. Ali perto da quadra, ninguém dormia e tinha que trabalhar. É, por causa disso. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Nesse quadro, os entrevistados desacreditam os vizinhos que falam mal da UPP como se isso significasse necessariamente algum nível de envolvimento com o tráfico ou o desejo de viver em território sem leis.

No grupo de entrevistados, cinco moradores são a favor da continuidade da UPP, e uma moradora diz não se importar com eventual fracasso da UPP. Entretanto, todos são

críticos a diversos aspectos do programa, como a falta de obras de urbanização, a imposição de regras à vida cotidiana pelos policiais, a continuidade do tráfico de drogas, entre outros problemas citados ao longo desta dissertação. Fica evidente que os moradores entrevistados percebem diferenças entre os moradores que apoiam os objetivos das UPPs e fazem críticas buscando seu aperfeiçoamento, e aqueles que criticam porque querem a saída da UPP.

4.3.4. Criminalidade na UPP do Santa Marta

Quando questionados sobre a qualidade de vida, alguns moradores relataram temer que a incidência de crimes comuns aumentasse diante da ausência dos “castigos” que o tráfico empregava. Apenas dois entrevistados apontaram a diminuição dos casos de violência doméstica, e a definiram como um fator positivo da instalação da UPP.

Por exemplo, diminuiu o número de violência contra a mulher. As mulheres, quando o esposo tá batendo, elas ligam pra UPP, olha tá acontecendo isso. Evanir, 67 anos, pastor, casado, 1 filha.

A instalação da UPP parece ter facilitado o cumprimento de algumas leis, como a lei Maria da Penha por exemplo. As falas dos dois entrevistados revelam que parte dos moradores já sente segura para fazer denúncias à polícia. E o mais importante, essas denúncias foram atendidas. A capacidade de buscar ajudar é sintomática da existência de um ambiente que oferece segurança psicológica, ou seja, o indivíduo consegue se expressar sem que isso seja fonte de estresse contínuo ou risco de vida (EGGER, 2011; EDMONDSON, 2004; VOGELGESANG, 2007).

Fabiane (34 anos) afirma que só parou de sofrer agressões do marido após a instalação da UPP, pois o mesmo passou a temer a prisão. Questionada sobre a interferência dos traficantes nas agressões, afirma que, por seu marido ter envolvimento com o tráfico, os outros não interferiam na relação deles.

Quando chegou, eu tava lavando roupa ali no tanque, que ficava ali atrás. O vizinho aqui parou pra conversar. Quando ele viu eu rindo, já veio pra cima do vizinho, deu um puxão no meu cabelo, me botou pra dentro de casa. As criança chorava. Ele vira bicho. Aí eu tenho uma colega aqui de cima, que a filha dela estuda com a minha mais velha. Ela ouviu os grito. Foi e ligou lá na UPP. Aí eles vieram aqui, comecei a passar mal, achei que ele ia enfrentar eles. O policial entrou aqui. Falou que não podia mais bater em mulher no

morro. Pegou a arma, e ele gritando que aqui não entrava. Eu desmaiei, chamaram lá minha mãe. Aí eles perguntou se eu queria que ele sátsse, e eu falei pra ele que queria, mas depois disso nós separou. Ele foi lá pra cima. Graças a Deus, tá uma benção. Antes vivia um inferno aqui, esses remédio tudinho aí foi ele. Foi perturbação na minha cabeça. Era tipo que nem uma perturbação que fazia ele assim. Agora, graças a Deus que isso acabou. Tem vez que ele briga, mas não bate mais não. Depois da UPP, teve só essa vez que a polícia entrou aqui. Foi só depois disso aí que eu tive paz, porque o polícia falou, se bater vai pra cadeia na hora. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

As mulheres ocupam uma posição social de maior vulnerabilidade para casos de violência interpessoal, seja no âmbito privado ou no público (BRESLAU ET AL. 1999). A reincidência de casos de violência interpessoal aumenta as chances de que o indivíduo desenvolva Traumas e Transtorno de Estresse Pós Traumático. Dessa maneira, a redução dos casos de violência doméstica deve ser compreendido como um ganho em termos de saúde física e psicológica.

O domínio territorial exercido anteriormente pelos traficantes se configurava como um obstáculo ao cumprimento das leis, porque o simples fato de ligar para a polícia representava risco de vida (LEEDS, 1998; STROZEMBERG, 2010). Como pode ser percebido na fala de Alessandro (34 anos)

A pessoa ligava. Tinha guerra. A pessoa pegava celular e ligava, num desespero. Mas às vezes, se tu ligasse, a polícia ia fazer o que? Tinha alguém que ia ser morto pelo tráfico. A polícia ia fazer o que? É que nem aqui, tu liga pra polícia. Tá tendo uma confusão aqui no meu prédio, eles vão chegar uma hora depois. Uma hora depois a pessoa já tinha sido morta. A polícia não tinha acesso porque sabia que ia ter represália, e você não ia ligar com medo da polícia chegar lá e dizer foi telefone tal que ligou, liga lá pra saber quem é. Tinha assim toda essa dificuldade, né. Não fala com a polícia. Não fala com polícia. Se perguntar qualquer coisa, tu não sabe, pra evitar de problemas. Questão não era nem sobreviver, era evitar problemas. De repente, o cara não ia fazer nada, mas o cara ia na tua casa. Ia esculhambar teu pai. A gente já pensava assim, “ai meu pai”. A gente tinha essa coisa, não fale nada. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3filhos.

No entanto, Alessandro (34 anos) fala de seu receio de que a incidência de outras modalidades de crime aumentem no morro.

O único receio que eu tenho, que eu até pulei essa parte, é que, quando tinha o tráfico no morro, a chance de estupro era menor, o perigo. Roubo, não tinha roubo, tinha, sempre teve, tanto que morria no morro porque roubou. Então o medo hoje é esse. Eu quando vou sair, e quando a mãe dos meus filhos vai sair, tem eu e uns vizinho lá, que a gente fala, “quando um sai, o outro olha a casa do outro valeu?” A gente crescemos junto. Isso entendeu? Não tinha, teve uma vez que tinha dois cara andando pra lá e pra cá, eu só olhando, dois cara nordestino. Nada contra nordestino que minha família é, olhei aqui assim, os cara olhando as menina, eu: “qual o problema, meu irmão?” O cara: “Hã?”. “Qual é o seu problema?”, “não, não”, “tá olhando muito o que? Tu é polícia?”. A outra vizinha: “o que foi Alessandro”; “Não é que tem uns cara olhando as criança aqui muito”. Daqui a pouco veio um vizinho, veio outro, daqui a pouco tinha um monte. O cara nunca mais apareceu, vai lá que um cara desse segura uma menina, e aí? Esse é o medo, mas é uma faca de dois gumes. Mas com a UPP o peso é a favor. Tem isso, se você vai derrubar uma casa, alguma coisa vai ficar. Ah, vai derrubar? Bum, essa coluna ficou, mas a maioria caiu, mas a única desvantagem é essa. Desvantagem não, que eu falo que morro com traficante também tem estupro, que morre estuprador em morro. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

A fala de Alessandro (34 anos) indica que este não se sente seguro de que os policiais iriam protegê-lo de outras modalidades de crime, uma vez que não existem mais os castigos aplicados pelo tráfico. Em alguns trechos de sua fala, Alessandro (34 anos) pondera que essas modalidades de crime existiam antes, entretanto, eram punidas com a morte, o que fazia com que a prática de crimes na favela tivesse um custo muito maior. Fabiane (34 anos) revela que antes os casos de roubo que aconteciam na favela eram punidos pelo tráfico com o corte de dedos ou da mão, e que todos os moradores sabiam disso.

Os menino aqui do morro, eles matava, arrancaram a cabeça, arrancava os dedo. O menino aqui do lado, ele pegou o dinheiro deles, o Alessandro tava lá em cima no campinho, carregando material da obra. Aí ele viu dando a machadada e arrancando esses dedo aqui do menino. Ele de vez de falar que pegou o dinheiro, os menino falou: “se você quisesse o dinheiro você chegava em cima da gente e perguntava, você podia me arrumar tanto que eu tô precisando”. Não precisava pegar, ele escondeu de baixo dessa casa aqui de tijolo. Aí depois de muito tempo, ficou sem os dedos, que ele veio falar que tava escondido. Ele precisou apanhar. Ficar sem o dedo, cortado o dedo, para depois falar. Fabiane, 34 anos, dona de casa, casada, 3 filhos.

Na fala dos entrevistados percebe-se certa desconfiança em qualquer formato de policiamento que não seja tão rígido quanto às punições antes implementadas pelo tráfico. Ignácio Cano (2012) apontam que essa ausência do “dono do morro” e de suas punições é um dos fatores por trás do aumento no número de registro de ocorrências nas áreas com UPP. Outro fator seria o não registro de ocorrências antes da instalação da UPP, por medo de uma reação do tráfico.

Para os moradores entrevistados, os “castigos” do tráfico representavam, em diferentes situações, um empecilho para que houvesse um sentimento de segurança psicológica. Em outros casos, como na punição de crimes comuns, o efeito era o oposto. Parte da segurança psicológica de que os moradores dispunham antes da UPP advinha da certeza de que todos naquela região sabiam que um crime cometido na favela não ficaria impune. Dessa forma, os moradores não temiam roubos a pedestres dentro da favela, por exemplo. A violência na favela era protagonizada pelo tráfico e pela polícia.

Um dos entrevistados apontou que os moradores recorriam ao tráfico para resolver problemas pessoais. Os demais entrevistados afirmaram que evitavam recorrer ao tráfico por temer os resultados desse contato.

Tinha uma época que eles interferiam nas brigas de casais. Isso era muito ruim, então, se o marido e a mulher brigasse e o marido bate-se na mulher, se a mulher fosse lá, o que acontecia muito disso, o que hoje é, normalmente a gente vai numa delegacia dá parte do esposo. Aqui era o contrário. A mulher ia até a boca de fumo dá parte. Sempre acontecia do esposo levar uma surra, sei lá, quebrar uma perna pro cara apreender a lição, e se a mulher que traísse o esposo, a mulher tinha a cabeça raspada. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

Esse tipo de interferência do tráfico na resolução de conflitos era uma espécie de contra partida pelo “anonimato” que os moradores ofereciam ao não realizar denúncias (LEEDS, 1998). Representava um distanciamento entre os moradores e as vias formais de segurança, que não podiam ser acionadas, ainda que para a resolução de questões pessoais. Levar a polícia para a favela era uma atitude conflitante com os interesses do tráfico, o que era compreendido por todos os moradores como uma espécie de regra oculta.

Com a instalação da UPP, os moradores perderam a atuação do tráfico como inibidor de crimes comuns. Essa referência gerava um sentimento de segurança, ainda que este fosse pontual, circunscrito a certas situações e impregnado de contradições, já retratadas através das falas dos moradores nesse texto.

4.3.5. A Copa do Mundo e as Olimpíadas do Brasil como marco da continuidade das UPPs

Os moradores entrevistados acreditam que a realização das Olimpíadas na cidade seja um dos fatores que motivaram a instalação das UPP. Dessa forma, duvidam da continuidade do projeto após as Olimpíadas.

Eu acho que só vai durar mesmo até 2016, depois da olimpíada, pra mim só vai durar até 2016...como tem muita gente que acha que vai durar bastante tempo, mas num sei eu acredito que só até 2016. Vinícius, 24 anos, desempregado, solteiro, 1 filho.

As desconfianças em relação as motivações do Governo para criar, e manter o projeto das UPPs transformou as Olimpíadas de 2016 em uma grande questão para as favelas cariocas. Para alguns dos entrevistados, as Olimpíadas, são um marco temporal que pode ou não comprovar a falta de seriedade do projeto das UPPs.

Eu acho que depois da Olimpíada vai ser sombrio. Lá na minha comunidade acho que nem tanto, mas em outras comunidade ai. Uma hora isso não vai pra frente. Na Rocinha não é teoria, só um pingo. Não tem como botar uma UPP na Rocinha³⁴. Não tem como botar uma UPP no Morro do Alemão³⁵. Não tem como. Poderia sim, pegar essa monte de pessoal do exército que não faz nada e vai lá, trabalhar um pouquinho. Eu acho que depois da Olimpíada a máscara vai cair. Ali o povo tem certeza que não acaba, mas as outras é a realidade. Tenho medo da represália que vai ser né. Muitas pessoas. Alessandro, 34 anos, vendedor ambulante, separado, 3 filhos.

Alessandro (34 anos) não acredita na continuidade das UPPs em grandes favelas, como a Rocinha e o Complexo do Alemão, entretanto, fala que seus vizinhos acham que o mesmo não ocorreria no Santa Marta. Por outro lado, Vivian (23 anos) tem receio que a instalação de novas UPPs possa diminuir o número de policiais nas primeiras unidades e consequentemente possibilitar o retorno do domínio da facção criminosa.

³⁴ A instalação da UPP na Rocinha ocorreu em 20/09/2012.

³⁵ A instalação das UPPs no complexo de favelas do Alemão ocorreu em 30/05/2012.

Olha, em relação a continuar, eu gostaria muito que isso permaneça, mas eu tenho esse receio. Às vezes eu até falo que isso vai acontecer, de que vai chegar uma hora que as autoridades não vai ter tantos policiais para abrir tantas UPPs em tantas comunidades. Em tantas regiões, que em algum momento as primeiras comunidades que foram pacificadas vai ficar. Como eu posso dizer? Sem proteção dos policiais, que o meu receio ou meu medo é que um dia as facções vão voltar pras primeiras UPP. Porque a visão que eu tenho, o Dona Marta acho que foi a primeira comunidade pacificada, a visão que eu tenho é que a quantidade de policiais que tinha no início foi tão reduzida, tão reduzida, e os traficantes tão sendo tão combatidos em outras comunidades, que vai chegar uma hora que eles vão perceber que a primeira comunidade, a segunda comunidade, tá tão carente que eles vão voltar, É essa sensação que eu tenho. Vivian, 23 anos, dona de casa, casada, 1 filho.

As projeções dos entrevistados sobre o futuro da UPP demonstram incertezas quanto à continuidade do projeto. Falam, com angústia e medo, da falta de garantias da permanência da UPP. Como forma de lidar com esses sentimentos, cada morador cria hipóteses para a continuidade ou não do programa. Essas projeções consideram o tamanho da favela, o número de policiais da UPP, as operações do tráfico, a instalação de novas UPPs, informações sobre outras UPPs e notícias divulgadas pela mídia. Para os moradores, a única certeza é que o fim da UPP culminaria necessariamente na volta do domínio territorial do tráfico, que iniciaria uma fase de represálias a todos que apoiaram a UPP.

Enquanto permanecem sem garantias da continuidade do programa, os entrevistados duvidam das intenções do governo, que, segundo eles, estaria fazendo a UPP “para gringo ver”. Para Sônia Fleury (2012) essa falta de garantias aos moradores da permanência da UPP prejudica o exercício do papel de cidadão, uma vez que a confiança no Estado é condição fundamental para o exercício da cidadania. A falta de garantias atuais da continuidade da política é agravada, por se tratar de um padrão. Os moradores tampouco foram informados da instalação da UPP. Na ocasião da ocupação do morro por forças policiais, os entrevistados apontam que foram surpreendidos e que só tiveram noção do que se tratava ao assistir a telejornais. Verifica-se um padrão onde os moradores são excluídos das decisões sobre a favela em que vivem. Deve-se ressaltar que a instalação das UPPs seguintes à do Santa Marta foram anunciadas com antecedência. No entanto, a Secretária de Segurança Pública não divulga informações sobre o futuro de nenhuma das UPPs.

É importante ressaltar que a definição de Promoção da Saúde engloba a participação dos moradores no processo de melhoria de sua qualidade de vida e saúde, e especifica que estes deverão ter informações e ferramentas para agir em prol da sua própria saúde e da saúde da comunidade a qual pertencem. Fica evidente, dessa forma, que a falta de informações e garantias sobre a continuidade da UPP afeta a qualidade de vida e a saúde dos moradores e impede que estes se articulem na promoção da mesma.

Além disto, a falta de informações e de participação dos moradores nas discussões sobre o futuro das UPPs compromete a saúde psicológica destes, por aumentar a percepção subjetiva do risco envolvido em cada interação com os policiais, ou a cada vez que os moradores entrevistados percebem a presença de tráfico de drogas. Os moradores entrevistados apontam que a ausência de garantias sobre a permanência da UPP é seu principal fator de estresse e medo

Capítulo 5.

Sobre a qualidade de vida e saúde na favela Santa Marta

O projeto das UPPs alcançou sucesso internacional ao reduzir os índices de criminalidade das favelas atendidas. Ao longo de quatro anos de sua existência, a UPP constituiu-se como a mais bem sucedida política de segurança pública de não enfrentamento da história da cidade do Rio de Janeiro (SOARES, 2012) Inúmeros estudos estão em curso com o objetivo de compreender diferentes aspectos dessa política, como a opinião dos policiais que atuam nas UPPs³⁶ e as alterações no comércio local³⁷. Existe, entretanto, uma lacuna no que diz respeito aos efeitos das UPPs sobre a saúde e a qualidade de vida dos moradores. Essa lacuna faz-se mais grave pelo fato de a política atender cerca de 1,5 milhão de habitantes em 33 UPPs na cidade do Rio de Janeiro e ter sido copiada em outros quatro estados brasileiros com pequenas alterações.

Esse estudo evidenciou que os moradores entrevistados sofriam com diferentes fontes de violência, que juntas comprometiam a cidadania dos moradores, geravam transtornos psicológicos e outras doenças crônicas, ademais de elevados níveis de estresse, medo e sofrimento. Com respeito a esse tema, Paul Farmer (2010) aponta para o fato de que

Aos investigadores sociais em saúde deve caber, por razões que são inseparavelmente científicas, políticas e éticas, a incorporação da exploração das formas de sofrimento social e de violência estrutural nas investigações que tomam como tema a experiência da doença, do trauma ou do sofrimento (Farmer, 2010).

Os efeitos da violência sobre a qualidade de vida dos moradores estendiam-se para além dos momentos em que estes lidavam com a violência urbana. Os moradores entrevistados sofriam com a violência estrutural, que englobavam várias formas de violência, como: o domínio exercido pelos portadores da Sociabilidade Violenta, a violência policial, a violência simbólica oriunda do estigma territorial e a falta de serviços e políticas públicas

³⁶ Soares, B; Lemgruber, J; Musumeci, L; Ramos, S; et al, (2011) Unidades de Polícia Pacificadora: O que pensam os policiais. Centro de Estudo de Segurança e Cidadania. Rio de Janeiro. Brasil.

³⁷ Ost, S. (2012). *O Mercado Sobre A Favela: Um Estudo sobre o Santa Marta Pós-UPP*. Dissertação de Mestrado em Administração. Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro. Brasil.

de qualidade. O conceito de violência estrutural reúne os danos à saúde física e psicológica gerados por desigualdades sociais e relações de poder historicamente incorporados ao cotidiano de populações pobres (FARMER, 1999).

Nas favelas cariocas a violência estrutural é mantida pela articulação entre a submissão imposta pelo tráfico, a violência policial, e o estigma territorial. Este último funcionava como extensão, a todos os moradores da favela, do estigma de criminoso, ainda que estes convivessem com os criminosos por falta de opções. O estigma, conforme o descrito pelos entrevistados, gerava ações discriminatórias por parte dos demais setores da sociedade, como a recusa em empregar moradores de favelas e o apoio por parte da sociedade a ações violentas e abusivas das forças policiais.

A violência oriunda do domínio territorial exercido pelo tráfico de drogas é representada pelos moradores entrevistados através da imagem de um sequestro, onde estes se sentiam “refêns” dos traficantes. Nessa condição, os entrevistados apresentavam um nível baixo de segurança psicológica, em razão da imprevisibilidade de ações violentas. Como mecanismo de defesa, alteravam seu estilo de vida, evitavam andar em determinadas regiões da favela, limitavam o horário de suas atividades e evitavam completamente algumas atitudes, como convidar moradores de favelas ocupadas por facções rivais à que ocupava o Santa Marta na época.

Na presente dissertação, considerou-se a violência oriunda do tráfico de drogas como atividades de uma ordem social específica, conceituada e nomeada por Luís Antônio Machado (2000; 2008; 2010) da Sociabilidade Violenta. As ações dos participantes dessa ordem se baseiam no uso da força, o que faz com que a única relação possível com os moradores seja a de dominação. O conceito de ordem social da Sociabilidade Violenta foi utilizado nesta dissertação por sua instrumentalidade em dar conta do quadro relatado pelos entrevistados, comparativamente à abordagem do tráfico de drogas como um tipo de violência urbana originada do ato de infringir a lei.

O conceito de Sociabilidade Violenta implica uma nova compreensão de quais seriam as características de uma política de segurança pública eficiente. A esta não bastaria combater o crime: deveria também remover as condições para que os traficantes, enquanto portadores dessa ordem social, utilizem a força e estabeleçam a relação de dominação sobre os moradores.

Para analisar os efeitos da violência estrutural na saúde dos moradores entrevistados, o paradigma de Determinantes Sociais da Saúde foi utilizado como orientação teórica. Esta dissertação propôs, assim, uma análise da UPP sob a ótica do paradigma da Promoção da Saúde, a qual evidenciou o caráter fundamental das ações intersetoriais na promoção de condições para a saúde dos moradores. Dessa forma, a programa UPP Social, anexado ao projeto das UPPs com o intuito de concentrar ações intersetoriais das três esferas de governo nas áreas atendidas por UPPs, foi considerado de extrema relevância.

As UPP's têm, entre seus objetivos: “devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”. Como orientação teórica, usamos o conceito ampliado de saúde defendido pelo paradigma da Promoção da Saúde, pela Organização Mundial da Saúde e incorporado no Brasil, pelo Sistema Único de Saúde e pela Política Nacional de Promoção da Saúde. Compreendendo, segurança, paz e cidadania como condições para a saúde dos moradores, objetivou-se analisar em que medida a instalação da UPP melhorou a qualidade de vida e a saúde dos moradores entrevistados (IRWIN & SOLAR, 2005; BUSS, 2000). Para realizar uma apreciação dos estados de paz e segurança, utilizou-se o conceito de segurança psicológica, que contempla a percepção subjetiva do risco envolvido em cada ação. A segurança psicológica tem na segurança física um parâmetro, constituindo uma ponte entre as experiências físicas e as psicológicas (KARK & CARMELI, 2009; EGGERS, 2011).

Observou-se que a maneira como os moradores entrevistados analisam a UPP e sua própria qualidade de vida hoje é frequentemente comparativa em relação à vida que levavam sob domínio do tráfico. Essa comparação tende a enfatizar a ampliação da liberdade, ilustrada por listas de “hoje eu posso”, com atividades que antes eram evitadas (e.g. deixar crianças brincando na rua), proibidas pelo tráfico ou fugiam do controle dos moradores. Segundo as considerações dos entrevistados, sua qualidade de vida melhorou significativamente, e o fim do domínio territorial dos traficantes foi o fator principal para isso. No caso estudado, o fim do domínio territorial significou também o fim da relação de dominação dos traficantes sobre os moradores, eixo central da violência da Sociabilidade Violenta. Esta dissertação evidenciou que a convivência com os criminosos era um dos principais fatores influenciando o estigma territorial do qual sofriam os moradores, o qual, por sua vez, legitimava ações policiais violentas e abusivas e desqualificava as demandas e denúncias dos moradores.

O fim do domínio territorial exercido pelo tráfico de drogas também representou o fim dos confrontos, sejam entre traficantes, seja destes com a polícia, o que resultou no fim das mortes por assassinato no Santa Marta. Essa implicação é fundamental para a melhoria da qualidade de vida, pois aponta que a própria continuidade da vida está sendo assegurada. Diminuiu, assim, o risco de vida a que estavam expostos os moradores e seus familiares, que hoje não temem serem vítimas de balas perdidas. Deve-se destacar, ainda, a diminuição do estresse e do sofrimento provocado pela percepção de que se está em risco, e pelas perdas de familiares, amigos e vizinhos.

A pesquisa revela que a UPP conseguiu alterar das seguintes maneiras os Determinantes Sociais de Saúde do Santa Marta: queda dos níveis de criminalidade, ampliação da liberdade individual, enfraquecimento do estigma territorial, melhoria da qualidade de serviços de água e luz, fortalecimento da oferta de cursos profissionalizantes e de vagas de trabalho, aumento da oferta de serviços de saúde (instalação da clínica da família do Santa Marta), redução do nível de estresse da vizinhança e aumento do número de horas de lazer nos espaços públicos da favela. Os entrevistados apontam que as transformações nos DSS, como obras de infraestrutura e instalação de novos serviços, se multiplicaram no primeiro ano da UPP. Subsequentemente, o ritmo do progresso das ações estatais foi gradativamente sendo reduzido, até que a situação se manteve praticamente inalterada, no tocante aos DSS, ao longo do ano de 2012. Ainda assim, as melhorias alcançadas em alguns DSS significam uma diminuição nas desigualdades sociais em saúde e foram atribuídas pelos entrevistados à UPP, mesmo quando se tratavam de ações da iniciativa privada. Os moradores entrevistados acreditam que a UPP cria condições para que ações de outros setores da sociedade possam ocorrer, pois voluntários de ONGs e empresas não temem mais as intervenções do tráfico de drogas em suas atividades.

Outras expectativas dos moradores não foram atendidas. Tratam-se de questões estruturais, como saneamento básico, segurança das moradias e o fim do tráfico de drogas. Diminuíram, igualmente, as opções de lazer, em virtude do encarecimento dos custos da participação nos eventos e das regulações impostas pelo comando da UPP. As questões não contempladas pela UPP compreendem Determinantes Sociais da Saúde considerados fundamentais pela OMS, como o saneamento básico, responsável pela redução da mortalidade infantil e transmissão de doenças. Essas questões são compreendidas pelos entrevistados como falhas do projeto das UPPs.

Os moradores entrevistados não conhecem o projeto UPP Social e não são capazes de identificar seus objetivos e ações. Entretanto, associam a melhoria nas condições básicas de vida como um dever do governo e a UPP como uma forma tardia do governo “olhar para a favela”. Por isso, ao identificar a UPP como símbolo da presença do governo, reconhecem que a política está incompleta. A demora na implantação do projeto UPP social no Santa Marta, que só teve sua primeira reunião dois anos após a instalação da UPP, é justificada pelos responsáveis pelo programa através da necessidade de atender primeiro outras favelas com UPPs, que, segundo eles, teriam pior infraestrutura (OST, 2012).

A falta de uma implantação efetiva do programa UPP social fez com que a UPP não alcançasse questões intersetoriais importantes, o que, por sua vez, significa que a violência estrutural não foi combatida. Os moradores denunciam que a instalação da UPP não resolveu todos os problemas estruturais da favela, e temem que essas questões sejam esquecidas. Esse temor se deve ao protagonismo que a violência tinha em relação à temática da favela. Os entrevistados acreditam que a imagem propagada pela mídia foi a de que o Santa Marta teria se tornado um ótimo lugar para se viver, o que mascara os demais problemas.

Não obstante os problemas remanescentes, a diminuição nos índices de criminalidade melhorou os níveis de segurança psicológica dos moradores, que se sentem mais seguros, porque: avaliam que não existiriam mais confrontos armados, torturas e assassinatos na favela; reconhecem que não houve assassinatos e crimes graves após a instalação da UPP; sabem que os traficantes que permanecem na favela não portam armas; acreditam que seus familiares, amigos ou vizinhos envolvidos com o tráfico de drogas também correm menos risco de vida; avaliam que seus filhos estão em um ambiente seguro e que não serão aliciados pelo tráfico; testemunham uma conduta menos violenta e menos corrupta por parte dos policiais da UPP; percebem a entrada de turistas na favela; são conhecidos pelos policiais como moradores “de bem”; não são reconhecidos pelos traficantes como amigos dos policiais; e acreditam que seus imóveis foram valorizados e por isso têm condições de ter uma nova fonte de renda.

O aumento na segurança psicológica e as melhorias nos DSS, como a ampliação da oferta de serviços de saúde, não resolveram os danos à saúde psicológica, como traumas e TEPT, gerados pelo quadro anterior de violência. A existência de um ambiente mais

seguro – exemplificada, entre outras coisas, pela redução dos casos de violência doméstica - é fundamental para a prevenção de novos casos de TEPT e para a recuperação dos indivíduos que já desenvolveram o transtorno, mas que podem evitar que o quadro se torne crônico. No entanto, o TEPT necessita de um tratamento especializado (WIRTZ & HARRELL, 1987; CHARUVASTRA & CLOITRE, 2008). Os moradores entrevistados e os familiares destes que apresentam um quadro clínico compatível com TEPT não receberam tratamento psicológico. O não tratamento do TEPT tem como implicação que uma parcela dos moradores entrevistados continue revivendo, através de sintomas, a violência e o medo que sentiam antes da instalação da UPP. Além disso, como apontam os estudos sobre TEPT abordados nas referências teóricas, os moradores que apresentam quadro de TEPT estão mais suscetíveis a sofrer outros danos à saúde física e psicológica, como a depressão e a violência doméstica.

Esse quadro revela que a Clínica da Família do Santa Marta, que segue o paradigma da atenção primária à saúde defendido pelo movimento de Promoção da Saúde, não realizou uma abordagem adequada dos quadros psicológicos gerados pela violência. Sugere-se, por consequência, que a Estratégia Saúde da Família e os demais dispositivos do SUS localizados em regiões com UPPs incorporem as diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde e concentrem ações sobre a temática da violência. É necessário desenvolver projetos específicos de abordagem e tratamento dos moradores de favelas que sofrem com quadros de trauma e TEPT provocados pela violência.

As razões que geram uma diminuição nos níveis de segurança psicológica dos moradores também sofreram alterações após a instalação da UPP. São hoje: a permanência do tráfico de drogas, as trocas dos policiais da UPP, a ausência do sistema de punições do tráfico para crimes comuns, a presença de sintomas de TEPT, a falta de garantias formais da permanência da UPP e o aumento do custo de vida.

A pesquisa demonstrou que a percepção de segurança dos moradores vai muito além da presença ou ausência de violência física. Destacam em sua avaliação aspectos psicológicos, como estresse, e sociais, como o preconceito. Da mesma forma, o que estes entendem por violência é mais abrangente do que a resultante dos crimes: inclui, principalmente, a relação de submissão ao tráfico, a desconfiança na atuação da polícia e as ações discriminatórias. Os moradores entrevistados retratam a violência como um cenário em que estão dominados pelo tráfico de drogas e se sentem abandonados pelo

Estado (através da ausência de investimentos na favela e da postura agressiva e discriminatória da polícia) e rejeitados pela sociedade. Por essa razão, quando reconhecem a volta do tráfico de drogas após a instalação da UPP, os moradores não a interpretam apenas como um crime isolado, mas como uma possibilidade de que se reorganize a antiga relação de dominação do tráfico e de omissão do estado à violência na favela. Essa reação dos moradores entrevistados permite afirmar que a interpretação proposta por Silva (2008) para a violência urbana nas favelas cariocas se mostrou condizente com a realidade observada.

Atualmente, a percepção de segurança dos moradores inclui uma análise das relações entre os policiais e os moradores, que compreende experiências de vizinhos e familiares. Nessa análise, os moradores enfatizam positivamente a ação policial como ferramenta para suprir lacunas em questões de saúde. A relação dos entrevistados com os policiais apresenta resquícios da dinâmica social que existia com o tráfico de drogas, com ênfase nas relações pessoais. Os policiais da UPP prestam, atualmente, serviços que o tráfico de drogas tradicionalmente se encarregava, como: ajuda para socorrer pessoas doentes até o hospital, resolução de conflitos entre vizinhos e intervenção em casos de violência doméstica. Deve-se salientar que essas ações promovem uma melhor qualidade de vida na favela, e removem uma oportunidade para grupos criminosos estabelecerem uma relação de troca com a população local. A polícia pode, assim, promover saúde e estabelecer uma relação positiva com os moradores.

Os moradores relatam, como motivos para sua maior confiança na relação com os policiais, a conduta policial menos corrupta e violenta e o relacionamento cordial com moradores que são reconhecidos como “pessoas de bem”. Não há referências sobre direitos de cidadania: o maior fator de segurança depende de uma circunstância instável, onde o morador se sente seguro ao conhecer e ser reconhecido pelo policial.

Observe-se que a relação dos moradores com a polícia tem um histórico complexo, onde os moradores nunca se sentiram protegidos e respeitados. Ao contrário, testemunharam inúmeros casos de corrupção e violência policial. Os entrevistados compreendiam a polícia como um possível agressor, e por isso utilizavam inúmeras estratégias para lidar com a violência policial. A principal delas era evitar o contato com a polícia. Se habituaram ainda, a observar se policiais estavam forjando provas contra eles.

A pesquisa reflete, ainda, que existe uma continuidade nos padrões de discriminação empregados pelos policiais da UPP, com ações dirigidas a moradores jovens do sexo masculino. Por exemplo, o trato dos policiais com os moradores é influenciado pela permanência de estigmas relacionados com que seria o perfil de um traficante: homens, jovens, que falam com gírias e ouvem músicas funk e hip hop. De acordo com as considerações dos entrevistados, os policiais tratam de forma respeitosa moradores que não se enquadrem nesse perfil ou que já são conhecidos, que são dispensados de revistas e de abordagens com armas. Dessa maneira, os moradores entrevistados apontam que se sentem mais seguros quando são reconhecidos pelo nome e cumprimentados pelos policiais do que quando a relação é impessoal. Apesar de relatarem que a conduta policial é pouco violenta e que não temem por sua integridade física, fica evidente que a postura dos policiais conserva um padrão discriminatório e de enfrentamento, similar ao utilizado pela polícia na favela antes da UPP. Assim, os moradores não confiam que sua condição de cidadão será suficiente para garantir sua segurança. Preferem ser reconhecidos pelos policiais e evitar o perfil estigmatizado para não sofrer revistas abusivas.

Espera-se das forças policiais que tratem a todos os cidadãos da mesma forma. Do contrário, a atuação dos policiais da UPP reforçaria estigmas, ao empregar um tratamento desigual com determinados grupos de moradores. Ou seja, a atuação dos policiais da UPP contribui para a continuação da violência estrutural, onde agentes do Estado reproduzem desigualdades sociais.

Morales & Cano (2007) apontam que a manutenção dos policiais em outras experiências de policiamento comunitário se mostrou eficaz na redução da desconfiança mútua, pois permitia uma familiaridade que dissolvia estereótipos e permitia um controle mútuo. Se o mesmo grupo de policiais for mantido, a familiaridade será possível, o que pode aumentar os níveis de segurança psicológica dos moradores e facilitar denúncia de abusos. Seria importante que, paralelamente a essa medida, os moradores recebessem informações sobre seus direitos, e que novas vias de denúncia fora da sede da UPP fossem abertas.

Outro ponto presente na análise dos entrevistados é a insatisfação quanto às restrições impostas pelo comando da UPP, que são exemplificadas pelo incômodo de ter que “pedir autorização” para festas ou ter que limitar o volume e o tipo de música que escutam. Regras que só são impostas pela polícia no espaço da favela, e variam de acordo com os policiais que estão de plantão. São consideradas pelos entrevistados como medidas

exageradas e sem propósito, por não representarem um anseio dos moradores nem, tampouco, um incremento à segurança local. A falta de participação dos entrevistados na tomada de decisões sobre as regras de regulação da vida cotidiana, o fato de essas decisões serem tomadas sem base legal pelos comandantes da UPP, expõe o risco de que estes ocupem, em parte, o lugar de “Dono do Morro” (CANO, 2012). Isso representaria, ademais, um prejuízo à saúde dos moradores, que está intrinsicamente ligada aos níveis de autonomia e de participação da comunidade nas decisões sobre a vida local.

Segundo as concepções dos moradores entrevistados, a convivência com os policiais apresenta tensões baseadas: na ausência de participação dos moradores nas decisões; na desconfiança mútua; na atuação heterogênea dos policiais em relação ao tipo de abordagens; na falta de regras claras que inibam atuações personalistas por parte dos policiais; na falta de conhecimento de direitos por parte dos moradores; na presença de traficantes na favela; pela falta de garantias na continuidade do programa; e no controle policial sobre aspectos não policiais da vida cotidiana. Ainda assim, em razão do temor de que o reestabelecimento de uma relação de dominação com o tráfico reverta os ganhos em qualidade de vida, os moradores expressam o desejo de que a presença policial seja intensificada, com ênfase no combate à venda de drogas.

Os entrevistados são capazes de enumerar de forma objetiva os problemas presentes nas UPP e as possíveis soluções para o projeto; entretanto, desqualificam a opinião de moradores que criticam o programa porque desejam seu fim. Estes são associados ao tráfico de drogas e vistos com desconfiança. A desconfiança entre vizinhos pode ser observada também na recusa dos entrevistados em falar da UPP nos espaços públicos da favela. Seu receio principal era que os elogios à política e aos policiais chegassem ao conhecimento de traficantes, o que, segundo eles, certamente culminaria em retaliações caso a UPP acabe. Por esse motivo, existe ainda o receio de falar com a mídia e com pesquisadores, o qual só é ultrapassado diante de uma série de medidas preventivas, como: conhecer os intermediadores do contato, que nomes sejam ocultados na publicação, e que as conversas sejam feitas em local de sua escolha.

Os efeitos da instalação da UPP na qualidade de vida dos moradores variaram de acordo com o perfil de cada um deles. Quem mora na parte alta do morro vivenciou a maior especulação imobiliária. Por ser esta a região que mais sofria com a violência, foi também a que apresentou maior valorização dos imóveis. Os idosos apontaram um

incremento em suas atividades de lazer, por conta da segurança dos espaços comuns da favela. Os moradores que vivem em casas alugadas foram os que mais sofreram com o impacto das novas tarifas de água e luz no orçamento doméstico. Os mais jovens fazem parte de um grupo que é visto com desconfiança pelos policiais, por isso sofrem mais revistas. É também esse grupo que teve suas opções de lazer reduzidas pelas limitações do comando da UPP aos bailes e festas. Os moradores que se identificam como funkeiros ou participantes do movimento Hip Hop fazem parte de um grupo que é visto com desconfiança pelos policiais, o que os torna alvo da maior parte das revistas policiais.

Em comum, nenhum dos entrevistados vislumbra a possibilidade de que a favela possa ficar simultaneamente sem a UPP e sem domínio do tráfico. Para eles, o fim da UPP significa necessariamente a retomada do domínio de uma facção criminosa e a volta das guerras entre facções. Dessa forma, não questionam o policiamento constante, pois acreditam que ele é fundamental para evitar o “pior”. Em seu histórico de vida, os jovens e adultos entrevistados apontam que, desde suas primeiras memórias, a favela era dominada por facções criminosas, com exceção de pequenos períodos. Os idosos conheceram a favela antes do domínio das facções, mas já presenciaram, na infância, a ação de bandidos e da polícia. Todos os entrevistados viveram as duas últimas décadas sob domínio do tráfico e sem ações de segurança pública efetivas, o que pode ajudar a compreender porque não acreditam na possibilidade de que o Santa Marta possa ficar sem a UPP e sem o domínio de facções criminosas. Além disso, os moradores entrevistados apontam como justificativa para a necessidade de manutenção da UPP a continuação dos mesmos padrões de violência (dominação das facções criminosas, violência policial, ausência de política de segurança pública eficiente e estigma territorial) que vivenciaram no passado em outras regiões da cidade.

Nesse cenário, a falta de garantias da continuidade da UPP e a existência de favelas que ainda vivenciam o domínio de facções criminosas e ações pontuais e violentas da polícia geram insegurança nos moradores entrevistados. Fica evidente que a segurança psicológica dos moradores entrevistados depende também das condições de segurança nas demais favelas. Por conseguinte, é urgente estender a todas as favelas ações de segurança pública que visem à retomada desses territórios, a exemplo da UPP.

Deve-se destacar que a visita de turistas ao Santa Marta foi representada pelos moradores entrevistados como o maior símbolo de que a favela está segura e de que vivem agora em

um lugar bom. Os resultados demonstram que o turismo funciona como o oposto de uma ação discriminatória, que recordaria a existência de um estigma e traria sofrimento e isolamento ao indivíduo. O turismo funciona trazendo a lembrança diária aos entrevistados de que o local em que vivem está seguro, o que eles percebem como uma mensagem de aprovação pessoal, pois as pessoas de fora da favela “*podem ver que aqui tem coisa legal, tem pessoas trabalhadoras*” (Alessandro). Além disso, os moradores entrevistados apontam um aumento em sua sociabilidade, através da interação com turistas de várias regiões do Brasil e do mundo. Essa interação proporciona aos moradores uma experiência de inclusão, pois seu lugar de moradia faz parte das atrações turísticas da cidade.

A maior parte dos turistas é atraída pela proposta de conhecer pela primeira vez o interior de uma favela, como um lugar exótico; existem, ainda: o atrativo da vista local para o monumento do Cristo Redentor; a visita ao local de gravação do clipe do cantor Michael Jackson; a realização de bailes e de rodas de samba; e a arquitetura local. Ao valorizar diferentes aspectos da favela - como a vista, a arquitetura da favela e a música -, o turismo contribui para a valorização da favela como uma forma de habitação única, de seus moradores e da cultura local. Esse fenômeno de “entrada da cidade na favela” (CANO, 2012) contribui para a criação de uma representação menos estigmatizada sobre a favela, que faz com que as favelas com UPP sejam compreendidas como espaços seguros de visitar. Essa nova representação é amplamente reforçada pelos moradores, que apontam um acréscimo na sua auto-estima e um sentimento de orgulho associado ao local em que vivem. Esse resultado revela, ainda, que ações intersetoriais, como o turismo, ainda que não sejam governamentais, têm efeito positivo na saúde dos moradores.

Esta dissertação evidenciou que o sofrimento psíquico oriundo da violência era um prejuízo à qualidade de vida e saúde dos moradores tão grande quanto os danos físicos. Se, por um lado, as instalações precárias de luz geravam risco de incêndio, por outro a consciência de que se é estigmatizado gerava sofrimento e vergonha. Revelou, ainda, que inúmeros DSS melhoraram com a instalação da UPP, principalmente no primeiro ano dessa política. Nos anos seguintes, não foram feitas melhorias na infraestrutura local, fazendo com que os benefícios experimentados pelos moradores fossem consequências das mudanças iniciais, como a qualidade dos serviços de água e luz. Os entrevistados demonstram um maior nível de segurança psicológica; entretanto, não houveram ações

focadas no tratamento daqueles que ainda apresentam danos à saúde psicológica ligados à violência. Fica evidente, entretanto, que os entrevistados esperam mais melhorias em infraestrutura e serviços do que as UPPs trouxeram para o Santa Marta. Os moradores revelam desconhecer a existência de qualquer ação da UPP Social no Santa Marta. Sem presença de ações intersetoriais, fundamentais para a melhoria de diversos Determinantes Sociais da Saúde, a exposição a condições desiguais de saúde - parte da violência estrutural - se mantém.

Os moradores entrevistados relataram que não eram consultados sobre as ações do comando da UPP e do governo no Santa Marta. Observa-se, ainda, que o aumento da oferta de projetos sociais não representou acréscimo na participação social dos moradores entrevistados e de suas famílias. A participação social é um dos pilares mais importantes da Promoção da Saúde, pois é a ferramenta de multiplicação de informação sobre saúde e garante a participação dos indivíduos nas decisões comunitárias para a melhoria da sua própria saúde. Deve-se ressaltar, ainda, que a participação dos moradores no processo de conquista dos direitos de cidadania é tão importante quanto o próprio fato de usufruir do direito, pois tem efeitos no reconhecimento da condição de cidadão e na sua auto-imagem dos moradores (HONNETH, 2003). Sem estímulo à participação social na vida comunitária, os avanços em termos de saúde e qualidade de vida alcançados após a instalação da UPP, sejam eles frutos de investimento direto do estado ou não, podem ser comprometidos.

Os entrevistados reconhecem que os policiais extrapolam os limites de sua atuação ao estipular regras de convivência. Por outro lado, os moradores apresentam longo histórico de dominação pelo tráfico, sofrimento com corrupção e violência policial e sentimento de impunidade direcionado tanto a policiais quanto a traficantes. Por conseguinte, os entrevistados aceitam se submeter a um número maior de ações policiais, desde que testemunhem que os policiais “marque firme em cima de vagabundo” e não sejam corruptos. Esse cenário é o mesmo que explica porque os entrevistados não conseguem imaginar o Santa Marta sem a UPP e sem domínio do tráfico.

Houve uma redução da violência estrutural, que engloba a diminuição do estigma territorial, a melhoria da qualidade dos serviços, a diminuição da corrupção policial e o fim da dominação territorial exercida pelos traficantes. Por outro lado, a atuação dos policiais da UPP reforça a violência estrutural, ao conservar um tratamento desigual a

determinados grupos de moradores. A violência policial passou a ser dirigida a determinados grupos, que passaram a sofrer com a desconfiança policial após a instalação da UPP. Considerando as relações de parentesco e vizinhança, todos os entrevistados são afetados pela violência policial de forma indireta. Além disso, os moradores são diretamente afetados pelas formas de exclusão que se mantêm na favela, com a ausência de saneamento básico. Assim, pode-se afirmar que a violência estrutural permanece.

Somadas, a falta de espaços para participação social, a falta de implementação da UPP Social, as ações policiais que invadem a esfera privada e mantêm o cunho discriminatório, a continuidade do tráfico de drogas, o aumento do custo de vida e a falta de garantias sobre a permanência da UPP podem fazer com que, a longo prazo, os problemas associados pelos moradores à UPP se tornem maiores que os benefícios.

Ao longo desta dissertação, evidenciou-se que os moradores jovens, adultos e idosos vivenciaram décadas de violência. Os efeitos dessa experiência são observados em sua vida, através de seus quadros clínicos, seus medos e valores. Os moradores entrevistados foram alvo da violência policial, da violência urbana e da violência estrutural. Sentiram-se, por muito tempo, desassistidos pelas políticas de segurança pública, e continuam vivendo em uma relação de desconfiança mútua com os policiais, ressentindo-se da falta de garantias sobre a permanência da UPP e da pouca participação nas decisões sobre a favela. Dentre os moradores, um grupo específico - os jovens e adultos do sexo masculino com perfil próximo aos dos traficantes locais - é especialmente afetado pela violência estrutural. Essa dissertação sugere, portanto, que além das atividades desenvolvidas pelos policiais da UPP como cursos recreativos e esportivos para crianças e adolescentes, sejam incorporados projetos de aproximação dos policiais com outros grupos de moradores. Seria fundamental a elaboração de um projeto que: 1) informasse aos moradores e aos policiais sobre seus direitos e garantisse sua observância; 2) desse ciência aos moradores e aos policiais dos limites da atuação policial; 3) difundisse informações acerca dos meios disponíveis para realizar denúncias em caso de abuso policial; 4) estabelecesse mecanismo transparente para a investigação e punição de práticas abusivas entre os policiais; e 5) desse publicidade a todas as ações, de diversas gamas, desenvolvidas no âmbito da UPP. Iniciativa de semelhante envergadura colaboraria para a redução da violência estrutural, e do medo do reestabelecimento da relação de dominação do tráfico de drogas sobre os moradores, na medida em que

atenderia os grupos mais afetados e que daria conta das principais vulnerabilidades do projeto.

Por último, enfatizamos a importância de que o projeto UPP Social seja implementado no Santa Marta e nas demais favelas atendidas pela UPP, mapeando e empregando as ações intersetoriais necessárias para tratamento dos DSS fundamentais, como saneamento básico e segurança das residências. Assim, será possível otimizar o potencial das UPPs para Promoção da Saúde dos moradores. Os resultados expostos ao longo desta dissertação expõem a necessidade de pesquisas futuras sobre os efeitos da implementação da UPP Social nos DSS nas diferentes favelas atendidas pela UPP. Assim como, dos critérios de definição utilizados para definir a distribuição de ações da UPP Social em cada favela.

6. Referências citadas

- ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. IN: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, maio-dez, p.25-36. [Número Especial sobre Juventude e Contemporaneidade], 1997.
- ABRAMO, H & BRANCO, A. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABREU, M. A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. IN: **Espaços e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, XIV(37), 34-46.1994.
- AYRES, J.; FRANÇA, JR.; CALAZANS, G.; SALETTI, H. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czaresnia E, Freitas CM (Eds.), *Promoção da Saúde* (pp. 116-138). Rio de Janeiro. 2003.
- A MAGIC MOMENT FOR THE CITY OF GOD. IN:**The economist**. Acesso em 10 de junho de 2010.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATIO. DSM-IV-TR: **Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais** (4.^a ed., texto revisto, J. N. Almeida, trad.). Lisboa: Climepsi Editores, trabalho original publicado em 2000.
- ALMEIDA, N. O conceito de saúde: ponto-cego da epidemiologia?. IN: **Revista Brasileira de Epidemiologia**. Vol. 3, Nº 1-3.
- ALVES, M. & EVANSON, P. **Living in the crossfire. Favela Residents, Drug Dealers, and Police Violence in Rio de Janeiro**. Philadelphia: TEMPLE. 2011.
- ATHAÍDE, C. & BILL, M.V. **Meninos do Tráfico**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.2010.
- BALLENGER, J.; DAVIDSON, J.; LECRUBIER, Y.; NUTT, D.; MARSHALL R.; ET AL. Consensus statement update on posttraumatic stress disorder from the international consensus group on depression and anxiety. IN: **J. Clin. Psychiatry**. 65(Suppl. 1):55–62. 2004.
- BARCELLOS, C. **Abusado, O dono do Morro Dona Marta**. Rio de Janeiro: Record. 2003.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003.
- _____. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.
- BAL, A. & JENSEN, B. Post-traumatic stress disorder symptom clusters in Turkish child and adolescent trauma survivors. IN: **European Child & Adolescent Psychiatry**, 16(7), 449-457. 2007.
- BEATO, F. **Políticas públicas de segurança e a questão policial**. São Paulo Perspec. [online], 13(4), pp. 13-27. 1999. ISSN 0102-8839. doi: 10.1590/S0102-88391999000400003.
- BENCHIMOL, J. **Pereira Passos: um Haussmann tropical- a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século xx**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. 1990.
- BUSS, P. **Promoção da Saúde e Saúde Pública**. Rio de Janeiro: ENSP. 1998.
- _____, P. **Qualidade de Vida e Saúde**. Recife: São Paulo: Abrasco. 2000.

BUSS, P. Promoção da saúde e qualidade de vida. IN: **Ciênc. saúde coletiva** [online], 5(1), 163-177. 2000. ISSN1413-8123. doi:10.1590/S1413-81232000000100014

_____, P. Una Introducción al concepto de promoción de la salud. In: Czeresnia, D. y Freitas, C. M., **Promoción de la Salud: conceptos, reflexiones, tendências**. Buenos Aires: Lugar Editorial. 2000.

_____, P. & Carvalho, A. Desenvolvimento da promoção da saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988-2008). 2009. IN: **Ciênc. saúde coletiva** [online], 14(6), 2305-2316. ISSN 1413-8123. doi: 10.1590/S1413-81232009000600039.

BURGOS, M. Dos parques proletários ao Favela-Bairro. In: Zaluar, A. & Alvito, M, **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

BURKE, P. **Violência social e civilização**. Braudel Papers, 12: 1-8. 2005.

BRAVEMAN,P. Health Disparities and Health Equity: Concepts And Measurement. IN: **Annual Review of Public Health**, 27, 167-194. 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**. Brasília: Ministério da Saúde. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. MS, Brasília. 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Redução de Acidentes e Violências**. Brasília: Ministério da Saúde. 2005.

BRESLAU, N.; CHILCOAT, H.; KESSLER, R.; & DAVIS, G. Previous exposure to trauma and PTSD effects of subsequent trauma: results from the Detroit Area Survey of Trauma. IN: **Am. J. Psychiatry** 156(6):902-7. 1999.

CAHILL, L. The neurobiology of emotionally influenced memory. implications for understanding traumatic memory. IN: **Ann. NY Acad. Sci.** 821:238-46. 1997.

CAHILL, L.; GORSKI, L.; & LE, K. 2003. **Enhanced human memory consolidation with postlearning stress: interaction with the degree of arousal at encoding**. Learn. Mem. 10(4):270-74 Cardozo BL, Bilukha OO, Crawford CAG. 2003.

CANO, I. **O Uso da Força Letal pela Polícia do Rio de Janeiro: os Fatos e o Debate**. Arché Interdisciplinar, Rio de Janeiro.1999.

CANO, I. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. IN: **Rev. int. direitos human.** [online],3(5), 136-155. ISSN 1806-6445. doi: 10.1590/S1806-64452006000200007. 2006.

_____. (Org). 'Os Donos do Morro': Uma Avaliação Exploratória do Impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 2012

CARRETEIRO, T. **Sofrimentos sociais em debate**. Psicologia USP, 14(3), 57-72. 2003.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

_____. Introdução. In: Pandolfi, D & Grynszpan, M. (Org.), **A favela fala: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2003.

CARVALHO, M. As UPPs e as associações de moradores de favelas no Rio de Janeiro: conflitos e novas configurações. **Trabalho apresentado na IX Reunião de Antropologia do Mercosul, 10 a 13 de julho de 2011 - Curitiba, PR**. 2011.

CAMPOS, G. W. ET AL. Avaliação de política nacional de promoção da saúde. IN: **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(3), 745-749. 2004.

CÂMARA, J. Transtorno de estresse pós-traumático: características clínicas e sociodemográficas em policiais militares e suas famílias (**dissertação**). Recife: **Universidade Federal de Pernambuco**. 1999.

_____. Transtorno de estresse pós-traumático: formulação diagnóstica e questões sobre comorbidade. IN: **Revista Brasileira de Psiquiatria**. 2001;23(4):221-8. 2011.

CAPRARA, A. An hermeneutic approach to health-disease relationship. IN: **Cad. Saúde Pública**, 19(4), 923-931. 2003.

COELHO, M. **Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções**. Mana [online],16(2), 265-285. ISSN 0104-9313. 2010.

CONSTITUTION OF THE WORLD HEALTH ORGANIZATION. OMS. 1948.

CRONICK, K. Community, subjectivity, and intersubjectivity. IN: **American Journal of Community Psychology**, 30, 4, 529-544. 2002.

CRUZ-NETO, O. & MINAYO, M. Extermínio, violência e banalização da vida. IN: **Cadernos de Saúde Pública**, 10(1), 199-212. 1994.

CZERESNIA, D. (Org.). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendência**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2003.

COSTA, A. **Entre a lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004.

COMISSÃO NACIONAL DE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. AS CAUSAS SOCIAIS DAS INIQUIDADES EM SAÚDE NO BRASIL. **Relatório Final**. 2008.

CUNHA, N. Entre O Formal E O Informal: A Produção Dos Espaços De Favela No Rio De Janeiro. **Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de agosto de 2010**, Belém, Pará, Brasil.

CUNHA, N. & MELLO, M. **Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela**. 2011.

CUNHA, O. Cinco vezes Favela – Uma reflexão. In: Velho, G. & Alvito, Marcos (Org.). **Aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar. 1996.

CHARUVASTRA, A.; & CLOITRE, M. Social Bonds and Posttraumatic Stress Disorder. Institute for Trauma and Resilience, New York University School of Medicine, New York, New York 10016. IN: **Annu. Rev. Psychol.** 2008.59:301-328.

CHESNAIS, J. **Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours**. Paris: Robert Laffont Editor. 1981.

DACACH, S. G. Prá que rimar amor e dor? Maternidade e violência urbana: a situação limite de filhos envolvidos no tráfico de drogas. **Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Escologia Social)**. EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009.

DAVIDSON, J.R.; & FOA, E.B.; eds. Posttraumatic Stress Disorder: DSM-IV and Beyond. Washington, DC. IN: **Am. Psychiatr. Press**. 1992.

DAVIDSON, J.R.; STEIN, D.J.; SHALEV, A.Y; & YEHUDA, R. Posttraumatic stress disorder: acquisition, recognition, course, and treatment. IN: **J. Neuropsychiatry Clin. Neurosci.** 16(2):135–47. 2004.

DE GIROLAMO, G.; & MCFARLANE A.C. The epidemiology of PTSD: a comprehensive review of the international literature. IN: **Ethnocultural Aspects of Posttraumatic Stress Disorder: Issues, Research,**

and Clinical Applications, ed. AJ Marsella, MJ Friedman, ET Gerrity, RM Scurfield, pp. 33–85. Washington, DC: Am. Psychol. Assoc. 1996.

DE JONG, J.; KOMPROE, I.H.; VAN OMMEREN, M; EL MASRI, M. & ARAYA, M. ET AL. **Lifetime events and posttraumatic stress disorder in 4 postconflict settings**. JAMA 286:555–62. 2001.

DEMO, P. **Metodologia em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas. 1989.

De Souza, E. Comportamento humano numa vila global: uma perspectiva pós-moderna (construtiva) sobre psicologia comunitária do terceiro mundo. IN: **Psicol. Reflex. Crit.** 11(1). 1989. Acesso em 11 de dezembro de 2012.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (ANO XXXVII – Nº 0005- parte 1, Sexta- feira- 7 de Janeiro de 2011). **PODER EXECUTIVO**.

DIENER, E. Most people are happy. IN: **Psychological Science**. 7, 181-185. 1996.

_____. The involving concept of subjective well being: The multifaceted nature of happiness. *Advances in Cell Aging and Gerontology*, 15. 187-219. 2003.

DOMENACH, J. La violencia, p. 33-45. In *La Violencia y sus Causas*. Unesco, Paris. 1981.

EDMONDSON, A. Psychological Safety, trust, and learning in organizations: A group-level lens. IN: **Trust and Distrust in Organizations: Dilemmas and approaches**, eds. R.M. Kramer and K.S. Cook, pp. 239–272. New York: Russell Sage Foundation. 2004.

ENGELS, F. Health. In: N. Black; D. Boswell; A. Gray; S. Murphy & J. Popay (Eds.), **Health and Disease** (pp. 61-65). Milton Keynes: Open University Press. 1984.

EGGERS, J. **Psychological Safety Influences Relationship Behavior**. Research Notes. 2012.

ESTRADA, N. Caminhos para “resolver a vida”: Significados e alternativas de participação em uma comunidade popular da zona oeste do Rio de Janeiro. **Dissertação. (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro. 2006.

FARR, R. **The roots of modern social psychology: 1872-1954**. Orford: Blackwell Publishers. 1996.

FARIAS, J. Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas. In: Silva, L (ORG.) **Vida sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.

FARMER, P. **Infections and Inequalities: The Modern Plagues**. Berkeley: University of California Press. 1999.

FARMER, P. “An Anthropology of Structural Violence”, IN: **Partner to the poor: A Paul Farmer Reader**, ed Haun Saussy (Berkeley: Univ. of California Press, 2010) 350-75. 2010.

FGV. **Avaliação do impacto do policiamento comunitário na Cidade de Deus e no Dona Marta**. 2009.

FIRJAN/IETS. **Pesquisa nas Favelas com Unidades de Polícia Pacificadora da Cidade do Rio de Janeiro. Resultado Consolidado**. 2010.

FOA, E. B. Psychosocial therapy for posttraumatic stress disorder. IN: **J. Clin. Psychiatry**. 67(Suppl. 2):40–45. 2006.

FREUD, S. Além do Princípio de Prazer. In: Freud, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987a. v. 18. 1987.

- _____. A Etiologia da Histeria. In: Freud, S. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987c. v. 3. 1987.
- FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 30, mai./ago. 2012, p. 194-222. 2012.
- FREWEN, P.A.; & LANIUS, R. A. Toward a psychobiology of posttraumatic self-dysregulation: reexperiencing, hyperarousal, dissociation, and emotional numbing. IN: **Ann. NY Acad. Sci.** 1071:110–24. 2006.
- FRIDMAN, L. “Morte e vida favelada”. In: Silva, L. (Org.), **Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.
- FRISCHTAK, C. & MANDEL, B. Crime, House Prices, and Inequality: The Effect of UPPs in Rio. **Federal Reserve Bank of New York Staff Reports**. Staff Report no. 542. 2012.
- FURTADO, M. Promoção da Saúde e seu alcance biopolítico: A ênfase no discurso da autonomia. **Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro**, Brasil. 2010.
- GUARESSHI, P. Ética. In: Strey, M., **Psicologia social Contemporânea**. Petrópolis, RJ : Vozes. 2010.
- GEERTZ, C. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação da Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 1989.
- GOFFMAN, E. **Estigma- Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4º Ed. Ed.LTC. 1988.
- GOHN, M. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Vozes. 1992.
- GOHN, M. Movimentos Sociais no Brasil na era da participação: 1978-1989. In: **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 4ºed. 2004.
- GOHN, M. Movimentos Sociais e ONGs no Brasil na era da globalização. In: **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, 4ºed. 2004.
- GOMES, A. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: Pandolfi, Dulce (Orgs). **Representado o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV. 1999.
- GREEN, B. Defining Trauma: Terminology and Generic Stressor Dimensions. IN: **Journal of Applied Social Psychology**, v. 20, n. 20, p. 1632-1642. 1990.
- HARBURG, E.; ERFURT, J; CHAPE, C; HAUENSTEIN, L. S; SCHULL, W. J; & SCHORK, M. A. Socio-ecological stressor areas and black - and white blood pressure: Detroit. IN: **Journal of Chronic Diseases**, 26,595-611. 1973.
- HERMAN, J. **Trauma and recovery: The aftermath of violence from domestic abuse to political terror**. Basic Books. 1997.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34. 2003.
- JULIE, S. & MICHAEL, M. Violence Prevention and Control Through Environmental Modifications. IN: **Annu. Rev. Public Health**, 24, 209–25. 2003.
- IRWIN, A. & SOLAR, O. Rumo a um Modelo Conceitual para Análise e Ação sobre os Determinantes Sociais de Saúde. **Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde**. 2005.
- IRWIN, A. & SCALI, E. Accion sobre los factores sociales determinantes de la salud: aprender de las experiencias anteriores. **Comision de sobre Determinantes Sociales de la salud**. OMS. Geneva. 2005.

JONATHAN, E. Public Health in the Twentieth Century: Advances and Challenges. **Annu. Rev. Public Health**, 20, xiii–xxx. 1999.

JORDAN, B. K.; MARMAR, C. R.; & FAIRBANK, J. A.; SCHLENGER, W. E. ; & KULKA, R. A. ET AL. Problems in families of male Vietnam veterans with posttraumatic stress disorder. IN: **J. Consult. Clin. Psychol.** 60:916–26. 1992.

KARK, R; CARMELI, A. Alive and creating: the mediating role of vitality and aliveness in the relationship between psychological safety and creative work involvement. IN: **Journal of Organizational Behavior**, 30:785–804. Hoboken, N.J.: Wiley. 2009.

KAZUI, H.; MORI, E.; HASHIMOTO, M.; HIRONO, N.; & IMAMURA, T, ET AL. Impact of emotion on memory. Controlled study of the influence of emotionally charged material on declarative memory in Alzheimer's disease. Br. IN: **J. Psychiatry** 177:343–47. 2000.

KEANE, T.M; MARSHALL, A. D; & TAFT, C. POSTTRAUMATIC STRESS DISORDER: Etiology, Epidemiology, and Treatment Outcome. IN: **Annu. Rev. Clin. Psychol.** 2006. 2:161–97. 2006. doi: 10.1146/annurev.clinpsy.2.022305.095305 Copyright_c 2006 by Annual Reviews.

KESSLER, R.C. ET AL. Lifetime prevalence and age-of-onset distributions of DSM-IV disorders in the National Comorbidity Survey Replication. IN: **Arch. Gen. Psychiatry** .62(6):593–602 Jordan BK, Marmar CR, Fairbank JA, Schlenger WE. 2005.

KING, D.W.; KING, L.A.; GUDANOWSKI, D.M.; & VREVEN, D.L. Alternative representations of war zone stressors: relationships to posttraumatic stress disorder in male and female Vietnam veterans. IN: **J. Abnorm. Psychol.** 104(1):184–95. 1995.

KILPATRICK, D.; & RESNICK, H. **Posttraumatic stress disorder associated with exposure to criminal victimization in clinical and community populations.** pp. 243–50. 1992.

KOENEN KC, STELLMAN JM, STELLMAN SD, SOMMER JF JR. 2003. Risk factors for course of posttraumatic stress disorder among Vietnam veterans: a 14-year follow-up of American Legionnaires. IN: **J. Consult. Clin. Psychol.** 71(6):980–86. 2003.

KOSS, M.P.; KOSS, P.G.; & WOODRUFF, W.J. Deleterious effects of criminal victimization on women's health and medical utilization. IN: **Arch. Intern. Med.** 151:342–47. 1991.

LANE, S. (Orgs.). **Psicologia Social: O homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense.1984.

LANE, S. **O que é psicologia social.** 11° Ed. São Paulo: Brasiliense. 1986.

LEEDS, A & LEEDS, E. **A Sociologia do Brasil Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1977.

LEEDS, E. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In : Zaluar, A. & Alvito, M. (Orgs.), **Um século de favela.** Rio de Janeiro: Editora FGV. 1998.

LEE JONG-WOOK, **speech to the 57th World Health Assembly**, 17 May 2004.

LEITE, M. & BIRMAN, P. (Orgs.). **Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz.** Porto Alegre: UFRGS/Pronex-CNPq. 2004.

LEITE, M. Violência, insegurança e cidadania: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: Fernanda Lopes de Carvalho. (Org.). Carvalho, F.L. (org.). **Rugidos e sussurros: mais promessas do que ações.** Série Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, IBASE: IBASE, 2005, v. 9, p. 66-70. 2005.

_____. Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: Silva, L. (Org.), **Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.

LLORENTE, A.; ESCOBEDO, R.; ECHANDIA, C. & RUBIO, M. Violencia homicida y estructuras criminales en Bogotá. IN: **Sociologias**. 2002. [online], 8, 172-205. ISSN 1517-4522.

LLOYD DA, TURNER RJ. Cumulative adversity and posttraumatic stress disorder: evidence from a diverse community sample of young adults. IN: **Am. J. Orthopsychiatry** 73:381-91. 2003.

MARTINS, J. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus. 1997.

MARTEL, R. Pactos comunitários e proteção em San Salvador. 2010. IN: **Tempo social**. [online], 22(2), 17-38. ISSN 0103-2070

MATTOS, R. A 'Aldeia do Mal: o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República'. **Dissertação de Mestrado, Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense**. 2004.

MEIRELES, A.C. Ação de formação efectuada na Administração Regional de Saúde do Norte, IP, no âmbito do **Internato Médico de Saúde Pública**. 2008. Portal de Saúde Pública.

MEIRELLES, Z; & GOMEZ, C. Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas na cidade do Rio de Janeiro. IN: **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(5):1797-1805, 2009.

MELLO, D. Health promotion through participatory research in poor communities in Brazil. **Trabalho apresentado no 9th Congress of The International Association of Health Policy, Montréal, Uruguai**. 1996.

MENDES, R. Cidades saudáveis no Brasil e os processos participativos: os casos de Jundiaí e Maceió. **Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo**, São Paulo, Brasil. 2000.

MENDES, E. V. Uma agenda para a saúde. São Paulo: HUCITEC. Mies, M. (1983). Towards a methodology for feminist research. In: G. Bowles & R.D. Klein (Eds.), **Theories of Women's Studies**. London: Routledge, Kegan & Paul. 1996.

MICHEL, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. IN: **Estudos Avançados**, 21(61). 2007.

MIGUEL, L. 3-D political representation: elements for an amplified theory of political representation. IN: **Rev. bras. Ci. Soc.**, 18(51). 2003.

MINAYO, M. organizadora. Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre violência e saúde. Rio de Janeiro: Editora Panorama, Agudelo SF 1990. La violencia: un problema de salud publica que se agrava en la región. **Boletín Epidemiológico de la OPS** 11: 1-7. 1990.

_____, M. A Violência na Adolescência: Um Problema de Saúde Pública. In: **Cadernos de Saúde Pública**, 6(3). Fiocruz, Rio de Janeiro. 1991.

_____, M. **O Desafio do Conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Editora Hucitec. 1994.

MINAYO, M. A Violência Social Sob A Perspectiva Da Saúde Pública. IN: **Cadernos De Saúde Pública** (Fiocruz) ^{JCR}, Rio De Janeiro, V. X, N.1, P. 7-18. 1994.

_____. (Org.). O Impacto Da Violência Sobre A Saúde. 4. ed. Rio De Janeiro. IN: **Cadernos De Saúde Pública**. V. X. 224p. 1994.

MINAYO, M. & ASSIS, G. Saúde e violência na infância e na adolescência. IN: **Jornal de Pediatria**, 70, 263-266. 1994.

MINAYO, M. ET AL. **Fala, galera: juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Fundação Ford, Fundação Oswaldo Cruz e Garamond. 1999.

MINAYO, M. & SOUZA, R. Violência para todos. IN: **Cad. Saúde Pública**, 9, 65-78. 1993.

MINAYO, M. Violência: um Velho-Novo Desafio para a Atenção à Saúde. IN: **Revista Brasileira de Educação Médica**. Rio de Janeiro, 29(1). 2005.

MINAYO, M. Violência, um problema para a saúde dos brasileiros: introdução. In: Souza E,R,Minayo M.C.S, organizadores. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2005.

_____. É possível prevenir a violência? Rev C S Col 1999; 4(1):7-24. 15. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde. 2005.

MISSE, M. **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro**. Estud. av. 2006.[online], 21(61), 139-157. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142007000300010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **XVIII Conferência Nacional de Saúde: Relatório Final**. Brasília: Ministério da Saúde. 1986.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **A Promoção da Saúde – Carta de Ottawa- Declaração de Adelaide- Declaração de Sundsvall - Declaração de Bogotá**. Brasília. 1996.

_____. ENSP. **Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde**. Matéria de Capa. Radis nº 45. Acesso em 6 de junho de 2006. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/radis/45/capa-06.html>

_____. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 2006.

MONTEIRO, C. **VELHOS E NOVOS MALES DA SAÚDE NO BRASIL: A Evolução do País e de suas Doenças**. Hucitec-Nupens/USP, São Paulo. 2003.

MORAIS, M. Uma análise da relação entre o Estado e o tráfico de drogas: o mito do poder paralelo. IN: **Ciências Sociais em Perspectiva**, (5)8, 117-136. 2006.

MOREIRA, M. Nem Soldados nem Inocentes: Jovens e Tráfico de Drogas no Município do Rio de Janeiro. **Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública, Programa de Pós Graduação da ENSP**, Fiocruz, Rio de Janeiro, Brasil. 2000.

NAVARRO, V. **Produção e estado de bem-estar. O contexto político das reformas**. Lua Nova, 28/29, 157-199. 1993.

NEMEROFF, C.B.; BREMNER, J.D.; FOA, E.B.; MAYBERG, H.S.; NORTH, C.S.; & STEIN M.B. Posttraumatic stress disorder: a state-of-the-science review. IN: **Journal Psychiatr. Res.** 40(1):1–2. 2006.

NILSEN, O. **Community health promotion: concepts and lessons from contemporary sociology**. Health Policy, 36,167-183.1996.

NORTH CS, SPITZNAGEL EL, SMITH EM. A prospective study of coping after exposure to a mass murder episode. IN: **Ann. Clin. Psychiatry**. 13(2):81–87. 2001.

Observatório de favelas, OIT. **Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 2006.

_____. **O que é favela, afinal?** Organizador: Jailson de Souza e Silva. – Rio de Janeiro. 2009.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Carta de Ottawa. In: **Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde**, Ottawa. Disponível em: <http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Ottawa.pdf>. 1986.

_____. **Municípios/Cidades Saudáveis**. Acesso em 16 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.opas.org.br/coletiva/temas.cfm?id=28&Area=Conceito>. 2006.

_____. Las condiciones de salud en las Américas. **OPAS - Public**. Cient. 1(524). Washington D. C. 1990.

_____. Health Promotion and Equity. Declaration of the International Conference on Health Promotion. Santa Fé de Bogotá: **WHO (World Health Organization)**. 1992.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. VIOLÊNCIA Y SALUD. RESOLUCIÓN N° XIX. WASHINGTON D.C.: Opas. 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CUIDADOS PRIMÁRIOS DE SAÚDE. Alma-Ata: Fundo das Nações Unidas para a Infância. 1979.

_____. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/Opas. 2002.

_____. **Salud Mundial**. Genebra: OMS. 2003.

Ost, S. O MERCADO SOBE A FAVELA: Um Estudo sobre o Santa Marta Pós-UPP. **Dissertação de Mestrado em Administração. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS**. Rio de Janeiro. Brasil. 2012.

PERLMAN, J. **O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

_____. **Favela, Four Decades of living on the Edge in Rio de Janeiro**. New York: Orford. 2007.

PERES, J. Achados dos estudos com neuroimagem no transtorno de estresse pós-traumático. In: CAMINHA, R. M. (ed.). **Transtorno do Estresse Pós-traumático: da neurobiologia à cognição**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005.

_____. **Trauma e superação: o que a Psicologia, a Neurociência e a Espiritualidade ensinam**. São Paulo, Roca. 2009.

Petersen, A. & Lupton, D. **The new public health – health and self in the age of risk**. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications. 1996.

PITMAN, R.K.; & DELAHANTY, D.L. **Conceptually driven pharmacologic approaches to acute trauma**. CNS Spectr. 10(2):99–106. 2005.

PITMAN, R.K.; GILBERTSON, M.W.; GURVITS, T.V. MAY, F.S; & LASKO, N.B, ET AL. Clarifying the origin of biological abnormalities in PTSD through the study of identical twins discordant for combat exposure. IN: **Ann. NY Acad. Sci.** 1071:242–54. 2006.

PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE RISCOS E DOENÇAS NA SAÚDE SUPLEMENTAR: MANUAL TÉCNICO / **Agência Nacional de Saúde Suplementar**. – 2. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro : ANS. 2007.

QUIRK, G.J, GARCIA, R, GONZALEZ, F. Prefrontal mechanisms in extinction of conditioned fear. IN: **Biol. Psychiatry** 60(4):337–43. 2006.

RAUCH, S.L.; SHIN, L.M.; & PHELPS, E.A. Neurocircuitry models of posttraumatic stress disorder and extinction: human neuroimaging research—past, present, and future. IN: **Biol. Psychiatry** 60(4):376–82. 2006.

RAMOS, S. Respostas brasileiras à violência e novas mediações: o caso do Grupo Cultural AfroReggae e a experiência do projeto Juventude e Polícia. IN: **Ciência & Saúde Coletiva**, 11(Sup): 1303-1311, 2007.

_____. **Trajatórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas**. 2011. Disponível em : <http://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-i-ano-iii/artigos-tematicos/trajetorias-do-traficojovens-e-violencia-armada-em-favelas-cariocas.pdf>

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Decreto - lei nº 126, de 10 de maio de 1977. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. PODER EXECUTIVO.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Decreto-lei 41.650 de 21 de janeiro de 2009. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. PODER EXECUTIVO.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Decreto nº 30.870/09, de 12 de julho de 2009. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. PODER EXECUTIVO.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Decreto-lei no. 42.787 de 6 de janeiro de 2011. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. PODER EXECUTIVO.

ROCHA, L. Uma favela sem tráfico? Os limites da ação e da opressão do tráfico. In: Silva, L. (Org.), **Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.

ROTHBAUM, B.O.; & DAVIS, M. Applying learning principles to the treatment of post-trauma reactions. IN: **Annu. NY Acad. Sci.** 1008:112–21. 2003.

SANDRO, G. & VLAHOV, D. Urban Health: Evidence, Challenges, and Directions. **Annu. Rev. Public Health**, 26, 341–65. Acesso em 2011. Disponível em: www.periodicos.capes.gov.br. Scheper-hughes, N. (1992). *Death without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil*. Berkeley: University of California Press. 2005.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F Campos (Org.). **Psicologia social comunitária – da solidariedade à autonomia**. (6ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes. 1996.

SILVA, E. IMPRENSA E PROCESSOS DE PRODUÇÃO DA VERDADE: REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPs) NO RIO DE JANEIRO/BRASIL. **Trabalho apresentado no Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador, 7 a 10 de agosto de 2011.**

SILVA, L. A política na favela. IN: **Cadernos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 9, N. 3, P 35- 47, maio/ jun. 1967.

SILVA, L. A continuidade do “problema da favela”. In: Oliveira, L. (Org), **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.

_____. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. 2004. Soc. estado. [online], 19(1), 53-84. ISSN 0102-6992. doi: 10.1590/S0102-69922004000100004.

_____. (Org.). **Vida Sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.

_____. **AFINAL, QUAL É A DAS UPPS?** Disponível em: www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br em 2010.

_____. **"Violência urbana", segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual**. Cad. CRH [online], 23(59), 283-300. 2010. ISSN 0103-4979. doi: 10.1590/S0103-49792010000200006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010349792010000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

SILVA, L. & LEITE, M. **Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?**. Soc. estado. [online], 22(3), 545-591. 2007. ISSN 0102-6992. doi: 10.1590/S0102-

69922007000300004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69922007000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

SILVER, R.C. HOLMAN, E.A. MCINTOSH, D.N. POULIN, & M. GIL-RIVAS, V. **Nationwide longitudinal study of psychological responses to September 11**. JAMA 288(10):1235-44. 2002.

STREY, M. **Psicologia social Contemporânea**. Petrópolis, RJ : Vozes. 2010.

SOARES, G. & BORGES, D. A Cor da Morte. IN: **Revista Ciência Hoje**, 35(209), p.26. 2004.

SOARES, L. **Segurança pública: presente e futuro**. Estudos Avançados, 20(56), 91-106. 2006.

_____. Criminalidade urbana e violência: O Rio de Janeiro no contexto internacional, "não paginada". In **Criminalidade Urbana e Violência: o Rio de Janeiro e o Contexto Internacional**, Série Textos de Pesquisa, ISER, Rio de Janeiro. 1993.

SOARES, B; LEMGRUBER, J; MUSUMECI, L; RAMOS, S; ET AL. Unidades de Polícia Pacificadora: O que pensam os policiais. **Centro de Estudo de Segurança e Cidadania**. Rio de Janeiro. Brasil. 2011.

SILVA, J.; & URANI, A. Crianças no narcotráfico: um diagnóstico rápido. Brasília: **Organização Internacional do Trabalho - OIT**. 108p. 2002.

SILVA, J. **Reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"?** Lua Nova, 59, 51-73. 2003.

SILVA, J. **Adeus Cidade Partida**. Rio de Janeiro (IETS), Rio de Janeiro, v. 5, p. 25-28. 2003.

SILVA, J. Favelas - **além dos estereótipos**. Democracia Viva, Rio de Janeiro, v. 22, p. 11-16. 2004.

SILVA, J. (Org.). **Crianças no narcoplantio e tráfico de drogas**. Brasília:. v. 1. 94p. 2004.

_____. Violência nas comunidades e nas ruas: Até quando?. In: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (Org.). **Direitos Negados: a violência contra a criança e o adolescente no Brasil**. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, v. , p. 96-115. 2005

SILVA, J.; & BARBOSA, J. L. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio; [X] Brasil. 232p. 2005.

SILVA, J. **Análise da Violência contra a Criança e o Adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Global. v. único. 299p. 2005.

_____.As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas. IN: **Seminário Aspectos Humanos da Favela Carioca**. LeMetro - Laboratório de Etnografia Metropolitana/IFCS-UFRJ. 2010. Disponível em: www.observatoriodefavelas.com.br

SILVA, R. & SIMON, C. **Sobre a diversidade de sentidos de comunidade**. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n. 1, pp. 39-46, jan./abr. 2005.

SHALEV, A. Predictors of PTSD in Injured Trauma Survivors: A Prospective Study. IN: **American Journal of Psychiatry**, v. 153, n. 2, p. 219-225. 1996.

SHALEV, A.Y.; & FREEDMAN, S. PTSD following terrorist attacks: a prospective evaluation. IN: **Am. Journal. Psychiatry**. 162(6):1188-91. 2005.

SCHNURR, P.P.; & GREEN. B.L. Understanding relationships among trauma, posttraumatic stress disorder, and health outcomes. In: **Trauma and Health: Physical Health Consequences of Exposure to Extreme Stress**, ed. PP Schnurr, BL Green, pp. 217-43. Washington, DC: Am. Psychol. Assoc. 2004.

SHEEHY, G. **New passages: mapping your life across time**. New York: Ballantine Books. 2003.

- SHINN, M.; LEHMANN, S.; & WONG, N.W. Social interaction and social support. J. IN: **Soc. Issues** 40(4):55–76. 1984.
- SPRADLEY, J. **The Ethnographic Interview**. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston. 1979.
- SPRADLEY, J. **Participant Observation**. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston. 1980.
- SUBRAMANIAN, S.; BELLI, P & KAWACHI, I. The Macroeconomic Determinants Of Health. IN: **Annual Review of Public Health**, 23, 287-302. 2002.
- SZWARCWALD, C.L. & CASTILHO, E. A. (1998). Mortalidade por armas de fogo no Estado do Rio de Janeiro, Brasil: uma análise espacial. IN: **Revista Panamericana de Salud Pública**, 4(3), 161-170. 1998.
- STROZEMBERG, P. Alguém tem receio de ser multado na favela?. IN: **Observatório de Favelas**. (2009) **O que é favela, afinal?.** (Org): Jailson de Souza e Silva. – Rio de Janeiro. 2010.
- TARLOV, A. Social Determinants of Health: The sociobiological translation. In: Blane, D.; Brunner, E. & Wilkinson, R. (Eds.), **Health and social organization** (pp. 71-93).2006. London: Routledge.
- TAVARES, H. ET AL. Favela multimídia: um tour virtual pelas comunidades “pacificadas” pela polícia, numa série especial do jornal O Globo. 2010. IN:**Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Vitória, ES – 13 a 15 de maio de 2010.**
- TAYLOR, S, & REPETTI, R. Health Psychology: What is an Unhealthy Environment and How Does It Get Under the Skin?. 1997. IN: **Annu. Rev. Psycho.**,48, 411–47. Acesso em 2011.
- TERENCE, M. KEANE, D. MARSHALL. & CASEY, T. Posttraumatic Stress Disorder: Etiology, Epidemiology, and Treatment Outcome. IN: **Annual Review of Clinical Psychology**. Vol. 2: 161-197 (Volume publication date April 2006) DOI: 10.1146/annurev.clinpsy.2.022305.095305
- THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez.1988.
- THORNE, B. You still takin’ notes? Fieldwork and problems of informed consent. IN: **Social Problems**, 27(3), 284-297. 1980.
- VASCONCELOS, E. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: Epistemologia e Metodologia Operativa**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.
- VALLADARES, L. **A invenção da Favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV.2005.
- VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. 2000. IN: **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], 15(44), 05-34. ISSN 0102-6909.
- VARELLA, D. **Transtorno de Estresse Pós- traumático**. 2011. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/wiki-saude/transtorno-do-estresse-pos-traumatico>.
- VAZ, L. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. Análise social. IN: **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**. 1994.
- VENTURA, Z. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- VOGELGESANG, G. How leader interactional transparency can impact follower psychological safety and role engagement.Unpublished doctoral dissertation, University of Nebraska. 2007.
- WALKER, E.A.; KATON, W.; RUSSO, J.; CIECHANOWSKI, P.; NEWMAN, E.; & WAGNER, A.W. Health care. 2003. IN: **Annu. Rev. Clin. Psychol.** 2006.2:161-197. POSTTRAUMATIC STRESS DISORDER 197costs associated with posttraumatic stress disorder symptoms in women. Arch. Gen. Psychiatry 60:369–74.

WERTHEIN, J. **Um novo perfil para a segurança internacional no século XXI**. Correio Brasiliense. Brasília; O Popular; Jornal do Tocantins. Tocantins. 2000. Acesso em 13 de abril de 2006. Disponível em: http://www.unesco.org.br/noticias/opiniaio/artigow/2000/artigow/mostra_documento.

WASELFSZ, J. **Mapa da violência III: os jovens do Brasil: juventude, violência e cidadania**. Brasília, DF: UNESCO; Instituto Ayrton Senna. 2002.

WHO. **Health For All in the 21st Century**. Geneva: WHO. 1998.

WACQUANT, L. **'Deadly symbiosis: When ghetto and prison meet and mesh'**. *Punishment & Society*, 3(1): 95-133. 2001.

WIEVIORKA, M. Pour comprendre la violence: l'hypothèse du sujet. IN: **Soc. estado**. 1998.[online], 19(1),21-51.ISSN0102-6992.

WIRTZ PW, HARRELL AV. Effects of postassault exposure to attack-similar stimuli on long-term recovery of victims. J. 1987. IN: **Consult.Clin. Psychol.** 55:10-16

ZALUAR, A. **Teleguiados e chefes: juventude e crime. Religião e Sociedade**,15, 54-67. 1990.

_____. **Juventude, Saúde e Segurança Pública no País. Estudos e Pesquisa**, 148. 1994.

_____. **Condomínio do Diabo: as classes populares urbanas e a lógica do ferro e do fumo**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 1995.

_____. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: Velho, G. & Alvito, M. (Orgs), **Cidadania e violência** (pp. 48-68). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.1996.

_____. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. IN: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 12(35), 29-47. 1998.

_____. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: Vianna, H., **Galeras cariocas, territórios de conflitos encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

ZALUAR, A & ALVITO, M (ORGS.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1998.

ZALUAR, A. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública**. 2007. *Estud. av.* [online], 21(61), 31-49. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40142007000300003.

_____. Exclusão e Políticas Públicas: Dilemas Teóricos e Alternativas Políticas. 2007. IN: **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], 12(35). ISSN 0102-6909. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69091997000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

_____. A guerra sem fim em alguns bairros do Rio de Janeiro. IN: **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. 2007. Disponível em: http://www.cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S000967252002000100019&lng=en&nrm=isso

Ziegler, M. F.Greenwald, M. H., DeGuzman, M. A., & Simon, H. K. **Posttraumatic stress responses in children: Awareness and practice among a sample of pediatric emergency care providers**. 2005. *Pediatrics*, 115(5), 1261-1267.

7. Anexos

7.1. Consentimento Informado de Entrevista para Dissertação de Mestrado

Meu nome é Flávia de Sousa Moura, estou fazendo uma pesquisa para o mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro– UFRJ, e gostaria de pedir que você participasse de uma entrevista.

A pesquisa tem como objetivo analisar em que medida a implantação das UPPs nas favelas cariocas trouxe melhorias na qualidade de vida dos moradores assistidos. Como morador de uma favela que recebeu uma Unidade de Polícia Pacificadora, você está sendo convidado a participar desta pesquisa. Como parte do estudo, sua contribuição será a participação em uma entrevista sobre a instalação da UPP, e como afeta o dia- dia dos moradores.

A entrevista pode ser realizada em local de sua preferência na comunidade ou em outro local em que você se sinta mais confortável. É importante que saiba que cada entrevista pode durar cerca de 3 horas e que a mesma será gravada. Você tem a liberdade de interromper a entrevista em qualquer momento e se recusar a responder a qualquer pergunta.

A participação na pesquisa pode trazer algum risco a você, uma vez que a pesquisa aborda questões relativas ao tráfico de drogas e a atuação da polícia. Todos os nomes e referências locais citados ao longo das entrevistas serão omitidos e trocados. Só terão acesso à sua entrevista o grupo de pesquisadores e o orientador da pesquisa. A entrevista será gravada e transcrita com codinomes. Após a transcrição, a gravação será destruída. Somente eu e o professor-orientador da pesquisa terão acesso aos dados.

Para a publicação e divulgação da pesquisa, também serão utilizados codinomes o qual não permitirá a identificação dos participantes nem das outras pessoas mencionadas. Uma vez que o estudo estiver concluído, você receberá uma cópia do projeto final. Depois de defendida, a tese estará disponível na internet e na biblioteca da UFRJ.

A pesquisa não trará nenhum benefício direto a você.

Você entendeu o que expliquei? Tem alguma pergunta?

Você quer participar?

Concorda com a gravação () e com a anotação () da entrevista?

Local e Data _____

Assinatura da entrevistada (o)

Assinatura da mestranda

Contato : _____

Contato: _____

7.2. Roteiro de entrevista

Dados pessoais:

Nome Entrevistado:

Nome pelo qual é conhecido:

Endereço:

Favela:

Telefone para contato:

E-mail:

Local e data de nascimento:

Sexo:

Estado civil:

Ocupação:

Local de emprego/trabalho:

Cargo:

Tem carteira assinada?

Estudou até que série?

Mora com quem? (parentesco e havendo filhos, idades)

Quem contribui para a renda familiar?

Ocupação destas pessoas?

Religião da família de origem:

Religião atual:

É praticante?

Casa própria ou alugada:

Que aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos existem na sua casa? (quantidade de cada)

Raça/etnia (definida pelo entrevistado):

Raça/etnia (definida pela entrevistadora):

Você nasceu nesta comunidade? Caso negativo, em que ano veio morar aqui? Com que idade?

Você pode me contar a história da comunidade em relação à violência e como te afetou e ainda afeta até hoje?

Como era nesta época? O que mudou desde então?

Como foi crescer aqui?

O que você mais gosta na vida que tem na favela?

O que você menos gosta?

Como é a favela em que você mora? É um morro? (Horizontal ou vertical)

Quais são os serviços disponíveis? Vocês tem escola? Creche? Posto de saúde, clínica da família? Coleta de lixo? Há asfalto? Iluminação pública?

O que você acha que está faltando?

Qual é a maior dificuldade enfrentada pelos moradores?

Como é a sua rotina? Você trabalha?

Saí para divertir-se? Onde os moradores costumam ir?

Você tem filhos? Se sim... Como é a vida das crianças e jovens dentro da favela?

Quando seus filhos eram menores, com quem os deixava para trabalhar? Ou... se tem atualmente filhos menores, quem fica com eles para trabalhar? Como é a rotina deles?

2. Experiência com o tráfico

Esta comunidade sempre teve violência? Como era? O que mudou com o tempo?

Com que idade/quando você começou a perceber a presença do tráfico?

Como era o tráfico nesse início?

Você os conhecia? Eram moradores do local?

Nessa época, a convivência com o tráfico mudava a sua vida de alguma forma?

Você se lembra como era a relação dos traficantes com os moradores?

Os traficantes faziam alguma coisa pelos moradores? Ajudavam em algo? Dinheiro?
Gás?

Sua família lhe disse como deveria agir na presença de traficantes?

Você notou alguma diferença entre os traficantes de hoje e os de sua infância? Qual?
Como os identifica?

Nesses últimos anos, como era a atuação do tráfico na sua favela? O que eles faziam?

O Tráfico interferia no seu dia- dia? Como? Era diretamente ou indiretamente?

Como era relação dos traficantes com os moradores?

O que os traficantes faziam pelos moradores? Ajudavam com dinheiro? Gás? Remédio?
Festa?

Os moradores recorriam aos traficantes para pedir ajudar? Em que situação?

Podemos falar que existia um lado positivo no tráfico? Qual era?

Na sua favela tinha baile funk? Como era? O que você achava disso?

Com que frequência você ouvia tiros? Como reagia a esses momentos?

Eram frequentes os conflitos entre os comandos? Qual era a facção que ocupava sua
favela?

Como você fazia para se proteger nos momentos de conflito?

O que você precisou aprender para lidar com o tráfico e com as características de cada facção?

O que você dizia aos seus filhos sobre a presença do tráfico? Você ensinava como deveriam agir?

Como se sentia em relação à proximidade dos seus filhos com o tráfico e as armas?

Você acha que a convivência com o tráfico facilita o consumo de drogas e o envolvimento com o crime?

Você conheceu pessoas que se envolveram com o tráfico?

Como você se sentia quando passava perto de traficantes e das bocas de fumo?

Teve algum episódio em que você precisou falar com os traficantes? Como foi? Como você se sentiu?

Você já sofreu violência por parte dos traficantes? Seus filhos e familiares viram? Como ficaram?

Conhece alguém que sofreu?

Que situações-limite você viveu causado por esta convivência com o tráfico?

O que mais ameaçava você naquela época? De que tinha medo?

Você deixou de fazer algo por conta do tráfico e dos conflitos? O que?

Como era sua mobilidade?

Como as pessoas “de fora” enxergavam o lugar onde você mora? Era realmente assim?

Seus amigos e familiares se sentiam seguros para te visitar?

Você acha que a presença do tráfico interferia na qualidade de vida dos moradores? Como?

Você acredita que os moradores eram prejudicados por viver em um lugar que tinha tráfico de drogas? Como?

Como era ter que conviver com o tráfico? Qual era o peso disso na sua vida?

Enfim, o que significa viver em um lugar com tráfico de drogas? Sempre pensou assim, ou quando passou a pensar assim?

3. Experiência com a polícia

Como a polícia reagiu ao início do tráfico na sua favela? Você se lembra?

A polícia ia muito a sua favela? Existia algum tipo de confronto com os bandidos?

Como era a atuação da polícia na sua favela? O que você achava disso?

Como era a relação da polícia com os moradores? Alguém ligava? Em que situação?

A sua família lhe dizia como você deveria agir em relação entrada da polícia na favela?

Nos últimos anos, como era atuação da polícia? O que eles costumavam fazer?

Como era a relação da polícia com os bandidos?

Como era a relação da polícia com os moradores? Como a polícia tratava os moradores?

Alguém ligava pra polícia? Em que situação?

Teve algum episódio em que você precisou falar com os policiais? Por quê? Como você se sentiu?

Você já foi abordado pela polícia? Como foi?

O que você achava quando a polícia entrava na favela?

Qual a repressão mais temida? (Militar, Bope, Milícia, Caveirão...) Por quê?

Que críticas você fazia sobre o trabalho da polícia?

Após a instalação da UPP, você acha que a relação da polícia com os moradores mudou?

4. A UPP

Quando foi instalada a UPP na sua favela?

Como foi a instalação da UPP?

Você se lembra desse dia? Poderia descrevê-lo? Onde estava? Com quem?

O que você achou na época? O que sentiu? Por quê?

Como os traficantes reagiram notícia da instalação da UPP? Houve conflito?

O que você esperava que acontecesse após a UPP? Quais eram as suas expectativas?

Como os moradores reagiram à entrada da UPP? Eles gostaram?

O que mudou no seu dia a dia? Como era seu dia e seus afazeres antes da UPP.

E depois como ficou?

Seus horários?

Suas preocupações?

Seu sono?

Seu tempo?

E de sua família?

Passou a fazer coisas que não fazia antes?

Deixou de fazer coisas que fazia antes?

Seus planos para o futuro mudaram?

Como você percebe que a UPP afetou também seus vizinhos?

Como foi a convivência com a polícia no início? Você notou alguma mudança?

Como é a atuação da polícia?

O que você precisou aprender / e ou fazer para lidar com a presença da polícia?

O que você acha que a instalação da UPP significou para a sua favela?

Houve alguma mudança depois da instalação da UPP? Quais foram? Qual a mais importante na sua opinião?

Sua favela recebeu algum serviço novo? Houve alguma melhoria na infraestrutura local?

Vocês já receberam a UPP social? O que pensa sobre isso?

Houve alguma promessa nesse sentido?

O que os moradores esperam que seja feito?

Que mudanças ocorreram na sua vida?

E agora, como está a sua vida? O que está fazendo?

Tem alguma coisa que você faz agora que não podia fazer antes? Por quê?

Acha que a sua vida de certa forma ficou mais tranquila? Como?

Você se sente mais seguro hoje? Por quê?

Você percebe o mesmo com os outros moradores?

Você acha que a imagem da favela onde mora mudou? Como as pessoas reagem quando diz que mora lá? O que você sente a respeito?

Você acha que essa imagem da favela pacificada é verdadeira?

Como anda a convivência dos policiais com os moradores atualmente?

O que você diria para um morador de favela sem UPP sobre sua experiência?

O que deseja para a favela onde você mora? Qual o seu sonho em relação a esse lugar?

Quando pensa na UPP, que pensamentos lhe vêm à cabeça?

Suas expectativas sobre a UPP estão se concretizando?

Depois desse tempo mudou alguma coisa na forma como você vê a UPP?

Você mudaria alguma coisa na UPP? O que? Como?

Você é a favor da continuidade da UPP? Por quê?

Você ainda percebe a presença dos traficantes? Se sim, essa presença faz você pensar o que?

O que mais ameaça você hoje? De que tem medo?

O que você gostaria de perguntar aos outros entrevistados, que como você também moram em favelas com UPP? E você, como responderia essa pergunta.

Posso entrar em contato novamente para esclarecer alguma dúvida ou se ainda ficar alguma pergunta? Este contato pode ser por telefone?